Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Confira os dados deste processo utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/processo/e49b4fba-4997-4a68-9406-a8728e1a9eed

Tipo	Processo (de Renovação de Contrato)
Número	9900049517/2024
Assunto	Solicitação de renovação de Contrato 25/2022
Interessados	
Aberto em	24/05/2024
Setor autuante	1209 - SECONSER - SSESCN - SUBSEC EXEC CONSERVA (26.1)

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 1. Ofício (de Solicitação de Documento) nº 15/2024/1209 - SECONSER - SSESCN - SUBSEC EXEC CONSERVA (26.1)

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/0ce84a74-1d43-4dd4-94dc-9b16d8cb9222

Espécie/Tipo	Ofício (de Solicitação de Documento)
Número	15/2024/1209 - SECONSER - SSESCN - SUBSEC EXEC CONSERVA (26.1)
Assunto	Interesse de renovação de contrato
Restrições	"Interno"

Ofício nº106/2024.

Niterói,23 de maio de 2024.

Prezados Senhores,

Considerando, que o prazo do contrato 25/2022, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, tendo como gestora a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇAO E SERVIÇOS PUBLICOS** e a empresa LUKES ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.678.636/0001-58, expirará no dia 29 de dezembro de 2024.

Venho por meio desta, dirigir-me a Vossa Senhoria, a fim de indagar a existência de interesse na renovação do supracitado Instrumento Contratual nas condições e preços atualmente pactuados.

Na oportunidade, reitero votos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me a disposição.

Atenciosamente,

Ricardo Lanzellotti
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 2. Outros Anexos

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/e39903d3-4e12-41b6-addd-a4b5dfad148b

Espécie/Tipo	Outros Anexos
Número	
Assunto	Resposta ao Oficio 106/2024
Restrições	"Interno"

RESPOSTA AO OFÍCIO 106/2024

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

SECONSER

Rua Visconde de Rio Branco, nº11 – Ponta D'Areia – Niterói- RJ.

A empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA - ME**, CNPJ: 30.678.636/0001-58, sediada na Rua Ator Paulo Gustavo, 426, Sala 1503, Icaraí, Niterói/RJ – CEP: 24.230-065, vem pela presente manifestar interesse na renovação do contrato **nº 25/2022** nas mesmas condições, no entanto, **expressamente** em relação aos preços pactuados esclareço que será protocolado um pedido formal de reajuste de preços relativo ao período de 2023-2024, como forma da **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro** do contrato e preços atualmente pactuados junto a esta renomada Secretaria.

Niterói, 23 de maio de 2024.

Nome: JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
Nº do CPF: 138.552.347-60
Nº da Id. Profissional: 2017102128 CREA/RJ
Cargo: DIRETOR

Rua Ator Paulo Gustavo, 426
Sala 1503 - Prime Icaraí - RJ
(21) 3587 - 9781
CNPJ: 30.678.636/0001-58
IM: 3021819
contato@lukesengenharia.com.br

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 3. Despacho nº 9900290440/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/6fedce03-60b8-4498-9c73-cd9446ffe3e7

Espécie/Tipo	Despacho
Número	9900290440/2024
Assunto	Para autorizo na forma da lei
Restrições	"Interno"

Ao Senhor Secretário,

Solicito autorização na forma da lei, para prosseguimento.

Assinado eletronicamente por Marcelo Serieiro Serra.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/6fedce03-60b8-4498-9c73-cd9446ffe3e7.

Assinado eletronicamente por:
* Marcelo Serieiro Serra (***.712.937-**)
  em 24/05/2024 09:13:25 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/6fedce03-60b8-4498-9c73-cd9446ffe3e7

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 4. Despacho nº 9900296363/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b12123a0-1404-4201-a651-360212937c56

Espécie/Tipo	Despacho
Número	9900296363/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

Ao Departamento Jurídico,

Autorizo na forma da lei o pedido de renovação do referido contrato, sendo assim solicito elaboração de minuta.

Em, 28/05/2024

Ricardo Lanzellotti

Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Assinado eletronicamente por Ricardo Frederico Araújo Lanzelloti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b12123a0-1404-4201-a651-3602129 37c56.

Assinado eletronicamente por:
* Ricardo Frederico Araújo Lanzelloti (***.667.217-**)
em 28/05/2024 10:07:57 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b12123a0-1404-4201-a651-360212937c56



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 5. Despacho nº 9900298561/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fe5c4ee3-b1ca-419f-99b0-c47b652391f5

Espécie/Tipo	Despacho
Número	9900298561/2024
Assunto	Instrulção processual para prosseguimento da solicitação
Restrições	"Interno"

Processo Eletrônico	Data
9900049517/2024	**24/05/2024**

A Subsecretaria de Infraestrutura e Logística/Setor de Orçamento,

Para que seja dado prosseguimento ao feito, conforme autorizado pelo Secretário da Pasta à peça 04, esta Assessoria Jurídica necessita que o processo seja instruído com toda documentação pertinente, tais como, pesquisa de preços, autorizações, declarações, emitidas por esta Subsecretaria, além da informação da dotação orçamentária pela qual correrá a presente despesa, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após, sugiro, s.m.j, que o PA retorne a esta Assessoria Jurídica para demais providências a seu cargo.

Em: 28/05/2024

MARA PEREIRA
Assessoria - Seconser
Mat.18.131016

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fe5c4ee3-b1ca-419f-99b0-c47b652391f5.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 29/05/2024 10:51:18 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fe5c4ee3-b1ca-419f-99b0-c47b652391f5



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 6. Despacho nº 9900300383/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a3456a9e-5666-425c-be93-bcabd153e4ab

Espécie/Tipo	Despacho
Número	9900300383/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

À Diretoria de Compras e Orçamento,

Segue o presente processo para ciência e providências à seu cargo.

Atenciosamente,

Em, 29/05/2024

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a3456a9e-5666-425c-be93-bcabd153e4ab.

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a3456a9e-5666-425c-be93-bcabd153e4ab.

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a3456a9e-5666-425c-be93-bcabd153e4ab.

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a3456a9e-5666-425c-be93-bcabd153e4ab.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
  em 10/06/2024 17:29:03 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a3456a9e-5666-425c-be93-bcabd153e4ab



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 7. Pesquisa de Mercado nº 913/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b

Espécie/Tipo	Pesquisa de Mercado
Número	913/2024
Assunto	licitação BB
Restrições	"Interno"

Acesso Identificado

Chave de acesso OK

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Todas as modalidades
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Publicada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	Estações BHLS
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:



pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00006_aop-14, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:47:18 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Acesso Identificado

Chave de acesso OK

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Pregão
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Publicada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	prestação de serviço de manutenção, cons
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:

wgpcb

pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00005_aop-15, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:49:53 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Acesso Identificado

Chave de acesso OK

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Pregão
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Homologada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	prestação de serviço de , conservação
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:



pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00005_aop-15, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:51:21 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Acesso Identificado
Chave de acesso OK
Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Pregão
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Homologada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	prestação de serviço de reparo
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:



pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00005_aop-15, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:52:14 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Acesso Identificado
Chave de acesso OK
Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Pregão
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Homologada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	prestação de serviço de recuperação
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:



pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00005_aop-15, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:54:04 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Acesso Identificado
Chave de acesso OK
Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Pregão
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Homologada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	prestação de serviço de recuperação
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:



pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00005_aop-15, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:54:49 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Acesso Identificado

Chave de acesso OK

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Pregão
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Homologada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	prestação de serviço de melhoria
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:

myeyf

pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00005_aop-15, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:55:43 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Acesso Identificado

Chave de acesso OK

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria

Sala de disputa | Pesquisa avançada | Acompanhando as licitações | Banco de Preços | Ajuda

Licitação não encontrada

Licitações

Pesquisa avançada

Pesquisar por situação | Pesquisar por edital | Pesquisar por identificador | Pesquisar ata por identificador

Modalidade/tipo	Pregão
Comprador *	Todos os compradores
Situação da licitação *	Homologada
Tipo da Licitação	Selecione o tipo da licitação
UF	Todas as unidades
Período	Todos os períodos
Mercadoria	prestação de serviço de pintura
Recurso	☐ BIRD - BANCO MUNDIAL ☐ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Tratamento	☐ Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP
Participação	☐ Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP

* Campo de preenchimento obrigatório para a(s) licitação(ões) em situação de concluída(s): disputa encerrada, revogada, cancelada, anulada, deserta, fracassada, homologada, encerrada e suspensa.

Digite os caracteres abaixo para continuar:



pesquisar

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00005_aop-15, 2024-07-19 16:27, Thu Aug 22 13:56:15 BRT 2024

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b.

Assinado eletronicamente por:
* Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho (***.128.497-**)
em 17/09/2024 15:29:49 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4721c73c-2448-46c6-ba82-a4fb8778da6b



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 8. Pesquisa de Mercado nº 1031/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2

Espécie/Tipo	Pesquisa de Mercado
Número	1031/2024
Assunto	Homologação e edital eletrônico : 646/2023 Prefeitura de Porto Alegre
Restrições	"Interno"

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
DLC - Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico - 646/2023

Resultado da Homologação

0001 - Objeto: MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ESTAÇÕES DE CORREDOR CENTRAL DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS - Unidade: Unidade - Valor Referência: 3.233.360,10

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
I9 ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA	N/C	1,00 Unidade	2.949.499,99	2.949.499,99	Homologado em 28/12/2023 12:00:48 Por: Letícia Novello Cezarotto

Letícia Novello Cezarotto

Autoridade Competente

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 10/10/2024 às 10:53:48.
Código verificador: A707E0

prefeitura de PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23.0.000093658-8
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 646/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, através da **DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO – SMAP** , com sede na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora constantes no AVISO DE ABERTURA publicado, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo "**MENOR PREÇO"**, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02, pelo Decreto Municipal n.º 20.587/20, pela Lei Complementar Municipal n.º 881/2020 e pela Lei Municipal n. 12.827/21, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

A informação dos dados para participação deverá ser feita através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ABRIGOS DE PARADA E DE ESTAÇÕES DE CORREDORES DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO POR ÔNIBUS DE PORTO ALEGRE.	
VALOR ESTIMADO: R$ 3.233.360,11 (três milhões, duzentos e trinta e três mil trezentos e sessenta reais e onze centavos)	MODO DE DISPUTA: ABERTO
DATA DA DISPUTA: Conforme aviso de abertura	BENEFÍCIO ME/EPP: DESEMPATE
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL	

TEMPO DE DISPUTA: Durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e limpeza de abrigos de parada e de estações de corredores do sistema de transporte público coletivo por ônibus de Porto Alegre, de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no **ANEXO VI – Termo de Referência** integrante do presente Edital.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta Licitação as empresas prestadoras de serviços que preencham as condições estabelecidas neste Edital.

2.2 - Estarão **impedidas** de participar da presente licitação as empresas:

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

2.2.1 - proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.3 - que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

2.2.4 - que tenham um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintos, que concorram entre si;

2.2.5 - que tenham em sua composição societária sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;

2.2.6 - que tenham como Sócio, Gerente, Procurador ou Representante Legal, Diretor ou Responsável Técnico, Servidor ou Dirigente de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Porto Alegre;

2.2.7 - que realizaram doações em dinheiro, ou bem estimáveis em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015.

2.2.8 - nas quais haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo político, em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

b) servidor efetivo ou de pessoa com vínculo de trabalho municipal remunerado que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

c) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.2.8.1. - Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

2.3 – As licitantes abrangidas pela Lei Federal nº 12.690/2012 deverão cumprir todos os requisitos previstos na referida legislação.

3 - DO PROCEDIMENTO

3.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA.

3.2 - O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, denominado “Pregoeiro”, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3.4 - Impugnações ao ato convocatório do pregão e Recursos caberão na forma especificada nos itens 5 e 12 do Edital que tratam da Impugnação, Esclarecimentos ao Edital e dos Recursos.

4 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 - Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

4.3 - Em sendo sócio, proprietário ou dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

4.4 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa justificada do Portal de Compras Públicas.

4.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso, em quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.7 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data, horário e limites estabelecidos.

4.8 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.9 - Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a Administração isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

4.10 - As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando participando individualmente ou em consórcio , e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos do **artigos 43 a 49,** da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14 ou da Lei Federal nº 11.488/07.

4.10.1 - As licitantes que se declararem beneficiárias das Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar Federal nº 147/14 e Lei Federal nº 11.488/07 e **NÃO COMPROVAREM OS REQUISITOS LEGAIS PARA TAL ENQUADRAMENTO** serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

4.10.2 - A comprovação dos requisitos tratada neste item se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigidos no **ANEXO I – Documentação Habilitatória** deste edital;

4.11 - Na hipótese de participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

4.12 - Entrega de documentação completa prevista no item 6 deste edital;

4.13 - Apresentação, por parte das empresas consorciadas, da documentação comprobatória de sua habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico financeira e de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, admitindo-se, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e para a qualificação técnica, a apresentação de atestados das empresas consorciadas, em conjunto ou separadamente;

4.14 - Não será permitida a participação de empresa consorciada, suas coligadas, controladas, controladora ou sob controle comum em mais de um consórcio ou isoladamente. Caso uma Licitante participe de um consórcio, ficará ela impedida de participar isoladamente da licitação, permanecendo a sua participação apenas no referido consórcio;

4.15 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte integrantes de consórcio somente usufruirão dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, se consorciadas exclusivamente entre si e desde que o somatório das receitas brutas de suas integrantes seja igual ou inferior ao valor máximo estabelecido na referida Lei Complementar e suas alterações.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

5 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

5.1 - Impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do pregão **serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.**

5.1.1 - As Impugnações e os esclarecimentos deverão ser enviados através de campo próprio do sistema no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.2 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.3 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data de recebimento da impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.4 - Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

5.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.3 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha e somente será efetivado mediante as seguintes declarações eletrônicas, exigidas pelo sistema:

6.2.1 - Declaração de Conhecimento do Edital;

6.2.2 - Declaração de Inexistência de Impeditivos;

6.2.3 - Declaração de Não-Emprego de Menores;

6.2.4 - Declaração Negativa de Doação Eleitoral.

6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9. No caso de empresas reunidas em consórcio deverão ser apresentados ainda os seguintes documentos:

6.9.1. Compromisso de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas contendo:

a) denominação do consórcio;

b) composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada e o compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alteradas, ou sob qualquer forma modificadas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

c) organização do consórcio;

d) objetivo do consórcio;

e) prazo de duração do consórcio, que não deve ser inferior ao da duração do Contrato;

f) a responsabilidade solidária de todos os participantes do consórcio, perante o CONTRATANTE, pelos atos praticados no âmbito desta licitação e na execução do Contrato;

g) indicação da empresa líder como responsável junto ao CONTRATANTE por todos os empreendimentos que envolvam o consórcio;

6.9.2. Instrumento de procuração outorgando à empresa líder poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, renunciar a recursos, compromissar-se, receber citações, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto deste Edital.

a) O objeto social do Licitante deverá ser compatível com o serviço a ser licitado, caso o objeto social do Licitante seja incompatível com o serviço a ser licitado este será considerado inabilitado para a execução dos serviços.

7- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor do **ITEM, correspondente ao VALOR TOTAL GLOBAL da prestação do serviço pelo período de 12 meses**

7.1.2 - Os licitantes deverão apresentar proposta de **MENOR PREÇO** utilizando 2 (duas) casas depois da vírgula.

7.2. O VALOR MÁXIMO estimado para a prestação de serviços citados no item 1.1 deste edital é de **R$ 3.233.360,11** (três milhões, duzentos e trinta e três mil trezentos e sessenta reais e onze centavos)

7.2.1 - O serviço deverá ser executado em conformidade com o **ANEXO VI – Termo de Referência** integrante do presente Edital.

7.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o FORNECEDOR.

7.4 - O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão de obra, prestação do serviço, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, translado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária imposta ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital;

7.4.1 - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

7.5 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem as especificações do objeto licitado, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

7.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7 - O **MUNICÍPIO** é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, § 2º, inciso VII da Constituição Federal.

7.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas.

8.2.1 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL** dos serviços em disputa.

8.5.2 - **O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

8.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

8.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14 - A manifestação de desistência do lance durante a fase de disputa deverá ser enviada exclusivamente pelo site da disputa e será analisada pelo Pregoeiro.

8.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.16 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17 - O critério de julgamento adotado será o menor valor **GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, conforme descrito nos **itens 8.20 a 8.24**.

8.19.1- Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do **item 8.19**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.19.2- Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.19.3- Caso a licitação seja exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, não se aplica o previsto nos itens 8.20 a 8.23.

8.20 - Será assegurada como primeiro critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar Federal nº 123/06.

8.21 - O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.21.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontre no intervalo de 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, o sistema fará a identificação e aplicará o critério da Lei Complementar Federal nº 123/06.

8.24- Persistindo o empate ou havendo o empate em licitação exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, será assegurada a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

8.24.1 - produzidos no País;

8.24.2- produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

8.24.3 - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.24.4 - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.25 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.25.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.26 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.27 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 24 do Decreto n.º 20.587/20.

9.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

9.2.1 - não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.2.2 - contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.2.3 - não apresente as especificações técnicas exigidas no Edital;

9.2.4 - apresentar preço final superior ao preço estimado pelo Município (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.4.1 - Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.2.4.1.1 - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3 - A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 45, *caput*, do Decreto n.º 20.587/20.

9.4 - Será desclassificada a proposta de preços que for manifestamente inexequível (art. 48, II, § 1º e art. 44, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações). Consideram-se manifestamente inexequíveis (nos termos do art. 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993) as propostas cujos preços globais sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

9.4.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração; ou

9.4.2. Valor estimado pela Administração.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

9.4.3. Dos Licitantes classificados cujo valor global da proposta seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere o item 9.4. será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, igual a diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta.

9.5 - O licitante deverá apresentar sua proposta obedecendo ao piso salarial fixado na Convenção Coletiva da Categoria, quando houver, vigente na publicação deste edital.

9.6 - Será desclassificada a proposta que não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro;

9.6.1 - A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar em majoração de seu valor global.

9.6.2 - O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta.

9.7 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.7.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.9 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.10 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.11 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.12 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 - Concomitantemente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará se o mesmo atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

10.1.3 - Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.4 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

10.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

participação.

10.4 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.5 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

10.5.1 - A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

10.5.2 - Quando solicitada, a documentação física original ou autenticada deverá ser encaminhada à Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, situada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, nos seguintes horários de atendimento: Manhã: 09 h 00 min às 11 h 30 min e Tarde: 13 h 30 min as 17 h 00 min. Os documentos deverão ser enviados em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 646/2023

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

10.6 - Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

10.7 - Quando da verificação dos documentos para habilitação arrolados no **ANEXO I - Documentação Habilitatória** do Edital, o pregoeiro procederá ao que segue:

10.7.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.7.2 - Os documentos de habilitação não abrangidos pelo registro cadastral do SICAF deverão ser enviados conforme previsão do **item 6.1** deste Edital.

10.7.3 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no **item 9.7** e a possibilidade de prorrogação prevista no **item 9.7.1**;

10.7.4 - A verificação pelo Pregoeiro do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

10.7.5 - Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

10.7.6 - Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor;

10.7.6.1 - A planilha deverá ser padronizada para permitir o envio dos seus dados ao TCE-RS. Para tanto, recomenda-se que a planilha seja encaminhada no modelo disponibilizado pelo Município e seja preenchida nos termos das instruções nela constante, sem excluir qualquer dado ou aba do orçamento base.

10.7.6.2 - O arrematante que utilizar padronização própria para a apresentação da proposta deverá observar que, nas descrições apresentadas, haja a totalidade das informações para o completo atendimento e

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

entendimento das exigências expressas neste instrumento. A planilha da proposta também deverá vir acompanhada da planilha padrão para envio ao TCE-RS, corretamente preenchida com base na proposta.

10.7.7 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

10.7.8 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

10.8 - Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10.9 - Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo Cadastro, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro no momento da habilitação.

10.10 - A ausência de registro de aplicação de sanção nos cadastros mencionados no item 10.1 não elide a inabilitação da licitante, quando a sua aplicação for comprovada por outros meios idôneos.

10.11 - Serão inabilitadas as licitantes que não atenderam as exigências para habilitação contidas neste edital.

11 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1 - A Proposta de Preço final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 - Apresentada em conformidade com o modelo **ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço**, discriminando o preço do lance final ofertado e demais dados solicitados nas observações do **ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço** do Edital.

11.1.2.1 - Os valores unitários (inclusive as parcelas que o compõe) da proposta não poderão ser superiores aos valores unitários constantes da planilha de custos do **ANEXO VI - Termo de Referência.**

11.1.2.2 - Tanto os valores unitários quanto os cálculos da planilha de custos/formação de preços deverão estar truncados na segunda casa decimal.

11.1.3 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o **FORNECEDOR**.

11.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

11.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 - Havendo recurso, o Pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

12.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.6 - Os pedidos de vistas ao processo deverão ser encaminhados ao e-mail pregoeiros@portoalegre.rs.gov.br, cabendo ao Pregoeiro disponibilizá-las por meio de acesso externo pelo Sistema Eletrônico de Informações do Município - SEI por prazo determinado.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.1.1 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, quando existente, ou através dos dados contidos nos documentos de habilitação enviados na forma do item 6, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto ao vencedor da licitação pelo Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

14.3 - A homologação poderá ser revogada nos termos do Decreto n.º 20.587/20 e do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4 - Após a homologação, poderá o licitante ser desclassificado por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, não atendimento do item 16 ou em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento, no qual a homologação será desfeita.

15. DA GARANTIA

15.1 - Para garantia do fiel cumprimento do Contrato a ser firmado, a empresa vencedora deverá, por ocasião da assinatura, prestar garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com fundamento no artigo 56 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações;

15.1.1 - A referida garantia será reduzida ao percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato, na forma do art. 33, § 5º, da Lei Municipal 12.827/2021, se a CONTRATADA já possuir o Programa de Integridade antes da celebração do presente CONTRATO.

15.2 – A **CONTRATADA** poderá escolher uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, na forma da Lei; seguro-garantia ou fiança bancária.

15.3 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de dívidas trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, fiscais, indenização a terceiros, pagamento de multas contratuais, municipais, devidas ou de responsabilidade da **CONTRATADA** em razão da prestação dos serviços objeto do contratado, bem como os prejuízos ao **CONTRATANTE** resultantes da conduta de seus prepostos e contratados.

15.3.1 - Na hipótese de utilização da modalidade de seguro-garantia, esta deverá ter validade durante a execução do contrato, perdurando no mínimo até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

15.4 – A garantia deverá ser apresentada até a data da assinatura do Contrato.

15.5- - O recolhimento da caução em dinheiro ocorrerá mediante agendamento no Tesouro Municipal/Secretaria Municipal da Fazenda localizado na Rua Siqueira Campos, nº 1300, sala 412, 4º andar. Informações sobre trâmites para garantia em moeda corrente e agendamentos devem ser solicitadas pelo e-mail financeiro@portoalegre.rs.gov.br .

15.6 – A garantia nas demais modalidades deverá ser enviada preferencialmente para o e-mail financeiro@portoalegre.rs.gov.br ou agendado atendimento presencial no mesmo endereço indicado no subitem anterior.

15.7 - Em caso de dúvidas, referentes à garantia, poderão ser esclarecidas pelo e-mail indicado no subitem acima.

15.8 - A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída, mediante solicitação por escrito para a Fiscalização do Contrato, após recebimento definitivo do objeto da contratação.

16 – DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO

16.1 – As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, de acordo com **ANEXO V– Modelo Minuta de Contrato**, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

16.2 – O licitante vencedor deverá assinar eletronicamente o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

16.3 – Para proceder à assinatura eletrônica do Contrato, o licitante vencedor deverá realizar o cadastramento de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme as instruções disponibilizadas em https://sei.procempa.com.br/controlador_externo.php?

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

16.3.1 - Caso o vencedor do certame seja consórcio, fica obrigado a promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso referido no subitem **6.9.1.**, tendo como objeto social previsão de atividade compatível com o objeto licitado, nos do parágrafo 2º, do art. 33, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. A assinatura do CONTRATO poderá ser realizada mediante a apresentação do protocolo de requerimento da constituição e do registro do consórcio na Junta Comercial de sua sede.

16.4 – O prazo de vigência é de **12 (doze) meses** a contar da **ASSINATURA do CONTRATO,** podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 57, **II** da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

16.4.1 - O cronograma físico-financeiro deverá ser apresentado pela **CONTRATADA** à fiscalização da **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do **CONTRATO**, tendo por base o cronograma físico-financeiro presente no **Termo de Referência - ANEXO VI** do Edital, os valores discriminados na proposta vencedora e o prazo de execução previsto no Edital.

16.4.2 - A fiscalização da **CONTRATANTE** poderá recusar o Cronograma Físico-Financeiro em razão do não atendimento dos requisitos mínimos do item 16.4.1, quando será concedido prazo de 02 (dois) dias úteis para a apresentação do documento corrigido.

16.4.3 - A Ordem de Início dos serviços somente será emitida pela fiscalização da **CONTRATANTE** após a emissão da nota de empenho, a publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial de Porto Alegre e a aprovação do Cronograma Físico-Financeiro, que dela constará como anexo.

16.5 – Ultrapassado o período igual ou superior a um ano a contar da data limite para apresentação da proposta na licitação, poderá ser concedido reajuste do preço contratado, através de requerimento escrito da **CONTRATADA** encaminhado à **CONTRATANTE**.

16.5.1 - Os serviços prestados pela **CONTRATADA** poderão ser reajustados de acordo com o estabelecido na minuta constante no **ANEXO V – Modelo Minuta de Contrato**, deste Edital.

16.6 – O Objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido, de acordo com o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.7 – Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base à licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

16.8 - São condições para assinatura do contrato:

16.8.1 - Prestação de Garantia nos termos do item 15;

16.8.2 - Quando a contratação estiver dentro das condições previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021, o licitante vencedor também deverá apresentar, previamente à celebração da relação contratual, a comprovação da implementação do Programa de Integridade, por meio dos documentos previstos no Art. 4º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município **- ANEXO IV.A**; podendo apresentar o Termo de Compromisso de Implementação do Programa de Integridade e demais documentos previstos nos incisos do Art. 7º, na hipótese prevista no caput do próprio Art. 7º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município **- ANEXO IV.A**.

16.8.3 - Manutenção das mesmas condições de habilitação, prestação das informações solicitadas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferência a outrem as obrigações decorrentes desta licitação.

16.8.4 - Demais condições previstas no **ANEXO VI – Termo de Referência**, se existentes.

16.9 – O licitante vencedor poderá requerer reequilíbrio econômico financeiro, conforme artigo 65 da Lei 8666/93, durante a vigência do Contrato, mediante solicitação formal acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, encaminhado à **CONTRATANTE**.

17. DA FISCALIZAÇÃO

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

17.1 - A fiscalização do Contrato será exercida de forma periódica e sistemática sobre a empresa, através de responsável técnico designado pelo órgão demandante dos serviços.

17.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta a **CONTRATADA** das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato.

17.3 - A fiscalização deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria, especialmente a Lei Municipal 12.827/2021.

17.4 - A fiscalização do Contrato terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar os serviços contratados, objetivando:

17.4.1 - Sustar a execução de serviços contratados, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas em cláusula contratual e;

17.4.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas.

17.5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 - A despesa decorrente da contratação correrá por conta da Dotação Orçamentária , sob o(s) código(s): 8301-4179-339039160100-1

19. DO PAGAMENTO

19.1 – O pagamento será efetuado, após a realização dos serviços e recebimento da respectiva fatura pela **CONTRATANTE**, no prazo 30 (trinta) dias, contados a partir da confirmação de sua realização.

19.1.1 – Considera-se como realização dos serviços, na forma da Lei Municipal 12.827/2021, os serviços prestados até o último dia de cada mês/ os serviços executados e atestados pela fiscalização.

19.2 – Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

19.3 – O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante dos serviços, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

19.3.1 – A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.

19.4 – O **CONTRATANTE** procederá às retenções devidas de acordo com a legislação pertinente.

19.5 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo a **CONTRATADA** informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão **CONTRATANTE**, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

19.6 - A CONTRATADA tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao CONTRATANTE, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

19.7 - Os serviços prestados devem ser mantidos caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

20.1.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

20.1.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

20.1.3 - apresentar documentação falsa;

20.1.4 - não mantiver a proposta;

20.1.5 - comportar-se de modo inidôneo;

20.1.6 - declarar informações falsas;

20.1.7 - cometer fraude fiscal.

20.2 - O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão do Contrato.

20.3 - No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

20.4 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **CONTRATANTE**.

20.5 - Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

20.6 - Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

20.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas, esgotada a fase recursal, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

20.8 - As sanções decorrentes da execução do objeto estão previstas no **ANEXO V - Modelo Minuta de Contrato**.

21. DA RESCISÃO

21.1 – O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93 e do artigo 38, inciso III, da Lei Municipal 12.827/2021.

21.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que o contratado não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

21.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

21.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

21.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8666/93.

22. DOS ANEXOS

22.1 – São anexos deste Edital, fazendo parte integrante os seguintes documentos:

22.1.1 – ANEXO I – Documentação Habilitatória;

22.1.2 – ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço;

22.1.3 – **ANEXO III -** Decreto nº 19.224/2015.;

22.1.4 - **ANEXO IV** - Ordem de Serviço nº 003/2021;

22.1.4.1 - **ANEXO IV.A** - Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município;

22.1.5 – ANEXO V – Modelo Minuta de Contrato;

22.1.6 – ANEXO VI - Termo de Referência.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.1.1 – A participação nesta licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas, bem como o pleno conhecimento do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

23.1.2 - Em caso de divergências entre o EDITAL e o Termo de Referência, prevalecerá o EDITAL.

23.2 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.2.1 – A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação.

23.2.2– A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo Pregoeiro, se os dados existirem em outro documento.

23.2.3 – O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

23.3 - É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme previsto nos termos do **artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.**

23.4 – Não serão fornecidas respostas/informações verbalmente, devendo o interessado manifestar-se no próprio site www.portaldecompraspublicas.com.br na forma do Edital.

23.5 – Após a homologação, o resultado final do julgamento do certame será publicado no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA, on line, podendo ser consultados no endereço www.portoalegre.rs.gov.br/dopa

23.6 – A Administração reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, ou anulá-la, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito à indenização pelos licitantes.

23.6.1 – A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

23.6.2 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

23.7 – É de responsabilidade da empresa interessada a consulta ao Diário Oficial de Porto Alegre, através do site www.portoalegre.rs.gov.br/dopa/ para a verificação da publicação de eventuais alterações feitas no edital até a data da abertura da licitação.

23.8 – Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para dirimir litígios deste instrumento convocatório.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

1 - PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA:

1.1 – Os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço serão encaminhados, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme o **subitem 6.1 do Edital**.

1.2 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

1.3 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

1.3.1 - A não apresentação de documentação em conformidade com este item resultará na inabilitação do licitante proponente.

1.4 - A verificação do atendimento dos requisitos de habilitação dar-se-á na nos termos do **item 10 do Edital.**

2. DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO SERÃO OS SEGUINTES:

2.1 – Documentos Relativos à :

2.1.1 – Habilitação Jurídica:

2.1.1.1 – Ato constitutivo, contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, bem como, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

2.1.1.1.1 – O objeto social da licitante deverá ser compatível com o serviço a ser licitado, caso o objeto social da licitante seja incompatível com o serviço a ser licitado este será considerado inabilitado para a execução dos serviços.

2.1.1.2 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

exercício;

2.1.1.3 – No caso de sociedade cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos: as atas de fundação, de eleição da diretoria, de aprovação do estatuto social e do regimento interno vigentes, da última assembleia geral ordinária de prestação de contas exigível, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como a certidão de regularidade a ser emitida por entidade de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

2.1.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

2.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.1.2.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.1.2.3 – Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União (CND).

2.1.2.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **ESTADO**, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão estadual competente.

2.1.2.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **MUNICÍPIO**, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão municipal competente.

2.1.2.6 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal.

2.1.2.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho – Lei Federal nº 12440/11 - Resolução Administrativa TST 1470/2011.

2.1.2.8 – As Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos, acima mencionados, mesmo que estes apresentem alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123/06).

2.1.2.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis a critério da Administração Pública.

2.1.2.8.2 – A não - regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.1.3 - Qualificação Técnica:

2.1.3.1. Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

2.1.3.2. Indicação de responsável(eis) técnico(s), engenheiro(s) civil(is) ou arquiteto(s), que se responsabilizará(ão) pela execução dos serviços/obra.

2.1.3.2.1. Comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) no item anterior possui(em) vínculo, por relação de emprego, sociedade, direção, administração, por contrato de prestação de serviços, genérico ou específico, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante no CREA/CAU, desde que nesta Certidão conste o nome do(s) profissional(is), na condição de responsável(is) técnico(s) da LICITANTE, que se responsabilizará pela execução dos serviços objeto deste edital.

2.1.3.2.2. Comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) tem habilitação legal para realizá-la, mediante a apresentação de certificado de registro de pessoa física junto ao respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU);

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

2.1.3.3. Atestado(s) de **capacidade técnica-operacional:** apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

a) Manutenção ou reforma predial, ou;

b) Manutenção ou reforma de estações de transporte público.

2.1.3.3.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) correspondente(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e/ou Anotações / Registros de Responsabilidade técnica (ART / RRT) emitida(s) pelo Conselho de fiscalização profissional competente em nome do(s) profissional(ais) vinculado(s) ao(s) referido(s) atestado(s).

2.1.3.4. O(s) atestado(s) referido(s) nos itens **2.1.3.3** deverá(ao) ser emitido(s) em papel que identifique a pessoa jurídica emissora do atestado. O(s) documento(s) deverá(ão) permitir também a perfeita identificação do atestante (responsável pela emissão do atestado), constando nele(s) o nome legível e o cargo do signatário, bem como os meios de contato (telefone, e-mail etc.) para eventual consulta ou diligência.

2.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

2.1.4.1 - Certidão Negativa de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais expedidas pelo Distribuidor da sede da empresa.

2.1.4.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

2.1.4.2 – Deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinado pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedado a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando, encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, conforme **ANEXO IV - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.1.4.3 - Os licitantes que utilizarem a Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped deverão apresentar, para fins de habilitação os documentos abaixo:

2.1.4.3.1 - Recibo de entrega de livro digital;

2.1.4.3.2 - Balanço Patrimonial (ativo, passivo e patrimônio líquido);

2.1.4.3.3- Demonstração do Resultado do Exercício **;**

2.1.4.4 - Para fins de cumprimento da exigência do Art. 31, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93, aplicar-se-á os dispositivos previstos no **ANEXO IV - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrantes do presente Edital.

2.1.4.4.1 - Deve ser considerada para atendimento das exigências referidas, a tabela que faz referência a EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA do ANEXO I da **O.S. 003/2021- ANEXO IV.**

2.1.4.5 – Das Sociedades Anônimas ou Sociedades por Quotas de Responsabilidade LTDA., que adotarem estrutura de S.A. (art. 18, Decreto nº 3708/19), há a impossibilidade de se exigir o balanço patrimonial do último exercício antes do decurso do prazo de quatro meses seguintes ao término deste. Neste caso, poderão apresentar o balanço patrimonial e demonstrativos de resultados do penúltimo exercício social. Fica estabelecido às demais formas societárias regidas pela Lei Comercial, os prazos estabelecidos às empresas que adotarem a

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

estrutura de S.A., conforme exposto acima.

2.1.4.6 - Caso o proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em publicação na Imprensa, ressalvando-se a hipótese prevista no art. 294, inc. III da Lei 6.404/1976. As demais empresas deverão apresentar balanços, certificados por profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, mencionando expressamente o número do livro "Diário" e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito.

2.1.4.7 - As empresas constituídas há menos de um ano deverão apresentar o Balancete de Verificação, referente aos últimos dois meses anteriores a data de abertura das propostas, conforme **ANEXO IV - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.1.4.8 - As empresas constituídas há menos de dois meses deverão apresentar o Balanço de Abertura, conforme **ANEXO IV - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.2 – DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

2.2.1 – ANEXO II – Proposta de Preço.

2.3– DEMAIS DISPOSIÇÕES

2.3.1 - Os certificados e certidões emitidos via sistema eletrônico ficarão condicionados à verificação pela Administração, devendo ser certificada pelo servidor nos autos do processo, podendo o licitante apresentar o certificado/certidão já conferido pelo órgão emitente. Neste caso o servidor poderá confirmar quaisquer informações necessárias ou anexar cópia do próprio certificado, emitido via on-line.

2.3.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou requisição de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

2.3.3 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua emissão.

2.3.4 - As declarações emitidas pelas empresas terão validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua emissão.

2.3.5 - As licitantes que não atenderem as exigências para habilitação contidas neste Edital, serão inabilitadas.

2.3.6 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO E TELEFONE:

E-MAIL:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO: (Banco - Agência - Conta)

2. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como a minuta de Contrato que o integra.

2.1. Contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços indicados no item 1.1 do edital, de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no **ANEXO VI – Termo de Referência** – integrante deste Edital.

VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS: R$ ..... (.....)

2.1.1. Conforme descrito nas especificações técnicas, projetos e orçamentos anexos ao Edital, o preço global dos serviços é de R$ …….…… (preço escrito por extenso), sendo R$ ……..… (preço escrito por extenso) referente à prestação de serviço, R$…..…..(preço escrito por extenso) referente ao emprego de material e R$ ……. (preço escrito por extenso) referente à utilização de equipamentos, de acordo com a O.S. nº 007/2001;

OBSERVAÇÕES:

1) A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

2) O VALOR ACIMA NÃO PODE SER SUPERIOR AO VALOR INDICADO NA PLANILHA CONSTANTE NO **ANEXO VI** DO EDITAL**.**

3) A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR AS PLANILHAS DE CUSTOS JUNTO DESTA PROPOSTA, CONFORME ABAIXO:

3.1) A PLANILHA DEVERÁ SER PADRONIZADA PARA PERMITIR O ENVIO DOS SEUS DADOS AO TCE-RS. PARA TANTO, RECOMENDA-SE QUE A PLANILHA SEJA ENCAMINHADA NO MODELO DISPONIBILIZADO PELO MUNICÍPIO E SEJA PREENCHIDA NOS TERMOS DAS INSTRUÇÕES NELA CONSTANTE, SEM EXCLUIR QUALQUER DADO OU ABA DO ORÇAMENTO BASE.

3 . 2) O ARREMATANTE QUE UTILIZAR A PADRONIZAÇÃO PRÓPRIA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DEVERÁ OBSERVAR QUE, NAS DESCRIÇÕES APRESENTADAS, HAJA A TOTALIDADE DAS INFORMAÇÕES PARA O COMPLETO ATENDIMENTO E ENTENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS EXPRESSAS NESTE INSTRUMENTO. A PLANILHA DA PROPOSTA TAMBÉM DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DA PLANILHA PADRÃO PARA ENVIO AO TCE-RS, CORRETAMENTE PREENCHIDA COM BASE NA PROPOSTA.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

4) OS VALORES UNITÁRIOS (INCLUSIVE AS PARCELAS QUE O COMPÕE) NÃO PODERÃO SER SUPERIORES AOS CONSTANTES NA PLANILHA DE CUSTOS CONSTANTE NO **ANEXO VI** DO EDITAL, CONFORME **ITEM 11.1.2.1 DO EDITAL**.

2.1.2 – O valor total proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, translado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

3. O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, da data fixada para a sua apresentação.

4. Informamos que nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado pelo Município, indicando para esse fim como representante legal desta empresa o(a) **Sr(a) ....., CPF.....**.

4.1. Estamos cientes da necessidade de cadastrar o mencionado representante no sistema **SEI** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para assinar os documentos eletronicamente, conforme instruções disponibilizadas e m http://sei.procempa.com.br/usuario_externo, devendo tal cadastramento ocorrer a partir da data da HOMOLOGAÇÃO do certame.

5 . Declaramos que o endereço do correio eletrônico (e-mail) informado nesta proposta é válido para o recebimento de correspondências e notificações que se fizerem necessárias e estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado do novo e-mail cadastrado.

..... , ... de ..... de .....

_____

(Nome e assinatura do responsável legal).

(RG)

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO A

ENCARGOS SOCIAIS E BDI

(A SER ENCAMINHADO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA AJUSTADA AO LANCE)

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Encargos Sociais	

Grupo A	
INSS	
SESI	
SENAI	
INCRA	
SEBRAE	
Salário Educação	
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
FGTS	
SECONCI	
TOTAL	

Grupo B	
Repouso Semanal Remunerado	
Feriados	
Auxílio - Enfermidade	
13º Salário	
Licença Paternidade	
Faltas Justificadas	
Dias de Chuvas	
Auxílio Acidente de Trabalho	
Férias Gozadas	
Salário Maternidade	
TOTAL	

Grupo C	
Aviso Prévio Indenizado	
Aviso Prévio Trabalhado	
Férias Indenizadas	
Depósito Rescisão Sem Justa Causa	
Indenização Adicional	
TOTAL	

Grupo D	
Reincidência de Grupo A sobre o Grupo B	
Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhando e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	
TOTAL	

TOTAL (A+B+C+D)	

BDI - Benefícios e Despesas Indiretas			
Administração Central		**AC**	
Seguros e Garantia		**S + G**	
Risco		**R**	
Despesas Financeiras		**DF**	
Lucro		**L**	
Impostos (I1+I2+I3+I4)		**I**	
I1	PIS		
I2	COFINS		
I3	ISSQN		
I4	Contribuição Previdenciária (CPRB)		
Fórmula para o cálculo do BDI:			
{[(1+AC+S+R+G) x (1+DF) x (1+L)] / (1-I)} -1			
Resultado do cálculo do BDI:			

ANEXO III

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

DECRETO Nº 19.224, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015 .

Estabelece os critérios e os percentuais máximos, relativos às taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), a serem aplicados na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e revoga o Decreto Municipal nº 19.142, de 18 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 94, inc. II e IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Acórdão 2622/2013 – TCU - Plenário e a requisição nº CB 03/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE, referente à Tabela de preços para Obras Viárias SMOV – para justificar o valor utilizado em cada parcela dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);

considerando que foi formalizado um Grupo de Trabalho por intermédio da Portaria nº 313, de 11 de julho de 2014, para elaboração de estudos técnicos com vistas à construção de composições referenciais para os itens orçamentários que compõe o BDI, bem como com a finalidade de atualizar e normatizar o caderno de encargos da Secretaria de Obras e Viação (SMOV);

considerando que o Grupo de Trabalho nominado pela Portaria nº 313, de 2014, tem como objetivo apresentar estudos e conclusões acerca da metodologia e taxas a serem empregadas na composição dos custos de mão de obra relativos aos Encargos Sociais e Complementares;

considerando que o Grupo de Trabalho, após estudo e analise do tema, propõe a adoção das taxas de Encargos Sociais e de metodologia de cálculo dos Encargos Complementares estabelecidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), adotados pela Caixa Econômica Federal, por entender que já foram amplamente estudadas e perfeitamente aplicáveis as contratações da PMPA; considerando os Decretos n. 15.416, de 20 de dezembro de 2006 e 16.869, de 29 de novembro de 2010, que regulamentam a Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, no que diz respeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); e

considerando as disposições contidas na Lei Federal nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais n. 12.844, de 19 de julho de 2013, e 13.161, de 31 de agosto de 2015, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios e os percentuais máximos, relativos às taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), a serem aplicados na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

§ 1º Fica excepcionado ao disposto no caput do presente artigo, obras que, por sua singularidade, poderão apresentar BDI específico.

§ 2º Para fins deste Decreto, BDI é a taxa correspondente ao lucro e às despesas indiretas, tais como Administração Central, seguro e garantia, taxa de risco, despesas financeiras e tributos (PIS, COFINS, CPRB e ISSQN) e que, quando aplicada ao custo direto de um empreendimento, eleva-o ao seu valor final.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

§ 3º Nas taxas de BDI, determinadas neste Decreto, não estão inclusos os custos relativos à administração local, canteiros de obras, mobilização e desmobilização de equipamentos e sinalização provisória, os quais deverão constar na planilha de orçamento.

§ 4º Os percentuais de BDI previstos na tabela a que se refere o caput foram obtidos através da aplicação da fórmula proposta pelo Acórdão 2.622/2013 do TCU assim descrita:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+G+R)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$$

§ 5º Os índices do BDI poderão ser revistos a qualquer momento pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Nº 313, de 11 de julho de 2014, e alterações posteriores (GT/BDI/PMPA).

Art. 2º Para fins deste Decreto, até 30 de novembro de 2015, os índices propostos pelo GT/BDI/PMPA, consideram-se:

TIPO DE CONTRATAÇÃO	COM DESONERAÇÃO	SEM DESONERAÇÃO
Obras e serviços de engenharia, incluindo pavimentação urbana, obras de arte, edificações, iluminação pública, praças, sistemas de água, esgoto cloacal e pluvial e seus respectivos serviços de conservação e manutenção	- administração central 4,03% - seguro e garantia 0,65% - taxa de risco 1,33% - custo financeiro 1,25% - lucro 8,00% - tributos 6,98%: PIS 3,00%; COFINS 0,65%; ISSQN 1,33%; CPRB 2,00% **TOTAL 24,62%**	- administração central 4,03% - seguro e garantia 0,65% - taxa de risco 1,33% - custo financeiro 1,25% - lucro 8,00% - tributos 4,98%: PIS 3,00%; COFINS 0,65%; ISSQN 1,33%; CPRB 0,00% **TOTAL 21,99%**
Fornecimento de materiais e equipamentos para obras e serviços de engenharia	- administração central 1,00% - seguro e garantia 0,00% - taxa de risco 0,50% - custo financeiro 1,25% - lucro 5,00% - tributos 5,65%: PIS 3,00%; COFINS 0,65%; ISSQN 0,00%; CPRB 2,00% **TOTAL 14,36%**	- administração central 1,00% - seguro e garantia 0,00% - taxa de risco 0,50% - custo financeiro 1,25% - lucro 5,00% - tributos 3,65%: PIS 3,00%; COFINS 0,65%; ISSQN 0,00%; CPRB 0,00% **TOTAL 11,99%**
Projetos e consultorias de engenharia	- administração central 1,00% - seguro e garantia 0,28% - risco 0,00% - custo financeiro 1,25% - lucro 6,16% - tributos 7,65% PIS 3,00%; COFINS 0,65%; ISSQN 4,00%; CPRB não é aplicável, conforme Decreto nº 18.844/2013. **TOTAL 17,88%**	

Art. 3º Na contratação de Obras e Serviços, considerando a tributação do ISSQN no Regime de Dedução de Materiais Presumida, o índice de BDI Diferenciado para fornecimento de materiais e equipamentos deverá ser aplicado nos itens do orçamento referencial com natureza específica, que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas da empresa a ser contratada e que representem percentual significativo do preço global da obra, quando comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, ou nos casos definidos por acórdãos específicos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

§ 1º Nos demais itens que compõem o orçamento referencial, aplica-se o índice BDI para contratação de obras e serviços.

§ 2º Para fins deste Decreto, a contar de 1º de dezembro de 2015, os índices propostos pelo GT/BDI/PMPA, aplicáveis ao Regime de Dedução de Materiais Presumida de que trata este artigo, consideram-se:

TIPO DE OBRA	BDI para contratação de obras e serviços		BDI Diferenciado para fornecimento de materiais e equipamentos	
	EDIFICAÇÕES residenciais, comerciais e mistas e seus respectivos serviços de conservação e manutenção	**INFRAESTRUTURA**, incluindo pavimentação, iluminação pública, praças, saneamento, sistemas de água, esgoto cloacal e pluvial e seus respectivos serviços de conservação e manutenção	**EDIFICAÇÕES** residenciais, comerciais e mistas e seus respectivos serviços de conservação e manutenção	**INFRAESTRUTURA**, incluindo pavimentação, iluminação pública, praças, saneamento, sistemas de água, esgoto cloacal e pluvial e seus respectivos serviços de conservação e manutenção
Parcelas				
(AC) - Administração Central	4,03	4,03	1,00	1,00
(S) + (G) - Seguro e Garantia	0,65	0,65	0,00	0,00
(R) - Risco	1,33	1,33	0,50	0,50
(DF) - Despesas Financeiras	1,52	1,52	1,52	1,52
(L) - Lucro	8,00	8,00	5,00	5,00
Impostos (I= I1+I2+I3+I4):				
(I1) - PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
(I2) - COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
(I3) - ISSQN	1,60	1,20	1,60	1,20
(I4) - Contribuição Previdenciária (CPRB)	4,50	4,50	4,50	4,50
BDI com Desoneração (incluindo I4)	**28,78%**	**28,21%**	**19,88%**	**19,35%**
BDI sem Desoneração (desconsiderando I4)	**22,67%**	**22,15%**	**14,18%**	**13,70%**

Art. 4º Na Contratação de obras e serviços, considerando a tributação do ISSQN no Regime de Dedução de Materiais Comprovada, o BDI para materiais e equipamentos deverá ser aplicado sobre o valor de aquisição de todos os materiais e equipamentos agregados de forma permanente à obra, excluindo-se os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos que forem empregados ou consumidos durante a realização dos trabalhos.

§ 1º Nos demais itens, como a totalidade da mão-de-obra, equipamentos, ferramentas e insumos que forem empregados ou consumidos durante a realização dos trabalhos, deverá ser aplicado o índice BDI para serviços.

§ 2º Para fins deste Decreto, a contar de 1º de dezembro de 2015, os índices propostos pelo GT/BDI/PMPA, aplicáveis ao Regime de Dedução de Materiais Comprovada de que trata este artigo, consideram-se:

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Contratação de obras e serviços				
TIPO DE OBRA	BDI para serviços		BDI para materiais e equipamentos	
	EDIFICAÇÕES residenciais, comerciais e mistas e seus respectivos serviços de conservação e manutenção	**INFRAESTRUTURA**, incluindo pavimentação, iluminação pública, praças, saneamento, sistemas de água, esgoto cloacal e pluvial e seus respectivos serviços de conservação e manutenção	**EDIFICAÇÕES** residenciais, comerciais e mistas e seus respectivos serviços de conservação e manutenção	**INFRAESTRUTURA**, incluindo pavimentação, iluminação pública, praças, saneamento, sistemas de água, esgoto cloacal e pluvial e seus respectivos serviços de conservação e manutenção
Parcelas				
(AC) - Administração Central	4,03		1,00	
(S) + (G) - Seguro e Garantia	0,65		0,00	
(R) - Risco	1,33		0,50	
(DF) - Despesas Financeiras	1,52		1,52	
(L) - Lucro	8,00		5,00	
Impostos (I= I1+I2+I3+I4):				
(I1) - PIS	0,65		0,65	
(I2) - COFINS	3,00		3,00	
(I3) - ISSQN	4,00		0,00	
(I4) - Contribuição Previdenciária (CPRB)	4,50		4,50	
BDI com Desoneração (incluindo I4)	**32,30%**		**17,79%**	
BDI sem Desoneração (desconsiderando I4)	**25,85%**		**12,29%**	

Art. 5º Para fins deste Decreto, a contar de 1º de dezembro de 2015, os índices propostos pelo GT/BDI/PMPA, aplicáveis para a contratação de projetos e serviços técnicos, consideram-se:

Tipo de Contratação	BDI para Projetos e Serviços Técnicos de Engenharia relativos às atividades 7.03, 7.19 e 7.20 (Decreto 16.869/2010)	BDI para Consultorias e Serviços de Apoio Técnico relativos às atividades 7.01, 17.01, 17.03, 17.09 e 17.16 (Decreto 15.416/2006)
Parcelas		
(AC) - Administração Central	1,00	1,00
(S) + (G) - Seguro e Garantia	0,28	0,28
(R) - Risco	0,00	0,00
(DF) - Despesas Financeiras	1,25	1,25
(L) - Lucro	6,16	6,16
Impostos (I= I1+I2+I3+I4):		
(I1) - PIS	0,65	0,65
(I2) - COFINS	3,00	3,00
(I3) - ISSQN	2,00	5,00
BDI	**15,38%**	**19,17%**

Art. 6º Os Encargos Complementares (alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual – EPI, ferramentas, exames e seguros), considerados seus insumos, coeficientes e valores, deverão ser incluídos, no custo horário alocado diretamente à mão-de-obra, nas tabelas de composição de custos dos serviços, de cada órgão e entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, conforme a metodologia adotada pelo SINAPI, para o Município de Porto Alegre.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta observarão as atualizações periódicas, feitas pela Caixa Econômica Federal, das taxas referentes aos Encargos Sociais do SINAPI, para garantir a sua imediata adoção concomitantemente à renovação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 19.142, de 18 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 25 de novembro de 2015.

José Fortunati,

Prefeito.

Jorge Luis Tonetto,

Secretário Municipal da Fazenda.

Registre-se e publique-se.

Urbano Schmitt,

Secretário Municipal de Gestão.

ANEXO IV

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003, DE 21 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre os indicadores da situação econômico-financeira das empresas licitantes da Administração Direta e Indireta.

Considerando o disposto no artigo 31, inciso I, §§ 1º e 5º, e artigo 118, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente à documentação de habilitação quanto à qualificação econômico-financeira das empresas licitantes;

Considerando o disposto no artigo 69, da Lei Federal n.º 14.1333/2021, referente à qualificação econômico-financeira das empresas licitantes;

Considerando que a instituição de indicadores padronizados para verificação da situação financeira das referidas empresas, proporcionará aos órgãos encarregados de cadastro e elaboração de processos licitatórios melhores condições de avaliação da situação econômico-financeira das empresas;

Considerando que os processos licitatórios devem ser permeados pelo Princípio da Competitividade, que visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, todavia, garantindo a segurança e a eficiência da contratação;

D E T E R M I N O:

Art. 1º A verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes com o Município de Porto Alegre observará o disposto na presente Ordem de Serviço.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Art. 2º Para as aquisições e contratações de obras e serviços de até R$1.000.000,00 (um milhão de reais), para verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizado o exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do último exercício social, nos seguintes indicadores:

I – Índice De Liquidez Corrente (LC);

II – Índice De Liquidez Geral (LG);

III – Solvência Geral (SG);

§ 1º Obterão classificação econômico-financeira as empresas que apresentarem, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, conforme Anexo.

§ 2º Os licitantes que não obtiverem a classificação econômico-financeira prevista no § 1º deste artigo, deverão comprovar que possuem capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de obtenção da sua classificação econômico-financeira.

§ 3º A qualificação econômico-financeira estabelecida neste artigo também deverá ser exigida nas licitações para o Sistema de Registro de Preços destinados a aquisição de bens e materiais e a prestação de serviços, inclusive de engenharia; independentemente do valor estimado da licitação.

Art. 3º Para aquisições, contratações de obras e serviços cujo valor estimado seja superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), assim como para contratações cujo objeto seja cessão de mão de obra, independente de seu valor, a verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizada por meio do exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do último exercício social, obtendo a classificação econômico-financeira as empresas que atenderem as seguintes condições:

I - Indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, sendo:

a) Índice De Liquidez Corrente (LC);

b) Índice De Liquidez Geral (LG);

c) Solvência Geral (SG);

II - Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

Parágrafo único. Nas hipóteses do caput deste artigo, salvo para as aquisições, será também exigida a comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, deduzidos os insumos dos serviços; **(alterado pela Ordem de Serviço 14, de 28 de dezembro de 2021)**

Art. 4º Para fins de apuração do valor estimado da licitação e verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes, considerar-se-á:

I – o valor total estimado do item ou do lote arrematado pela empresa, quando a licitação tiver mais de um item ou lote de itens em disputa;

II - o valor total estimado, no caso de contratações por prazo determinado;

III – o valor anual estimado, no caso de contratações para a prestação de serviços a serem executados de forma contínua;

Art. 5º Para efeito de controle dos prazos e de validade da qualificação econômico-financeira, os Certificados de Registro Cadastral deverão apresentar a data de vencimento das referidas peças contábeis.

Art. 6º As empresas constituídas há menos de 1 (um) ano apresentarão:

I – para participar em licitações, o Balancete de Verificação referente aos 2 (dois) últimos meses anteriores à data de abertura dos envelopes.

II – para efeito de inscrição no Registro Cadastral, a empresa constituída há menos de 1 (um) ano deverá apresentar o Balancete de Verificação referente ao mês anterior à data de solicitação da inscrição.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Art. 7º As empresas constituídas há menos de 2 (dois) meses, para efeito de inscrição no Registro Cadastral e participação em licitações, apresentarão o Balanço de Abertura.

Art. 8º As formas societárias definidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultados quando a licitação tratar de **fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais** .

Parágrafo único. Deverá ser exigida da licitante enquadrado na condição referida no *caput*, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

Art. 9º As empresas fornecedoras de bens que não atingirem os índices estabelecidos para a qualificação econômico-financeira, prevista nos artigos 2º e 3º desta Ordem de serviço, estarão aptas, exclusivamente, para o fornecimento de bens para pronta entrega e para a locação de materiais.

§ 1º Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se pronta entrega o fornecimento realizado pela contratada em 1 (uma) única parcela, e efetuado imediatamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota de empenho ou da ordem de compra.

§ 2º A hipótese prevista no § 1º deste artigo deverá constar expressamente no ato convocatório.

Art. 10. A classificação econômico-financeira instituída nesta Ordem de Serviços poderá ser alterada nos Editais elaborados pela Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre/RS somente em casos excepcionais, devidamente justificados em razão da peculiaridade do objeto licitado ou em decorrência de regras estabelecidas pelos entes alheios ao Município responsáveis pelo repasse ou financiamento dos recursos para o atendimento da despesa, ainda que parcialmente.

Art. 11. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Ordem de Serviço nº 09, de 22 de agosto de 2019;

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE,

Sebastião de Araújo Melo,

Prefeito de Porto Alegre.

ANEXO

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 1

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1
SG	=	$\frac{A\ REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,5

COMPRAS E SERVIÇOS

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 0,8
LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 0,8
SG	=	$\frac{A\ REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,2

LC = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.

LG = mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a longo prazo.

SG = mede a capacidade financeira da empresa a longo prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

AC = Ativo Circulante.

PC = Passivo Circulante.

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exígivel a Longo Prazo

A REAL = Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex.: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

ANEXO IV.A

INSTRUÇÃO NORMATIVA 005/2023 DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Estabelece procedimentos para avaliação e

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

fiscalização do Programa de Integridade das pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que compete à Controladoria-Geral do Município (CGM) fiscalizar o Programa de Integridade das pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos termos do art. 42 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito da Administração Pública Municipal, os procedimentos a serem adotados para avaliação do Programa de Integridade, quanto aos indicadores e parâmetros mínimos necessários para o cumprimento da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Os Programas de Integridade das pessoas jurídicas, para fins da aplicação do disposto no art. 33 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, serão avaliados nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se: I - Pessoa Jurídica: quaisquer Sociedades Empresárias e Sociedades Simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como quaisquer Fundações, Associações Civis, ou Sociedades Estrangeiras, que tenham Sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente;

II - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: a pessoa jurídica que cumprir os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - Certificado: Certificado de Apresentação de Programa de Integridade, emitido pela CGM;

IV - Relatório de perfil: documento no qual devem ser informadas as principais características da empresa e seu grau de interação com a Administração Pública;

V - Relatório de conformidade: relatório a ser preenchido pela empresa, no intuito de demonstrar o funcionamento do Programa de Integridade e sua aplicação;

VI - Plano de Trabalho e cronograma de implementação do programa de integridade: documento a ser elaborado pela empresa, no qual devem constar as ações que a empresa irá tomar visando implementar o Programa de Integridade. No cronograma de implementação, deverão constar as datas em que a pessoa jurídica pretende cumprir cada ação, as quais devem ocorrer dentro do prazo estipulado no inciso II, § 3º, art. 33 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021; e

VII - Documentos comprobatórios: são os Documentos oficiais da empresa, correios eletrônicos, cartas, Declarações, correspondências, Memorandos, Atas de Reunião, Relatórios, Manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, Notas Fiscais, Registros Contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital, que se prestem a evidenciar os requisitos avaliados.

Art. 3º Nos termos do art. 29 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, exige-se Programa de Integridade às pessoas jurídicas que celebrarem qualquer Contrato, Consórcio, Convênio, Concessão, Parceria Público-Privada ou qualquer outro Instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de contratação direta ou emergencial, pregão eletrônico, dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a Administração Pública Municipal, cujo valor global anual seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou com valor global

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

igual ou superior a R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), cujo prazo de validade ou de execução for igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º Enquanto não forem editadas regras específicas, a exigência referida no caput não será aplicada para Contratos celebrados entre a Administração Pública Municipal e Sociedades de Economia Mista ou Empresas Públicas federais, estaduais ou municipais.

§ 2º No caso de Contrato firmado por Consórcio de empresas, considera-se que cada uma das consorciadas deve elaborar e implementar seu próprio Programa de Integridade.

Art. 4º Para fins de avaliação, a Pessoa Jurídica que já possuir o Programa de Integridade, antes da celebração de relação contratual com o Município de Porto Alegre, deverá apresentar:

I - Relatório de perfil;

II - Relatório de conformidade do programa; e

III - Documentos comprobatórios.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, considera-se relação contratual inclusive a renovação contratual ou outro Aditivo por prazo igual ou superior ao previsto no § 1º, art. 29, da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021.

Art. 5º No Relatório de perfil, a pessoa jurídica deverá informar:

I – a descrição dos setores do mercado em que atua;

II – a estrutura organizacional;

III – o número de funcionários próprios e terceirizados;

IV – os principais clientes, com a composição do faturamento em Contratos públicos e privados;

V – a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de acordo com o objeto do Contrato;

VI – a participação em outras empresas;

VII – a definição do porte empresarial, de acordo com a Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; e

VIII – as interações com a Administração Pública nacional ou estrangeira.

Art. 6º No Relatório de conformidade do programa, a Pessoa Jurídica deverá:

I - informar a estrutura do Programa de Integridade, com:

a) indicação de quais parâmetros previstos nos incisos do caput do art. 34, da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, foram implementados;

b) descrição de como os parâmetros previstos na alínea “a” foram implementados; e

c) explicação da importância da implementação de cada um dos parâmetros previstos na alínea “a”, frente às especificidades da pessoa jurídica, para a mitigação de risco de ocorrência de atos lesivos constantes do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

II - demonstrar o funcionamento do Programa de Integridade na rotina da pessoa jurídica, com histórico de dados, indicadores de compliance e casos concretos; e

III - demonstrar a atuação do Programa de Integridade na prevenção, detecção e remediação de atos lesivos.

Parágrafo único. A Pessoa Jurídica deverá comprovar suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Art. 7º Na hipótese da Pessoa Jurídica celebrar relação contratual com o Município pela primeira vez e não possuir um Programa de Integridade implementado, deverá apresentar:

I - Termo de Compromisso antes da assinatura do Contrato;

II - Relatório de perfil, nos termos do art. 5º desta Instrução Normativa, nos primeiros 30 (trinta) dias após a ordem de início do Contrato; e

III - Plano de Trabalho e cronograma de implementação do Programa de Integridade, nos primeiros 30 (trinta) dias após a ordem de início do Contrato.

§ 1º O cronograma disposto no inciso III deverá ser cumprido em até 06 (seis) meses, a contar, no mínimo, de 02 (dois) meses após o início da execução contratual.

§ 2º No Plano de Trabalho e cronograma de implementação do programa de integridade, a pessoa jurídica deverá descrever, detalhadamente, como se dará a implementação do Programa de Integridade da sua organização. O Plano de Trabalho deverá conter o registro das ações a serem realizadas, bem como um cronograma com as entregas e as tarefas necessárias para a implementação do Programa.

§ 3º A CGM realizará visita durante a implementação do plano disposto no inciso III deste artigo, a fim de orientar quanto ao saneamento de eventuais inconformidades detectadas, relacionadas ao não atendimento do cronograma de trabalho.

§ 4º Findo o prazo para implementação do programa de integridade, a empresa deverá apresentar os documentos para avaliação, conforme disposto nos incisos II e III do art. 4º.

Art. 8º O Termo de Compromisso, Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade devem ser entregues, obrigatoriamente, de acordo com o modelo estabelecido pela CGM, cujo download está disponível na página web da Prefeitura de Porto Alegre, por meio do link https://prefeitura.poa.br/smtc/programa-de-integridade.

Art. 9º A implementação, por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, dos parâmetros de que trata o art. 6º desta Instrução Normativa, bem como o § 2º e o caput do art. 34 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, poderá ser efetivada por meio de medidas de integridade mais simples, com menor rigor formal, que demonstrem o comprometimento com a ética e a integridade na condução de suas atividades.

Art. 10 A avaliação do Programa de Integridade, de que trata o § 5º, art. 33, da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, deverá levar em consideração as informações prestadas pela Pessoa Jurídica, e sua comprovação, nos Relatórios de perfil e de conformidade do programa.

§ 1º As medidas de integridade implementadas deverão considerar o atendimento dos parâmetros dispostos nesta Instrução Normativa e sua adequação ao perfil da empresa.

§ 2º A documentação comprobatória de cada item da avaliação deve ser enviada de forma organizada, por requisito, em arquivo pdf, sendo que o nome do arquivo deve corresponder ao número do item ao qual o documento se presta a responder, com base na Planilha de Avaliação do Programa de Integridade, a qual encontra-se disponível por meio do link https://prefeitura.poa.br/smtc/programa-de-integridade.

§ 3º A documentação comprobatória deve estar escrita na língua portuguesa.

§ 4º O cumprimento dos parâmetros adotados pela Pessoa Jurídica será considerado como implementado, quando atingida pontuação igual ou superior a 80 (oitenta) pontos, conforme avaliação estabelecida na Planilha de Avaliação do Programa de Integridade.

§ 5º Concluindo pelo atendimento dos requisitos referidos no § 4º, deste artigo, a CGM emitirá e disponibilizará o Certificado de Apresentação de Programa de Integridade.

§ 6º A avaliação será disponibilizada à pessoa jurídica, que poderá manifestar-se e/ou apresentar documentos

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

complementares que entender necessários, uma única vez, no prazo improrrogável de 04 (quatro) dias úteis, a contar da data do recebimento da avaliação.

§ 7º Findo o prazo estabelecido no § 6º, deste artigo, e na ausência de um dos pré-requisitos estabelecidos nos artigos 5º e 6º e, ainda, no não cumprimento dos parâmetros do § 4º, a Pessoa Jurídica deverá apresentar Plano de Implementação.

§ 8º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será reconhecido, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 9º O plano de implementação do Programa de Integridade que se mostrar ineficaz ou em constante atraso ao cronograma apresentado não será certificado, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 10 A CGM poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins da avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 11 A CGM não emitirá o certificado e indicará ao fiscal de contrato que notifique a Pessoa Jurídica, dentre outras situações, quando:

I – o documento não for legível ou arquivo com problemas de visualização;

II – o documento não comprove satisfatoriamente o atendimento ao respectivo quesito dos Relatórios; e

III – houver preenchimento insatisfatório das justificativas ou detalhes das respostas que forem exigidos em relação a quesitos dos Relatórios de perfil e de conformidade.

§ 12 O prazo para complementação e/ou retificação de respostas e/ou de documentos fornecidos, de que trata o § 11 deste artigo, será de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

Art. 11 A Pessoa Jurídica que possuir programa de integridade implementado, certificado pela CGM, terá sua avaliação válida por 03 (três) anos, a contar da data de emissão deste.

§ 1º A CGM poderá reavaliar, a qualquer tempo, o atendimento dos requisitos pela Pessoa Jurídica, bem como requerer apresentação de documentos comprobatórios para análise, durante o tempo de validade do Certificado.

§ 2º Na aplicação do previsto no § 1º, a Pessoa Jurídica será notificada a apresentar documentação e/ou o saneamento de não conformidade detectada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da Notificação.

§ 3º Na hipótese da Pessoa Jurídica, quando da reavaliação, não apresentar a documentação requerida e/ou o saneamento de não conformidade detectada, terá o seu Certificado cancelado e será passível de Multa.

§ 4º Caso a empresa seja penalizada com impedimento de licitar e contratar ou declarada inidônea, o certificado será automaticamente cancelado.

Art. 12 A Controladoria-Geral do Município regulamentará a instituição de um Comitê de Avaliação de Programa de Integridade, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 13 O Comitê de Avaliação de Programa de Integridade reavaliará as planilhas de avaliação do Programa de Integridade, no prazo de até 30 (trinta) dias após a designação dos seus integrantes.

Art. 14 Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa serão decididos motivadamente pelo Controlador-Geral do Município.

Art. 15. Todos os Contratos assinados anteriormente à publicação da Lei nº 13.523, de 30 de junho de 2023, nos

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

critérios enquadrados no art. 3º desta Instrução Normativa, permanecem os procedimentos dispostos na Instrução Normativa CGM nº 003/2021.

Art. 16. Revoga-se a IN CGM nº 003/2021.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 18 de setembro de 2023.

CLEIDE LAMMEL LUCAS, Controladora-Geral do Município, em exercício.

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

C O N T R A T O

Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE** e a **Empresa** (.....), para a prestação de serviços de manutenção e limpeza de abrigos de parada e de estações de corredores do sistema de transporte público coletivo por ônibus de Porto Alegre.

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, **CNPJ nº 92.963.560/0001-60,** neste ato representado pelo ....., conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 19.932, de 29 de janeiro de 2018, aqui denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **....., CNPJ nº .....**, tendo sede na ....., cidade de ....., legalmente representada pelo(a) sr.(a) ....., aqui denominada **CONTRATADA**, celebram presente **CONTRATO**, advindo do **Pregão Eletrônico nº 646/2023**, em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/02, a Lei Complementar Municipal n.º 881/2020, a Lei Municipal n. 12.827/2021, o Decreto n.º 20.587/20 e subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes a matéria, o qual será regido pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelo edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento como se nele estivessem transcritos, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e limpeza de abrigos de parada e de estações de corredores do sistema de transporte público coletivo por ônibus de Porto Alegre.

1.2 – Os serviços serão executados conforme Termo de Referência que instruiu o processo licitatório do Pregão Eletrônico e as demais condições estabelecidas no edital e na legislação pertinente.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

1.3 – Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela **CONTRATADA** no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE**.

1.4 – Nenhuma modificação poderá ser introduzida, sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**, através do órgão demandante dos serviços.

1.5 – O objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido de acordo com o disposto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo de vigência é de 12 (doze) meses a contar da **ASSINATURA do CONTRATO** , podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 57, **II** da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

2.2 – A Ordem de Início dos serviços somente poderá ser entregue após a emissão da nota de empenho, a publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial de Porto Alegre e a aprovação do Cronograma Físico-Financeiro, que dela constará como anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Pela execução dos serviços, objeto do presente, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, em moeda corrente nacional, o valor máximo de R$ ..... (…), o qual será pago conforme a efetiva realização dos serviços, **conforme planilha de custos presente no Anexo A.**

3.1.1. – O pagamento será efetuado, após a realização dos serviços e recebimento da respectiva fatura pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da confirmação de sua execução.

3.1.2. - Consideram-se efetivamente realizados os serviços executados e atestados pela fiscalização do Contrato, nos termos e condições do art. 18 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

3.2 - Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este se dará no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

3.2.1 - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante dos serviços, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

3.2.2 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto do item acima, deverá ser retificada/substituída/complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.

3.3 – A **CONTRATANTE** procederá às retenções devidas de acordo com a legislação pertinente.

3.4 - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo a **CONTRATADA** informar o número do banco, da agência da conta bancária ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

3.5 - A CONTRATADA tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao CONTRATANTE, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

3.6 - Os serviços prestados devem ser mantidos caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA QUARTA – REEQUILIBRIO, REAJUSTE.

4.1 – A CONTRATADA poderá requerer reequilíbrio econômico financeiro à **CONTRATANTE**, conforme artigo

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

65 da Lei Federal nº 8666/93, durante a vigência do contrato, mediante solicitação formal acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

4.2 – Os valores contratados serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Custo da Construção/FGV (INCC-DI/FGV) ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, ficando sua aplicação suspensa por um ano, salvo disciplinamento diverso e cogente oriundo da Lei Federal.

4.2.1 – Na hipótese de concessão do primeiro reajustamento, este será calculado com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção/FGV (INCC-DI/FGV), abrangendo o período compreendido entre a data limite para apresentação da proposta e o mês correspondente ao do implemento da anuidade.

4.3 - Os preços dos itens novos (não constantes da proposta original), incluídos em Contrato através de termo aditivo, somente serão reajustados após um ano da data da proposta do termo aditivo, observando-se o índice de reajuste estabelecido no Contrato.

4.4 – Para obtenção dos itens previstos nesta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá formalizar, durante a vigência contratual, a solicitação junto ao fiscal do contrato, devendo a referida manifestação ser anexada aos autos do processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Compete à **CONTRATADA**:

5.1.1 – Prestar os serviços na forma ajustada e dentro do melhor padrão técnico aplicável, no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento às especificações do **CONTRATANTE** e a proposta apresentada.

5.1.1.1- Quando da prestação do serviço contratado, caso este não corresponda à especificação exigida no Edital e neste contrato, a **CONTRATADA** deverá providenciar, imediatamente a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo das cominações previstas neste Contrato, no Ato Convocatório e anexos, na Lei 8.666/93 e suas alterações e no Código de Defesa do Consumidor.

5.1.2 – Cumprir as obrigações previstas no **Termo de Referência**, integrante do presente Contrato;

5.1.2.1 – No cumprimento das obrigações, deverão ser obedecidas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e do **ANEXO B - Compromisso de Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados.**

5.1.3 – Assumir responsabilidades **legais, administrativas e técnicas** pela execução dos serviços.

5.1.4 – Submeter-se à fiscalização do **CONTRATANTE,** através do responsável técnico, designado, pelo órgão demandante dos serviços.

5.1.4.1 - Disponibilizar mensalmente à fiscalização do contrato, por meio de arquivo eletrônico, todas as informações sobre a quantidade e a qualidade do serviço, tais como cronograma dos trabalhos realizados, número de metros quadrados limpos, áreas vigiadas, quantidade de lixo recolhido e atendimentos prestados, conforme as características do objeto licitado, em atendimento ao inciso V do art. 49 da Lei Complementar Municipal n.º 881/2020.

5.1.5 – Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.

5.1.6 – Prestar as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE**, dentro dos prazos estipulados.

5.1.7 – Sanar imediatamente quaisquer irregularidades comunicadas pela fiscalização do Contrato.

5.1.8 – Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.

5.1.9 – Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de quaisquer situações, a fim de não causar transtorno ou atraso quanto à prestação de serviço.

5.1.10 – Submeter-se às disposições legais em vigor.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

5.1.11 – Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.1.12 – A **CONTRATADA** será responsável exclusiva pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

5.1.13 – Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas junto aos seus empregados, bem como obrigações fiscais decorrentes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório.

5.1.14 – Cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7 º da CF/88, de acordo com a Lei n.º 9854/99, (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos).

5.1.15 – Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

5.1.16 – Manter-se durante toda a execução deste contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e às condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

5.1.17 – Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação dos serviços a serem executados.

5.1.18 – Quando a **CONTRATADA** for Cooperativa de Trabalho, deverá ser apresentada a comprovação da eleição da Coordenação estabelecida no artigo 7º, § 6º, da Lei nº 12.690/12.

5.2 – Não contratar empregado para prestar serviços para a contratante que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 04 de junho de 2010.

5.2.1 – Considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

5.3 – A **CONTRATADA,** na execução dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades assumidas neste Contrato e legais, poderá subcontratar os profissionais impermeabilizador e serralheiro (soldador), desde que se trate de demanda pontual, por tempo determinado, e formalmente autorizado pela FISCALIZAÇÃO, se for conveniente para a Administração Municipal, mediante prévia e escrita autorização do **CONTRATANTE,** ressalvado o disposto da cláusula 5.4.

5.4 – A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados**.**

5.4.1 – A **CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros a responsabilidade de que trata o subitem anterior na hipótese de subcontratação**.**

5.5 - Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pela **CONTRATADA**, nas hipóteses previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021.

5.5.1 - A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da celebração do **CONTRATO**, devendo a **CONTRATADA** apresentar, até a data de sua assinatura, os documentos previstos no Art. 4º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município.

5.5.2 - A **CONTRATADA** que celebrar relação contratual com o **CONTRATANTE** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, deverá apresentar, antes da assinatura do Contrato, os documentos relacionados no Art. 7º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município.

5.5.3 - Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento.

5.5.4 - O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação e

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

efetividade, pela Controladoria-Geral do Município, na forma estabelecida na Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município, sujeitando-se a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 – Compete ao **CONTRATANTE:**

6.1.1 – Emitir, no processo que originou a contratação, a Ordem de Início em formato digital (documento SEI: "Ordem de Início C151"), devidamente preenchida e assinada eletronicamente.

6.1.2 - Emitir prévio empenho anteriormente ao início da prestação de serviços da **CONTRATADA**.

6.1.3 – Atender as solicitações de esclarecimentos da **CONTRATADA**.

6.1.4 – Inspecionar a execução e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório.

6.1.5 – Transmitir, por escrito, todas as ordens de serviços ou comunicações para a **CONTRATADA,** a fim de que produza efeitos.

6.1.6 – Efetuar o pagamento no modo e no prazo ajustado;

6.1.7 – Fornecer as orientações necessárias para a correta execução dos serviços, através da realização de reuniões, sempre que necessário;

6.1.8 – Acompanhar a execução dos serviços contratados e verificar se os mesmos estão de acordo com o cronograma a ser apresentado à **CONTRATADA**;

6.1.9 – Decidir sobre casos omissos nas especificações;

6.1.10 – Registrar quaisquer deficiências na execução dos serviços, encaminhando cópia para a empresa **CONTRATADA**;

6.1.11 – Disponibilizar para a **CONTRATADA**, através da equipe de fiscalização dos serviços, informações e orientações sobre procedimentos a serem adotados.

6.1.12 – Providenciar a rescisão do Contrato, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir os prazos e demais exigências necessárias à execução dos serviços, bem como aplicar as medidas cabíveis.

6.1.13 – É facultado ao **CONTRATANTE,** em qualquer fase do Contrato**,** promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

6.1.14 - Providenciar a publicação do **Extrato de Contrato** e de seus **Termos Aditivos** no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA) até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A fiscalização do Contrato será exercida, através de responsável técnico designado pelo(a) ..... (**órgão/entidade contratante**).

7.2 – A fiscalização deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria, especialmente a Lei Municipal 12.827/2021.

7.2.1 - Compete à fiscalização disponibilizar todas as informações sobre a quantidade e a qualidade do serviço enviadas pela Contratada por meio de arquivos eletrônicos (tais como cronograma dos trabalhos realizados, número de metros quadrados limpos, áreas vigiadas, quantidade de lixo recolhido e atendimentos prestados, conforme as características do objeto contratado) de modo transparente e objetivo, na *internet*, para que a sociedade possa auxiliar no controle e na fiscalização do serviço prestado.

7.2.2 - Quando a **CONTRATADA** for Cooperativa de Trabalho, também compete à fiscalização observar e fazer

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

cumprir a legislação cooperativista, especialmente a Lei Federal nº 5.764, de 1971 e a Lei Federal nº 12.690, de 2012.

7.3 - O órgão contratante terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar os serviços contratados, diretamente através de sua fiscalização, objetivando:

7.3.1 - Sustar a execução de serviços contratados, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas em cláusula contratual e;

7.3.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas.

7.4 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

8.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;

8.1.2 - apresentar documentação falsa;

8.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;

8.1.4 - não mantiver a proposta;

8.1.5 - falhar na execução do contrato;

8.1.6 - fraudar a execução do contrato;

8.1.7- comportar-se de modo inidôneo;

8.1.8 - declarar informações falsas; e

8.1.9 - cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

8.2.2. Multa de:

8.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.2.2.2. 0,1% até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 4% (quatro por cento) por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

8.2.2.5. 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, pelo descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021;

8.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

8.3. As sanções previstas nos subitens 8.2.1, 8.2.3 e 8.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 1% por fato
02	0,4% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 2% por fato
03	0,8% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 4% por fato
04	1,6% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 8% por fato
05	3,2% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 16% por fato
06	4% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% por fato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Executar os serviços com desídia, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 03 ou menor, no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	04

Assinado eletronicamente por Patrícia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

6	Cometer desídia grave na execução dos serviços, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 04 ou maior, no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	06
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) na licitação;	01

8.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.6.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, o Município ou Ente poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

8.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas, esgotada a fase recursal, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1 - Para garantia do fiel cumprimento do Contrato a ser firmado, a empresa vencedora deverá, por ocasião da assinatura, prestar garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com fundamento no artigo 56 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações;

9.1.1 - A referida garantia será reduzida ao percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato, na forma do art. 33, § 5º, da Lei Municipal 12.827/2021, se a CONTRATADA já possuir o Programa de Integridade antes da celebração do presente CONTRATO.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

9.2 – A **CONTRATADA** poderá escolher uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro garantia ou fiança bancária.

9.3 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de dívidas trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, fiscais, indenização a terceiros, pagamento de multas contratuais, municipais, devidas ou de responsabilidade da **CONTRATADA** em razão da prestação dos serviços objeto do contratado, bem como os prejuízos ao **CONTRATANTE** resultantes da conduta de seus prepostos e contratados.

9.4 – A garantia deverá ser apresentada até a data da assinatura do Contrato.

9.5- - O recolhimento da caução em dinheiro ocorrerá mediante agendamento no Tesouro Municipal/Secretaria Municipal da Fazenda localizado na Rua Siqueira Campos, nº 1300, sala 412, 4º andar. Informações sobre trâmites para garantia em moeda corrente e agendamentos devem ser solicitadas pelo e-mail financeiro@portoalegre.rs.gov.br .

9.6 – A garantia nas demais modalidades deverá ser enviada preferencialmente para o e-mail financeiro@portoalegre.rs.gov.br ou agendado atendimento presencial no mesmo endereço indicado no subitem anterior.

9.7 - Em caso de dúvidas, referentes à garantia, poderão ser esclarecidas pelo e-mail indicado no subitem acima.

9.8 - A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída, mediante solicitação por escrito para a Fiscalização do Contrato, após recebimento definitivo do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1 – O Contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93 e do artigo 38, inciso III, da Lei Municipal 12.827/2021.

10.1.1 – O Contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

10.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

10.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

10.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – A despesa decorrente da contratação correrá por conta da Dotação Orçamentária sob o(s) código(s): 8301-4179-339039160100-1

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Fica a **CONTRATADA** vinculada, até o término do presente Contrato, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de translado fazem parte integrante deste instrumento

12.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto contratual, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades da CONTRATADA, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

12.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 646/2023, com todos os seus Anexos;

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

12.2.2 - Proposta da CONTRATADA;

12.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 – Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos oriundos do presente Contrato, fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim, por estarem justos e acordados, é firmado o presente Contrato, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **CONTRATANTE.**

ANEXO A

PLANILHA DE CUSTOS

A ser preenchido pela Administração de acordo com a Proposta de preços a ser entregue pelo Contratante.

ANEXO B

COMPROMISSO DE ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1.1. Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

1.2. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá trata-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo CONTRATANTE.

1.3. O CONTRATANTE, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável a matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertada pela CONTRATADA.

1.4. Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste CONTRATO ou das orientações fornecidas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE.

1.5. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a CONTRATADA declara:

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

a) tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do CONTRATANTE;

b) tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo CONTRATANTE;

c) conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;

d) implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;

e) assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

1.6. A CONTRATADA manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para: (a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares.

1.7. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

1.8. O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da CONTRATADA, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes.

1.9. A CONTRATADA se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo CONTRATANTE que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento".

ANEXO VI

Termo de Referência

O Termo de Referência na íntegra se encontra no(s) documento(s) SEI nº 26176960;

Planilha de orçamento e Cronograma Físico-Financeiro - doc. SEI nº 25323063;

- Para fins de informação ao TCE, sistema Licitacon, constam ocultas as abas Identificação-TCE; Orçamento-TCE; Proposta-TCE;

- Composição do BDI e dos Encargos Sociais - doc. SEI nº 25323063;

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Levantamentos- doc. SEI nº 24789408, 24789430 e 24789466.

- Atendimento ou dispensa acerca do art. 4º da Lei Municipal 12.827/2021 - item 4.11 do TR.

Documento assinado eletronicamente por **Leticia Novello Cezarotto**, **Diretor(a)**, em 16/11/2023, às 14:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador **26235656** e o código CRC **54A16445**.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2.

Assinado eletronicamente por:
* Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho (***.128.497-**)
em 10/10/2024 11:34:15 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60793d68-b34d-4df9-b081-1c3543a8a7c2



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 9. Pesquisa de Mercado nº 1032/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c

Espécie/Tipo	Pesquisa de Mercado
Número	1032/2024
Assunto	Pesquisa de mercado do PNCP
Restrições	"Interno"

Contratações

Editais e Avisos de Contratações | Atas de Registro de Preços | Contratos

Consulte os diversos instrumentos convocatórios para compra de produtos, serviços e outros interesses da administração pública.

Palavra-chave

Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais

Status

- A Receber/Recebendo Proposta
- Em Julgamento/Propostas Encerradas
- (•) Encerradas
- Todos

Limpar | Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das das estações do BHLS."

Sugestões:

- Certifique-se de que o termo foi digitado corretamente
- Tente outra palavra-chave
- Tente palavras-chave mais gerais

Voltar

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS









Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

Contratações

Consulte os diversos instrumentos convocatórios para compra de produtos, serviços e outros interesses da administração pública.

Palavra-chave

Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais

Status

- (●) A Receber/Recebendo Proposta
- ( ) Em Julgamento/Propostas Encerradas
- ( ) Encerradas
- ( ) Todos

Limpar | Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição ponto de onibus"

Sugestões:

- Certifique-se de que o termo foi digitado corretamente
- Tente outra palavra-chave
- Tente palavras-chave mais gerais

Voltar

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS









Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

Planos de Contratações Anuais

Palavra-chave

Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais

Limpar Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição ponto de ônibus"

Sugestões:

- Certifique-se de que o termo foi digitado corretamente
- Tente outra palavra-chave
- Tente palavras-chave mais gerais

Voltar

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

Enap Escola Nacional de Administração Pública

SERPRO

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://leciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

Contratações

Editais e Avisos de Contratações | Atas de Registro de Preços | Contratos

Consulte os diversos instrumentos convocatórios para compra de produtos, serviços e outros interesses da administração pública.

Palavra-chave

Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais

Status

- (○) A Receber/Recebendo Proposta
- (○) Em Julgamento/Propostas Encerradas
- (●) Encerradas
- (○) Todos

Limpar | Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das das estações de ônibus"

Sugestões:

- Certifique-se de que o termo foi digitado corretamente
- Tente outra palavra-chave
- Tente palavras-chave mais gerais

Voltar

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS









Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

Planos de Contratações Anuais

Palavra-chave

Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais

Limpar Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "Manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição dos abrigos de onibus"

Sugestões:

- Certifique-se de que o termo foi digitado corretamente
- Tente outra palavra-chave
- Tente palavras-chave mais gerais

Voltar

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

Enap Escola Nacional de Administração Pública

SERPRO

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://leciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Assinado eletronicamente por Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c.

Assinado eletronicamente por:
* Patricia Da Silva Monteiro De Carvalho (***.128.497-**)
em 10/10/2024 11:34:34 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/39940b54-aaa2-4814-9383-5ac44ab6f13c

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 10. Mapa de Cotação nº 43/2024/99 - SECONSER - COMPRAS - SETOR DE COMPRAS (26.1)

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/48eb8f79-2bc7-46d3-b9d5-ad9a85ce3406

Espécie/Tipo	Mapa de Cotação
Número	43/2024/99 - SECONSER - COMPRAS - SETOR DE COMPRAS (26.1)
Assunto	
Restrições	"Interno"

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e Serviços Públicos SECONSER

PROCESSO: 9900049517/2024

OBJETO:	DEMONSTRAÇÃO DE VATAJOSIDADE Luke's Engenharia Ltda Me. VALOR	Homologação e edital eletrônico : 646/2023 Prefeitura de Porto Alegre * VALOR	PNCP-PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PUBLICAS VALOR	LICITAÇÕES BB VALOR
MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS DE NITERÓI NO PERÍODO DE 12 MESES	R$ 2.508.423,47	R$ 2.949.499,99	NÃO ENCONTRADO	NÃO ENCONTRADO
TOTAL	**R$ 2.508.423,47**	**R$ 2.949.499,99**	**NÃO ENCONTRADO**	**NÃO ENCONTRADO**

*** foi extraída de valores obtidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e não pode ser utilizado devido ao lapso temporal de 1 ano, e também devido a ausência de itens na planilha de serviços.**

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/48eb8f79-2bc7-40d3-b9d5-ad9a85ce3406.

Assinado eletronicamente por:
* Rafael De Melo Amaral (***.421.267-**)
  em 10/10/2024 15:21:54 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/48eb8f79-2bc7-46d3-b9d5-ad9a85ce3406

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 11. Solicitação de Compra nº 1236494/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/f03d7768-fbcf-45d3-8560-8bc5fbeb6f81

Espécie/Tipo	Solicitação de Compra
Número	1236494/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

MUNICIPIO DE NITEROI
RUA VISCONDE DE SEPETIBA
NITEROI
21 26200403
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
28.521.748/0001-59

SOLICITAÇÃO DE COMPRA N° 131900

ORGÃO : SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS
UNIDADE : SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS
USUÁRIO : ESTEFANIA CRISTINA ROBERTSON DE OLIVEIRA
131900

QUANDO NECESSÁRIO FRETE, O MESMO CORRERÁ POR CONTA DO FORNECEDOR
TODO FRETE DEVERÁ SER PAGO PELA EMPRESA REMETENTE - O MATERIAL DEVERÁ SER DE PRIMEIRA QUALIDADE

Dados da Solicitação

Departamento : 864 - SECONSER - CONTINT - CONTROLE INTERNO **Tipo : PREGÃO**
Data : 10/10/2024 Val. Aprox.: R$ 20.000,00 **P.A. : 9900049517/2024**

Resumo : 9900049517/2024
ID:N/A
NT: EM TRÂMITE
CONTRATO: 25/2022
PREGÃO
PERÍODO DE REFERÊNCIA: PARCIAL DEZEMBRO/2024

Termo Aditivo ao contrato de empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.

FORNECEDORES SUGERIDOS

CGM	NOME/RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	TELEFONE
1209399	LUKES ENGENHARIA LTDA CNPJ/CPF: 30678636000158	ATOR PAULO GUSTAVO, 426	NITEROI	

ITEM	QUANT	REF	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	SERVIÇO	**Dotação: 19034/2024 - 26.01.15.451.0011.6184.3339039000000.150102** **Unidade Orçamentária: SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS** **Proj/Ativ: 6184 - Manutenção e conservação dos terminais de ônibus do sistema BHLS (Bus of High Level of Service)** **Elemento: OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA** **Recurso: 1.501.02 - Outros Recursos não Vinculados** **3.3.9.0.39.84.00.00 - SERVICOS ESPECIALIZADOS** **Plano Orçamentario: 18280 - 006.006.00070 - Contratos e Serviços Continuados - Manutenção e Conservação - Bus with High Level Service (BHLS)** **C.O: 0000 - Não se Aplica** **3297 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO** **RESERVA: TOTAL - R$** RESUMO: Empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.	**20.000,000000**	**20.000,00**
			T O T A L		**20.000,00**

NITEROI, 10 DE OUTUBRO DE 2024.

AUTORIZO	AUTORIZO	VISTO
SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERV	DIV. DE ABASTECIMENTO	

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/f03d7768-fbcf-45d3-8560-8bc5fbeb6f81.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 11/10/2024 09:04:05 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/f03d7768-fbcf-45d3-8560-8bc5fbeb6f81



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 12. Declaração de adequação orçamentária

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c1b48a16-af6e-455f-92a8-ca614f74f445

Espécie/Tipo	Declaração de adequação orçamentária
Número	
Assunto	
Restrições	"Interno"

DECLARAÇÃO

Declaro que, nos termos do artigo 16, inciso II, da Lei de responsabilidade fiscal, a referida despesa possui adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Ricardo Lanzellotti
Secretário de Conservação e Serviços Públicos
Matr.: 1245336-0

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c1b48a16-af6e-455f-92a8-ca614f74f445.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 11/10/2024 09:04:05 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c1b48a16-af6e-455f-92a8-ca614f74f445



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 13. Despacho nº 99002919266070/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7a0d2628-ea31-46a3-8a18-8d083d3356bf

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919266070/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

Processo:	Data:
9900049517/2024	24/05/2024

A SSINLOG,

Segue o presente processo com justificativa a seguir:

Já há entendimento que, quando se tratar de prorrogação de contrato de prestação de serviço contínuo sem aplicação de reajuste, entende-se que a Pesquisa de Mercado pode ser flexibilizada, desde que a área técnica contratante justifique a dificuldade da pesquisa e ateste que o valor de referência do Pregão que originou o Contrato 25/2022 se fundamentou em adequada pesquisa de preços, que o certame observou a devida competitividade e que o preço atual continua dentro dos parâmetros do mercado. Podemos observar que no Processo Licitatório, que originou o referido contrato houve adequada Pesquisa de Preços e os valores encontrados foram satisfatórios para conclusão do Certame, onde o mesmo foi realizado através da modalidade de Pregão Eletrônico com ampla concorrência.

Concluímos que este Setor de Compras não mediu esforços para robustecer a Pesquisa em sítios eletrônicos, como PNCP, BB Licitações e também um Edital 646/2023 da Prefeitura de Porto Alegre (Peças 07, 08 e 09), que servem apenas para amostragem e não para balizamento de preços.

Em tempo, segue Solicitação de Compras (Peça 11), assim como Declaração de Adequação Orçamentária (Peça 12).

Em, 10/10/2024.

Rafael Amaral
Diretor de Compras e Orçamento
SECONSER-PMN
Mat: 1237111-0

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7a0d2628-ea31-46a3-8a18-8d083d3356bf.

Assinado eletronicamente por:
* Rafael De Melo Amaral (***.421.267-**)
  em 10/10/2024 15:21:39 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7a0d2628-ea31-46a3-8a18-8d083d3356bf

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 14. Despacho nº 99002919266119/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/2fe69142-fe5b-4e92-af00-49f25059f75a

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919266119/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

Ao Gabinete,

Segue o p.p. para a sua apreciação e análise, em caso positivo, solicito, s.m.j., que o mesmo seja encaminhado para a Assessoria Jurídica para providências cabíveis.

Em, 10/10/2024

Atenciosamente,

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/2fe69142-fe5b-4e92-af00-49f25059f75a.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
em 10/10/2024 15:28:28 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/2fe69142-fe5b-4e92-af00-49f25059f75a

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 15. Despacho nº 99002919267310/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fe966e6e-dd37-4ed3-8efb-a179fa616dfd

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919267310/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

Ao Departamento Jurídico,

Encaminho o p.p para providências ao seu cargo.

At.te

Ricardo Lanzellotti
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fe966e6e-dd37-4ed3-8efb-a179fa616dfd.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 11/10/2024 11:11:48 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fe966e6e-dd37-4ed3-8efb-a179fa616dfd



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 16. Despacho nº 99002919276892/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf3ef6f0-1f2e-472f-8e33-77f5f8afc599

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919276892/2024
Assunto	ANÁLISE JURÍDICA - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO 25-2022 -
Restrições	"Interno"

Processo	Data	Peças
9900049517/2024	24/05/2024	

A SUBSECRETARIA DE PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO/GABINETE,

Em atendimento ao solicitado as peças 04, encaminho o p.p com análise, sobre a legalidade do pedido de PRORROGAÇÃO do contrato **n°25/2022**, firmado com a empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME**, que possui como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.

Esclareço, que existe previsão de prorrogação do supracitado contrato e no edital de origem, na forma prevista do art. 57, II, da Lei Federal 8666/93, encontra previsão na cláusula segunda, parágrafo primeiro do Contrato n° **25/2022:**

CLÁUSULA SEGUNDA: PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

1 – Dos requisitos previstos no Enunciado nº 8 da PGM, que versa sobre prorrogação de prazo contratual:

Em consonância com o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, admite-se a prorrogação dos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos, desde que atendidos os seguintes requisitos:(i) contrato em vigor; (ii) previsão no edital e no contrato acerca da possibilidade de prorrogação;(iii) prazo da prorrogação igual ou inferior ao estabelecido no contrato de origem;(iv) observância do limite máximo de 60 (sessenta) meses para o prazo total do contrato; (v) autorização da autoridade competente; (vi) comprovação da manutenção das condições de habilitação do contratado;(vii) disponibilidade orçamentária, de acordo com a legislação pertinente;(viii) justificativa da vantajosidade para a Administração Pública, a ser aferida tanto pelo critério econômico (preço) quanto por outras condições relevantes (desempenho satisfatório prévio do contratado, conhecimento do objeto contratual, dentre outras).

2-Quanto aos documentos contratuais, seguem:

- Contrato nº25/2022, assinado em 29/12/2022: (peças17)
- Portaria designação dos fiscais do contrato 25/2022 (peças18)
- Edital de Licitação: (peças 19)
- Anexo III – Modelo de Proposta de Preços - LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME (peças 20)
- T.A 01/2023 ao Contrato 25/2022 (peças 21)
- Minuta do T.A 02/2024 ao Contrato 25/2022 **(peças 22)**

3- Manifestação da Contratada:

A empresa Contratada se manifestou interessada na prorrogação contratual, conforme documento as peças 02.

Ainda as peças 02, a empresa contratada, esclarece, que irá protocolar, junto a SECONSER, um pedido formal de reajuste de preços relativo ao período de 2023-

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf3ef6f0-1f2e-472f-8e33-77f5f8afc599.

2024, como forma da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e preços atualmente pactuados.

Não averiguo a existência de certidões que visam comprovar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada. solicito que sejam apresentadas, o conjunto de certidões buscando comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

4- Pesquisa de Mercado:

Verifico que a Subsecretaria de Infraestrutura e Logística juntou documentos de peças 07 a 10 referentes a pesquisa de mercado, para que haja demonstração da vantajosidade da prorrogação antes da assinatura do Termo Aditivo. Bem como justificativa as peças 13 referente a pesquisa de mercado.

5- Informação de Disponibilidade Orçamentária:

Verifico a inclusão de documentações de peças 11 e 12 que informa sob qual dotação orçamentária correrá a presente despesa, bem como demais informações orçamentárias pertinentes.

6 - Cumprimento do art. 38 da Lei Federal 8.666/93

Em atendimento ao que dispõe o mencionado no art. 38, §ú, da Lei Federal 8666/93, é imprescindível que a PGM emita o devido e competente parecer jurídico e para tanto, anexo para análise jurídica a MINUTA DO TERMO ADITIVO 02/2024 AO CONTRATO 25/2022.

Informo, que a minuta acostada refere-se ao modelo relativo a prorrogação de prazo sem renuncia de reajuste, vez que, conforme mencionado as peças 02, a empresa informa que irá protocolar, junto a SECONSER, pedido formal de reajuste de preços relativo ao período de 2023-2024, ocorre que até a presente data, não localizamos no sistema e-ciga, processo administrativo referente a pedido de reajuste de preço protocolado pela empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME**, na forma estipulada na cláusula nona, parágrafo nono, do contrato 25/2022.

Informo ainda que trâmita nesta Seconser, Processo Administrativo nº9900001137/2024 protocolado pela empresa Luke's, contendo pedido formal de reajuste do contrato 25/2022, relativo ao período de 12/2022 a 11/2023.

Em relação ao item 1 requisito (viii) do Enunciado nº 8 da PGM, relativo justificativa da vantajosidade para a Administração Pública, é recomendado que seja atestado pelo fiscal do contrato o desempenho satisfatório e a inocorrência de faltas ou sanções contratuais à empresa contratada, de modo a demonstrar a vantajosidade da prorrogação para além do aspecto econômico.

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf3ef6f0-1f2e-472f-8e33-77f5f8afc599.

Processo	Data	Peças
9900049517/2024	**24/05/2024**	

Neste passo, sugiro, s.m.j, que que o presente processo administrativo seja **encaminhado a Subsecretaria de Pavimentação e Conservação** para atendimento aos itens 1 requisito (viii) do Enunciado nº 8 da PGM , relativo a justificativa da vantajosidade e iten 03 relativo a apresentação das certidões que buscam comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da empresa, após, solicito encaminhamento ao Gabinete para análise e se for o caso, encaminhamento do que o p.p a PGM, para emissão de competente Parecer Juridico.

Niterói, 16 de outubro de 2024.

MARA PEREIRA
Assessoria - Seconser
Mat.18.131016

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf3ef6f0-1f2e-472f-8e33-77f5f8afc599.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 17/10/2024 14:45:23 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf3ef6f0-1f2e-472f-8e33-77f5f8afc599

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 17. Justificativa do Processo

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/20210b38-c160-45b5-99ed-f517faf2209e

Espécie/Tipo	Justificativa do Processo
Número	
Assunto	Cópia do contrato 25/2022
Restrições	"Interno"

ACORDO 12.219

CONTRATO Nº 25/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS, RECUPERAÇÃO, MELHORIAS, PINTURAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E PEÇAS DE SUBSTITUIÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE NITEROI, PELA SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS E A LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME.

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, tendo como gestora a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER**, representada pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Srª. DAYSE NOGUEIRA MONASSA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 0178680115-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 642.121.577-72, doravante denominada **SECRETÁRIA**, sendo a **SECONSER** sediada na Avenida Visconde Rio Branco, nº 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-970, inscrita a Prefeitura Municipal de Niterói no CNPJ/MF sob o nº 28.521.748/0001-59 e a empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Anita Nilo Peçanha, nº106, São Francisco - RJ - CEP 24.360-210, inscrita no CNPJ sob o nº 30.678.636/0001-58, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, regularmente inscrito no CPF nº 138.552.347-60, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, com fundamento no processo administrativo nº 040/001111/2022, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência do Objeto, conforme

especificações constantes na tabela I e dos demais itens do termo de referência, especificados e quantificados na forma da proposta de preços (Anexo III) e Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO ÚNICO - O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente contrato e/ou da emissão da Ordem de Início dos Serviços, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
c) exercer a fiscalização do contrato;
d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
l) manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.
o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
r) A reparação de qualquer dano como conseqüência do trabalho contratado, do seu pessoal, equipamentos ou instalações, ficará a cargo do contratado.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:
FONTE: 138
PROGRAMA DE TRABALHO: 26.0115.452.0010.4011
NATUREZA DA DESPESA: 3390.39

Com cobertura inicial através da Nota de Empenho: 3392/2022, no valor de R$ 41.807,05 (quarenta e um mil, oitocentos e sete reais e cinco centavos), referente ao período de dezembro de 2022. As Notas de Empenho referente aos futuros pagamentos, serão emitidas oportunamente.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR ESTIMADO DO CONTRATO E DA ALTERAÇÃO

O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos, conforme ato de nomeação:

1- Marcelo Serieiro – Matrícula: 1242247-3

2-Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 1243077-0

3- Ricardo Lanzellotti– Matrícula: 1245336-0

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelo(a) REPRESENTANTE ou COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO mencionado(a) no parágrafo primeiro, no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do bem/produto;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Federal nº 8.213, de 1991, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "o", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar aCertidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" até "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionado no parágrafo segundo ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de

participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), em 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas, de R$ 209.035,28 (duzentos e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e oito centavos) tudo de acordo com as medições, que retratam o efetivo consumo demandado pelo Município, diretamente na Conta Corrente nº 99899-9, Agência 8563, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Município (BANCO ITAU S.A).

PARÁGRAFO PRIMEIRO –No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, nº 11, Ponta da Areia – Niterói, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO– Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização

financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die.*

PARÁGRAFO OITAVO- A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO NONO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços.

PARÁGRAFO DÉCIMO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na forma da Lei Federal nº 8.213/91, de 1991, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "o", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

PARÁGRAFO QUARTO – Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art.5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro Municipal suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do parágrafo primeiro, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do parágrafo primeiro, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo primeiro:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida no parágrafo terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do parágrafo primeiro, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do parágrafo primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo do Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do parágrafo primeiro, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art.5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias , contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.
PARÁGRAFO SEGUNDO– Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos em lei;

II quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 29 de dezembro de 2022.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
LUKE´S ENGENHARIA LTDA-ME

_____
TESTEMUNHA

_____
TESTEMUNHA

Doutorado.	7 pontos.

ANEXO III–FICHA DE PONTUAÇÃO

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO PRETENDIDA	Nº PÁGINAS	CONFERÊNCIA	PONTUAÇÃO EFETIVA*
Exercício de atividade profissional em DEFESA CIVIL.				
Exercício de atividade profissional na área de conhecimento específica.				
Capacitação mínima de 20 horas na Área de Conhecimento.				
Publicação de artigos e resumos na área de Defesa Civil em revistas científicas e/ou eventos acadêmicos.				
Curso Superior Completo.				
Certificações e capacitações em Defesa Civil				
Participação em Seminário e Simpósio na Área de Conhecimento.				
Especialização e/ou Pós-Graduação, com carga horária mínima de 360h.				
Mestrado.				
Doutorado.				

DECLARO VERÍDICAS AS INFORMAÇÕES POR MIM FORNECIDAS: DATA: ___/___/___

CANDIDATO(A)

ANEXO IV - CALENDÁRIO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022/SMDCG.

ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação do edital	**07/01/2023**
Inscrições	**12/01/2023 a 14/01/2023**
Publicação do resultado preliminar	**19/01/2023**
Recursos	**20/01/2023**
Resultado dos recursos	**24/01/2023**
Resultado final	**24/01/2023**
Publicação da homologação	**27/01/2023**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA

Rescisão Contratual

Consideram-se rescindido o contrato abaixo relacionado, de acordo com o resultado do processo seletivo público Emergencial 2020 - Edital nº 01/2020, realizado por esta Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária do Município de Niterói.

Contrato	Contratado	Cargo	Data da Rescisão
293/2021	MONIQUE SILVA DA CONCEIÇÃO	Educador Social	03/01/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Departamento de Fiscalização de Posturas

- **Intimação nº 015383 de 05/01/2023**, MARIA CRISTINA FERNANDES DA SILVA ANDRADE;
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.
- **Intimação nº 15651 de 04/01/2023**, AO PROPRIETÁRIO – BANCA DE JORNAL (ENDEREÇO RUA MARQUÊS DE PARANÁ, 290);
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.
- **Intimação nº 015655 de 04/01/2023**, AO PROPRIETÁRIO (ENDEREÇO RUA JOÃO DALOSSI, S/Nº);
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.
- **Intimação nº 015656 de 04/01/2023**, AO PROPRIETÁRIO (ENDEREÇO RUA JOÃO DALOSSI, S/Nº);
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.
- **Intimação nº 015657 de 04/01/2023**, AO PROPRIETÁRIO (ENDEREÇO RUA JOÃO DALOSSI, S/Nº);
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.
- **Intimação nº 015289 de 04/01/2023**, AO PROPRIETÁRIO (ENDEREÇO RUA JOÃO DALOSSI, S/Nº);
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.
- **Intimação nº 015287 de 04/01/2023**, AO PROPRIETÁRIO – SALÃO DE BELEZA (ENDEREÇO RUA JOÃO DALOSSI, S/Nº);
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.
- **Intimação nº 015288 de 04/01/2023**, DEPÓSITO (PORTA PRETA) - AO PROPRIETÁRIO (ENDEREÇO RUA JOÃO DALOSSI, S/Nº);
nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO Nº 001– Contrato nº 25/2022 – SECONSER. PARTES: Município de Niterói, tendo como gestora a SECONSER – Secretaria de Conservação e Serviços Públicos de Niterói e a empresa LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME, OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, conforme especificações constantes na TABELA I do Termo de Referência de Despesa. VERBA: Natureza das Despesas: 33.90.39, Fonte: 138, Programa de Trabalho: 26.0115.452.0010.4011. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos). FUNDAMENTO: Artigo 54 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 040/001111/2022. DATA DA ASSINATURA: 29/12/2022. NOTA DE EMPENHO: 3392/2022. DATA DE EMPENHO: 29/12/2022. Ficam designados fiscais do contrato: Marcelo Serieiro - Matrícula nº

1242247-3, Leandro Alves Cecchetti – Matrícula 1243077-0 e Ricardo Lanzellotti – Matrícula nº 1245336-0.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

PORT. Nº 001/2023- Art. 1º - Renovar a suspensão do licenciamento de engenhos publicitários regidos pelos artigos 247 a 251 da Lei 2624/08, em todo o Município de Niterói, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), até a regulamentação dos artigos supramencionados.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a contar da data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

O **MUNICIPIO DE NITERÓI,** inscrita no CNPJ nº 28.521.748/001-59, autoriza a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ,** localizada no endereço Av. Pedro Calmon nº 550- Ilha da Cidade Universitária – Campus Fundão Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ /MF: 33.663.683/0001-16 e **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO – FJUB,** localizada no endereço Av. Pasteur, nº 280 – URCA – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ /MF: 42.429.480/0001-50, através do contrato nº 003/2022, celebrado entre as partes com fundamento no processo administrativo nº 080.004101/2022, a dar início a Prestação de serviço especializado para avaliação do equilíbrio econômico – financeiro e da sustentabilidade dos contratos de concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus do município de Niterói.

Subsecretario de Transito e Transportes

Portaria SMU/SSTT Nº 0001/2023

O Subsecretario de Transito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 180005190/2022, com o Nada Opor da SSTT , Diretoria de Planejamento de Transporte, Trânsito e Infraestrutura Viária da NITTRANS.

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir área de operação de carga e descarga, de 2ª a sábado, de 10h às 16h na Rua Vereador José Vicente Sobrinho nº 465 e nº 467 ;

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Portaria SMU/SSTT Nº 0002/2023.

O Subsecretario de Transito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo do parecer técnico da Diretoria de Planejamento da Nittrans com o NADA OPOR da Fiscalização da SSTT .

RESOLVE:

Art. 1º- Proibir o estacionamento de veículos nos seguintes logradouros:

I- Rua Santo Amaro, lado ímpar do trecho compreendido entre a Av. Ewerton da Costa Xavier e a Rua Professora Jurinil Andrade Costa, em Itaipu;

II- Rua Santo Amaro, lado par no trecho compreendido entre as ruas Professora Jurinil Andrade Costa e Paulo Jo´se Maria;

III- Rua Augusto Vieira Jacques, lado ímpar no trecho compreendido entre a Avenida Ewerton da Costa Xavier e a Rua Professora Jurinil Andrade Costa;

IV- Rua Augusto Ferreira Ramos, lado ímpar;

V- Rua Professora Jurinil Andrade Costa, lado ímpar no trecho compreendido entre a Avenida Ewerton da Costa Xavier e a Rua Santo Amaro.

VI- Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Portaria SMU/SSTT Nº 0003/2023.

O Subsecretario de Transito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 5300102492022, com o Nada Opor da SSTT , Diretoria de Planejamento de Transporte, Trânsito e Infraestrutura Viária da NITTRANS

RESOLVE:

Art. 1º- Suprimir temporariamente até o termino da obra, 02(duas) vagas de táxi na Rua Nilo Peçanha nº 48 e nº 44 ;

Art. 2º- Instituir área de carga e descarga de obra na Rua Nilo Peçanha nº 48 e nº 44, , de 2ª a 6ª feira, de 7h às 17h, com validade até o término da obra;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Portaria SMU/SSTT Nº0004/2023.

O Subsecretario de Transito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 0800012662/2022, bem como o parecer do Fiscal do Sistema Viário.

RESOLVE:

Art. 1º- DEFERIR a transferência de Autonomia nº 0802 em favor de Marcos Paulo Mussi Paes em razão do falecimento do antigo titular Paulo Roberto Ribeiro Paes .

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Portaria SMU/SSTT Nº0005/2023.

O Subsecretario de Transito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 080002311/2022, bem como o parecer do Fiscal do Sistema Viário.

RESOLVE:

Art. 1º- DEFERIR a transferência de Autonomia nº 1118 em favor de Marcos José Gomes Tebaldi em razão do falecimento do antigo titular José Maria Tebaldi.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Portaria SMU/SSTT Nº0006/2023.

O Subsecretario de Transito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 080002310/2022, bem como o parecer do Fiscal do Sistema Viário.

RESOLVE:

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 18. Justificativa do Processo

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/825af39c-699b-48a9-88ea-10b1cafb995b

Espécie/Tipo	Justificativa do Processo
Número	
Assunto	Portaria fiscais de contratos da SECONSER D.O -03-10-2024 -
Restrições	"Interno"

Art. 1º - Fica AUTORIZADO nos termos da Lei Municipal nº 3.738/2022 o acesso GRATUITO ao Transporte Coletivo de Ônibus no município de Niterói nos dias de Eleições Oficiais – 06/10 e 27/10 (caso haja 2º turno nas eleições municipais).
Art. 2º- Ficam as Consorciadas TransNit e TransOceânica comunicadas de que devem disponibilizar suas FROTAS NORMALMENTE conforme os dia úteis de maior fluxo.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
EXTRATO 17/SEMPAS/2024

Em conformidade com o Processo Administrativo Eletrônico nº990010290/2024, abaixo referenciado AUTORIZO a dispensa de licitação. INSTRUMENTO: Dispensa de Licitação para Contratação de Empresa de Prestação de Serviço de café da manhã para o programa Rede Acolher desenvolvido pela Secretaria de Participação Social; Partes: Município de Niterói, por intermédio da Secretaria de Participação Social e a Empresa LFGOMES Comércio e Serviços Ltda Cnpj. VALOR: R$57.000,00(cinquenta e sete mil reais). nota de empenho 00865. FUNDAMENTO: artigo 75, inc. II, da Lei 14.133/21.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA N° 032/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 01/2020, firmado com a empresa VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA:
1º Fiscal: Alexandre Moraes da Silva – Matrícula: 1243295-0;
2º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0;
3º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 033/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 13/2020, firmado com a empresa LUKE'S ENGENHARIA LTDA- ME:
1º Fiscal: Alexandre Moraes da Silva – Matrícula: 1243295-0;
2º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0;
3º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 034/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 18/2020, firmado com a empresa ECO X CONSULTORIA AMBIENTAL EMPRESARIAL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA:
1º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0;
2º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
3º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 035/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 25/2022, firmado com a empresa LUKE'S ENGENHARIA LTDA- ME:
1º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
2º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70;
3º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 036/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 11/2023, firmado com a empresa PRESERVE AMBIENTAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA:
1º Fiscal: Alexandre Moraes da Silva – Matrícula: 1243295-0;
2º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0;
3º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 037/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 16/2023, firmado com a empresa VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA:
1º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70;
2º Fiscal: Alexandre Moraes da Silva – Matrícula: 1243295-0;
3º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 038/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 17/2023, firmado com a empresa QUALIS TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA:
1º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70;
2º Fiscal: Rafael de Melo Amaral – Matrícula: 123711-10;
3º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 039/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 18/2023, firmado com a empresa GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELLI:
1º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0;
2º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
3º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 040/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 19/2023, firmado com a empresa GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELLI:
1º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
2º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0;
3º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 041/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 02/2024, firmado com a empresa LUKE'S ENGENHARIA LTDA- ME:
1º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0;
2º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
3º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 042/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 03/2024, firmado com a empresa SEVEN SETE CONSTRUTUORA LTDA:
1º Fiscal: Danilo dos Santos Ferreira Valim – Matrícula: 123452-13;
2º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
3º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 043/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 04/2024, firmado com a empresa CONTECK COMÉRCIO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA:
1º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70;
2º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
3º Fiscal: Susan Sales Canellas – Matrícula: 1247232-0.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 044/2024- O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na fiscalização do Contrato nº 06/2024, firmado com a empresa ENGEBIO ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE LTDA:
1º Fiscal: Danielle Silveira Mendes – Matrícula: 1247416-0;
2º Fiscal: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 124.307-70;
3º Fiscal: Danilo dos Santos Ferreira Valim – Matrícula: 123452-13.
Art. 2º - A presente portaria torna sem efeito qualquer portaria anterior de designação de fiscais relacionada ao referido instrumento contratual.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA PGM Nº 36, DE 1º DE OUTUBRO DE 2024- DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO 10º PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO FORENSE DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas, e considerando o resultado final do 10º Processo Seletivo para o Programa de Estágio Forense, promovido pela Comissão Organizadora, designada pela Portaria PGM nº 16, de 09 de abril de 2024, e composta por membros indicados para coordenar e supervisionar todas as etapas do certame, resolve:
Art. 1º Fica homologado o resultado final do 10º Processo Seletivo para o Programa de Estágio Forense da Procuradoria-Geral do Município de Niterói, conforme a relação dos candidatos aprovados, divulgada por meio do edital PGM/Cejur Estágio Forense nº 07, de 27 de setembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Município de Niterói em 30 de setembro de 2024.
Art. 2º O processo seletivo foi organizado por Comissão especialmente designada para tal, por meio da Portaria PGM Nº 16, de 09 de abril de 2024, e seguiu todas as normas estabelecidas no respectivo edital.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
EXTRATO SUAD N.º: 158/2024

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2023; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Blessing Análises Clínicas e Anatomia Patológica. **PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO:** Anamaria Carvalho Schneider e Lauro Garcia; **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência e a alteração quantitativa com acréscimo de valor ao Contrato nº 006/2023, que trata da prestação de serviços no recebimento de material biológico, realização de exames de análises clínicas, citologia, imunohistoquímica e anatomia patológica com emissão dos respectivos resultados de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado nos artigos 57, II, 65, inciso I, alínea "b", e 58, inciso I da Lei 8.666/93, visando a melhor adequação às finalidades de interesse público.
VALOR: R$ 310.412,50 (trezentos e dez mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos); **VERBA:** Natureza da Despesa: 33.90.39; Fonte: 1.600.50; Programa de Trabalho: 2543.10.302.0133.6152; Nota de Empenho: 499/2024. **PRAZO**: Este Termo Aditivo prorroga o prazo de vigência do contrato por 12 meses adicionais, totalizando um prazo de 24 meses; **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como o processo administrativo nº 2000/13934/2022; **ASSINATURA:** 24 de maio de 2024. Fica desconsiderada a publicação do mencionado aditivo ocorrida no Diário Oficial do Município de Niterói do dia 08/06/2024, página 18.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
EXTRATO SUAD N.º: 159/2024

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2023; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Laboratório Dom Bosco LTDA. **PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO:** Anamaria Carvalho Schneider e Possidio Gomes Campos Júnior; **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência e a alteração quantitativa com acréscimo de valor ao Contrato nº 007/2023, que trata da prestação de serviços especializados no recebimento de material biológico, realização de exames de análises clínicas, e outros de de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado nos artigos 57, II, 65, inciso I, alínea "b", e 58, inciso I da Lei 8.666/93, visando a melhor adequação às finalidades de interesse público. **VALOR:** R$ 52.087,50 (cinquenta e dois mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos); **VERBA:** Natureza da Despesa: 33.90.39; Fonte: 1.600.50; Programa de Trabalho: 2543.10.302.0133.6152; Nota de Empenho: 501/2024. **PRAZO**: Este Termo Aditivo prorroga o prazo de vigência do contrato por 12 meses adicionais, totalizando um prazo de 24 meses. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como o processo administrativo nº 2000/13934/2022; **ASSINATURA:** 24 de maio de 2024.
Fica desconsiderada a publicação do mencionado aditivo ocorrida no Diário Oficial do Município de Niterói do dia 08/06/2024, página 18.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE
PORTARIA FM /SUGETE Nº 279/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 15.340/2024, publicado em 04/04/2024.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o artigo 130, da Lei nº 531 de 18 de janeiro de 1985 a Agente de Saúde Pública KATIA ROSE, Nível Fundamental, do Quadro Permanente, matrícula nº 435.633-3, 03 (três) meses de LICENÇA ESPECIAL, referente ao 4º quinquênio, do período de 06/08/2003 a 02/08/2023, para serem usufruídos a partir de 22/10/2024 e a terminar em 19/01/2025. Referente ao processo: 9900085239/2024.

Anulação de Licença Especial - Deferida - 200/4633/2018 - CLAUDIA TEIXEIRA DE ARAUJO PROCESSO – Processo (de Prorrogação de Posse) nº 9900096724/2024 – DEFERIDO

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE
PORTARIA DAF N.º 113/2024 | EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O Diretor de Administração e Finanças da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pela Lei Municipal nº. 3.133, de 13 de abril de 2015, pela Lei n.º 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal n.º 14.730/2023, e considerando a necessidade de formalização da designação de membros para compor a ***(i)*** Equipe de Planejamento da Contratação, ***(ii)*** a Comissão de Contratação (ou Agente de Contratação) e ***(iii)*** a Comissão de Fiscalização de Contratos da Fundação, providenciando seu encaminhamento para publicidade no Diário Oficial do Município,
RESOLVE:

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 19. Justificativa do Processo

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/3e8d878d-ee8c-4773-9940-88c75c82e72a

Espécie/Tipo	Justificativa do Processo
Número	
Assunto	Edital de licitação
Restrições	"Interno"

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	391

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO – prestação de serviços
COMPRASNET

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/1111/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/22
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL
DATA DA REALIZAÇÃO: 21/12/2022
HORÁRIO: 10:00
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

O MUNICÍPIO DE NITERÓI por meio da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER, com sede na Avenida Visconde do Rio Branco, nº 11, Ponta da Areia – Niterói, torna público que, devidamente autorizada pela Secretária de Conservação e Serviços Públicos, na forma do disposto no processo administrativo n. 040/0011/2022, fará realizar, no dia ..21..de..DEZ.....de2022,às..10:00.horas, no Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 5º andar, Centro – Niterói - RJ, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** conforme ANEXO I – Termo de Referência do Objeto, que será regida pelo disposto no Decreto nº 3.555/2000, na Lei nº 10.520/2002, no Decretos Municipais 9.642/2005 e 12.518/2017, na Lei nº 8.666/1993, na Lei Complementar nº 123/2006 e, ainda, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas.

1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas mediante nota no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br , através do nº _____ na parte relacionada a futuras licitações, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.2 As empresas interessadas serão obrigadas o sítio eletrônico do item anterior para a obtenção das informações sobre o certame.

1.3 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.niteroi.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a doação de uma resma de papel A4,

no Departamento de Material e Patrimônio à Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 5º andar, Centro, Niterói, RJ, comprovado pela equipe de apoio.

1.4 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Departamento de Material e Patrimônio à Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 5º andar, Centro, Niterói, RJ, de 10:00 horas até 16:00 horas ou através do e-mail material.sma@niteroi.rj.gov.br

1.4.1 Caberá ao Pregoeiro, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, observado o disposto no item 1.1.

1.5 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Visconde de Sepetiba nº 987, Térreo – Protocolo Geral, Centro, Niterói, RJ, de 10:00 horas até 16:00 hora, ou, ainda, através do fac-símile fax (021) 2613.2456 ou e-mail: material.sma@niteroi.rj.gov.br.

1.6 Caberá à Secretária de Conservação e Serviços Públicos, auxiliada pelo Comissão de Pregão, decidir sobre a impugnação, observado o disposto no item 1.1.

2 DO OBJETO

2.1. O Pregão Eletrônico tem por objeto contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência do Objeto.

3 DO PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO E DA ALTERAÇÃO

3.1 O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de R$ 2.603.349,07 (dois milhões, seiscentos e três mil e trezentos e quarenta e nove reais e sete centavos).

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

a) as empresas especializadas cujo objetivo social contenha atividades compatíveis com o fornecimento do objeto desta licitação, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam às exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos

b) estejam previamente credenciadas junto ao provedor do sistema eletrônico www.comprasnet.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias antes da realização do pregão.

4.1.1 o credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

4.1.2 – A chave de identificação e senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, ou em virtude de sua inabilitação perante outro responsável pela licitação.

4.1.3 – o uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diariamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

4.1.4 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão se comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4.1.5 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

4.1.6 – A participação dar-se-á por meio da digitação da respectiva senha privativa e subseqüente encaminhamento e proposta de preço, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, em horário em horário de Brasília.

4.1.7 – Os licitantes devem declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação para participar deste certame, salientando que a apresentação de declaração falsa sujeitará a licitação às sanções administrativas previstas neste edital.

5- DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Processo:	Data:	Rub	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	394

5.1 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, sendo também vedada a participação empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Município de Niterói, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6- DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 – A abertura da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico, conduzido pelo Pregoeiro ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

6.2 – A comunicação entre o pregoeiro e o licitante ocorrerá exclusivamente mediante a troca mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda dos negócios, de antes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇO ELETRÔNICA

7.1 A Proposta de Preço deverá ser enviada como anexo no momento do registro dos valores exclusivamente por meio do sistema eletrônico, na qual a licitante deverá consignar de forma expressa:

a) que compreende a descrição dos serviços ofertados, inclusive com a indicação da marca, o preço unitário e total dos produtos, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – Anexo I deste Edital.

b) O oferecimento pelo licitante do produto ofertado implica em aceitação e entrega de todos os itens, conforme TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, com suas especificações e quantidades, sem qualquer restrição, sob pena de invalidação e não

aceitação da proposta ofertada.

c) Menção de ser optante ou não optante do SIMPLES NACIONAL.

d) Declarar que os itens ofertados estão em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referencia do Objeto, deste Edital.

e) Declarar, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim abrange todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

f) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

g) Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.

h) Conter oferta firme e precisa para que não haja qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2 É permitido às empresas Licitantes apresentarem propostas para um ou mais lotes/itens que compõem o objeto deste Edital

7.2.1 A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, fixos e irreajustáveis, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.

7.2.2 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará a desclassificação de sua proposta.

7.2.3 Até a abertura da Sessão, a licitante poderá retirar o substituir a proposta anteriormente encaminhada.

7.2.4 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.2.5 – A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: a Proposta de Preço, a Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composição de Preços Unitários, Composição do BDI e o Cronograma Físico-Financeiro, apresentados em pasta, preenchidos, por meio mecânico, sem emenda, rasura, entrelinha ou ressalva.

7.2.6 – A Proposta de Preços devidamente rubricada pelo Responsável da empresa licitante, deverá informar o preço total dos serviços a executar, referente ao mês da apresentação da proposta, em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso, e ser devidamente assinada pelo representante legal do Licitante.

7.2.7 – Na hipótese de fornecimento de novos modelos da Proposta de Preço, estas somente serão entregues mediante devolução das anteriormente fornecidas ao Licitante.

7.2.8 – A Planilha Orçamentária, deverá ser preenchida pelo Licitante, com informação expressa referente aos seus custos unitários, em moeda corrente, respeitante ao mês de apresentação da proposta, constando ainda o total por item e o somatório.

7.2.9 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para execução do serviços, a totalidade dos custos e despesas do objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO e todas as despesas com instalação do canteiro de obras, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, incluindo-se, também, o BDI – Benefício e Despesas Indiretas, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO, vez que nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada.

7.2.10 – A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada discriminando todos os custos indiretos e lucros (ou benefícios).

7.2.11 - O BDI nesta licitação é de 25%, devendo cada licitante preencher a sua planilha de Composição Analítica do BDI.

7.2.12 - Na forma da Lei 8666/93, na planilha orçamentária todos os itens deverão ser objeto de composição detalhada, especificando os preços unitários e quantidades de materiais, mão de obra, equipamentos, despesas indiretas e/ou quaisquer outros insumos que tenham sido considerados por ocasião da fixação do preço unitário.

7.2.13 - O Cronograma Físico-Financeiro dos serviços, obedecendo ao prazo previsto no presente edital, deverá conter o percentual do valor de cada categoria de serviço em relação ao valor total, indicado mês a mês, obedecendo, ainda, desembolso financeiro acumulado máximo, conforme cronograma em anexo:

7.2.14 -Da Planilha Orçamentária não deverão constar orçados em separado os insumos de mão de obra e equipamentos, por ser parte dos serviços contratados, evitando-se a duplicidade de sua previsão.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 O critério de julgamento desta licitação obedecerá ao disposto no inciso IX, art. 10 do Decreto Municipal 9.642/2005, a saber, a de **MENOR PREÇO,** e ainda, ao disposto no parágrafo 3º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93, levando-se em consideração atendimento às exigências deste Edital, sendo considerada(s) vencedora(s) a(s) Licitante(s) que obtiver(em) o menor preço por lote/item, consoante as especificações do Anexo I – Termo de Referência do Objeto. O objeto deste Edital será adjudicado à licitante cuja proposta for considerada vencedora.

8.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.3 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão oferecer lances sucessivos e decrescentes, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.4 Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

8.5 A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado ou registrado no sistema.

8.6 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

8.7 Os lances apresentados e lavados em consideração para efeito de julgamento serão de

exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.8 Durante a fase de lances o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerável inexeqüível.

8.9 Caso não se realizem os lances, será verificada a conformidade entre a proposta enviada em menor preço e valor estimado para a contratação.

8.10 O encerramento da etapa de lances da sessão pública de pregão eletrônico poderá ocorrer em momento aleatoriamente definido pelo sistema eletrônico, após o tempo previsto inicialmente.

9 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1 a microempresa ou e empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma ultima oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão.

9.1.2 não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrarem na situação descrita nesta condição, na ordem de classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.1.4 na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente mais bem classificada se, após negociação houver compatibilidade de perco com o valor estimado para a contratação, a licitante for

considerada habilitada e tiver a sua amostra aceita, se for o caso.

9.1.5 no julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10 – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício a microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtida a melhor preço, observado o critério de julgamento e o valor estimado para as contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2 A negociação será realizada por meio de sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3 O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

10.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.5 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor igual a zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado acrescido dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

10.6 Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, quanto a compatibilidade de preço, o pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lance, o licitante vencedor, ou quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.7 O licitante vencedor deverá encaminhar em formulário eletrônico especifico com os valores readequados ao valor total representado pelo seu lance, no prazo de lances da sessão pública.

11- DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

11.1 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, para a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.2 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 – Os Documentos de Habilitação do licitante vencedor deverão ser encaminhadas, no original ou por cópia autenticada, ao endereço estabelecido, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública.

12.2 - O Licitante deverá apresentar para participar da presente licitação, sob pena de inabilitação, além da Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (anexo IV), da Declaração de Idoneidade (anexo VI), modelo de declaração de superveniência(anexo VII) e declaração de optante do simples (anexo VIII), devidamente preenchidos, os seguintes Documentos de Habilitação:

12.3 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.4 DAS COOPERATIVAS

12.4.1 Será admitida a participação de cooperativas que atendam às exigências deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

I – ata de fundação;
II – estatuto (com ata da assembléia de aprovação);
III – regimento interno (com ata da aprovação);
IV – regimento dos fundos (com ata de aprovação);
V – edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
VI – registro da presença dos cooperados em assembléias gerais;
VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

12.4.2 Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

12.5 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.5.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os

seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

e) Prova da regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

f) Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.5.2 Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói.

12.5.2.1 No caso excepcional, da certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói não ser fornecida do modo como requerido no item anterior, poderá o licitante declarar, facultativamente, sob as penas do art.86 da Lei nº 8.666/93, que não é contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói, conforme modelo do Anexo V.

12.5.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos.

12.5.3.1. À microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame, para a regularização da documentação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da administração pública.

12.5.3.2. A não apresentação no prazo estipulado implicará na decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.6 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.6.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

b) O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

c) Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

d) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida

no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

e) A empresa em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que certifique sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

f) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.

12.6.2 Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, assim apresentados:

12.6.2.1 Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (Sociedade Anônima):

a)Publicados no Diário Oficial; ou
b)Publicados em jornal de grande circulação, ou

c)Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

12.6.2.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, ou em outro órgão equivalente, ou
Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

12.6.2.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:
a)Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, inclusive com os Termos de

Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa, ou

b)Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.

12.6.2.4 Sociedade criada no exercício em curso:

a)Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

b)O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
c) A situação econômico-financeira da empresa será avaliada, dentre outros critérios, pelos Índices de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), através índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

c.1) Índice de Liquidez Geral: somente serão qualificadas as empresas que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1$$

.2) Índice de Liquidez Corrente: somente serão qualificadas as empresas que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante} \geq 1$$

c.3) Índice de Endividamento: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = \frac{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}{Patrimônio\ Líquido} \leq 1$$

c.4) Índice de Garantia de Capitais de Terceiros: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Garantia de Capitais de Terceiros (IGC) igual ou menor do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IGC = \frac{Patrimônio\ Líquido}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1$$

12.6.3 A empresa que apresentar índice de liquidez corrente em valor igual ou inferior a **1** poderá, alternativamente, demonstrar que possui patrimônio líquido equivalente a, no mínimo 10% do valor estimado da contratação, conforme artigo 31, §3° da lei 8.666, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei e com registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

12.6.4 Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e, número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

13 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.° 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

13.2 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Registro ou inscrição na entidade ou órgão profissional competente, (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA) quando a atividade assim o exigir;

b) Documentação comprobatória, da qualificação técnica que deverá ser comprovada nos moldes do Art. 30 da Lei Federal 8666/93, e a qualificação técnica deverá ainda ser prestadas com a apresentação de Certidão de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da jurisdição da empresa, comprovando exercer atividade relacionada com o objeto, no qual conste como Responsáveis Técnicos, 01 (um) Engenheiro Civil, 01 (um) Engenheiro Eletricista e 01 (um) Engenheiro Mecânico, devidamente registrados nos Conselho Regional.

c) A qualificação técnica exigida neste Instrumento refere-se tanto a **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL** relacionada à sociedade empresária, bem como, à **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

d) Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes **parcelas de maior relevância técnica:**

d.1)CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL: As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-operacional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

d.1.1) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação e abaixo relacionados, conforme parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

I- Conservação e Manutenção Preventiva e Corretiva de Estações BHLS;
II- Limpeza de pisos cimentados;
III- Remoção de Papel de Paredes, inclusive limpeza do excesso de cola na parede;

d.1.2) A relevância dos serviços acima relacionados foi considerada significante por representar as atividades principais do objeto contratual em questão.

d.2)CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL: As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-profissional, disponibilizando equipe técnica de apoio e administração local mediante a apresentação dos seguintes documentos:

d.2.1.) – Quanto a equipe técnica de apoio:

d.2.1.1) A CONTRATADA disponibilizará a equipe técnica de apoio, sendo necessária a supervisão de no mínimo:

I)01 (um) Engenheiro Civil por um período de 04 (quatro) horas semanais, responsável pela execução dos serviços civis, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;

II)01 (um) Engenheiro Eletricista por um período de 04 (quatro) horas semanais, responsável pela execução dos serviços de elétrica, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;

III)01 (um) Engenheiro Mecânico por um período de 04 (quatro) horas semanais, responsável pela execução dos serviços metalúrgicos, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;

IV)02(dois) Profissionais de Manutenção, 44(quarenta e quatro) horas semanais, responsáveis pela execução dos serviços operacionais à disposição da SECONSER;

d.2.1.2) – Quanto a administração local:

d.2.1.2.1)A CONTRATADA disponibilizará os seguintes itens:

I)- Veículo de passeio, 5 passageiros, podendo ser utilizado carro de motor híbrido, para tarefas operacionais, inclusive motorista.

II)Veículo modelo utilitário, podendo ser utilizado carro de motor híbrido, para tarefas de fiscalização inclusive motorista.

13.3. A empresa deverá apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido (s) por entidade de direito público ou privado, devidamente reconhecido (s) pelo CREA , onde comprove que os Responsáveis Técnicos tenham executado ou estejam executando serviços compatíveis com o objeto da licitação.

13.3.1 Os atestados deverão conter:

1) Nome e cargo do signatário;
2) Identificação da pessoa jurídica emitente;
3) Telefone/Fax da pessoa Jurídica emitente;
4) Objeto contratual;
5) Endereço completo do emitente;
6) Período de vigência do contrato ou da prestação dos serviços;
7) Outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação do desempenho da contratada na execução dos serviços.

14 - DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

14.1 Todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar declaração, na forma do Anexo IV, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

14.2 Os licitantes poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada no item anterior.

15 - DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS E CERTIDÕES

15.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

15.2 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.3 As declarações que forem disponibilizadas pela *internet*, terão plena validade, desde que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo especificação própria referente à validade.

15.3.1 As declarações que não forem disponibilizadas pela *internet* e que não possuírem em seu bojo a data de validade, terão para o certame validade de 90 (noventa) dias.

15.4 O Licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, caso a Pregoeira tome conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade do Licitante, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas no Edital.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

16.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

16.2 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.3 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

16.4 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá a Pregoeira considerar o proponente inabilitado.

16.5 Eventuais vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação poderão ser saneados na Sessão Pública de processamento do Pregão, através da verificação da informação efetuada através de sitio eletrônico oficial e hábil a conferência.

16.6 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.6.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela

Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

16.6.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

16.7 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.8 Caso o Licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 13.6, com o registro da penalidade específica de proibição de contratar com o Poder Público, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

16.9 Documentos apresentados com a validade expirada acarretará a inabilitação do proponente.

17 – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

17.1. O Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

17.2 No caso de interposição de recurso, a homologação ocorrerá após o seu julgamento.

17.3 Uma vez homologado o resultado da licitação Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, será o licitante vencedor convocado para assinatura do competente instrumento contratual.

17.4 O MUNICIPIO DE NITERÓI, no prazo máximo de 60 dias (sessenta) dias da apresentação da proposta, convocará a vencedora do certame para assinatura do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.5 A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente à licitante vencedora, dentro do prazo de validade da sua proposta.

17.6 O prazo estabelecido no documento de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

17.7 A licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste

edital.

17.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracterizará o descumprimento total da obrigação, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

17.9 Nesse caso, o pregoeiro convocará o segundo colocado para, nos termos do inciso XVII do art.4º da Lei 10.520/00, propor a contratação nos termos da proposta vencedora.

17.10 Caso o segundo colocado não aceite firmar a contratação nos termos da proposta vencedora, será facultado ao Município de Niterói analisar a oferta deste a as subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, ou revogar a licitação.

18- DA RECUSA DO ADJUDICATÁRIO

18.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracterizará o descumprimento total da obrigação, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao Município de Niterói convocar os licitantes remanescentes, obedecidas a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

19- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no contrato;

19.2 Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;

19.3 - Exercer a fiscalização do contrato;

19.4 - Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

20.2 Prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe ou Termo Referência;

20.3 Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

20.4 Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

20.5 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

20.6 Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

20.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

20.8 Observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

20.9 Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

20.10 Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

20.11 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

20.12 Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;

20.13 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

20.14 A CONTRATADA se responsabilizará, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término.

20.15 A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.

20.16 Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Niterói no pólo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

20.16.1 A retenção prevista será realizada na data do conhecimento pelo Município de Niterói da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

20.16.2 A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

20.16.3 Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas nos itens anteriores, o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.

20.16.4 Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

20.17 É de responsabilidade da CONTRATADA a contratação de pessoal necessário para a execução dos serviços, bem como dos encargos trabalhistas e sociais, alimentação e seguro, não tendo a PMN nenhuma responsabilidade sobre estes.

20.18 Fica sob a responsabilidade da CONTRATADA a guarda dos materiais, entregues e prontos para o serviço.

20.19 Garantir somente a contratação de postos de revenda que zelem pela qualidade dos combustíveis e lubrificantes fornecidos, ficando ao seu encargo a manutenção do portfólio de postos confiáveis e que forneçam produtos com procedência, seguindo as normas da ANP.

21 - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

21.1 O objeto do contrato não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

21.2 O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

21.3 Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

21.4 Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

21.5 O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas nos subitens do item 13, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

22 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRAZO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

22.1 O prazo da prestação dos serviços descritos no Anexo I – Termo de Referência do Objeto, será de 12 (doze) meses, contados a partir da entrega da Ordem de Início de Serviço, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

22.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja comprovadamente mais vantajosa para o CONTRATANTE.

22.3 O objeto desta licitação desta licitação deverão ser prestados na forma do cronograma e no local indicado no Anexo I- Termo de Referência.

23. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

23.1 O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

23.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, conforme ato de nomeação.

23.3 O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) Provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do serviço;

b) Definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

23.4 A comissão a que se refere o item 20.2, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

23.5 A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

23.6 A instituição e a atuação da fiscalização da prestação do serviço, objeto do contrato, não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

23.7 Ao concluir a execução dos serviços indicados na Ordem de Serviço, a SECONSER,

através da sua fiscalização, fará a vistoria "in loco".

23.8 A Seconser emitirá, se for o caso, uma lista de pendências, defeitos ou omissões, para que sejam feitos os ajustes necessários no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

23.9 Após este período ou havendo manifestação da CONTRATADA quanto a finalização dos reparos requeridos, nova vistoria será realizada e estan do tudo conforme, o serviço será formalmente recebido e inserido na medição.

24 - DA RESPONSABILIDADE

24.1 A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

24.2 A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

24.3 A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

24.4 A ausência da apresentação dos documentos mencionados no item 17.3 ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

24.5 A comissão de fiscalização do contrato poderá a qualquer tempo, caso tome conhecimento de existência de débito trabalhistas da CONTRATADA, solicitar a autoridade superior a retenção do pagamento à CONTRATADA prevista no item 17.4.

24.6 – Será feita uma verificação da integridade física dos itens recebidos, de forma a assegurar que nenhum tipo de dano possa ter sido causado aos mesmos durante o transporte.

25 – DO PAGAMENTO

25.1 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão, ocorrerão por

conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 138
PROGRAMA DE TRABALHO: 260115.451.0147.5003
NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51

25.2 As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

25.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, conforme medição e cronograma de execução do contrato, mediante credito em conta-corrente da contratada, em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE(BANCO ITAU), contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

25.4 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

25.5 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser encaminhada para pagamento na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, nº 11, Ponta da Areia – Niterói, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) serviço fornecido, acompanhada do comprovante de recolhimento de FGTS e INSS, bem como atendimento de todos os encargos relativos à mão e obra empregada no contrato.

25.6 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

25.7 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

25.8 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em favor do Município de Niterói, CNPJ: 28.521.748/0001-59, Inscrição Estadual: Isento, endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987/5º

andar, Centro – Niterói-RJ. Telefone: (21) 2620-0403 - ramal: 227.

25.9 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura, os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

25.10 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, o Município de Niterói isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

25.11 Já estarão retido na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

25.12 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

25.13 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die.*

26 - DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15(quinze) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2 % (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

26.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

26.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

26.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

26.5 O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

27 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

27.1 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

27.1.1 Até 02 (dois) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra o ato convocatório.

27.1.2 O Pregoeiro deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

27.1.3 Se for acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

28 - DOS RECURSOS

28.1 O interesse do licitante em interpor recurso deverá se manifestado, por meio do COMPRASNET, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, expondo motivos. Na hipótese de ser aceito o recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando desde logo os demais licitantes cientes e intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a partir do termino do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo, mediante requerimento dirigido ao pregoeiro.

28.2 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

28.3 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

28.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente fará adjudicação da licitação ao licitante vencedor.

29 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

29.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**.

29.3 A sanção prevista na alínea b desta ITEM poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

29.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

29.5 A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a **CONTRATADA** por perdas e danos das infrações cometidas.

29.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

29.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

29.8 A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

29.9 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

29.10 Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

29.11 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art.87, III da Lei n° 8.666/93);
b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02); (redação para edital de pregão);
c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

29.12 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art.5° da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

30 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 É facultado ao Município de Niterói, quando convocada(s) a(s) Licitante(s) Vencedora(s) e esta(s) não aceitar(em) os prazos e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o Pregão Presencial.

30.2 - É facultado ao Licitante ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

30.3 - Fica assegurado ao Município de Niterói o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

30.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da

condução ou do resultado do processo licitatório.

30.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

30.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

30.8 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos de todas as Licitantes pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

30.9 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

30.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço constante no timbre deste edital, até dois dias úteis antes da data de abertura dos Envelopes.

30.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de serem utilizados os serviços.

30.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-à o dia do inicio e incluir-se-à o dia do término.

30.13 As obrigações resultantes do presente certame licitatório deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

30.14 Integram este edital os seguintes anexos:
Anexo I- Termo de Referência do Objeto.
Anexo II – Modelo de Declaração da Condição de ME ou EPP.
Anexo III– Modelo Proposta de Preço

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	424

Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
Anexo V– Declaração de não contribuinte de ISS e Taxas Municipais
Anexo VI– Modelo de Declaração de Idoneidade.
Anexo VII – Modelo de Declaração de Superveniência.
Anexo VIII– Modelo de Declaração de Optante pelo Simples.
Anexo IX—Minuta do Contrato
Anexo X - Planilha Orçamentária

30.15 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

30.16 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

30.17 O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Niterói, 02 de DEZEMBRO de 2022.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
SECRETÁRIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	425

ANEXO I

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	426

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviçode manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência do Objeto.

2. JUSTIFICATIVA

Niterói é a primeira cidade brasileira a utilizar o sistema BHLS. O BHLS possui portas dos dois lados, mas não é articulado, pois é mais flexível e integrado com o ambiente urbano, podendo trafegar dentro ou fora de vias segregadas. Trata-se de um meio termo entre o BRT e o transporte coletivo convencional, unindo rapidez, conforto e regularidade com flexibilidade, proximidade e menor custo. Em cidades como Madrid e Amsterdam, o sistema BHLS atende de 30 a 40 mil usuários por dia. Na Transoceânica, a nova frota conta com ônibus automáticos climatizados, com piso na altura do passeio público que contribui muito para o desenvolvimento sustentável e para a mobilidade da Região Oceânica demais pontos interligados de todo Município de Niterói.

Um dos primeiros pontos de contato dos usuários com o Sistema BHLS são os equipamentos articuladores da interface do transporte público com os usuários que cumpre o papel de captação/distribuição dos usuários que estão localizados ao longo dos itinerários das linhas do Sistema, obedecendo um certo espaçamento. Estes locais devem oferecer condições que garantam conforto e segurança aos usuários, através de instalações adequadas e que permitam acessibilidade universal.

As premissas de uma boa infraestrutura dos pontos de ônibus é que estes locais possuam minimamente:

(1) adequada qualidade das calçadas;
(2) permitam circulação no entorno sem obstáculos;
(3) apresentem infraestrutura acessível;
(4) sejam dotados de cobertura contra intempéries;
(5) possuam, sempre que possível, outros dispositivos, como barras de apoio e bancos.

A estação BHLS é, portanto, a estrutura que proporciona maior conforto e comodidade no tempo de espera do ônibus, e consequente aumento da satisfação. O município possui atualmente 14 estações BHLS e que futuramente serão ampliadas para demais pontos do município que ainda estão sendo preparados para receber tal estrutura. A Prefeitura Municipal de Niterói pretende aumentar a eficiência dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, a qual perpassa não somente pela oferta dos serviços como também contempla a infraestrutura para o transporte.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	427

Nesse sentido **as manutenções e conservações** das estações BHLS são de extrema importância, uma vez que os locais de parada são o primeiro ponto de contato dos usuários com o sistema e as suas condições podem ou não estimular o uso do serviço oferecido a população. Torna-se fundamental, portanto, manter as estações BHLS em condições que ofereçam conforto, segurança e acessibilidade aos usuários, como também para os transeuntes, respeitando a área de livre circulação e contribuindo para qualificar o sistema de mobilidade urbana da cidade de Niterói.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA compreenderão os descritosa seguir:
a) manutenção, conservação, pintura, remanejamento, remoção e substituição das estações BHLS em pontos de embarque e desembarque existentes;
b) Melhoria da infraestrutura dos pontos de embarque e desembarque;
c) Execução de obras de reparos,pinturas e complementares necessárias amanutenção e/ou melhoria dos pontos de embarque e desembarque;
d) Manutenção das estações BHLS metálicas e execução de lixamentos, soldas, pinturas, trocas de vidros temperados, guarda corpos e demais componentes de sinalização.

4. LOCALIZAÇÃO

4.1 Os locais de manutenção e substituição de peças nas estações BHLS serão identificados no planejamento da SECONSER.
4.2 No caso das manutenções os serviços serão executados conforme planejamento, procurando sempre a regionalização das ações de forma a otimizar a execução das tarefas.
4.3 No caso de manutenção em novas estações BHLS e remoção e/ou substituição de estações antigas existentes, serão emitidas ordens de serviços especificas.

5. ESPECIFICAÇÕES DAS ESTAÇÕES BHLS

5.1 **Estações BHLS Modelo SECONSER:**

EspecificaçõesComponente Material

TUBOS DE ENCAIXE DAS COLUNAS DESUTENTAÇÃO NO SOLO
TUBO DE AÇO FQ – DN3 1/2" CHAPA 11 COM0,70 M
COLUNA DESUSTENTAÇÃO DACOBERTURA E BANCO
TUBO DE AÇO FQ - DN 3"CHAPA 11
BRAÇO DA COBERTURATUBO DE AÇO FQ – DN2 1/2" CHAPA 12
MÃO FRANCESA CURVATUBO DE AÇO FQ - DN 2"CHAPA 14
REFORÇO DA MÃOFRANCESATUBO DE AÇO FQ - DN 2"CHAPA 14
REFORÇO COBERTURA METALON FF 20 X 30 MM
CANALETA FUNDO CANTONEIRA (2 X 1/8)”
CANALETA FRENTE CANTONEIRA (2 X 1/8)”

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	428

SUPORTE TRIANGULAR DO BANCO CHAPA 6 - 30X30 CM
ASSENTO DO BANCO PERFIL U – 127 X 50 MM
BARRA CHATA DE ALUMINIO 2"X3mm
FIO DE 2,5MM
FIO DE 4,0MM
"U" CAVALINHO DE ALUMINIO
BORRACHA DE SINALIZAÇÃO
TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO
TINTA ACRILICA FOSCA
TINTA SEMISINTPETICO FOSCA
TELHA METÁLICA GALVANIZADA
LUMINÁRIA DE LED
LAMPADA DE LED
VIDRO TEMPERADO
MASSA ACRILICA
ESQUADRIA DE FERRO
MARMORE E GRANITO
PARAFUSO DE INOX
BUCHA DE 10"
BARRA DE INOX
PLACA DE SINALIZAÇÃO DE ESTAÇÃO

6. DIRETRIZES DE MANUTENÇÃO E REPAROS TÉCNICOS

6.1 A manutenção e reparos técnicos de estações BHLS no Modelo SECONSER, consiste nosreparos incluindo a execução de troca de componentes, bem como a montagem de todos oscomponentes do conjunto, incluindo troca de vidros e parte de iluminação das estações. O fornecimento de todos os materiais para as estações BHLS, bem como a limpeza e preparação do local serão de responsabilidade daCONTRATADA.

6.2 A manutençãodas estações BHLS com espaço para cadeira de rodas será definida pela SECONSER, através de sua Diretoria.

6.3 O projeto de manutenção e conservaçãonos pontos de embarque e desembarque, nas estações BHLS, será fornecido à CONTRATADA pela SECONSER. O projeto seguirá sempre as diretrizes da norma ABNT - NBR 9050/2015, que trata da acessibilidade às edificações, mobiliários, espaços, e equipamentos urbanos, além de contemplar os levantamentos de campo, dependendo da localização de cada estação BHLS.

6.4 Outros serviços que também estão contemplados na atividade de manutenção das estações BHLS são:

a) Manutenção do piso tátil, conforme especificado na norma ABNT NBR 9050/2015.

b) Manutenção do piso da área da estação BHLS, conforme especificado na norma ABNT NBR9050/2015 e a legislação local vigente.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	429

c) Sinalização para desvio e bloqueio do trânsito para implantação das estações BHLS, quando for o caso.

d) Eventuais obras de pavimentação, contenções e complementares como amanutenção de corrimãos, guarda corpos e barras de apoio.

6.5 A CONTRATADA deverá elaborar o devido dimensionamento das equipes para amanutenção das estações BHLS nos pontos de embarque e desembarque.

6.6 As liberações, aprovações, licenças e outros procedimentos eventualmente necessários a manutenção das estações BHLS serão de responsabilidade daSECONSER.

6.7 A CONTRATADA deverá responder pela limpeza da estações, e a coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados pelas atividades de manutençãodas estações BHLS ficaram a cargo da SECONSER de acordo com o cronograma de manutenção.

6.8 Cada etapa relativa às obras e serviços de manutenção das estações BHLS, deverá ser precedida e sucedida da devida organização e limpeza dos locais detrabalho, como forma de minimizar as possíveis e indesejáveis interferências no sistema viário e nos passeios públicos.

6.9 A manutenção das estações BHLS deverão respeitar uma metodologia previamente elaborada pela CONTRATADA, priorizando:

a) Segurança;

b) Utilização do menor espaço possível das áreas de passeio e via pública;

c) Menor tempo possível para realização dos serviços;

d) Acessibilidade;

e) Carga, transporte e destino adequados;

f) Adequação à legislação municipal de posturas.

6.10 Na manutenção das estações BHLS deve haver compatibilidade do projeto com as infraestruturas e interferências existentes. Quando não existirem no local de manutenção das estações BHLS, quanto as infraestruturas necessárias à manutenção/instalações dos referidos equipamentos, a CONTRATADA deverá executar as obras e serviços de infraestrutura até o limite mínimo de 1,5 metros para cada lado da estação BHLS, no sentido longitudinal do passeio, mais a área de entorno do equipamento instalado, prevendo condições para as futuras ligações necessárias.

6.11 Considera-se como área do entorno aquela necessária à manutenção dos equipamentos,

6.12 Deverão ser consideradas as várias condicionantes, normas e legislação aplicáveis aos locais de manutenção dos equipamentos de mobiliários urbanos, taiscomo: larguras das calçadas; fluxo de pedestres; interferências com a infraestrutura urbana e outras.

6.13 Deverão ser consideradas as condições de segurança referentes à execução dos serviços, assim como das pessoas que se utilizam dos passeios públicos e locaisonde serão realizadas as manutenções dos mobiliários urbanos.

6.14 Deverão ser realizados registros fotográficos antes, durante e depois da execuçãodos serviços, de tal forma que se tenha imagens esclarecedoras, inclusive de eventuais interferências e dificuldades encontradas durante a manutenção das estações BHLS.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo • Assessoria Jurídica SECONSER • PMN	430

7. Manutenção Preventiva:

7.1 A manutenção preventiva tem como objetivo evitar a interrupção do ciclo normal de funcionamento de uma operação de maneira inesperada, reduzindo a probabilidade de falhas das instalações ou dos equipamentos de forma a preservar, inclusive a sua vida útil.

7.2 Entre outros serviços, quando cabíveis, as atividades básicas de manutenção preventiva deverão contemplar:

a) Limpeza manual e mecânica;
b) Limpeza de pichação e grafites;
c) Retirada de panfletos, adesivos de propaganda e/ou similares, nãoautorizados;
d) Revisão das instalações elétricas, quando existentes;
e) Substituição de equipamentos ou componentes desgastados;
f) Manutenção e recomposição de pisos;
g) Manutenção e recomposição de vidraçaria;
g) Reposição de elementos danificados;
h) Pinturas.

7.3 A frequência dos serviços de manutenção deve atender a qualidade e a eficiência sempre no sentido de oferecer o serviço adequado aos usuários do sistema de transporte coletivo de passageiros. Os serviços de manutenção devem abranger, de forma contínua, as seguintes atividades:

8. Atividade Frequência

Lavagens das estações BHLS das paradas
Pintura dos equipamentos sob inspeção
Troca de componentes danificados

9. Manutenção Corretiva:

9.1 A manutenção corretiva é uma atividade técnica responsável pela correção de umafalha, anormalidade identificada e deve ser realizada para restabelecer o estado denormalidade daquilo que apresentou deficiência, com perda de qualidade ou funcionalidade.

9.2 A manutenção corretiva deverá ser executada pela CONTRATADA no prazo máximode 72 (setenta e duas) horas através de suas equipes dimensionadas de forma multidisciplinar e suficientes para a execução de serviços de manutenção com capacidadepara atendimento às demandas simultâneas.

9.3 As atividades básicas de manutenção corretiva deverão contemplar:

a) Reparos dos elementos do conjunto por deterioração ou vandalismo no local ou quando não houver essa condição, substituindo as peças danificadas por uma nova ou reformada e levando-a para a recuperação e posterior utilização no local ou em outro local;
b) Reparos nos pisos e elementos do entorno integrantes da estação BHLS;
c) Pinturas;
d) Iluminação, quando existente.

9.4 Os serviços deverão ser conduzidos de forma a minimizar a interferência com a movimentação

de usuários e do tráfego. As áreas de intervenção deverão ser devidamente sinalizadas.
9.5 Os materiais utilizados nas reposições feitas pela manutenção corretiva deverão ter qualidade no mínimo igual aos originais.

10. Manutenção Emergencial:
10.1 – Em caso de ocorrência de algum dano a estação BHLS por qualquer motivo e tal situaçãocoloque em risco a integridade dos pedestres e condutores ou interfira na fluidez do tráfego ,a manutenção deverá ocorrer de forma imediata.
10.2 – Neste caso a equipe da CONTRATADA deverá tomar todas as atitudes necessáriosao restabelecimento da condição de segurança do local, removendo as interferências encontradas e retirando a estação BHLS para posterior recuperação ou substituição.
10.3 – As equipes deverão, portanto, possuir telefone celular com aplicativo "whatsapp",ou similar de tal forma que a troca de informações com a Diretoriada SECONSER seja eficiente e imediata.
Exemplo de estação BHLS danificada.

11 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL:
O item de serviço Administração Local abrange a realização de serviços técnicos eadministrativos de apoio à prestação de serviços, e a partir das recomendações do Acórdão2622/13 do TCU passou a ser destacado na planilha de orçamento como itens de serviço.
Envolve, portanto as atividades de secretaria, serviços gerais, controle de pessoal,almoxarifado, ferramentaria, vigilância, e ainda o desenvolvimento dos serviços de controlede qualidade, de prazos e de custos (controle tecnológico, programação e controle do andamento dos serviços) e a execução de todos os serviços de supervisão técnica ligados àprodução (direção técnica de cada serviço, coordenação de pessoal e distribuição deequipamentos e materiais necessários à execução das tarefas).
A CONTRATADA disponibilizará a equipe técnica de apoio é administração local, sendonecessária a supervisão de no mínimo:

a) 01 (um) Engenheiro Civil por um período de 10 (dez) horas semanais, responsável pela execução dos serviços civis, conforme indicado na ART apresentada aSECONSER;
b) 01 (um) Engenheiro Eletricista por um período de 10 (dez) horas semanais, responsável pela execução dos serviços de elétrica, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;
c) 01 (um) Engenheiro Mecânico por um período de 10 (dez) horas semanais, responsável pela execução dos serviços metalúrgicos, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;
d) 02(dois) Profissionais de Manutenção, responsáveis pela execução dos serviços operacionais à disposição da SECONSER;

O valor da Administração Local, dentro dos critérios de uniformização de propostas, deve ser apresentado com base no dimensionamento aqui definido. A Administração Local serámedida mensalmente proporcionalmente ao valor da medição formalizada para o período, conforme

orientação do Tribunal de Contas da União – TCU, de tal forma que ao final do Contrato o pagamento total dos serviços realizados coincida percentualmente ao valor da Administração Local estipulada.

O percentual que a Administração Local represente sobre o valor total da proposta apresentada e eventualmente contratada passa a ser parte integrante da equação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, estabelecendo-se assim um "teto" para suaremuneração.

Caso não seja mobilizado o efetivo definido para a Administração Local conforme aqui definido, a parte faltante será glosada da medição.

Caso a CONTRATADA queira aumentar o efetivo ou as instalações aqui definidas, talsituação será analisada pela Diretoria da SECONSER a fim de ser considerada em sua medição mensal.

12 – MÃO DE OBRA:

A mão de obra a ser mobilizada pela CONTRATADA será remunerada conforme anecessidade a ser definida sempre pela Diretoria da SECONSER.

A composição de preços da mão de obra deve levar em consideração os seguintesaspectos:

1. O preço da mão de obra na composição a ser elaborada pelas licitantes deve incluir todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários vigentes, bem como os "encargos complementares" incluídos neste grupo os benefícios decorrentes das convenções coletivas de trabalho das categorias, como valetransporte, café da manhã, cesta básica, ticket alimentação, auxílio funeral e etc;
2. As ferramentas manuais de uso individual devem ser contempladas no valor damão de obra;
3. Os equipamentos de segurança individual – EPI, protetor solar e uniformesdevem ser computados no preço unitário da hora da mão de obra operacional ede apoio;

13. Aspectos gerais da mão de obra:

A CONTRATADA deverá observar para os seus funcionários, que devem estar devidamente contratados e registrados conforme determina a legislação trabalhista:

a) Os motoristas para os veículos de carga ou veículos leves deverão possuir a devida habilitação junto ao órgão de trânsito para a categoria do veículo que estiver conduzindo.

b) Só poderão ser mantidos em serviço funcionários atenciosos e educados no tratamento com a Fiscalização, os munícipes e que sejam cuidadosos com os bens públicos.

c) A Fiscalização poderá determinar o afastamento imediato de todo funcionário cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se o afastamento der origem à ação judicial, a SECONSER estará isenta de qualquer ônus decorrente da determinação quanto ao afastamento.

d) Durante a execução dos serviços, é absolutamente vedada aos funcionários da CONTRATADA a execução de outras tarefas não especificadas no objeto contratual.

e) É proibida a ingestão de bebidas alcoólicas, o uso de entorpecentes, a solicitação degratificações, donativos ou cobrança de qualquer espécie por parte dos funcionários da CONTRATADA.

f) Todos os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se nos locais e no horário de

trabalho portando a identidade funcional, uniformizados, asseados, com vestimentas e calçados adequados, bonés, capacetes, capas protetoras e demais equipamentos de segurança sempre em conformidade com as Legislações e Normas Regulamentadoras doMinistério do Trabalho.

Uniformes, EPI e EPC:

Os uniformes deverão ser padronizados conforme modelo da SECONSER, e ser disponibilizados a todos os funcionários envolvidos na execução contratual, bem como os respectivos EPI's e EPC's necessários, conforme a atividade e a exigência legal.

A CONTRATADA se obriga a manter o fornecimento em quantidade e qualidade adequadas dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI a todos os funcionários durante toda avigência do contrato, bem como implantar outros equipamentos que sua área de Segurançado Trabalho julgar necessários. A CONTRATADA deverá disponibilizar para todos os funcionários, bloqueador solar, fator de proteção mínimo 30 para raios UVA e UVB, naquantidade preconizada pelo fabricante.

14. Especificações de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's:

Os uniformes e equipamentos de proteção individual seguirão as seguintes características:

a) Camisa de malha PV manga curta ou similar modelo e cor a serem definidos pela SECONSER, que fornecerá a CONTRATADA as cores, especificações e detalhamento do uniforme.

b) Calça de brim, tipo sol a sol ou similar, com elástico e cordão de algodão, modelo ecor a serem definidos pela SECONSER.

c) Capa protetora contra chuva em plástico na cor amarela, sem mangas, tipo morcego.

d) Luvas tipo cano curto, confeccionada em vaqueta de boa qualidade com 1 mm deespessura, palma e dorso em vaqueta macia com forchetas, reforço interno inteiriço napalma, tira de reforço entre o polegar e o indicador em vaqueta, elástico no dorso costurado internamente próximo ao punho com 3 cm de largura, certificado de aprovação expedido pelo Ministério do Trabalho e nome do fabricante gravado em baixo-relevo, totalmentecosturado em linha de nylon. Não serão aceitas as impressões em forma de carimbo, marcadas a tinta em etiquetas.

e) Botina de amarrar, com cadarço em algodão trançado e chato, cabedal de vaquetaao cromo de boa qualidade, cano acolchoado com três gomos, solado tipo Anabela empoliuretano expandido diretamente no cabedal, biqueira em material termoplástico (trulyne),forrada internamente com bidim, palmilha em couro com 2 mm de espessura e acolchoada,língua em vaqueta costurada na gáspea com talão (tipo morcego), taloneira sobreposta na cor amarela, contraforte embutido confeccionado em material termoplástico, rebite na junçãoda gáspea com o talão e ilhoses resistentes à corrosão, cano com proteção para o maléoloe ainda o Certificado de aprovação expedido pelo Ministério do Trabalho impresso em baixo-relevo no cabedal e o nome do fabricante em ambos os pés.

15. Carga horária:

A carga horária semanal, conforme convenção coletiva da categoria deverá ser de 44(quarenta e quatro) horas semanais distribuídas de segunda a sexta-feira, salvo os plantões ou eventuais serviços emergenciais.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	434

15.1 Salário direto e direitos decorrentes da "Convenção Coletiva de Trabalho":
Deverá a CONTRATADA zelar para que a remuneração dos profissionais esteja de acordo com a legislação e os benefícios inseridos na convenção coletiva de trabalho para cada categoria funcional.

15.2 Adicional de Insalubridade:
Os serviços previstos nesta contratação não estão sujeitos a incidência de adicional de insalubridade pelas suas características. O adicional de insalubridade só é pago a partir deuma avaliação quantitativa dos agentes insalubres desde que o resultado desta avaliação esteja acima do limite de tolerância de acordo com a portaria 3214/78 do Ministério doTrabalho e Emprego e da Lei 6514 de 22/12/77 NR 15 anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 e da norma internacional ACGIH (American Conferenceof Governamental Industrial Hygienists).
A eventual avaliação qualitativa seguirá os preceitos da NR-15 – Anexo: 7, 8, 9, 10, 13 e 14 da portaria acima referida, as avaliações serão realizadas por perito no local de trabalho com detalhamento do posto de trabalho e a função do trabalhador a suas atividades por ele desenvolvidas.

15.3 Caracterização de periculosidade:
Os serviços aqui contratados em conformidade com a legislação brasileira, não é perigoso e não se enquadra como direito do adicional de periculosidade, que só podem ser aplicados nas seguintes situações:
1. Contato com explosivos e inflamáveis – art. 193 da CLT regulamentada pela NR –16, Portaria 3214/78;
2. Energia elétrica de acordo com a lei nº 7369/85, regulamentado pelo decreto nº93.412/86.
O adicional de periculosidade, caso concedido, será de 30% incidente sobre o salário basesem acréscimo resultante de gratificações ou prêmios.

16 – FERRAMENTAS:

16.1 – Ferramentas de uso individual:
As ferramentas de uso individual, aqui consideradas como componente do custo horário da mão de obra, são basicamente as que se apresentam no quadro a seguir e devem serdimensionadas pela CONTRATADA de acordo com as características do serviço a executar:

Ferramentas de uso individual:
- Trenas de aço >= 8 metros
- Colher de pedreiro
- Prumo de parede
- Nível horizontal em alumínio
- Esquadro de mão
- Rolo de linha lisa com 100 metros

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	435

- Serrote com 50cm
- Arco de serra com lâmina de serra
- Bloco de espuma para reboco
- Desempenadeira de madeira ou de PVC
- Lápis
- Torquês
- Ponteiro de aço
- Talhadeira de aço

16.2 – Ferramentas de uso coletivo:

Para efeito de orientação, o quadro a seguir indica as ferramentas manuais de uso coletivoque devem ser levados minimamente em consideração na composição dos "encargos complementares" a ser rateados no custo direto operacional quando da confecção dacomposição de preços unitários:

Ferramentas manuais de uso coletivo

- Tambor de 200 litros
- Enxada
- Enxadão
- Pá
- Picareta
- Alavancas de aço
- Cavadeira articulada com cabo de madeira
- Marreta de 2kg, 5kg e 10 kg
- Martelo com cabo de madeira
- Alicate universal
- Foice
- Facão
- Cabo de aço de 3/8" e 5/16" 5 metros de comprimento
- Régua de alumínio com 2 metros de comprimento
- Serra mármore com discos de corte
- Furadeira de impacto
- Extensão elétrica com 30 metros com cabo pp 20a 3x2,5 mm²
- Carrinho de mão
- Cinta para içamento de carga até 10 toneladas
- Corda de nylon 5/16" com 20 metros
- Vassoura
- Peneira redonda para areia
- Escada extensível com 7,0 metros
- Balde de metal de 10 litros
- Tesourão

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	436

17 – DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA:

As equipes operacionais deverão ser dotadas de dispositivos de segurança e sinalização para o atendimento a legislação de segurança de trânsito, sempre sob a supervisão do Técnico de Segurança. Estes itens serão remunerados individualmente de acordo com o que estabelece a Planilha Orçamentária de Referência, sendo as placas de sinalização no padrão unidade/mês e os cones e sinalizador noturno por unidade e a fita zebrada pormetro:

- Placa 1,0X0,6 m dupla face em chapa galv. n° 26 - cavalete de madeira
- Placa 1,0X0,6 m em chapa galv. n° 26 - cavalete de metalon 20 x 20 mm
- Placa 0,5X0,5 m dupla face em chapa galv. n° 22 - cavalete de madeira
- Placa 0,5X0,5 m em chapa galv. n° 22 - cavalete de metalon 20 x 20 mm
- Cone em PVC h= 75 cm
- Cone master 75 cm base de borracha corpo polietileno
- Sinalizador elétrico monolight LED 60 a 70 flashes/minuto
- Fita zebrada amarela para sinalização com largura de 7cm

18 –EQUIPAMENTOS:

18.1 – EQUIPAMENTOS DE PEQUENO PORTE:

Para a realização dos serviços será eventualmente necessária a mobilização e emprego deequipamentos de pequeno porte, que serão empregados com o prévio conhecimento da Diretoria da SECONSER e serão remunerados por dia de utilização efetiva. O quadro a seguir mostra uma relação dos equipamentos de pequeno porte passiveis de remuneração em separado:

Descrição Quant

Máquina cortadora de piso em concreto 1
Esmerilhadeira angular 1
Martelete rompedor 30 kg 1
Grupo gerador de energia 1
Máquina de solda inversora 1
Conjunto oxiacetileno 1
Compactador de placa vibratória 1
Lavadora de alta pressão 1
Serra clipper a gasolina 13 HP Lavadora de alta pressão – 1600 lb
Martelete rompedor elétrico 1900 W – 30 kg Grupo gerador a gasolina/diesel 5000W
Máquina de solda inversora 150 A Conjunto oxiacetileno completo
Compactador de placa vibratória 9 HP

19 – VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS:

19.1 – VEÍCULOS LEVES DE APOIO:

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	437

Está prevista a mobilização de veículos leves híbridos, com300 litros de combustível por mês para apoio as tarefas operacionais do Contrato:
a) Uma pick-up leve com capacidade de carga de até 700 kg;
b) Uma pick-up/veículo passeio leve para a fiscalização.
É facultado a CONTRATADA a mobilização de veículos acima das quantidades aqui definidas, se operacionalmente lhe for interessante, podendo estes veículos adicionais ser objeto de remuneração extra por parte da SECONSER.
Veículo leve do tipo pick-up/passeio
Veículo em bom estado com no máximo 01 (um) ano de uso, com no mínimo 1000 cc, licenciado, coberto com seguro total, direção hidráulica e ar-condicionado, respondendo por sua manutenção e combustível.

20 – LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS:
O contrato será regido pela Lei 8.666/1.993 e suas posteriores e vigentes alterações emtodas as fases contratuais e, sobretudo respeitadas as condições e limites de alteração.
A CONTRATADA deverá executar os serviços considerando sempre os requisitos de Segurança do Trabalho de acordo com a Lei 6.514/77, as Normas Regulamentadoras daPortaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e as normas da ABNT.
A CONTRATADA deverá apresentar duas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's para a execução do contrato:
1) Em nome de quaisquer dos seus responsáveis técnicos constantes da Certidão deRegistro da Pessoa Jurídica junto ao CREA,
2) Em nome do engenheiro que efetivamente responderá pelos serviços demanutenção.

Caso o RT geral da empresa seja o engenheiro que efetivamente comandará a prestação deserviços, a segunda anotação fica naturalmente suprida, desde que seja garantida a suapermanência na obra.

20.1 – Manutenções preventivas e corretivas:
Os serviços de manutenção rotineira serão realizados conforme programação elaboradapela Diretoria da SECONSER e repassa previamente a CONTRATADA abrangendo um período não inferior a uma semana de serviços, respeitados os critérios deurgência e regionalização das ações.

20.2 – Reuniões de Avaliação:
Mensalmente, em data a ser definida pela Diretoria da SECONSER, serão realizadas reuniões para tratar de assuntos contratuais, sendo os temas, tratativas edeliberações devidamente registrados em ATA.
O objetivo das reuniões será primordialmente ajustar questões operacionais referentes ao Contrato, avaliando os caminhos críticos, entraves e o desempenho da CONTRATADA nacondução dos serviços.

Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas quando alguma situação no transcursodo vínculo contratual assim o exigir.

21 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

20.1 Providenciar o desvio do tráfego e a garantia de execução do serviço através da Diretoria da SECONSER.

20.2 No curso da execução dos serviços caberá à SECONSER, através da sua Diretoria, indicar os técnicos para a fiscalização e acompanhamento dos trabalhos. Estesrepresentarão a SECONSER e terão total poder para efetuar a paralisação dos serviços, coletar e recusar materiais de forma a fazer cumprir todas as exigências contratuais.

20.3 Cuidar do trâmite das medições aprovadas para que sejam cumpridos os prazos de pagamento estipulados no Contrato, ressalvadas as pendências da CONTRATADA que impeçam o fluxo dos documentos.

22- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

22.1 Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

22.2 Prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe ou Termo Referência;

22.3 Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

22.4 Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

22.5 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

22.6 Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

22.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

22.8 Observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se

responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

22.9 Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

22.10 Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

22.11 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

22.12 Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;

22.13 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

22.14 A CONTRATADA se responsabilizará, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término.

22.15 A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.

22.16 Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Niterói no pólo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

22.16.1 A retenção prevista será realizada na data do conhecimento pelo Município de Niterói da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

22.16.2 A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

22.16.3 Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas nos itens anteriores, o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	440

22.16.4 Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

22.16.5- É de responsabilidade da CONTRATADA a contratação de pessoal necessário para a execução dos serviços, bem como dos encargos trabalhistas e sociais, alimentação e seguro, não tendo o Município nenhuma responsabilidade sobre estes.

22.16.6 A CONTRATADA deverá executar os serviços considerando sempre os requisitos de Segurança do Trabalho de acordo com a Lei 6.514/77, as Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e as normas da ABNT.

23 – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

23.1 O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

23.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, conforme ato de nomeação:

1- Marcelo Serieiro – Matrícula: 1242247-3
2-Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 1243077-0
3- Ricardo Lanzellotti– Matrícula: 1245336-0

23.3 O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) Provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do serviço;

b) Definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

23.4 A comissão a que se refere o item 23.2, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	441

23.5 A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

23.6 A instituição e a atuação da fiscalização da prestação do serviço, objeto do contrato, não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

23.7 Ao concluir a execução dos serviços indicados na Ordem de Serviço, a SECONSER, através da sua fiscalização, fará a vistoria "in loco".

23.8A Seconser emitirá, se for o caso, uma lista de pendências, defeitosou omissões, para que sejam feitos os ajustes necessários no prazo máximo de 5 (cinco)dias corridos, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

23.9 Após este período ou havendo manifestação da CONTRATADA quanto a finalizaçãodos reparos requeridos, nova vistoria será realizada e estando tudo conforme, o serviço seráformalmente recebido e inserido na medição.

24 – PRAZO DE ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS:

24.1 Os serviços deverão ser executados mediante o recebimento da Ordem de Serviço, que será expedida pela SECONSER,cujo teor constará as descrições do tipo de serviço e o prazo a ser executado.

24.2 Após o recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA só poderá ter um prazo superior as 72 (setenta e duas) horas para mobilização, será avaliado e em concordância da SECONSER quanto aimpossibilidade de atendimento no prazo.

25 – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL:

25.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses corridos contados a partir da assinatura do Contrato.

25.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, na forma da Lei, mediante solicitação escrita e fundamentada da CONTRATADA e será concedido sob expressa autorização da CONTRATANTE, devendo ser formalizado o pertinente Termo Aditivo com base nas hipóteses previstas no artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93

26 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia B. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	442

26.1 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão, ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 138
PROGRAMA DE TRABALHO: 260115.451.0147.5003
NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51

26.2 As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

26.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, conforme medição e cronograma de execução do contrato, mediante credito em conta-corrente da contratada, em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE(BANCO ITAU), contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

26.4 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, o Município de Niterói isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

26.2 – Materiais e insumos:
Os materiais empregados em cada manutenção serão medidos pelas quantidades efetivamente empregadas ou fornecidas de acordo com as unidades e os preçoscontratuais.

26.2.1 Só serão admitidos o emprego de materiais de primeira qualidade;

26.2.2 Não serão consideradas quantidades mínimas de utilização. As medições refletirão a quantidade efetivamente empregada de cada material utilizado no serviço.

26.3 – Serviços diversos:
Em se tratando de intervenções de maior porte para a manutenção e/ou melhoria de estações BHLS, as intervenções necessárias serão medidas por serviço, incluindo o fornecimento de mão de obra e material, conforme está estabelecido na planilha orçamentária, incluído aí a exemplo os serviços de pintura de estações BHLS.

27.4 – Considerações Gerais:
27.4.1 Todas as atividades serão medidas mensalmente, em planilha ou documento equivalente,

contendo todo apontamento da equipe utilizada, dosequipamentos e materiais. Os serviços devem ser registrados por fotos e demais recursos necessários ao seu controle e transparência.
27.4.2 Nestes documentos é obrigatório o visto do Engenheiro e do responsável pela frente de operação da CONTRATADA, sendo estes acumulados diariamente gerando a medição mensal no último dia útil do mês, conforme executados nas frentes de trabalho.
27.4.3 Serviços/materiais não aceitos pela Fiscalização ficarão fora da medição e em nenhuma hipótese haverá medição de serviços sem a devida cobertura contratual.
27.4.4 As medições serão elaboradas relativas aos serviços executados no período do primeiro até o último dia do mês em curso, pela Fiscalização com a participação da CONTRATADA, sendo formalizada e datada no último dia de cada mês e pagas no mês subsequente de acordo com as condições estabelecidas no Edital.
27.4.5 Todas as atividades executadas serão medidas por itens de serviço na planilha orçamentária contratual de acordo com as respectivas quantidades efetivamente realizadas;
27.4.6 Os serviços executados fora da rotina de manutenção e que puderem ser medidos por itens de serviço da planilha contratual serão quantificados e remunerados pelos preços contratuais propostos pela licitante vencedora do certame.

28 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO:

28.1 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão, ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 138
PROGRAMA DE TRABALHO: 260115.452.0010.4011
NATUREZA DA DESPESA: 3390.39

28.2 As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

28.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, conforme cronograma de execução do contrato, mediante credito em conta-corrente da contratada, em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE(BANCO ITAU), contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

28.4 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	444

Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

28.5 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser encaminhada para pagamento na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, nº 11, Ponta da Areia – Niterói, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) serviço fornecido, acompanhada do comprovante de recolhimento de FGTS e INSS, bem como atendimento de todos os encargos relativos à mão e obra empregada no contrato.

28.6 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

28.7 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

28.8A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em favor do Município de Niterói, CNPJ: 28.521.748/0001-59, Inscrição Estadual: Isento, endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987/5º andar, Centro – Niterói-RJ. Telefone: (21) 2620-0403 - ramal: 227.

28.7 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura, os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

28.8 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, o Município de Niterói isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

28.9 Já estarão retido na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

28.10 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

28.11 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die.*

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	445

29- DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

29.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

b) O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deveráapresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

c) Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

d) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

e) A empresa em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que certifique sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

f) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo • Assessoria Jurídica SECONSER • PMN	446

29.2 Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, assim apresentados:

29.2.1 Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (Sociedade Anônima):

a)Publicados no Diário Oficial; ou
b)Publicados em jornal de grande circulação, ou
c)Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

29.2.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, ou em outro órgão equivalente, ou
Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

29.2.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

a)Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa, ou

b)Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.

29.2.4 Sociedade criada no exercício em curso:

a)Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

b)O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
c) A situação econômico-financeira da empresa será avaliada, dentre outros critérios, pelos Índices de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), através índices

econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

c.1) Índice de Liquidez Geral: somente serão qualificadas as empresas que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AtivoCirculante + RealizávelaLongoPrazo}{PassivoCirculante + ExigívelaLongoPrazo} \geq 1$$

c.2) Índice de Liquidez Corrente: somente serão qualificadas as empresas que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AtivoCirculante}{PassivoCirculante} \geq 1$$

c.3) Índice de Endividamento: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = \frac{PassivoCirculante + ExigívelaLongoPrazo}{PatrimônioLíquido} \leq 1$$

c.4) Índice de Garantia de Capitais de Terceiros: somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Garantia de Capitais de Terceiros (IGC) igual ou menor do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IGC = \frac{PatrimônioLíquido}{PassivoCirculante + ExigívelaLongoPrazo} \geq 1$$

29.2.5 A empresa que apresentar índice de liquidez corrente em valor igual ou inferior a 1 poderá, alternativamente, demonstrar que possui patrimônio líquido equivalente a, no mínimo 10% do valor estimado da contratação, conforme artigo 31, §3° da lei 8.666, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei e com registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

29.2.6 Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e, número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	448

30 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

30.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Registro ou inscrição na entidade ou órgão profissional competente (CREA), quando a atividade assim o exigir;

b) Documentação comprobatória, da qualificação técnica que deverá ser comprovada nos moldes do Art. 30 da Lei Federal 8666/93, e a qualificação técnica deverá ainda ser prestadas com a apresentação de Certidão de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da jurisdição da empresa, comprovando exercer atividade relacionada com o objeto, no qual conste como Responsáveis Técnicos, 01 (um) Engenheiro Civil, 01 (um) Engenheiro Eletricista e 01 (um) Engenheiro Mecânico, devidamente registrados nos Conselho Regional.

c) A qualificação técnica exigida neste Instrumento refere-se tanto a **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL** relacionada à sociedade empresária, bem como, à **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

d) Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes **parcelas de maior relevância técnica:**

d.1)CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL: As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-operacional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

d.1.1) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação e abaixo relacionados, conforme parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

I- Conservação e Manutenção Preventiva e Corretiva de Estações BHLS;
II- Limpeza de pisos cimentados;
III- Remoção de Papel de Paredes, inclusive limpeza do excesso de cola na parede;

d.1.2) A relevância dos serviços acima relacionados foi considerada significante por representar as atividades principais do objeto contratual em questão.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	449

d.2)CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL: As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-profissional, disponibilizando equipe técnica de apoio e administração local mediante a apresentação dos seguintes documentos:

d.2.1.) – Quanto a equipe técnica de apoio:

d.2.1.1) A CONTRATADA disponibilizará a equipe técnica de apoio, sendo necessária a supervisão de no mínimo:

I)01 (um) Engenheiro Civil por um período de 04 (quatro) horas semanais, responsável pela execução dos serviços civis, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;

II)01 (um) Engenheiro Eletricista por um período de 04 (quatro) horas semanais, responsável pela execução dos serviços de elétrica, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;

III)01 (um) Engenheiro Mecânico por um período de 04 (quatro) horas semanais, responsável pela execução dos serviços metalúrgicos, conforme indicado na ART apresentada a SECONSER;

IV)02(dois) Profissionais de Manutenção, 44(quarenta e quatro) horas semanais, responsáveis pela execução dos serviços operacionais à disposição da SECONSER;

d.2.1.2) – Quanto a administração local:

d.2.1.2.1)A CONTRATADA disponibilizará os seguintes itens:

I)- Veículo de passeio, 5 passageiros, podendo ser utilizado carro de motor híbrido, para tarefas operacionais, inclusive motorista.

II)Veículo modelo utilitário, podendo ser utilizado carro de motor híbrido, para tarefas de fiscalização inclusive motorista.

A empresa deverá apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido (s) por entidade de direito público ou privado, devidamente reconhecido (s) pelo CREA, onde comprove que os Responsáveis Técnicos tenham executado ou estejam executando serviços compatíveis com o objeto da licitação.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	450

30.2.2 Os atestados deverão conter:

1) Nome e cargo do signatário;
2) Identificação da pessoa jurídica emitente;
3) Telefone/Fax da pessoa Jurídica emitente;
4) Objeto contratual;
5) Endereço completo do emitente;
6) Período de vigência do contrato ou da prestação dos serviços;
7)Outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação do desempenho da contratada na execução dos serviços.

31– APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:

31.1 A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: a Proposta de Preço, a Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composição de Preços Unitários, Composição do BDI e o Cronograma Físico-Financeiro, apresentados em pasta, preenchidos, por meio mecânico, sem emenda, rasura, entrelinha ou ressalva.

31.2 A Proposta de Preços devidamente rubricada pelo Responsável da empresa licitante, deverá informar o preço total dos serviços a executar, referente ao mês da apresentação da proposta, em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso, e ser devidamente assinada pelo representante legal do Licitante.

31.3 Na hipótese de fornecimento de novos modelos da Proposta de Preço, estas somente serão entregues mediante devolução das anteriormente fornecidas ao Licitante.

31.4 A Planilha Orçamentária, deverá ser preenchida pelo Licitante, com informação expressa referente aos seus custos unitários, em moeda corrente, respeitante ao mês de apresentação da proposta, constando ainda o total por item e o somatório.

31.5 No preço proposto serão computadas todas as despesas para execução do serviços, a totalidade dos custos e despesas do objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO e todas as despesas com instalação do canteiro de obras, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, incluindo-se, também, o BDI – Benefício e Despesas Indiretas, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto destePREGÃO ELETRÔNICO, vez que nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	459

31.6– A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada discriminando todos os custos indiretos e lucros (ou benefícios).

31.7- O BDI nesta licitação é de 25%, devendo cada licitante preencher a sua planilha de Composição Analítica do BDI.

31.8 - Na forma da Lei 8666/93, na planilha orçamentária todos os itens deverão ser objeto de composição detalhada, especificando os preços unitários e quantidades de materiais, mão de obra, equipamentos, despesas indiretas e/ou quaisquer outros insumos que tenham sido considerados por ocasião da fixação do preço unitário.

31.9 - O Cronograma Físico-Financeiro dos serviços, obedecendo ao prazo previsto no presente Termo de Referência, deverá conter o percentual do valor de cada categoria de serviço em relação ao valor total, indicado mês a mês, obedecendo, ainda, desembolso financeiro acumulado máximo, conforme cronograma em anexo:

31.10 - Da Planilha Orçamentária não deverão constar orçados em separado os insumos de mão de obra e equipamentos, por ser parte dos serviços contratados, evitando-se a duplicidade de sua previsão.

31.11 A licitante deverá apresentar os preços unitários e totais orçados no mês da apresentação da proposta, em moeda corrente do país, incluindo todas as despesas diretase indiretas necessárias à plena execução dos serviços, objeto desta contratação, incluindotambém, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais necessários, impostos,taxas, seguros, garantias, ART's, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, garantia,lucro, EPI's, EPC's e quaisquer outras despesas incidentes.

31.12 A proposta comercial deverá ser preenchida conforme modelo anexo ao Edital constando da planilha de orçamento e do cronograma físico financeiro.

31.13 As quantidades previstas para os serviços constantes da planilha de orçamento foram estimados, conforme demonstrado na Memória de Cálculo e servem para uniformizar as propostas apresentadas pelas licitantes interessadas no certame, não se constituindo em limites para efeito de medição, uma vez que o regime de execução contratual será o de"preços unitários" onde a remuneração a CONTRATADA se dá pela multiplicação das quantidades efetivamente realizadas pelos preços por ela propostos e que formarão a planilha contratual.

32– CONSIDERAÇÕES GERAIS:

32.1A manutenção de novas estações BHLS, a limpeza,e demais melhorias nos pontos de embarque edesembarque são de responsabilidade da Equipe Técnica/Operacional da

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	452

CONTRATADA ea SECONSER compete às atribuições técnicas pertinentes a aprovação dos planos para aexecução destes serviços, inclusive acompanhamento e fiscalização quanto aos serviçosexecutados, bem como determinar os locais para a realização dos serviços.

32.2 A CONTRATADA deverá executar os serviços, em todas as suas etapas, com equipetécnica especializada, capacitada e suficiente para a execução total do objeto licitado.

32.3 Fica resguardado à SECONSER o direito de exigir a substituição de qualquer elementoda equipe, desde que este não corresponda sobre o ponto de vista disciplinar e/ou técnicoprofissional.
32.4 A CONTRATADA deverá fornecer os EPI's necessários ao perfeito desempenho dafunção, conforme determina o Ministério do Trabalho.

32.5 Os custos diretos devem abranger toda a mão-de-obra operacional com suasprodutividades e no caso dos veículos e equipamentos todos os insumos necessários à suaoperação, incluindo operadores, ajudantes, combustíveis, lubrificantes e demais outros insumos.

32.6 A SECONSER ao seu critério, poderá solicitar a execução dos serviços em horáriosnoturnos, finais de semana ou feriados, se assim convier ao melhor andamento dostrabalhos e evitar transtornos nas vias de maior tráfego.

32.7 A SECONSER através de sua Diretoria fará a programação dosserviços, cabendo a CONTRATADA executá-los.

32.8 A CONTRATADA deverá colocar à disposição dos serviços todo o tipo de sinalizaçãonecessária (placas de advertência e cones de sinalização), de modo a garantir a segurançado pessoal nas frentes de trabalho.
32.9 Nenhum serviço deve ser executado sem o conhecimento e aprovação da DiretoriadaSECONSER, sob pena de não ser reconhecido e remunerado.

33 - MODALIDADE:
33.1 Pregão Eletrônico, menor preço global.

34 - VALOR MÉDIO:
34.1 R$ 2.603.349,07 (dois milhões, seiscentos e três mil e trezentos e quarenta e nove reais e sete centavos).

35 - DA GARANTIA CONTRATUAL

35.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15(quinze) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2 % (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	453

35.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

35.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

35.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

35.5 O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

Niterói, 02 de DEZEMBRO de 2022.

MARCELO SERIEIRO SERRA
Subsecretário da Conservação e Serviços Públicos

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
Secretária de Conservação e Serviços Públicos

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	454

ANEXO II – MODELO – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo CRF/RJ, na modalidade de Pregão Presencial, que é ( )MICRO EMPRESA ou ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE, cumprindo os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____(Local), _____ de _____ de 20___.

_____

(Nome e Assinatura do representante legal)

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	455

ANEXO III – MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: CNPJ:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO: CEP:

CIDADE: ESTADO:

TELEFONE:

FAX: E-MAIL:

	Especificação dos Equipamentos / Material Permanente / Consumo					
ITEM	**SERVIÇOS (Especificação Técnica)**	**UN**	**QUANT.**	***CÓDIGO COMPRAS. GOV.BR (CÓDIGO SIMILAR)***	**VALOR UNITÁRIO**	***TOTAL***
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência do Objeto.	UN	14			
				Total Global R$		

Valor total: R$ _____ (em algarismos)

(por extenso) _____

( ) Optante pelo Simples Nacional

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	456

( ) Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	457

ANEXO IV - MODELO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na modalidade de Pregão Presencial, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____(Local), _____ de _____ de 20__.

_____

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	458

ANEXO V - MODELO – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS MUNICIPAIS

A empresa _____, CNPJ (número de inscrição)_____, sediada no endereço _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas do artigo 7º da Lei 10.520/2002, que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

_____, _____ de _____ de 20_____.

(Local)

_____

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	459

ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na modalidade de Pregão Presencial Nº XXX, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____(Local), _____ de _____ de 20__.

_____

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	46

ANEXO VII – MODELO – DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

A empresa _____ , CNPJ _____ , sediada no endereço _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ , _____ de _____ de 20_____.

(Local)

_____

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia F. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	461

ANEXO VIII – MODELO - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Ilmo. Sr.
(autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA ao Município de Niterói, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.
Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, _____ de _____ de _____.

(Local)

_____

(Nome e Assinatura do representante legal)

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	462

ANEXO IX

CONTRATO Nº __ /__

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS, RECUPERAÇÃO, MELHORIAS, PINTURAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E PEÇAS DE SUBSTITUIÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE NITEROI, PELA SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS E A _____ .

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, tendo como gestora a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER**, representada pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Srª. DAYSE NOGUEIRA MONASSA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 0178680115-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 642.121.577-72, doravante denominada **SECRETÁRIA**, sendo a **SECONSER** sediada na Avenida Visconde Rio Branco, nº 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-970, inscrita a Prefeitura Municipal de Niterói no CNPJ/MF sob o nº 28.521.748/0001-59, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, com fundamento no processo administrativo nº 040/001111/2022, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas,

com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência do Objeto, conforme especificações constantes na tabela I e dos demais itens do termo de referência, especificados e quantificados na forma da proposta de preços (Anexo III) e Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO ÚNICO - O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da entrega da Autorização de Serviço, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
c) exercer a fiscalização do contrato;
d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
l) manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.
o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
r) A reparação de qualquer dano como conseqüência do trabalho contratado, do seu pessoal, equipamentos ou instalações, ficará a cargo do contratado.

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	465

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:
FONTE: 138
PROGRAMA DE TRABALHO: 260115.451.0147.5003
NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51

Nota de Empenho: _____

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR ESTIMADO DO CONTRATO E DA ALTERAÇÃO

O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de R$ 2.603.349,07 (dois milhões, seiscentos e três mil e trezentos e quarenta e nove reais e sete centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos, conforme ato de nomeação:

1- Marcelo Serieiro – Matrícula: 1242247-3

2-Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 1243077-0

3- Ricardo Lanzellotti– Matrícula: 1245336-0

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelo(a) REPRESENTANTE ou COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO mencionado(a) no parágrafo primeiro, no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do bem/produto;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Federal nº 8.213, de 1991, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e

comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar aCertidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a"até "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionado no parágrafo segundo ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R$ _____ (_____), em 12(doze) parcelas, mensais e sucessivas, de acordo com o efetivo consumo demandado pelo Município, diretamente na conta corrente nº _____, agência ____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Município (BANCO ITAU S.A).

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	468

PARÁGRAFO PRIMEIRO –No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, nº 11, Ponta da Areia – Niterói, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO– Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO- Não caberá o reajuste ao presente contrato, definindo-se como fixo e irreajustável o percentual contratado como taxa de desconto sobre os serviços e materiais objeto da contratação.

PARÁGRAFO NONO- Ao longo do contrato, os preços serão os praticados, no momento do consumo, pelos postos credenciados pela Contratada, aplicando a estes o percentual de desconto obtido, no processo licitatório, apurado no momento do consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

PARÁGRAFO QUARTO – Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art.5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro Municipal suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do parágrafo primeiro, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do parágrafo primeiro, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo primeiro:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida no parágrafo terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do parágrafo primeiro, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do parágrafo primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:
a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);
b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo do Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);
c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.
PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do parágrafo primeiro, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.
PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art.5° da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias , contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1°, art. 56 da Lei n.° 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO– Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos em lei;

II quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	476

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, em 02 de Novembro de 2022.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
Secretária Municipal de Conservação
e Serviços Públicos

CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	477

ANEXO X

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	478

ANEXO X

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS DE NITERÓI NO PERÍODO DE 12 MESES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTITADE	PREÇO UNIT.	TOTAL
		CANTEIRO DE OBRA				
1	02.011.0010-A	CERCA PROTETORA DE BORDA DE VALA OU OBRA,COM TELA PLASTICA NA COR LARANJA OU AMARELA,CONSIDERANDO 2 VEZES DE UTILIZACAO,INCLUSIVE APOIOS,FORNECIMENTO,COLOCACAO E RETIRADA	M2	3141,00		R$ -
2	02.030.0005-A	PLACA DE SINALIZACAO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA,DEACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E PINTURA DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA,FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	168,00		R$ -
3	02.030.0010-A	BALIZADOR VAGALUME (ALUGUEL),EQUIPADO COM PISCA ALERTA E PAINEIS DE FITA REFLETIVA PADRAO ENGENHARIA COM ALTURA DE 1,32M,DE ACORDO COM O MANUAL DA CET-RIO,INCLUSIVE MANUTENCAO,PRIMEIRA COLOCACAO E RETIRADA DA OBRA	UNXMES	168,00		R$ -
4	02.030.0020-A	CAVALETE MINICADE (ALUGUEL),EQUIPADO COM PAINEIS REFLETIVOSDE ALTA INTENSIDADE E UM PISCA ALERTA COM CELULA FOTO-ELETRICA,ALIMENTADA POR 2 BATERIAS DE 6V (DISPENSA O USO DE GERADOR)	UNXMES	168,00		R$ -
			TOTAL DA CATEGORIA 02:			**R$ -**
		SERVICOS COMPLEMENTARES				
5	05.001.0087-A	REMOCAO DE PAPEL DE PAREDE,INCLUSIVE LIMPEZA DO EXCESSO DE COLA NA PAREDE	M2	4039,00		R$ -
6	05.001.0131-A	REMOCAO DE VIDRO ACIMA DE 0,30X0,30M,COM LIMPEZA LOCAL	M2	644,00		R$ -
7	05.001.0350-A	LIMPEZA DE VIDROS,FEITA NOS DOIS LADOS,CONTADO UM LADO	M2	887,00		R$ -
8	05.001.0360-A	LIMPEZA DE PISOS CIMENTADOS	M2	5385,00		R$ -
9	05.001.0393-A	LIMPEZA EM PAREDE REVESTIDA COM CHAPAS LAMINADAS,INCLUSIVE OUSO DE ESCADA ATE 2 PAVIMENTOS,EXCLUSIVE ANDAIMES	M2	1670,00		R$ -
10	05.001.0410-A	LIMPEZA DE PAINEIS DE ALUMINIO	M2	1670,00		R$ -
11	05.001.0415-A	LIMPEZA DE PAINEIS DE ACO ESCOVADO	M2	1670,00		R$ -
12	05.004.0010-A	LIMPEZA DE CONCRETO APARENTE COM JATO D`AGUA,SOLVENTE E ESCOVA DE PIACAVA	M2	3769,00		R$ -
13	05.004.0070-A	LIXAMENTO MECANICO PARA LIMPEZA OU PREPARACAO DE ESTRUTURASMETALICAS,UTILIZANDO LIXADEIRA ELETRICA,CONSIDERANDO A AREAEFETIVAMENTE LIXADA	M2	1670,00		R$ -
14	05.027.0011-A	SOLDA DE TOPO,EM TUBOS DE ACO GALVANIZADO NO DIAMETRO DE 2",UTILIZANDO CONVERSOR ELETRICO,INCLUSIVE CORTE E/OU CHANFRO DAS EXTREMIDADES	UN	334,00		R$ -
			TOTAL DA CATEGORIA 05:			**R$ -**
		GALERIAS, DRENOS E CONEXOS				
15	06.016.0002-A	TAMPAO COMPLETO DE FºFº,COM 120 A 125KG,PARA POCO DE VISITAOU CAIXA DE AREIA,PADRAO CEDAE(C-3),CARGA MINIMA PARA TESTE25T,RESISTENCIA MAXIMA DE ROMPIMENTO 31,25T E FLECHA RESIDUAL MAXIMA DE 17MM,ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4 EM	UN	168,00		R$ -
			TOTAL DA CATEGORIA 06:			**R$ -**
		BASES E PAVIMENTOS				
16	08.006.0015-A	REJUNTAMENTO DE ARTEFATO DE CONCRETO,COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3,COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS	M2	1680,00		R$ -
17	RV 14.10.0100 (B)	RECOMPOSICAO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES COM RESISTENCIA DE 11MPA, COM 8CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE DEMOLICAO COM EQUIPAMENTO DE AR COMPRIMIDO DO PISO EXISTENTE.(DESONERADO)	M2	942,00		R$ -
			TOTAL DA CATEGORIA 08:			**R$ -**
		SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS				
18	09.005.0025-A	VARREDURA EM SUPERFICIES CIMENTADAS OU ASFALTADAS(104 VEZESPOR ANO)	HA	3,14		R$ -
19	09.005.0036-A	RETIRADA DE MATERIAL PROVENIENTE DE PODA,DE VARREDURA,OU DELIMPEZAS DIVERSAS,A SER FEITA EM CAMINHAO C/NO MINIMO 4,00M3DE CAPACIDADE,COMPREENDENDO CARGA,DESCARGA E TRANSPORTE ATE30KM DE DISTANCIA	M3	7,54		R$ -
			TOTAL DA CATEGORIA 09:			**R$ -**
		REVESTIMENTOS DE PAREDES, TETOS E PISOS				
20	13.330.0020-A	ASSENTAMENTO DE PISOS DE MARMORE OU GRANITO,EXCLUSIVE ESTES,EM PLACAS,EM SUPERFICIE EM OSSO,COM NATA DE CIMENTO SOBRE ARGAMASSA DE CIMENTO,AREIA E SAIBRO,NO TRACO 1:2:2,COM ESPESSURA MEDIA DE 3,5CM E REJUNTAMENTO DE CIMENTO BRANCO E CORANTE	M2	376,00		R$ -
21	11903/ORSE	PISO TÁTIL DIRECIONAL - ELEMENTOS EM INOX (12 PEÇAS/M)	M	252,00		R$ -
22	11902/ORSE	PISO TÁTIL ALERTA - ELEMENTOS EM INOX (100 PEÇAS/M)	M	168,00		R$ -
			TOTAL DA CATEGORIA 13:			**R$ -**
		ESQUADRIAS DE PVC, FERRO, ALUMÍNIO OU MADEIRA, VIDRAÇAS E FERRAGENS				
23	07693/ORSE	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO INOX Ø=3", COM MONTANTES FLANGEADO EM TUBO INOX Ø=3" E COM FECHAMENTO EM TUBO Ø=2", COM ACABAMENTO POLIDO, H=0,90M, FIXADO NAS EXTREMIDADES	M	168,00		R$ -
24	14.002.0225-A	CORRIMAO DE TUBO DE ACO INOXIDAVEL,DIAMETRO 4",COM GUARDA-CORPO EM VIDRO,EXCLUSIVE ESTE, FIXADO EM MONTANTES DE TUBO DEACO INOXIDAVEL ESCOVADO, DIAMETRO 2.1/2",ALTURA 1,00M, ENVOLVENDO TUBO METALON DE 1.1/4".FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	48,00		R$ -
25	14.004.0120-A	VIDRO TEMPERADO INCOLOR,10MM DE ESPESSURA,PARA PORTAS OU PAINEIS FIXOS,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	586,00		R$ -
26	14.004.0121-A	VIDRO TEMPERADO,INCOLOR,COM 6MM DE ESPESSURA,ENCAIXILHADO EMMADEIRA,ALUMINIO OU FERRO,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	57,00		R$ -
27	14.007.0336-A	SUPORTE SIMPLES DE CENTRO PARA VIDRO TEMPERADO DE 10MM.FORNECIMENTO	UN	672,00		R$ -
			TOTAL DA CATEGORIA 14:			**R$ -**

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	479

		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E MECÂNICAS					
28	15.008.0020-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,ANTICHAMA,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 2,5MM2,450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	3360,00		R$	-
29	15.008.0025-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,ANTICHAMA,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 4MM2,450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	3360,00		R$	-
30	15.020.0034-A	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR,DE 18W.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	336,00		R$	-
31	15.020.0173-A	LAMPADA LED,TUBULAR,1200MM,T8,18W,FLUXO LUMINOSO EM TORNO DE1850LM	UN	336,00		R$	-
			TOTAL DA CATEGORIA 15:			**R$**	-
		PINTURA					
	17.017.0350-A	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO GALVANIZADO OU ALUMINIO,USANDO FUNDO PARA GALVANIZADO,INCLUSIVE LIXAMENTO LEVE,LIMPEZA,DESENGORDURAMENTO E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTETICO BRILHANTE OU ACETINADO	M2	1392,00		R$	-
33	17.035.0030-A	REMOCAO DE PINTURA A OLEO,ESMALTE ALQUIDICA E VERNIZES	M2	1392,00		R$	-
34	17.040.0024-A	PINTURA DE PISO CIMENTADO LISO COM TINTA 100% ACRILICA,INCLUSIVE LIXAMENTO,LIMPEZA E TRES DEMAOS DE ACABAMENTO APLICADASA ROLO DE LA,DILUICAO EM AGUA A 20%	M2	1680,00		R$	-
			TOTAL DA CATEGORIA 17:			**R$**	-
		APARELHOS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS, ELÉTRICOS, MECÂNICOS E ESPORTIVOS					
35	18.027.0408-A	LUMINARIA FLUORESCENTE TUBULAR DE SOBREPOR,2X32W(INCLUSIVE LAMPADAS),COM ALETAS,CORPO EM CHAPA DE ACO TRATADA E PINTURAELETROSTATICA BRANCA,REFLETOR EM ALUMINIO DE ALTO BRILHO,COMREATOR DE ALTO FATOR DE POTENCIA,BI-VOLT.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	48,00		R$	-
36	18.250.0049-A	REATOR ELETRONICO DE ALTO FATOR DE POTENCIA(AFP>=0,92)PARA LAMPADA FLUORESCENTE 2X18W,BIVOLT,127/220V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	48,00		R$	-
37	18.250.0053-A	REATOR ELETRONICO DE ALTO FATOR DE POTENCIA(AFP>=0,92)PARA LAMPADA FLUORESCENTE 2X32W,BIVOLT,127/220V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	48,00		R$	-
38	18.016.0000-F	LIXEIRA INOX QUADRADA COM ARO INOX 100L	UN	14,00		R$	-
39	18.265.0001-A	RETIRADA E RECOLOCACAO DE APARELHOS DE ILUMINACAO,INCLUSIVELAMPADA	UN	48,00		R$	-
			TOTAL DA CATEGORIA 18:			**R$**	-
		CUSTOS RODOVIÁRIOS					
40	20.012.0020-A	RECUPERACAO DE MEIO-FIO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA	M	840,00		R$	-
			TOTAL DA CATEGORIA 20:			**R$**	-
		ILUMINAÇÃO					
41	21.004.0150-A	RETIRADA DE LUMINARIA,INSTALADA EM CORDOALHA,TETO OU PAREDE	UN	336,00		R$	-
	21.004.0158-A	RETIRADA DE REATOR PARA LAMPADA DE DESCARGA INSTALADO ATE 7,00 DE ALTURA	UN	336,00		R$	-
	21.004.0170-A	RETIRADA OU SUBSTITUICAO DE RELE FOTOELETRICO INDIVIDUAL,INSTALADO ATE 12,00M DE ALTURA	UN	336,00		R$	-
			TOTAL DA CATEGORIA 21:			**R$**	-
				SUBTOTAL 1:		**R$**	-
		EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI´S					
44		COMPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	MES	12,00		R$	-
			TOTAL EPI´S 22:			**R$**	-
		FERRAMENTAS					
45		COMPOSIÇÃO DE FERRAMENTAS POR FAMÍLIA	MES	12,00			
			TOTAL FERRAMENTAS 23:			**R$**	-
		MATERIAIS					
46		COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO - MATERIAIS	DIVERSOS	12,00			
			TOTAL MATERIAIS 24:			**R$**	-
		REFEIÇÃO					
47		COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO - CAFÉ DA MANHÃ	DIVERSOS	12,00			
			TOTAL REFEIÇÃO 25:			**R$**	-
				SUBTOTAL 2:		**R$**	-
		ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
48	01.090.0000-G	ADMINSTRAÇÃO LOCAL	UN	100,00	R$ -	R$	-
			TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO 26:			**R$**	-
				TOTAL GERAL COM BDI:		**R$**	-

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	480

MEMÓRIA DE CÁLCULO

MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS DE NITERÓI NO PERÍODO DE 12 MESES

DESCRIÇÃO

ESTAÇÕES	QUANTIDADE		LARGURA		COMPRIMENTO		ÁREA	PERÍMETRO	ALTURA
BHLS CHARITAS ESTAÇÃO INICIAL	1	x	9,00	X	72,00	=	648,00 m²	161	4,00
BHLS CAFUBÁ	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS LAGOA DE PIRATININGA	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS PIRATININGA	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS MARALEGRE	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS OCEÂNICA	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS SANTO ANTONIO	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS VILA SÃO PEDRO	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS VILA MORRO DA PEÇA	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS MARAVISTA	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS PRAÇA CENTRAL	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS BOA VISTA	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
BHLS ENGENHO DO MATO	1	x	9,00	x	84,00	=	756,00 m²	187	4,00
BHLS NOVA	1	x	3,50	x	20,00	=	70,00 m²	46	2,80
					TOTAL:		2244,00 m²		
AREA DO VIDRO TEMPERADO NA ESTAÇÃO	12	X	2,40 m²	=	28,80				
AREA DO VIDRO TEMPERADO NO CORRIMÃO	2	X	1,44 m²	=	2,88				

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
		02 - CANTEIRO DE OBRA		
1	02.011.0010-A	CERCA PROTETORA DE BORDA DE VALA OU OBRA,COM TELA PLASTICA NA COR LARANJA OU AMARELA,CONSIDERANDO 2 VEZES DE UTILIZACAO,INCLUSIVE APOIOS,FORNECIMENTO,COLOCACAO E RETIRADA	M2	3141,00
		DESCRIÇÃO: FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X 10% ÁREA TOTAL — QUANTIDADE 14 x ÁREA 224,40 = TOTAL 3141,00		
2	02.030.0005-A	PLACA DE SINALIZACAO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA,DEACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E PINTURA DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA,FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	168,00
		DESCRIÇÃO: FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES — QUANTIDADE 1 x UNIDADES 14 x MESES 12 = TOTAL 168,00		
3	02.030.0010-A	BALIZADOR VAGALUME (ALUGUEL),EQUIPADO COM PISCA ALERTA E PAINEIS DE FITA REFLETIVA PADRAO ENGENHARIA COM ALTURA DE 1,32M,DE	UNXMES	168,00
		DESCRIÇÃO: FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES — QUANTIDADE 1 x UNIDADES 14 x MESES 12 = TOTAL 168,00		
	02.030.0020-A	CAVALETE MINICADE (ALUGUEL),EQUIPADO COM PAINEIS REFLETIVOSDE ALTA INTENSIDADE E UM PISCA ALERTA COM CELULA FOTO-ELETRICA,ALIMENTADA POR 2 BATERIAS DE 6V (DISPENSA O USO DE GERADOR)	UNXMES	168,00
		DESCRIÇÃO: FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES — QUANTIDADE 1 x UNIDADES 14 x MESES 12 = TOTAL 168,00		
		05 - SERVICOS COMPLEMENTARES		
5	05.001.0087-A	REMOCAO DE PAPEL DE PAREDE,INCLUSIVE LIMPEZA DO EXCESSO DE COLA NA PAREDE	M2	4039,00
		DESCRIÇÃO: FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X 3 VEZES POR SEMANA 5% ÁREA TOTAL — QUANTIDADE 3 x ÁREA 112,20 m² x MESES 12 = TOTAL 4039,00		
6	05.001.0131-A	REMOCAO DE VIDRO ACIMA DE 0,30X0,30M,COM LIMPEZA LOCAL	M2	644,00
		DESCRIÇÃO: AREA DO VIDRO TEMPERADO NA ESTAÇÃO — QUANTIDADE 14 x ÁREA 2,40 x MESES 12 = TOTAL 403,00		
		AREA DO VIDRO TEMPERADO NO CORRIMÃO — QUANTIDADE 14 x ÁREA 1,44 x MESES 12 = TOTAL 241,00		
7	05.001.0350-A	LIMPEZA DE VIDROS,FEITA NOS DOIS LADOS,CONTADO UM LADO	M2	887,00
		DESCRIÇÃO: FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X ÁREA — QUANTIDADE 14 x ÁREA 31,68 x LADOS 2,00 = TOTAL 887,00		
8	05.001.0360-A	LIMPEZA DE PISOS CIMENTADOS	M2	5385,00
		DESCRIÇÃO: FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES X 5% ÁREA TOTAL — QUANTIDADE 2 x ÁREA 224,40 x MESES 12 = TOTAL 5385,00		
9	05.001.0393-A	LIMPEZA EM PAREDE REVESTIDA COM CHAPAS LAMINADAS,INCLUSIVE OUSO DE ESCADA ATE 2 PAVIMENTOS,EXCLUSIVE ANDAIMES	M2	1670,00

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	481

		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES X 5% ÁREA DOS PERFIS	2	x	69,60	x	12	=	1670,00				
10	05.001.0410-A	LIMPEZA DE PAINEIS DE ALUMINIO										M2	1670,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES X 5% ÁREA DOS PERFIS	2	x	69,60	x	12	=	1670,00				
11	05.001.0415-A	LIMPEZA DE PAINEIS DE ACO ESCOVADO										M2	1670,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES X 5% ÁREA DOS PERFIS	2	x	69,60	x	12	=	1670,00				
12	05.004.0010-A	LIMPEZA DE CONCRETO APARENTE COM JATO D'AGUA,SOLVENTE E ESCOVA DE PIACAVA										M2	3769,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X 1% ÁREA TOTAL	14	x	22,44	x	12	=	3769,00				
	05.004.0070-A	LIXAMENTO MECANICO PARA LIMPEZA OU PREPARACAO DE ESTRUTURASMETALICAS,UTILIZANDO LIXADEIRA ELETRICA,CONSIDERANDO A AREAEFETIVAMENTE LIXADA										M2	1670,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES X 5% ÁREA DOS PERFIS	2	x	69,60	x	12	=	1670,00				
14	05.027.0011-A	SOLDA DE TOPO,EM TUBOS DE ACO GALVANIZADO NO DIAMETRO DE 2",UTILIZANDO CONVERSOR ELETRICO,INCLUSIVE CORTE E/OU CHANFRO DAS EXTREMIDADES										UN	334,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES X 1% ÁREA DOS PERFIS	2	x	13,92	x	12	=	334,00				
		06 - GALERIAS, DRENOS E CONEXOS											
15	06.016.0002-A	TAMPAO COMPLETO DE F°F°,COM 120 A 125KG,PARA POCO DE VISITAOU CAIXA DE AREIA,PADRAO CEDAE(C-3),CARGA MINIMA PARA TESTE25T,RESISTENCIA MAXIMA DE ROMPIMENTO 31,25T E FLECHA RESIDUAL MAXIMA DE 17MM,ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4 EM VOLUME.FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO										UN	168,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADES		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X 1 VEZES POR MÊS	1	x	14	x	12	=	168,00				
		08 - BASES E PAVIMENTOS											
16	08.006.0015-A	REJUNTAMENTO DE ARTEFATO DE CONCRETO,COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3,COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS										M2	1680,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	10,00	x	12	=	1680,00				
17	RV 14.10.0100 (B)	RECOMPOSICAO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES COM RESISTENCIA DE 11MPA, COM 8CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE DEMOLICAO COM EQUIPAMENTO DE AR COMPRIMIDO DO PISO EXISTENTE.(DESONERADO)										M2	942,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X 0,25% ÁREA TOTAL	14	x	5,61	x	12	=	942,00				
		09 - SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS											
18	09.005.0025-A	VARREDURA EM SUPERFICIES CIMENTADAS OU ASFALTADAS(104 VEZESPOR ANO)										HA	3,14
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADE		ÁREA		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X ÁREA TOTAL	1	x	14	x	0,22	=	3,14				
19	09.005.0036-A	RETIRADA DE MATERIAL PROVENIENTE DE PODA,DE VARREDURA,OU DELIMPEZAS DIVERSAS,A SER FEITA EM CAMINHAO C/NO MINIMO 4,00M3DE CAPACIDADE,COMPREENDENDO CARGA,DESCARGA E TRANSPORTE ATE30KM DE DISTANCIA										M3	7,54
		DESCRIÇÃO	UNIDADE		ÁREA		ALTURA		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES X ÁREA TOTAL	14	x	0,22	x	0,2	=	0,63				
			MESES										
			12	x	0,63			=	7,54				
		13 - REVESTIMENTOS DE PAREDES, TETOS E PISOS											
20	13.330.0020-A	ASSENTAMENTO DE PISOS DE MARMORE OU GRANITO,EXCLUSIVE ESTES,EM PLACAS,EM SUPERFICIE EM OSSO,COM NATA DE CIMENTO SOBRE ARGAMASSA DE CIMENTO,AREIA E SAIBRO,NO TRACO 1:2:2,COM ESPESSURA MEDIA DE 3,5CM E REJUNTAMENTO DE CIMENTO BRANCO E CORANTE										M2	376,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	2,24	x	12	=	376,00				
21	11903/ORSE	PISO TÁTIL DIRECIONAL - ELEMENTOS EM INOX (12 PEÇAS/M)										M	252,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	1,50	x	12	=	252,00				
22	11902/ORSE	PISO TÁTILALERTA - ELEMENTOS EM INOX (100 PEÇAS/M)										M	168,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		ÁREA		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	1,00	x	12	=	168,00				

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	482

		CATEGORIA 14 - ESQUADRIAS DE PVC, FERRO, ALUMÍNIO OU MADEIRA, VIDRAÇAS E FERRAGENS													
23	07693/ORSE	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO INOX Ø=3", COM MONTANTES FLANGEADO EM TUBO INOX Ø=3" E COM FECHAMENTO EM TUBO Ø=2", COM ACABAMENTO POLIDO, H=0,90M, FIXADO NAS EXTREMIDADES												M	168,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**COMPRIMENTO**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	1,00	x	12	=	168,00						
24	14.002.0225-A	CORRIMAO DE TUBO DE ACO INOXIDAVEL,DIAMETRO 4",COM GUARDA-CORPO EM VIDRO,EXCLUSIVE ESTE, FIXADO EM MONTANTES DE TUBO DEACO INOXIDAVEL ESCOVADO, DIAMETRO 2.1/2",ALTURA 1,00M, ENVOLVENDO TUBO METALON DE 1.1/4".FORNECIMENTO E COLOCACAO												M	48,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**COMPRIMENTO**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES	2	x	2,00	x	12	=	48,00						
25	14.004.0120-A	VIDRO TEMPERADO INCOLOR,10MM DE ESPESSURA,PARA PORTAS OU PAINEIS FIXOS,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO												M2	586,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**ÁREA**		**UNIDADES**		**MESES**						
		AREA DO VIDRO TEMPERADO NA ESTAÇÃO	1	x	2,40	x	12	X	12	=	345,00				
		AREA DO VIDRO TEMPERADO NO CORRIMÃO	1	x	1,44	x	14	X	12	=	241,00				
									TOTAL	=	586,00				
26	14.004.0121-A	VIDRO TEMPERADO,INCOLOR,COM 6MM DE ESPESSURA,ENCAIXILHADO EMMADEIRA,ALUMINIO OU FERRO.FORNECIMENTO E COLOCACAO												M2	57,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**ÁREA**		**UNIDADES**		**MESES**						
		AREA DO VIDRO TEMPERADO NA ESTAÇÃO	1	x	2,40	x	2	x	12	=	57,00				
27	14.007.0336-A	SUPORTE SIMPLES DE CENTRO PARA VIDRO TEMPERADO DE 10MM.FORNECIMENTO												UN	672,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**UNIDADES**		**MESES**		**TOTAL**						
		AREA DO VIDRO TEMPERADO NA ESTAÇÃO	2	x	14	x	12	=	336,00						
		AREA DO VIDRO TEMPERADO NO CORRIMÃO	2	x	14	x	12	=	336,00						
		CATEGORIA 15 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E MECÂNICAS													
28	15.008.0020-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,ANTICHAMA,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 2,5MM2,450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO												M	3360,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**COMPRIMENTO**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	20,00	x	12	=	3360,00						
29	15.008.0025-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,ANTICHAMA,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 4MM2,450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO												M	3360,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**COMPRIMENTO**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	20,00	x	12	=	3360,00						
30	15.020.0034-A	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR,DE 18W.FORNECIMENTO E COLOCACAO												UN	336,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**UNIDADES**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	2,00	x	12	=	336,00						
31	15.020.0173-A	LAMPADA LED,TUBULAR,1200MM,T8,18W,FLUXO LUMINOSO EM TORNO DE1850LM												UN	336,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**UNIDADES**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	2,00	x	12	=	336,00						
		17 - PINTURA													
32	17.017.0350-A	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO GALVANIZADO OU ALUMINIO,USANDO FUNDO PARA GALVANIZADO,INCLUSIVE LIXAMENTO LEVE,LIMPEZA,DESENGORDURAMENTO E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTETICO BRILHANTE OU ACETINADO												M2	1392,00
		DESCRIÇÃO	**UNIDADES**		**PERÍMETRO**		**ALTURA**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES (BHLS CHARITAS E ENG. DO MATO) - 50% DA ÁREA	2	x	174,00	x	4,00	=	1392,00						
33	17.035.0030-A	REMOCAO DE PINTURA A OLEO,ESMALTE ALQUIDICA E VERNIZES												M2	1392,00
		DESCRIÇÃO	**UNIDADES**		**PERÍMETRO**		**ALTURA**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES (BHLS CHARITAS E ENG. DO MATO) - 50% DA ÁREA - REMOÇÕES PARA READEQUAÇÃO - REMOÇÃO DE PIXAÇÕES	2	x	174,00	x	4,00	=	1392,00						
34	17.040.0024-A	PINTURA DE PISO CIMENTADO LISO COM TINTA 100% ACRILICA,INCLUSIVE LIXAMENTO,LIMPEZA E TRES DEMAOS DE ACABAMENTO APLICADASA ROLO DE LA,DILUICAO EM AGUA A 20%												M2	1680,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**ÁREA**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	10,00	x	12	=	1680,00						
		18 - APARELHOS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS, ELÉTRICOS, MECÂNICOS E ESPORTIVOS													
35	18.027.0408-A	LUMINARIA FLUORESCENTE TUBULAR DE SOBREPOR,2X32W(INCLUSIVE LAMPADAS),COM ALETAS,CORPO EM CHAPA DE ACO TRATADA E PINTURAELETROSTATICA BRANCA,REFLETOR EM ALUMINIO DE ALTO BRILHO,COMREATOR DE ALTO FATOR DE POTENCIA,BI-VOLT.FORNECIMENTO E COLOCACAO												UN	48,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**UNIDADES**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES (BHLS CHARITAS E ENG. DO MATO)	2	x	2,00	x	12	=	48,00						
36	18.250.0049-A	REATOR ELETRONICO DE ALTO FATOR DE POTENCIA(AFP>=0,92)PARA LAMPADA FLUORESCENTE 2X18W,BIVOLT,127/220V.FORNECIMENTO E COLOCACAO												UN	48,00
		DESCRIÇÃO	**QUANTIDADE**		**UNIDADES**		**MESES**		**TOTAL**						
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES (BHLS CHARITAS E ENG. DO MATO)	2	x	2,00	x	12	=	48,00						

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	483

37	18.250.0053-A	REATOR ELETRONICO DE ALTO FATOR DE POTENCIA(AFP>=0,92)PARA LAMPADA FLUORESCENTE 2X32W,BIVOLT,127/220V.FORNECIMENTO E COLOCACAO										UN	48,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADES		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES (BHLS CHARITAS E ENG. DO MATO)	2	x	2,00	x	12	=	48,00				
38	18.016.0000-F	LIXEIRA INOX QUADRADA COM ARO INOX 100L										UN	14,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADES				TOTAL				
		FRENTE DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	1	X	14,00			=	14,00				
39	18.265.0001-A	RETIRADA E RECOLOCACAO DE APARELHOS DE ILUMINACAO,INCLUSIVELAMPADA										UN	48,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADES		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 2 UNIDADES (BHLS CHARITAS E ENG. DO MATO)	2	x	2,00	x	12	=	48,00				
		20 - CUSTOS RODOVIÁRIOS											
40	20.012.0020-A	RECUPERACAO DE MEIO-FIO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA										M	840,00
		DESCRIÇÃO	UNIDADES		COMPRIMENTO		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	5,00	x	12	=	840,00				
		21 - ILUMINAÇÃO											
41	21.004.0150-A	RETIRADA DE LUMINARIA,INSTALADA EM CORDOALHA,TETO OU PAREDE										UN	336,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADES		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	2,00	x	12	=	336,00				
42	21.004.0158-A	RETIRADA DE REATOR PARA LAMPADA DE DESCARGA INSTALADO ATE 7,00 DE ALTURA										UN	336,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADES		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	2,00	x	12	=	336,00				
43	21.004.0170-A	RETIRADA OU SUBSTITUICAO DE RELE FOTOELETRICO INDIVIDUAL,INSTALADO ATE 12,00M DE ALTURA										UN	336,00
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		UNIDADES		MESES		TOTAL				
		FRENTES DE SERVIÇO X 14 UNIDADES	14	x	2,00	x	12	=	336,00				

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia A. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	484

CRONOGRAMA

				CRONOGRAMA												
OBRA:				MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS DE NITERÓI NO PERÍODO DE 12 MESES												
																Io =
ITENS	DESCRIÇÃO			1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	TOTAL
2	CANTEIRO DE OBRA		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
5	SERVICOS COMPLEMENTARES		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
6	GALERIAS, DRENOS E CONEXOS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
8	BASES E PAVIMENTOS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
9	RVIÇOS DE PARQUES E JARDINS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
13	REVESTIMENTOS DE PAREDES, TETOS E PISOS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
14	ESQUADRIAS DE PVC, FERRO, ALUMÍNIO OU MADEIRA, VIDRAÇAS E FERRAGENS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E MECÂNICAS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
17	PINTURA		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
18	APARELHOS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS, ELÉTRICOS, MECÂNICOS E ESPORTIVOS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
20	CUSTOS RODOVIÁRIOS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
21	ILUMINAÇÃO		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
22	COMPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
23	COMPOSIÇÃO DE FERRAMENTAS POR FAMÍLIA		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
24	MATERIAIS		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
25	CAFÉ DA MANHÃ		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
26	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
			R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R$0,00
	Sub-total:	*R$ -*	R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total Acumulado		R$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	% Acumulado		%													

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo	Data:	Rubrica	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	485

ADMINISTRAÇÃO

MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS DE NITERÓI NO PERÍODO DE 12 MESES							
ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						
05.105.0130-A	ENGENHARIA E COORDENAÇÃO						
1915	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JUNIOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	UNIDADE	HORAS	MESES	VALOR UNIT.	TOTAL MESAL	TOTAL
1915	Engenheiro civil	H	40	12		R$ -	R$ -
1915	Engenheiro Mecânico	H	40	12		R$ -	R$ -
1915	Engenheiro Eletricista	H	40	12		R$ -	R$ -
	PROFISSIONAIS DE MANUTENÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MESES	VALOR UNIT.	TOTAL MESAL	TOTAL
05.105.0108-A	MAO-DE-OBRA DE PEDREIRO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1	12		R$ -	R$ -
05.105.0112-A	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1	12		R$ -	R$ -
	VEÍCULOS DE TRANSPORTES	UNIDADE	QUANTIDADE	MESES	VALOR UNIT.	TOTAL MESAL	TOTAL
19.004.0000-F	VEICULO DE PASSEIO, 5 PASSAGEIROS,MOTOR HÍBRIDO, PARA TAREFAS OPERACIONAIS, EXCLUSIVE MOTORISTA.	MÊS	1	12		R$ -	R$ -
19.004.0001-F	VEÍCULO MODELO UTILITÁRIO, MOTOR HÍBRIDO, PARA TAREFAS DE FISCALIZAÇÃO, EXCLUSIVE MOTORISTA	MÊS	1	12		R$ -	R$ -
					TOTAL:		R$ -

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Processo:	Data:	Rub.	Folhas
040/001111/2022	13/06/2022	Ana Lucia R. Costa Agente Administrativo - Assessoria Jurídica SECONSER - PMN	485

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DECLARO A CONFORMIDADE, sob as penas que a Lei impõe, da minuta de fls. 391 a 485 do Processo Administrativo n° 040/001111/2022 com as minutas-padrão estabelecidas pelo Decreto n°11.466/2013 e suas respectivas atualizações, bem como, da Lei Federal 12.846/2013.

Niterói, 02 de DEZEMBRO de 2022.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA.
Secretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 20. Justificativa de preço

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/177e1b1b-bd35-4508-a1eb-850803f17d7c

Espécie/Tipo	Justificativa de preço
Número	
Assunto	PROPOSTA DE PREÇOS LUKES
Restrições	"Interno"

LUKE'S
ENGENHARIA

Nº PROCESSO 46/111122
DATA 13/06/23 FLS 990
RUBRICA Marcos Silva de Brito

ANEXO III – MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: Luke's Engenharia Ltda CNPJ: 30.678.636/0001-58
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 3021819 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO
ENDEREÇO: Av. Anita Nilo Peçanha 106
BAIRRO: São Francisco CEP: 24.360-210
CIDADE: Niterói ESTADO: RJ
TELEFONE: 21-3587-9781 E-MAIL: contato@lukesengenharia.com.br

Valor total: R$ 2.508.423,47

	Especificação dos Equipamentos / Material Permanente / Consumo					
ITEM	SERVIÇOS (Especificação Técnica)	UN	QUANT.	*CÓDIGO COMPRAS.GOV.BR (CÓDIGO SIMILAR)*	VALOR UNITÁRIO	*TOTAL*
I	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência do Objeto.	UN	14		R$ 179.173,105	R$ 2.508.423,47
				Total Global R$	R$	2.508.423,47
DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E OITO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E TRES REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS						

(x) Optante pelo Simples Nacional
( ) Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, 21 de dezembro de 2022

LUKE'S ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 30.678.636/0001-58
JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 138.552.347-60
ID: 2017102128 CREA/RJ

30.678.636/0001-58
LUKE'S ENGENHARIA LTDA
Av. Anita Nilo Peçanha, 106
São Francisco - CEP 24360-210
NITERÓI - RJ

AV ANITA NILO PECANHA, 106
SÃO FRANCISCO - NITERÓI/RJ
(21) 3587-9781
(21) 9 9995-4012

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 21. Justificativa do Processo

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/409e2990-aaa4-49fa-abcf-813cc32ed9cf

Espécie/Tipo	Justificativa do Processo
Número	
Assunto	T.A 01-2023 AO CONTRATO 25/2022 - BHLS
Restrições	"Interno"

TERMO ADITIVO 01/2023 AO CONTRATO Nº 25/2022, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NITERÓI, TENDO COMO GESTORA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, E DO OUTRO LADO A EMPRESA LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, tendo como gestora a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER**, representada pela Ordenadora de Despesa, Srª. **DAYSE NOGUEIRA MONASSA**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 0178680115-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 642.121.577-72, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**, doravante denominada **SECRETÁRIA**, sendo a **SECONSER** sediada na Avenida Visconde Rio Branco nº 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-000, inscrita a Prefeitura Municipal de Niterói no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, do outro lado, na qualidade de contratada, **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Ator Paulo Gustavo, nº426/1503, Icaraí - RJ - CEP 24.230-065, inscrita no CNPJ sob o nº 30.678.636/0001-58, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, regularmente inscrito no CPF nº 138.552.347-60, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO SEM RENÚNCIA DE** REAJUSTE AO CONTRATO nº 25/2022, com fundamento nos arts. 57, inciso II e 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 9900027025/2023 que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto - Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº25/2022, relativo contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na cláusula segunda, parágrafo primeiro do supracitado contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação do Prazo : Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 29 de dezembro de 2023, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do Reajuste): A **CONTRATADA** não renuncia ao reajuste previsto no parágrafo nono, da cláusula nona do contrato, relativos aos custos decorrentes de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, em razão de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho e aos demais insumos,que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A anualidade dos reajustes continuará a ser sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2023, assim classificados:

Natureza das Despesas: 339039
Fonte de Recurso : 1.704.00
Programa de Trabalho n.º 26.01.15.451.0011.6184
Nota de empenho:003597

Com cobertura inicial através da nota de empenho nº003597/2023, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), referente ao período de dezembro de 2023 . As notas de empenho relativas aos futuros pagamentos serão emitidas oportunamente.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento: Em razão deste Termo Aditivo, o CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, de R$ 209.035,28 (duzentos e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), mantendo-se também as demais condições de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato: Dá-se ao termo aditivo o valor de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), totalizando o contrato o valor de R$ 5.016.846,94 (cinco milhões, dezesseis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA (Da Garantia): A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 29/12/2023 a 29/12/2024, no valor correspondente à 2 % (dois por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - Publicação e Controle: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo oficial de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

E, por estarem as partes justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas que também assinam.

Niterói, 29 de dezembro de 2023.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
Secretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
Luke's Engenharia Ltda Me

TESTEMUNHAS:

1)_____

2)_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

Portarias
Port. Nº 21/2024- Exonera, a pedido, **POLLYANNA CRISTINA SILVA,** do cargo de Assistente A, CC-4, da Coordenadoria de Trabalho, Emprego e Renda, da Secretaria Municipal de Governo.
Corrigenda
Na publicação da Portaria n° 1946/2023, publicada no DO de 28/12/2023, onde se lê "...Arthur Bernardo da Silva Ferreiro…", leia-se "...Artur Bernardo da Silva Ferreiro…".

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SOLICITA PRORROGAÇÃO DE POSSE - 9900069563/2023 – Deferido.

SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE NITERÓI – SECONSER
Despacho da Secretária
PORT. Nº 008/2023 – A Secretária de Conservação e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, Designa os servidores abaixo identificados, para fiscalizar a execução do Contrato SECONSER nº 19/2023, relativo à prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação e manutenção da pavimentação das vias públicas do Município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos. Processo nº 040/1470/2022. **Fiscais**: Marcelo Serieiro - Matrícula 1242.247-3, Ricardo Lanzelloti – Matrícula 124.533-60 e Leandro Alves Cecchetti – Matrícula 1243077-0.
PORT. Nº 009/2023 – A Secretária de Conservação e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, Designa os servidores abaixo identificados, para fiscalizar a execução do Contrato SECONSER nº 18/2023, relativo à prestação de serviço de apoio técnico em serviços de engenharia para conservação, manutenção e limpeza da rede de drenagem do município de Niterói, para auxílio na operação de conservação e manutenção do munícipio, com inclusão de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão-de- obra necessários a execução dos serviços. Processo nº 040/1288/2022. **Fiscais**: Marcelo Serieiro - Matrícula 1242.247-3, Ricardo Lanzelloti – Matrícula 124.533-60 e Leandro Alves Cecchetti – Matrícula 1243077-0.
EXTRATO N° 001/2024 – Termo Aditivo nº 01/2023 ao Contrato n° 25/2022 – SECONSER. **PARTES**: Município de Niterói, tendo como gestora a SECONSER – Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói e a empresa LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME. **OBJETO**: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 25/2022, relativo à prestação de serviços de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, na cláusula 2ª, do supracitado contrato e Proc. Administrativo nº.: 9900026037/2023, conforme as especificações constantes do Termo de Referência do Objeto, a partir de 29 de dezembro de 2023, por mais 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses. VERBA: Fonte: 1.704.00, Programa de Trabalho n.º 26.01.15.451.0011.6184. Elemento de Despesa nº 33.90.39. **VALOR TOTAL DO TERMO ADITIVO**: R$ 2.508.423,47 (dois milhões quinhentos e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos). DATA DA ASSINATURA: 29/12/2023. NOTA DE EMPENHO: 003597/2023. DATA DE EMPENHO: 15/12/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO CONTRATO Nº 138/2023.
Termo de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei Municipal nº 3.378/2018, para atendimento de necessidade emergencial e temporária de excepcional interesse público, conforme processo administrativo 090000280/2023, firmado entre a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária e **Ane Cristine Gomes da Cunha.**
O **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, neste ato pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, com sede na Rua Coronel Gomes Machado, n° 281- Centro - Niterói, inscrita no CNPJ sob o nº 10.936.181/0001-16, neste ato representada por seu Secretário, Elton Teixeira Rosa da Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 095.988.607-95 , doravante denominado CONTRATANTE, e **Ane Cristine Gomes da Cunha**, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o 101.345.457-02, selecionado no Processo Emergencial de Contratação de Pessoal regido pelo Edital nº 001/2023, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO(A), celebram o presente Contratado Individual de Trabalho por Tempo Determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, o qual será regido pela Lei Municipal nº 3.378/2018, bem como pelas seguintes cláusulas e condições que mutuamente aceitam, a saber:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REGÊNCIA
O presente Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado é celebrado com fundamento no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 89, inciso III, alínea a, e parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Niterói e reger-se-á pelas disposições da Lei Municipal nº 3.378/2018, de 29 de novembro de 2018.
CLÁUSULA SEGUNDA: DA FUNÇÃO E DA CARGA HORÁRIA
O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços pelo (a) CONTRATADO (A) em caráter temporário e excepcional na função de Educador Social Dia, com jornada de trabalho conforme descrito no Edital nº 001/2023.
CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, em caráter emergencial, contados a partir da assinatura do contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, conforme previsto no Edital nº 001/2023, sendo possível a renovação contratual no caso de o motivo que ensejou a presente contratação temporária emergencial persistir.
Estão cientes as partes de que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará na nulidade do ajuste.
CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO
A remuneração bruta mensal paga pela CONTRATANTE ao CONTRATADO (A) será de R$ 1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais), conforme previamente estabelecido no Edital nº 001/2023, perfazendo o gasto estimado de R$ 24.890,16 (vinte e quatro mil, oitocentos e noventa reais e dezesseis centavos) pelo período de vigência deste contrato.
CLÁUSULA QUINTA: DAS FÉRIAS E DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
O pessoal contratado fará jus ao décimo terceiro salário e ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas do terço constitucional, em conformidade com o artigo 14, da Lei Municipal nº 3.378/2018. § 1º O contratado fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas, acrescidas do terço constitucional, a cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato temporário ou, no caso de o contrato temporário de trabalho possuir duração inferior a 12 (doze) meses, ao seu pagamento proporcional, acrescido do terço constitucional.
§ 2º O décimo terceiro salário será correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o contratado faça jus por mês de exercício no respectivo ano, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.
CLÁUSULA SEXTA: DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS
Da remuneração total do(a) CONTRATADO(A), a CONTRATANTE descontará o percentual constante da tabela oficial do Regime Geral da Previdência Social, conforme previsto no § 13º, art. 40 da Constituição Federal, bem como o Imposto de Renda, que será retido na fonte sobre o valor da remuneração, caso seja devido.
CLÁUSULA SÉTIMA: DOS DEVERES E PROIBIÇÕES DO CONTRATADO
O(A) CONTRATADO(A) está sujeito aos mesmos deveres e proibições, inclusive quanto à acumulação de cargos, empregos e funções, e ao mesmo regime disciplinar previsto nos Títulos VI e VII da Lei Municipal nº 531/85 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, no que couber.
§ 1º O(A) CONTRATADO(A) não poderá, ainda:
I – Sofrer desvio de função, receber atribuições e encargos não previstos no Edital nº 001/2023 e no presente Contrato;
II - Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
III–ser cedido a qualquer título para órgão da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios, bem como para os Poderes Legislativo e Judiciário;
IV – participar de comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar ou de qualquer grupo de trabalho ou órgão de deliberação coletiva;

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 22. Justificativa do Processo

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/32396ef0-da39-475c-8093-8732c6e703ee

Espécie/Tipo	Justificativa do Processo
Número	
Assunto	MINUTA DO TERMO ADITIVO 02-2024 AO CONTRATO 25-2022 E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
Restrições	"Interno"

MINUTA

TERMO ADITIVO 02/2024 AO CONTRATO N° 25/2022, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NITERÓI, TENDO COMO GESTORA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, E DO OUTRO LADO A EMPRESA LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER**, inscrita no CNPJ sob o n° 28.521.748/0001-59, com sede situada na Avenida Visconde Rio Branco n° 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-000, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada pelo Ordenador de Despesa, **Srº RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI**, matrícula **nº1245336-0, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**, e a empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.678.636/0001-58, situada na Rua Ator Paulo Gustavo, n°426/1503, Icaraí - RJ - CEP 24.230-065, daqui por diante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato por seu Diretor, Sr. **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, regularmente inscrito no CPF nº 138.552.347-60, residente e domiciliado na Rua residente e domiciliado na Rua Doutor Diógenes Travessa, nº139, São Francisco, Niterói, Rio de Janeiro, CEP 24.360-090- resolvem celebrar o **SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE** AO CONTRATO nº 25/2022, com fundamento nos arts. 57, inciso II e 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 9900049517/2024 e no edital de licitação nº064/2022 que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto - Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº25/2022, relativo contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na cláusula segunda, parágrafo primeiro do supracitado contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação do Prazo : Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 29 de dezembro de 2024, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do Reajuste): A **CONTRATADA** não renuncia ao reajuste previsto no parágrafo décimo primeiro, da cláusula nona do contrato, relativos ao custo dos insumos,que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A anualidade dos reajustes continuará a ser sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificados:

Natureza das Despesas: 339039
Fonte de Recurso : 150102
Programa de Trabalho:26.01.15.451.0011.6184
Nota de empenho:

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://leciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/32396ef0-da39-475c-8093-8732c6e703ee.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento: Em razão deste Termo Aditivo, o CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, de R$ 209.035,28 (duzentos e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), mantendo-se também as demais condições de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato: Dá-se ao termo aditivo o valor de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), totalizando o contrato o valor de R$ 7.525.270,41 (sete milhões e quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos e setenta reais e quarenta e um centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA (Da Garantia): A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 29/12/2024 a 28/12/2025, no valor correspondente à 2 % (dois por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - Publicação e Controle: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo oficial de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

E, por estarem as partes justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas que também assinam.

Niterói, de de 2024.

RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ESERVIÇOS PÚBLICOS

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)_____

2)_____

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/32396ef0-da39-475c-8093-8732c6e703ee.

Processo Administrativo n.º 9900049517/2024

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos do art. 3º do Decreto Municipal n.º 11.466/2013 e do art. 65, §1º, do Decreto Municipal n.º 14.730/2023, declaro, sob as penas que a lei impõe, que a(s) minuta(s) de peça(s) n.º está conforme a minuta-padrão do arquivo "anexo" constante do site da Procuradoria-Geral do Município, na data de hoje, tendo sido feito os seguintes:

1. ALTERAÇÕES:

n.º do item da minuta-padrão	Redação do item da minuta-padrão	n.º do item da minuta dos autos	Nova redação (minuta dos autos)	Justificativa para alteração
CLÁUSULA TERCEIRA **Do reajuste**	**A CONTRATADA não renuncia ao reajuste previsto nos parágrafos _____ e _____ da cláusula _____ do contrato, respectivamente, relativos aos custos decorrentes de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, em razão de (acordo, convenção ou dissídio coletivo detrabalho) e aos demais insumos,que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.**	**CLÁUSULA TERCEIRA (Do Reajuste):**	**A CONTRATADA não renuncia ao reajuste previsto no parágrafo décimo primeiro, da cláusula nona do contrato, relativos ao custo dos insumos,que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.**	**Texto alterado para melhor adequação a cláusula nona, parágrafo décimo primeiro do contrato que trata do reajuste do preço dos insumos.**

Niterói, 16 de outubro de 2024.
RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
matrícula nº1245336-0

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/32396ef0-da39-475c-8093-8732c6e703ee.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 22/10/2024 16:37:15 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/32396ef0-da39-475c-8093-8732c6e703ee



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 23. Outros Anexos

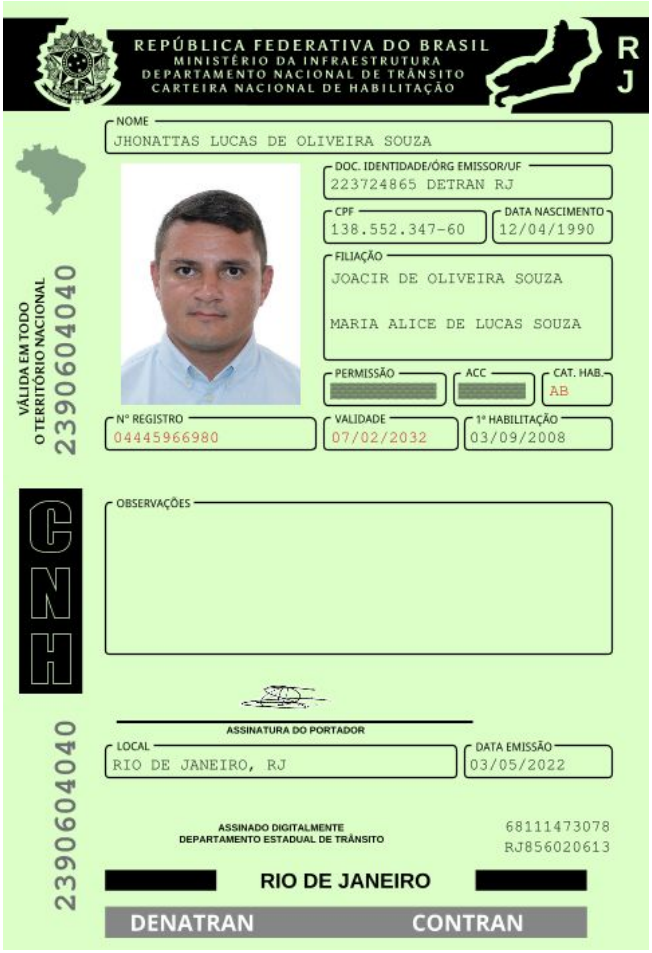
Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b

Espécie/Tipo	Outros Anexos
Número	
Assunto	CERTIDAO DE HABILITAÇÃO
Restrições	"Interno"

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1055893-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

2023/01022862-6

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00005761843 - 26/10/2023

NIRE: 33.2.1055893-5

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

Boleto(s):

Hash: 86C6E663-C7A8-473D-A3E6-C521AC5DA783

Orgão	Calculado	Pago
Junta	439,00	439,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR DIOGO MONTEIRO FERREIRA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00005944342	30.678.636/0001-58	Rua ATOR PAULO GUSTAVO 0426	ICARAI	Niterói	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 19/12/2023 e arquivado em 19/12/2023

Gabriel Oliveira de Souza Voi
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 8

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://ecga.rme.rj.gov.br/#/documento/0d0bba80-0658-4046-95e0-be5fadcb8b.

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1055893-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

2023/01022862-6

18/12/2023 11:42:11

JUCERJA

Último arquivamento:

00005761843 - 26/10/2023

NIRE: 33.2.1055893-5

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

Boleto(s): 104585723

Hash: 86C6E663-C7A8-473D-A3E6-C521AC5DA783

Orgão	Calculado	Pago
Junta	439,00	439,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
002	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Rio de Janeiro

Local

18/12/2023

Data

Nome:	Valter Raimundo Ferreira
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo.
Telefone de contato:	2126220517
E-mail:	valter.ferreira12@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	18/12/2023
Data da 1ª entrada:	

2023/01022862-6

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://ecigal.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4046-95fe-0be45fadcb8b.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional n° 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, Carteira de Identidade n° 22.372.486-5, expedida pelo DETRAN/RJ e do CPF n.º 138.552.347-60, residente a domiciliado na Rua Dr. Diógenes Travessa, 139, São Francisco, Niterói, RJ, CEP 24.360-090;

MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 13.340.803-9, expedida pelo DETRAN/RJ e do CPF nº 504.055.437-00, residente e domiciliada na Rua Lourivaldino Antônio de Lima, 86, Rocha, São Gonçalo, RJ, CEP-24.420-420;

RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, casado pelo regime da separação legal de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº. 210393674 expedida pelo DIC/RJ, em 29/08/2022, CPF nº. 109.430.777-70, residente e domiciliado na Rua dos Crisântemos, quadra 32 lote 19 casa 2, Barroco (Itaipuaçu), Maricá, RJ, CEP 24.936-410,

Atuais sócios da sociedade Limitada denominada: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na Rua Ator Paulo Gustavo, nº 426 sala 1503, PRIME ICARAI BUSINESS, Icaraí, Niterói, RJ, CEP 24.230-065, inscrita no CNPJ n° **30.678.636/0001-58** e na JUCERJA sob o nº NIRE **33.2.1055893-5** por despacho de 11/06/2018, resolvem promover as seguintes alterações do contrato social, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1 – DA AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Resolvem aumentar o capital social que era de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) assim integralizados pelos sócios:

a) O sócio **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA,** integraliza neste ato R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), representados por 900.000 (novecentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma;
b) O sócio **RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA,** integraliza neste ato R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), representados por 900.000 (novecentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma;
c) A sócia **MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA,** integraliza neste ato R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), representados por 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuído o capital social:

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

NOME DO SÓCIO	%CAP. SOCIAL	QTD. DE COTAS	R$ - CAPITAL
JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA	10,00	500.000	500.000,00
RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
TOTAIS	100,00	5.000.000	5.000.000,00

2 – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Neste ato resolvem ***incluir*** as seguintes atividades:

7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

O contrato social consolidado em razão da alteração acima passa a ter redação que se segue:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula Primeira. A sociedade girará sob o nome empresarial: "**LUKE'S ENGENHARIA LTDA**".

Cláusula Segunda. A sociedade tem sede na Rua Ator Paulo Gustavo, nº 426 sala 1503, PRIME ICARAI BUSINESS, Icaraí, Niterói, RJ, CEP 24.230-065, podendo a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social.

DA DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira. O prazo de duração da sociedade é indeterminado e terá por objeto social:

71.12-0/00 - Serviços de engenharia
33.12-1/03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação
33.13-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7/02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
33.14-7/10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente.
38.32-7/00 - Recuperação de materiais plásticos
41.20-4/00 - Construção de edifícios
42.13-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9/03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.92-8/02 - Obras de montagem industrial
42.99-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

43.11-8/02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.29-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4/99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6/00 - Obras de fundações
62.09-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
71.11-1/00 - Serviços de arquitetura
77.11-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.21-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3/00 - Atividades paisagísticas
82.11-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula Quarta. A sociedade tem capital social de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), divididos em 5.000.000 (cinco milhões) de quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas pelos sócios em moeda corrente do País, da seguinte forma:

NOME DO SÓCIO	%CAP. SOCIAL	QTD. DE COTAS	R$ - CAPITAL
JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA	10,00	500.000	500.000,00
RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
TOTAIS	100,00	5.000.000	5.000.000,00

Cláusula Quinta. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO e DO PRÓ-LABORE

Cláusula Sexta. A administração e gerência da sociedade serão exercidas pelos sócios **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA** e **RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA,** que **em conjunto ou separadamente**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou terceiros, isentando-se a sociedade de quaisquer ônus que possam advir pelo uso inadequado e proibitório aqui pactuado.

Parágrafo primeiro. *No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.*

Parágrafo segundo. *A sociedade, representada sempre na forma do caput desta cláusula, poderá constituir procuradores ad judicia ou ad negotia, especificando-se nos respectivos instrumentos, os poderes e o prazo de duração, nunca superior a 12 (doze) meses, salvo nos casos de mandados judiciais.*

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula Sétima. Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, *sendo os lucros ou perdas apuradas distribuídos de acordo com a receita proporcionada pelos negócios viabilizados por cada sócio, independentemente da participação no capital social.*

Cláusula Oitava. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

Cláusula Nona. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, que deverá estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo primeiro. *O herdeiro ou sucessor do sócio falecido, em 15 (quinze) dias da apresentação do balanço especial, deverá manifestar sua vontade de ser integrado ou não à sociedade, sucedendo-o nos direitos e obrigações. Caso não exerça esta faculdade no prazo estabelecido, ou não haja concordância dos sócios remanescentes, receberão todos os seu*

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

haveres apurados no balanço especial, em no mínimo 12 (doze) e no máximo 24 (vinte e quatro) prestações mensais iguais e sucessivas, todas corrigidas monetariamente pelo IGPM/FGV, vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias da data do aludido balanço.

Parágrafo Único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula Décima. Qualquer sócio retirante deverá notificar sua vontade à sociedade, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, para que seja levantado balanço especial na data do evento, o qual deverá estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e receberá todos os seus haveres apurados no balanço especial, podendo nos 30 (trinta) dias subsequentes à notificação supracitada, os demais sócios quotistas optarem pela dissolução da sociedade.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Décima Primeira. Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima Segunda. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº. 10.406/2002, ficando eleito o foro da cidade de **Niterói - RJ** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 01(uma) via, para os devidos e legais efeitos.

Niterói, RJ, 13 de dezembro de 2023

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA

Maria Alice de Lucas Souza

MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA

RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA LUKE'S ENGENHARIA LTDA, NIRE 33.2.1055893-5, PROTOCOLO 2023/01022862-6, ARQUIVADO EM 19/12/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005944342, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
572.250.957-49	VALTER RAIMUNDO FERREIRA

19 de dezembro de 2023.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

ALVARÁ DE LICENÇA

PARA ESTABELECIMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI concede a licença prevista na Lei Municipal nº 2624 de 29 de dezembro de 2008, para o contribuinte abaixo identificado:

Número da Inscrição Municipal	**CNPJ da Empresa**
30678636000158	30.678.636/0001–58

Nome da Empresa
LUKE"S ENGENHARIA LTDA

Endereço da Empresa
R ATOR PAULO GUSTAVO, 0426, SALA:1503;:PRIME ICARAI BUSINES – ICARAI. CEP: 24230065. NITEROI – RJ

Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual

Classificação de risco das atividades abaixo: [1] Atividade de Risco II – Médio Risco. | [2] Atividade de Risco I – Baixo Risco.

Atividade Econômica Principal
7112000 [2] – SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Atividades Secundárias
6209100 [2] – SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
8219999 [2] – PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
8211300 [2] – SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO
8130300 [2] – ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
8121400 [2] – LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
7739099 [2] – ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
7711000 [2] – LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7111100 [2] – SERVIÇOS DE ARQUITETURA
3314702 [2] – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS
4330499 [2] – OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO
4330404 [1] – SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
4329104 [2] – MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
4329103 [2] – INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES
4322303 [2] – INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
4322302 [2] – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO
4321500 [1] – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

DEFINITIVO FACE RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 02/SMF/SMU/SMSCOU/12

Data de Emissão
22/12/2023

Observação

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://ecige.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d16-95fe-0be45fadcb8b.

A CONCESSÃO DESTE ALVARÁ NÃO IMPORTA, ENTRE OUTROS, O RECONHECIMENTO DE REGULARIDADE DO ESTABELECIMENTO QUANTO A QUAISQUER NORMAS APLICÁVEIS AO SEU FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE AS DE PROTEÇÃO À SAÚDE, EMISSÃO DE RUÍDOS, CONDIÇÕES DA EDIFICAÇÃO, INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E EXERCÍCIO DE PROFISSÕES.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Alvará gerado automaticamente nos termos da Resolução Estadual - COGIRE 07/2023.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.678.636/0001-58 **MATRIZ**		**11/06/2018**

NOME EMPRESARIAL
LUKE'S ENGENHARIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LUKES ENGENHARIA LTDA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
38.32-7-00 - Recuperação de materiais plásticos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.92-8-02 - Obras de montagem industrial
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ATOR PAULO GUSTAVO	**426**	**SALA 1503 PRIME ICARAI BUSINES**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
24.230-065	**ICARAI**	**NITEROI**	**RJ**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LUKESENGENHARIA@GMAIL.COM	**(21) 3587-9781/ (21) 6626-0167**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/06/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/05/2024** às **13:54:59** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.678.636/0001-58 **MATRIZ**		**11/06/2018**

NOME EMPRESARIAL
LUKE'S ENGENHARIA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ATOR PAULO GUSTAVO	**426**	**SALA 1503 PRIME ICARAI BUSINES**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
24.230-065	**ICARAI**	**NITEROI**	**RJ**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LUKESENGENHARIA@GMAIL.COM	**(21) 3587-9781/ (21) 6626-0167**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/06/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/05/2024** às **13:54:59** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICIPIO DE NITEROI

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA

Nº 447962

CGM:1209399 - Nome: LUKES ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 30.678.636/0001-58
Endereço: ATOR PAULO GUSTAVO, 426, SALA:1503;:PRIME ICARAI BUSINES
Bairro: ICARAÍ
Cidade: NITEROI - CEP: 24230-065

Certificamos para os devidos fins de direito que, após a verificação em nossos sistemas e nos demais registros desta Municipalidade, na presente data, consta(m) débito(s), inscrito(s) ou não em dívida ativa, contra o interessado (a) acima identificado (a) em alguma(s) das seguintes situações: ainda não vencido(s), em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

A presente certidão tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos, foi emitida com base no artigo 206 do Código Tributário Nacional e serve como prova de situação fiscal perante qualquer instituição pública ou privada.

Esta certidão não exclui o direito de o Município exigir a qualquer tempo os débitos que venham a ser apurados relativos ao interessado acima identificado.

Destaca-se que este documento quando identificado apenas pela inscrição mobiliária, não exclui a possibilidade de constar(em) débito(s) contra o CPF/CNPJ do interessado(a).

Esta certidão tem VALIDADE por 30(trinta) dias a partir da data de emissão.

Niterói, 30 de Setembro de 2024

Observações: 1 - Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. 2 - Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço https://fazenda.niteroi.rj.gov.br/certidao/autenticidade.php.

Código de autenticidade: xZsRYZXg

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LAZZEROTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 08-2024/2312907

Código de verificação de autenticidade: de47095058d7f120108c3e80742cd05d

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
Raiz de CNPJ: 30.678.636	CAD-ICMS: Ativo
RAZÃO SOCIAL: LUKE"S ENGENHARIA LTDA	

CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data,
NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 29/08/2024 ÀS 10:11:43

VÁLIDA ATÉ: 27/11/2024

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

De acordo com o § 2º, do Art. 3° da Resolução SEFAZ 109/2017, esta certidão abrangerá a regularidade fiscal de todos os estabelecimentos do requerente que possuam a mesma raiz de CNPJ, inscritos ou não no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro.

Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).

A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.

O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deveráser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).

A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 11/06/2024 , em referência ao pedido **182127/2024 , NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:

RAZÃO SOCIAL:

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

CNPJ:

30.678.636/0001-58

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

14.06480.0

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Os dados apresentados nesta certidão baseiam-se em pesquisa realizada a partir do CPF ou CNPJ fornecido no momento da apresentação do requerimento.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal

CÓDIGO CERTIDÃO: **6C6U.2110.2211.70E0**

PESQUISA CADASTRAL realizada em: **11/06/2024 às 16:13:29.2**

Esta certidão tem validade até 08/12/2024 , considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: https://pge.rj.gov.br/divida-ativa

Emitida em 11/06/2024 às 17:49:09.1

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 30.678.636/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:09:00 do dia 29/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/02/2025.
Código de controle da certidão: **2748.9239.6519.A235**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.678.636/0001-58

Razão Social: LUKES ENGENHARIA LTDA

Endereço: R ATOR PAULO GUSTAVO 426 SALA 1503 / ICARAI / NITEROI / RJ / 24230-065

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/10/2024 a 03/11/2024

Certificação Número: 2024100503025038562803

Informação obtida em 14/10/2024 09:11:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUKE'S ENGENHARIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.678.636/0001-58
Certidão nº: 54202147/2024
Expedição: 07/08/2024, às 14:53:41
Validade: 03/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUKE'S ENGENHARIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.678.636/0001-58**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

SINTACLUNS
Sindicato forte é você sindicalizado.

Sindicato dos Trabalhadores em Asseio, Conservação, Instalação e Manutenção de Elevadores, de Casa de Diversão, Empresa de Compra, Venda, Locação de Administração de Imóveis, de Barbearias, de Instituto de Beleza e Cabeleireiros de Senhora e Limpeza Urbana de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, Tanguá, Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Iguaba Grande, Arraial do Cabo, São Pedro de Aldeia, Rio das Ostras e Armação de Búzios-Sintacluns RJ - CNPJ 39.244.561/0001-71 - Fundado em 24 de Outubro de 1991.

Niterói, 01 de agosto de 2024.

CERSIN
CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

O Sindicato dos Trabalhadores em Asseio, Conservação, Instalação de Elevadores, de Casa de Diversão, Empresa de Compra, Venda, Locação de Administração de Imóveis, de Barbearias, de Instituto de Beleza e Cabeleireiros de Senhora e Limpeza Urbana de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, Tanguá, Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Iguaba Grande, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras e Armação de Búzios com sede à Rua José Clemente, 27 – Centro – Niterói/RJ, conforme cláusula sexagésima quarta da Convenção Coletiva de Trabalho de 2024, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Asseio, Conservação e Limpeza Urbana, com vigência para o período compreendido entre 01 de Março de 2024 a 28 de Fevereiro de 2025, **CERTIFICA**, em obediência às determinações legais, a empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**, localizada na Rua Ator Paulo Gustavo, 426, sl 1503, Icaraí, NITEROI/RJ CEP: 24230-065. Inscrita no CNPJ sob número 30.678.636/0001-58 apresenta, até a presente data, situação regular perante o cumprimento de suas obrigações sindicais, tão como, encontra-se regular quanto às guias de GPS, de acordo com o previsto no inciso IV do Artigo 47, do Decreto nº 2.173, de 05 de março de 1997 e no Inciso V do Artigo 225, do Decreto nº 3.048/99, conforme Regulamento da Previdência Social (RPS). **Esta Certidão é valida por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua emissão.**

Marcelle Ribeiro Duarte
Vice Presidente
Mat. Sind. 9726
CPF: 099.595.457-76

SINTACLUNS
Marcelle Ribeiro Duarte
Presidente Interina
CPF: 099.595.457-76

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**

CPF/CNPJ: **30.678.636/0001-58**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:23:31 do dia 02/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: C37V021024102331

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**

CPF/CNPJ: **30.678.636/0001-58**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:25:59 do dia 02/10/2024 , com validade até o dia 01/11/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: Uz64tNx5OO3GIxgh515q

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 02/10/2024 10:25:25

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**
CNPJ: **30.678.636/0001-58**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

105827/2024

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2024

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s)responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro:	2018200829
Razão Social:	LUKE'S ENGENHARIA LTDA
CNPJ:	30.678.636/0001-58
Data Registro:	12/11/2018
Endereço	RUA ATOR PAULO GUSTAVO 426 SALA 1503 ICARAI - NITEROI - RJ , CEP: 24230-065

RAMOS ATIVIDADE :

1050-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL
2010-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG ELETRICA
2030-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA / OS ENG ELETRONICA
3020-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA / OS ENG MECANICA
3120-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA PRODUCAO / OS ENG PRODUCAO
5020-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA FLORESTAL / OS ENG FLORESTAL
7010-0	ENG SEG TRABALHO

CAPITAL SOCIAL:

R$ 5.000.000,00 (MATRIZ)

OBJETO SOCIAL:

71.12-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA; 33.12-1/03 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS E ELETRO TERAPÊUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO; 33.13-9/01 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS; 33.14-7/02 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS; 33.14-7/10 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; 38.32-7/00 - RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS; 41.20-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; 42.13-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; 42.21-9/03 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; 42.92-8/02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL; 42.99-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; 43.11-8/02 PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; 43.21-5/00 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; 43.22-3/02 - INSTALÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;43.22-3/03 - INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO; 43.29-1/03 INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES; 4329-1/04 MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTO S DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 105827/2024)

PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; 43.30-4/01 - IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; 43.30-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DE CONSTRUÇÃO; 43.91-6/00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES; 62.09-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;71.11-1/00 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA; 77.11-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; 77.39-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR; 81.21-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; 81.29-0/00 ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; 81.30-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; 82.11-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; 82.19-9/99 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.

CLASSE:

A - EXECUCAO DE OBRA, PRESTACAO DE SERVICOS, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE TECNICA

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

ERIC CARLOS DA FONSECA BRAGA

Carteira Nº RJ-181959/D — Expedida em: 22/07/2016 pelo Crea-RJ

RNP: 2011133602 — Registro: 2004104411 expedido em 16/07/2004

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuições: RES 218/73 - ART 08(AT.01 A 18)
RES 218/73 - ART 09(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 18/09/2024 — Inclusão como RT: 18/09/2024

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG ELETRICA

Inclusão como QT: 18/09/2024 — Inclusão como RT: 18/09/2024

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA / OS ENG ELETRONICA

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA

RNP: 2016056673 — Registro: 2017102128 expedido em 24/01/2017

TÍTULO: ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO

Atribuições: RES 235/75 - ART 01

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: PARAGRAFO 1 DO ARTIGO 5 DA RESOLUCAO Nº 1073/2016, REFERENTES AS ATRIBUICOES CONSTANTES NO ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73, DO CONFEA, COM RESTRICAO A PONTES, ARTIGO 28 ALINEAS (A A K) E O ARTIGO 29 COM RESTRICAO A ALINEA (C) "APROVACAO NA CADEIRA DE "PONTES E GRANDES ESTRUTURAS METALICAS E EM CONCRETO ARMADO", PARA EXERCEREM AS FUNCOES DE ENGENHEIRO DE SECCOES TECNICAS , ENCARREGADAS DE PROJETAR E EXECUTAR OBRAS DE ARTE NAS ESTRADAS DE FERRO E DE RODAGEM" DO DECRETO 23569/33.

Inclusão como QT: 19/10/2020 — Inclusão como RT: 19/10/2020

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL

Inclusão como QT: 12/11/2018 — Inclusão como RT: 12/11/2018

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA PRODUCAO / OS ENG PRODUCAO

KARIN KELLY LORAS CABAO

RNP: 2020482991 — Registro: 2021108070 expedido em 14/10/2021

TÍTULO: ENGENHEIRA FLORESTAL

Atribuições: RES 218/73 - ART 10(AT.01 A 18)

TÍTULO: ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuições: RES 359/91 ART 4 (AT.01 A 18)

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

105827/2024

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2024

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 105827/2024)

Inclusão como QT: 24/01/2023 Inclusão como RT: 24/01/2023
Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA FLORESTAL / OS ENG FLORESTAL
Inclusão como QT: 24/01/2023 Inclusão como RT: 21/05/2024
Ramo Atividade: ENG SEG TRABALHO

LUCAS PINTO DA SILVA

RNP: 2019560160 Registro: 2020107125 expedido em 27/08/2020
TÍTULO: ENGENHEIRO MECÂNICO
Atribuições: RES 218/73 - ART 12(AT.01 A 18)
Inclusão como QT: 19/05/2022 Inclusão como RT: 19/05/2022
Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA / OS ENG MECANICA

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência publica

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 105827/2024

Emitida às: 19/09/2024 09:59 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.5069638454537169

A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Fica reservado ao Crea-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Válida em todo território nacional.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

CIVEL 20 ANOS

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE NITERÓI/RJ

Rua Dr. Borman, 13 | 3º andar | Niterói | RJ | CEP 24.020-320

Responsável pelo expediente Ana Maria D'Amato Rodrigues dos Reis

(0)
30/07/2024

O Responsável do 1º Ofício de Registro de Distribuição de Niterói/RJ, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros e/ou assentamentos, com referência ao(s) assunto(s) abaixo

folha: 1
15:43:37
CABJ18117

CERTIFICA E DÁ FÉ,

I - Ações ACIDENTÁRIAS;
II - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA, e outras Ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência em ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
III - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCA E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES E OUTRAS) DISTRIBUIDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
IV - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência de FAMÍLIA;
V - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras Ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;
VI - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência EMPRESARIAIS;
VII- ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras Ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência CÍVEIS;
VIII - AÇÕES e PRECATÓRIAS de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
IX - Ações CÍVEIS e PRECATÓRIAS de competência das Varas Regionais;
X - Ações distribuídas às varas de infância, da juventude e do idoso, desde:

VINTE E SEIS DE JULHO DE DOIS MIL E QUATRO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx ate VINTE E SEIS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO xxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
LUKES ENGENHARIA LTDA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ:30.678.636/0001-58 CONFORME REQUERIDO/////////////////////////
REQUERIDA EM 29/07/2024 E EMITIDA EM 30/07/2024,NITEROI,.////////////
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:PESQUISA NOMINAL.////////////////

EU, DELEGATARIO REGISTRADOR A ASSINO.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART.85 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CGJ/RJ PARTE EXTRAJUDICIAL

1º Ofício de Registro de Distribuição de Niterói/RJ

Assinado eletronicamente por DANIELE SILVEIRA MENDES, FABIO ARAUJO ANTELO

Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

ESTA CERTIDÃO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À FINALIDADE DECLARADA ACIMA

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Código Identificador de Certidão
CABJ18117 PCP
Consulte a validade em:
https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo

Prezado(a) Sr(a). [requerente]

Sua certidão eletrônica ficou pronta!

Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça. https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/ConsultaAtoEletronico pelo

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

924561628201001

CERP: 2024.3337741.349-1

CONFERIDO POR:ANA MARIA

Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

C E R T I D Ã O

Nº **2024.407.22889**

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **LUKE'S ENGENHARIA LTDA** , CNPJ/CPF nº **30.678.636/0001-58** , **CERTIFICO, para fins de prova em Licitação Pública** que, de acordo com o artigo noventa e oito, item trinta e três da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), baixada em complementação à Resolução número um, de vinte e um de março de mil novecentos e setenta e cinco, do mesmo Tribunal, que **na Comarca de NITERÓI**, os ofícios de justiça são em número de dezenove, competindo ao: **1º Ofício de Justiça** - tabelião de notas e oficial dos Registros de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **3º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **4º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **5º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial dos Registros de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **11º Ofício de Justiça** - tabelião de notas e oficial dos Registros de Protesto de Títulos; **12º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **13º Ofício de Justiça** - tabelião de notas e oficial dos Registros de Protesto de Títulos; **19º. Ofício de Justiça** tabelião de notas e oficial dos registros de Protesto de Títulos. **CERTIFICO** ainda que, compete ao RCPN do 1º Distrito (1ª Zona Judiciária) o registro civil das pessoas naturais e o registro de interdições e tutelas, e, de acordo com o artigo treze, da mesma Resolução**, na Comarca de NITERÓI** ao 1º Distribuidor **incumbe, privativamente, distribuir petições, livros e processos aos juízes e cartórios;** ao 2º Distribuidor incumbe privativamente: a) distribuir aos cartórios de notas e do registro civil com funções de tabelionato, que a parte indicar, as escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, testamentos públicos ou cerrados e as procurações em causa própria; b) anotar, nos competentes ofícios de registro, os títulos e documentos, bem como as petições e os processos apresentados aos oficiais do registro civil das pessoas naturais; e ao 3º Distribuidor incumbe privativamente, distribuir, de modo alternado, aos competentes ofícios de registro, títulos destinados a protesto e anotar os títulos judiciais e contratos particulares translativos de direito real sobre imóveis, bem como as procurações em causa própria, relativas a este direito. **NITEROI 01 DISTRIBUIDOR**: RUA DR. BORMAN , 13 GRUPO 301 (ABRANGE SALAS 302 E 303) - Centro; **NITEROI 02 DISTRIBUIDOR**: RUA DA CONCEICAO, 154 SALAS 208 E 209 - Centro; **NITEROI 03 DISTRIBUIDOR**: RUA SAO PEDRO, 154 SALAS 1503/1504;

A seguir os respectivos endereços dos serviços: **NITEROI 01 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO , 188 2 PISO, LOJA 213 - Centro; **NITEROI 03 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO , 154 LOJA 107 - Centro; **NITEROI 04 OF DE JUSTICA**: Av. Ernani do Amaral Peixoto, 500 Loja 102 - Centro; **NITEROI 05 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO, 40 LOJA - Centro; **NITEROI 12 OF DE JUSTICA**: Rua Visconde de Sepetiba, 343 - Centro; **NITEROI 13 OF DE JUSTICA**: Rua da Conceicao, 95 salas 1.408/1.410 - Centro; **NITEROI 19 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO, 176 LOJA B - Centro.

Observações:
a) As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
b) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço http://www.tjrj.jus.br/cgj
c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 05/08/2024 16:01:00.

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro
Valor cobrado: R$ **29,39** GRERJ Nº **1273690415321**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b.

Assinado eletronicamente por:
* DANIELLE SILVEIRA MENDES (***.372.507-**)
  em 18/10/2024 12:19:09 com assinatura avançada (AC Ciga v2)
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
  em 22/10/2024 16:17:24 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/dbd5bba8-06b8-4d46-95fe-0be45fadcb8b

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 24. Declaração de Fiscal do Contrato nº 6951/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe

Espécie/Tipo	Declaração de Fiscal do Contrato
Número	6951/2024
Assunto	Declaração de Fiscal do Contrato
Restrições	"Interno"

Como fiscal afirmo que a referida Empresa, vem prestando o serviço de forma eficiente sem que haja até o momento qualquer fato que desabone essa conduta, segue relatório fotográfico dos serviços executados.

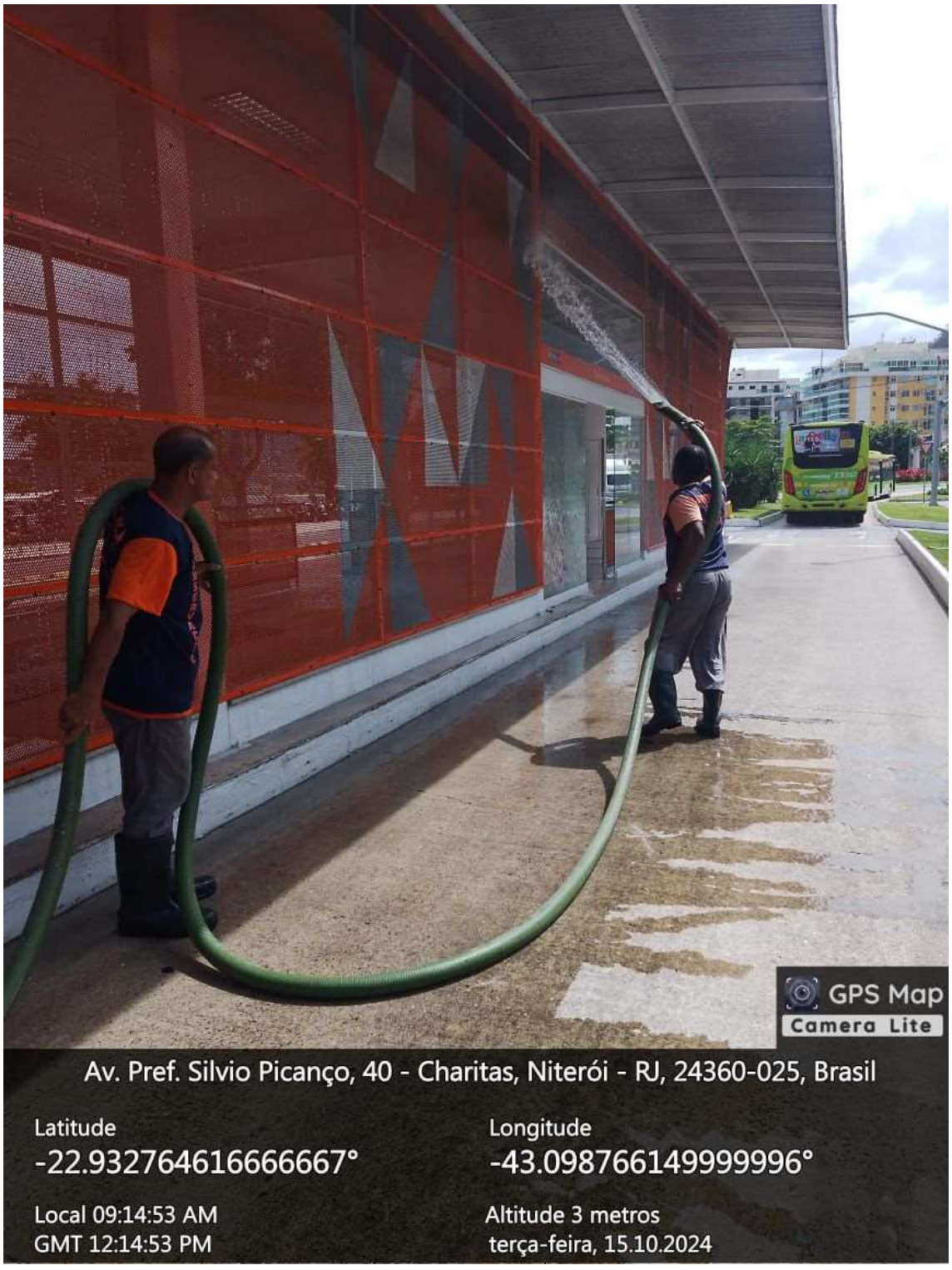
Danielle Silveira Mendes
Subsecretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos
Mat. 1247416-0

Leandro Alves Cecchetti
Subsecretário Municipal de Infraestrutura e Logística
Mat.124.307-70

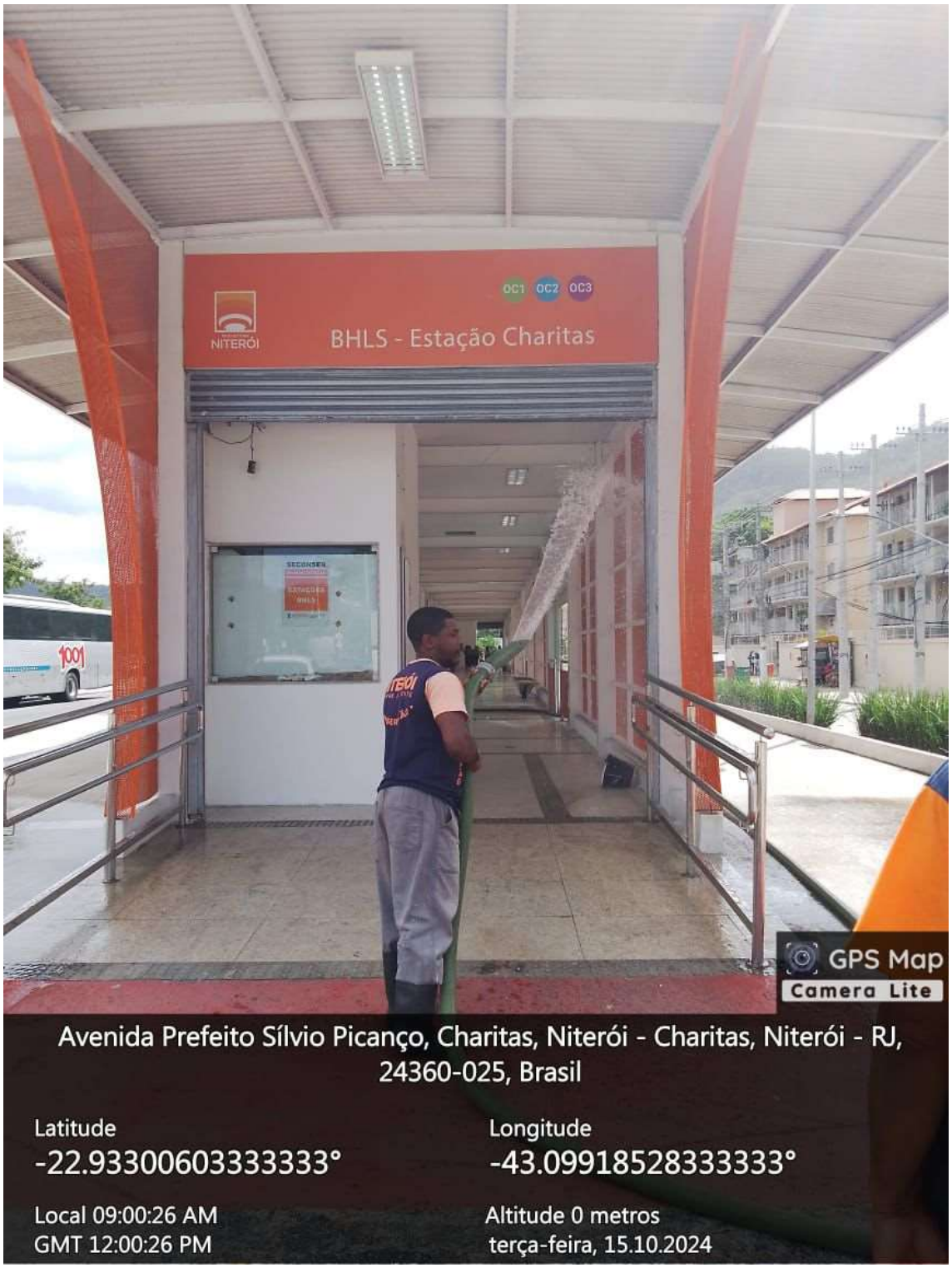
Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER

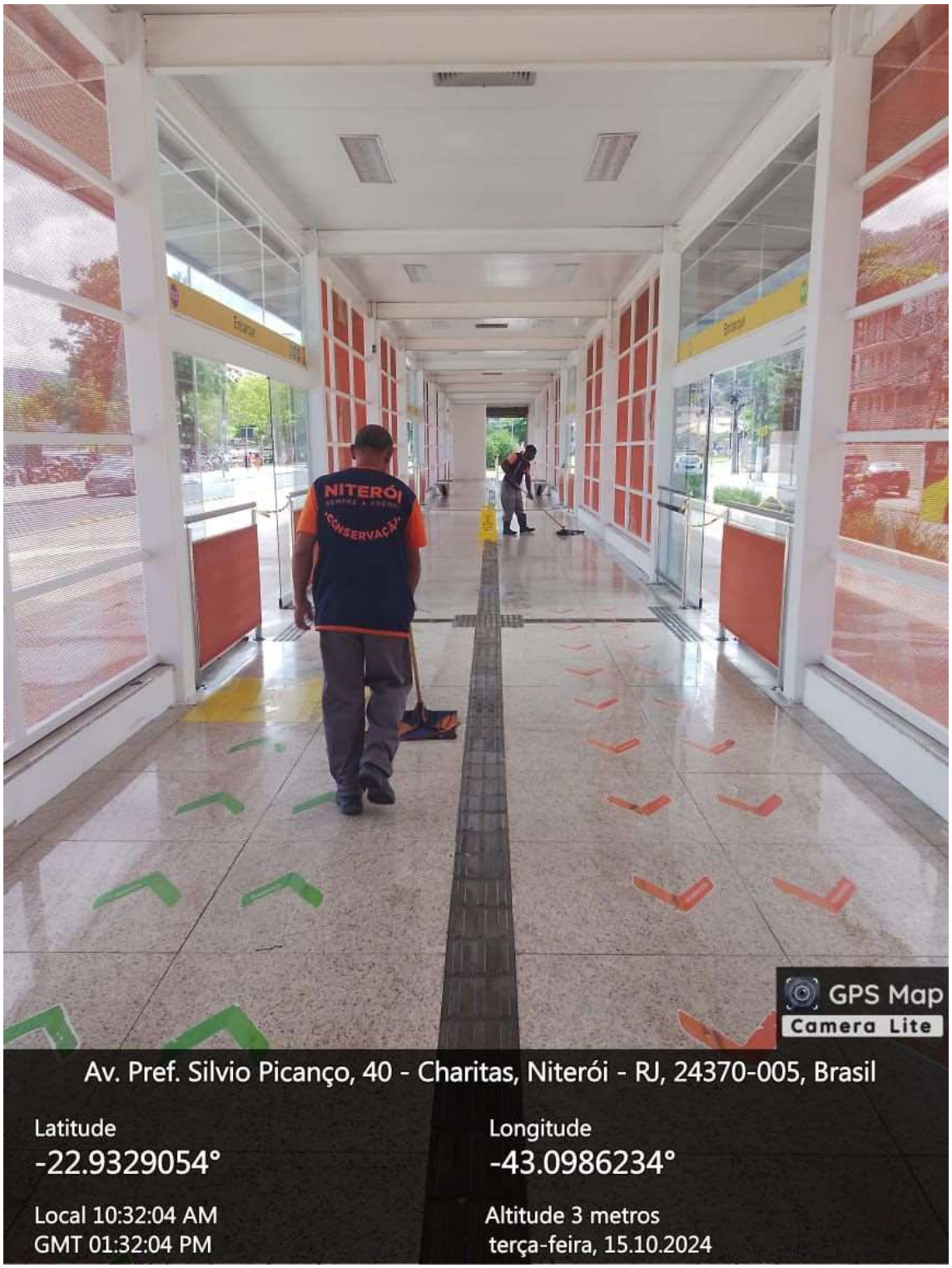


Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://leciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.



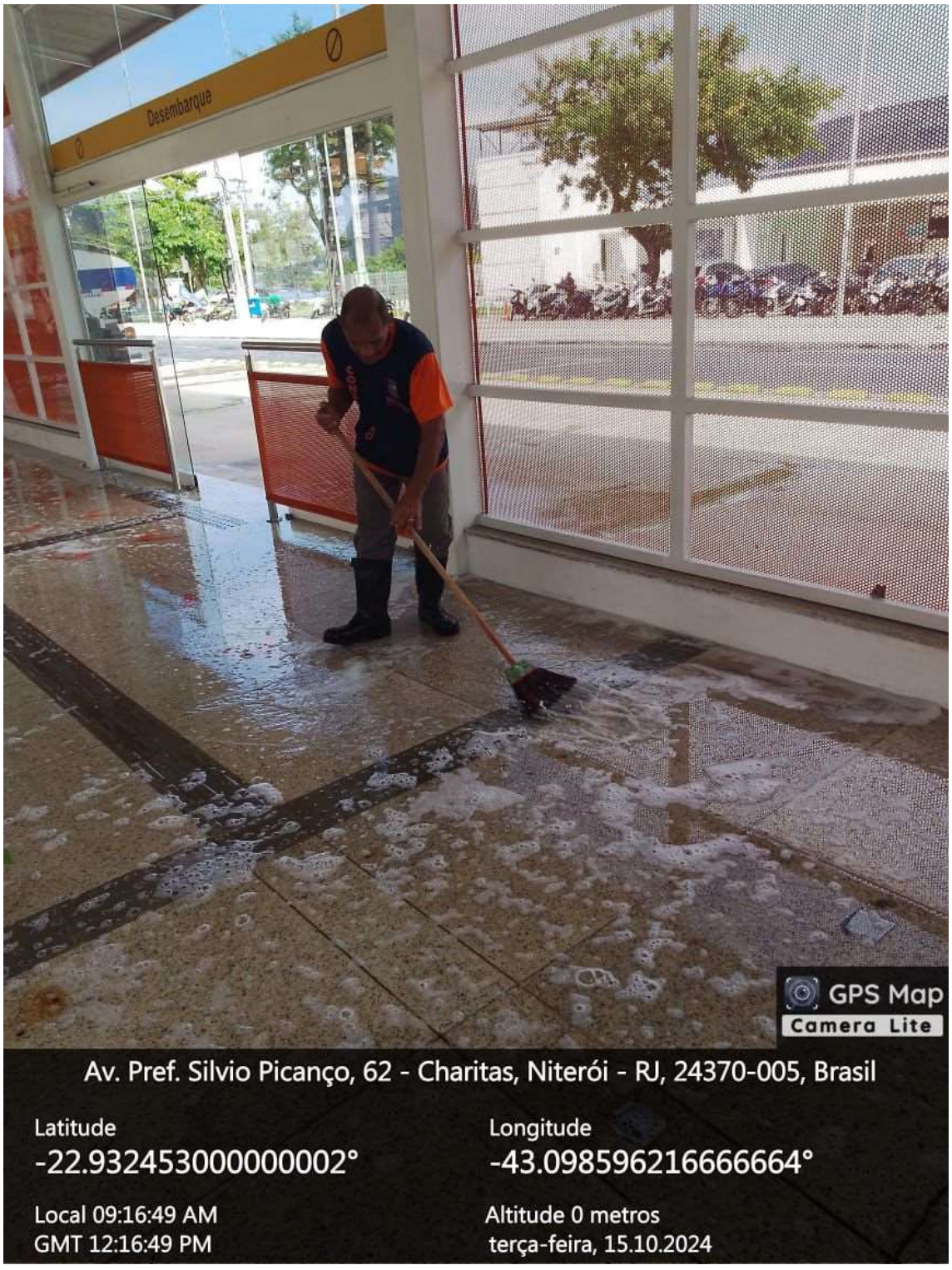
Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER

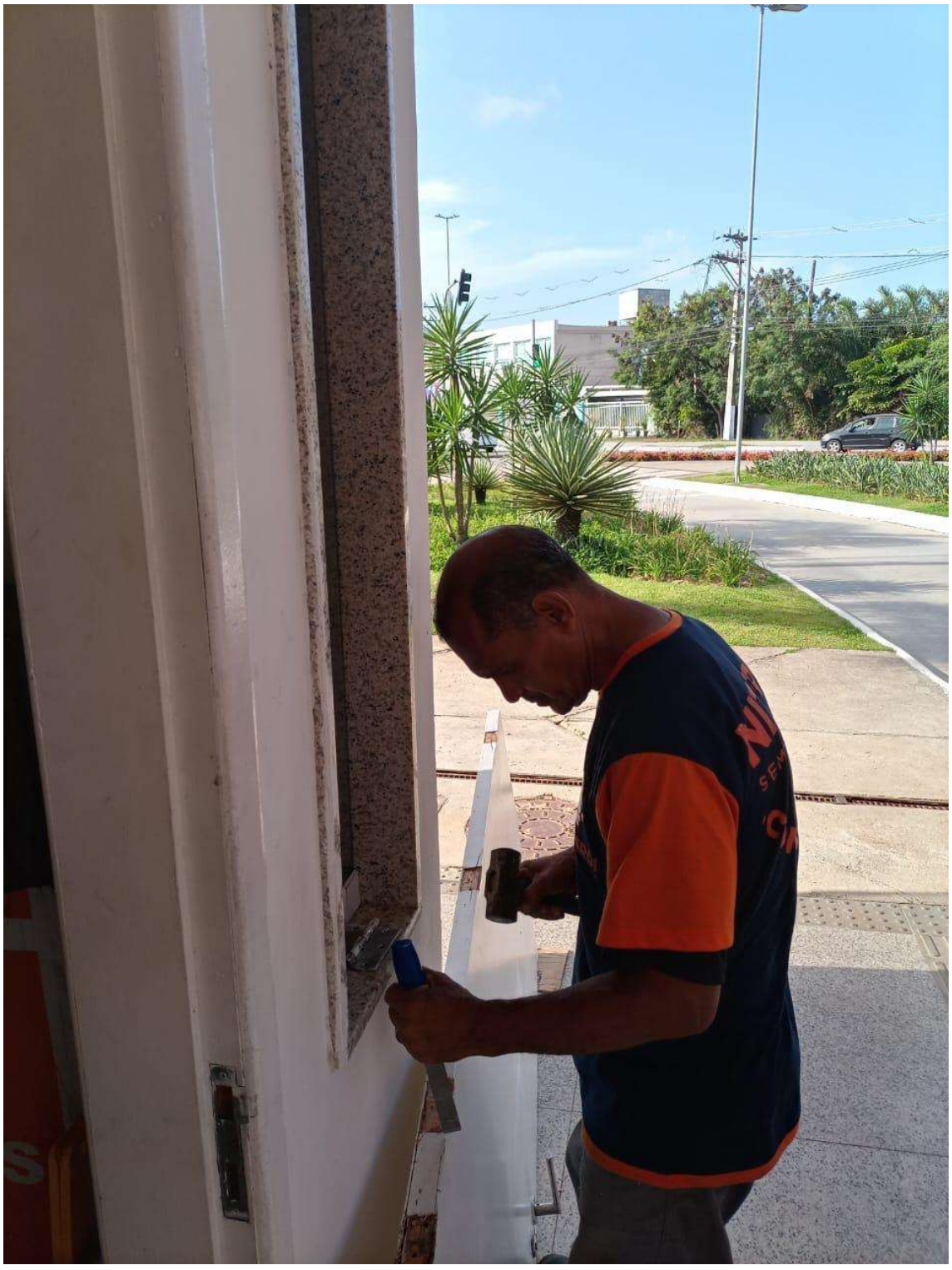


Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://leciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

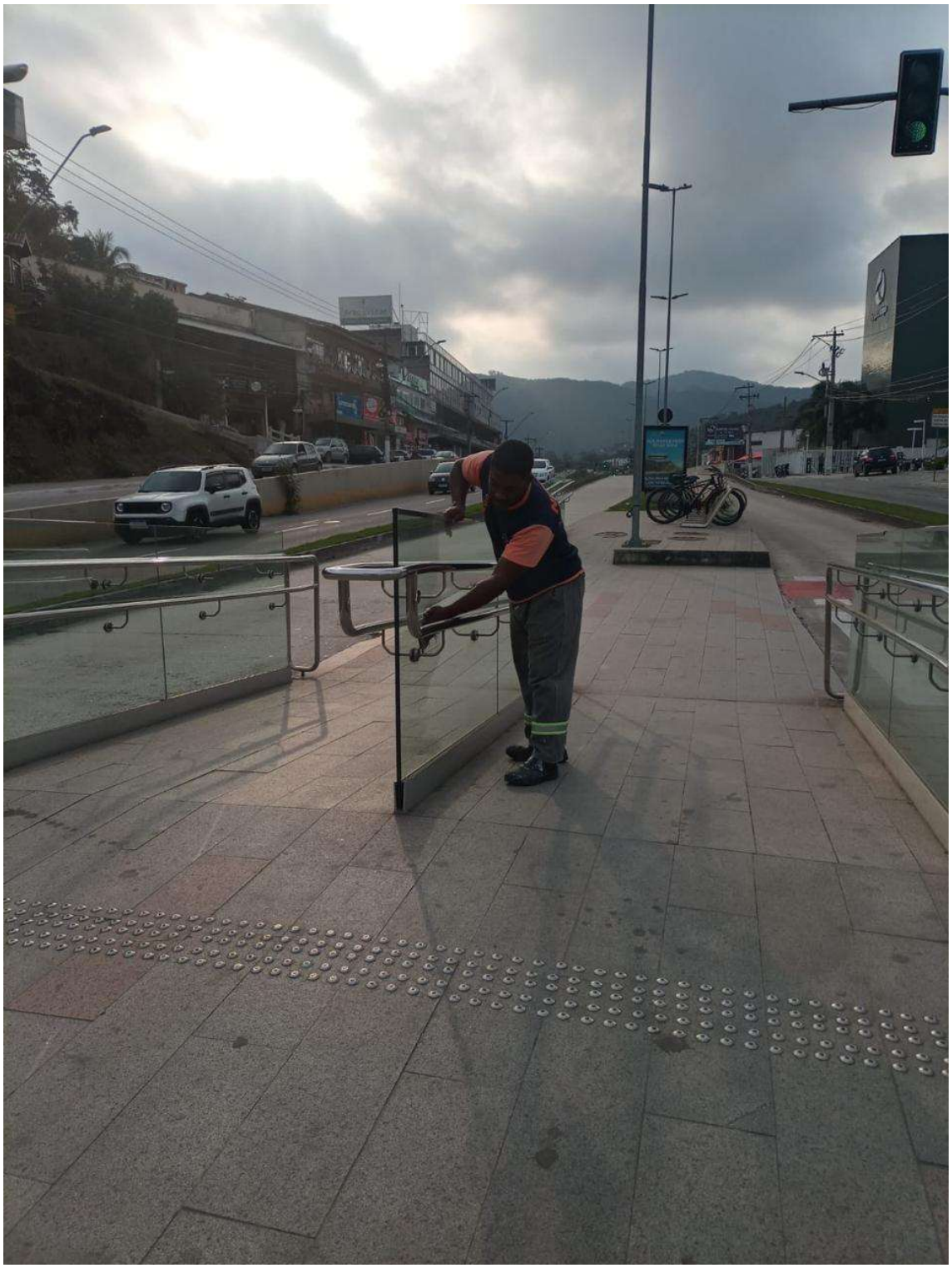
NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER



Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.



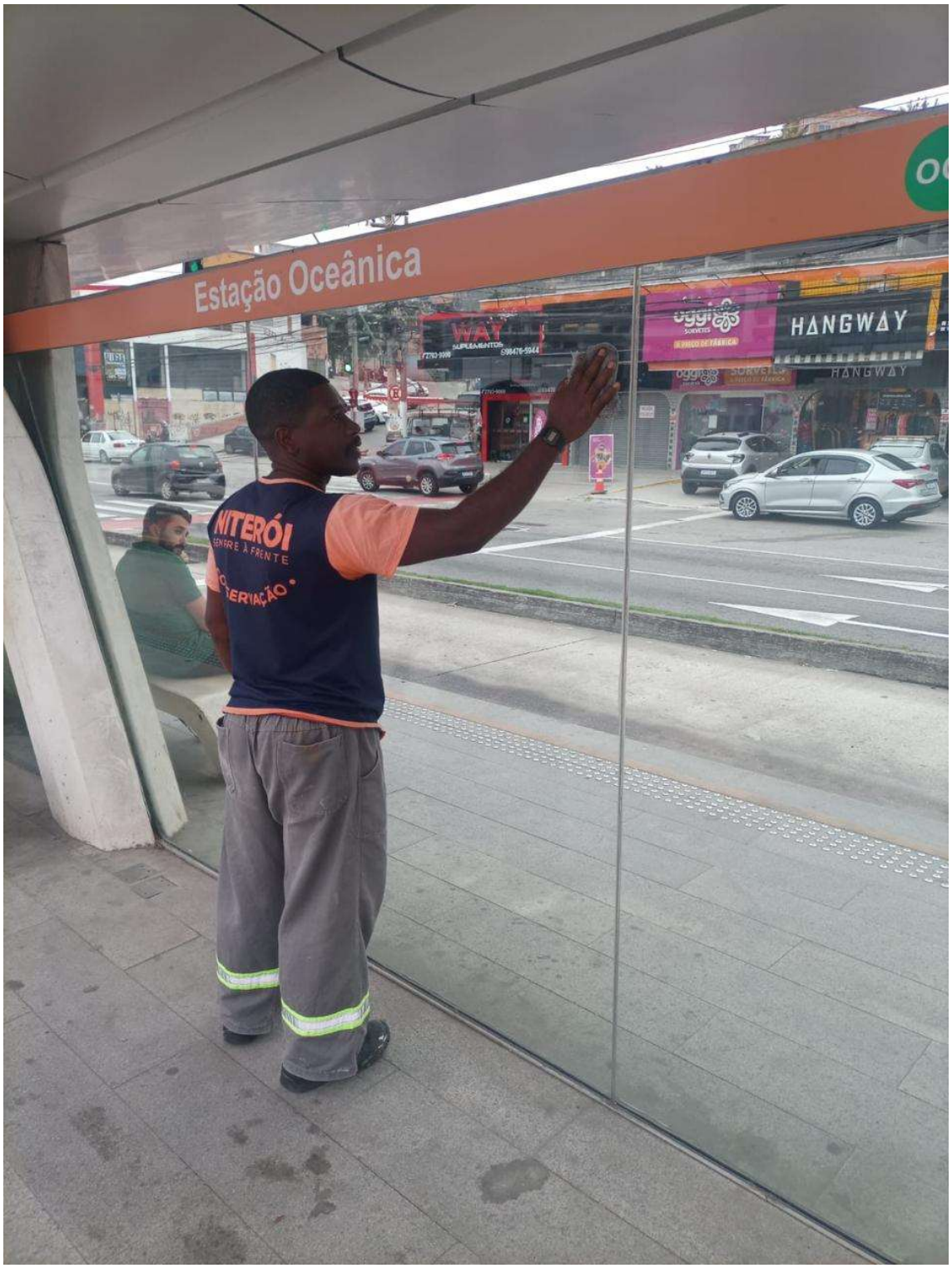
Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.



Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

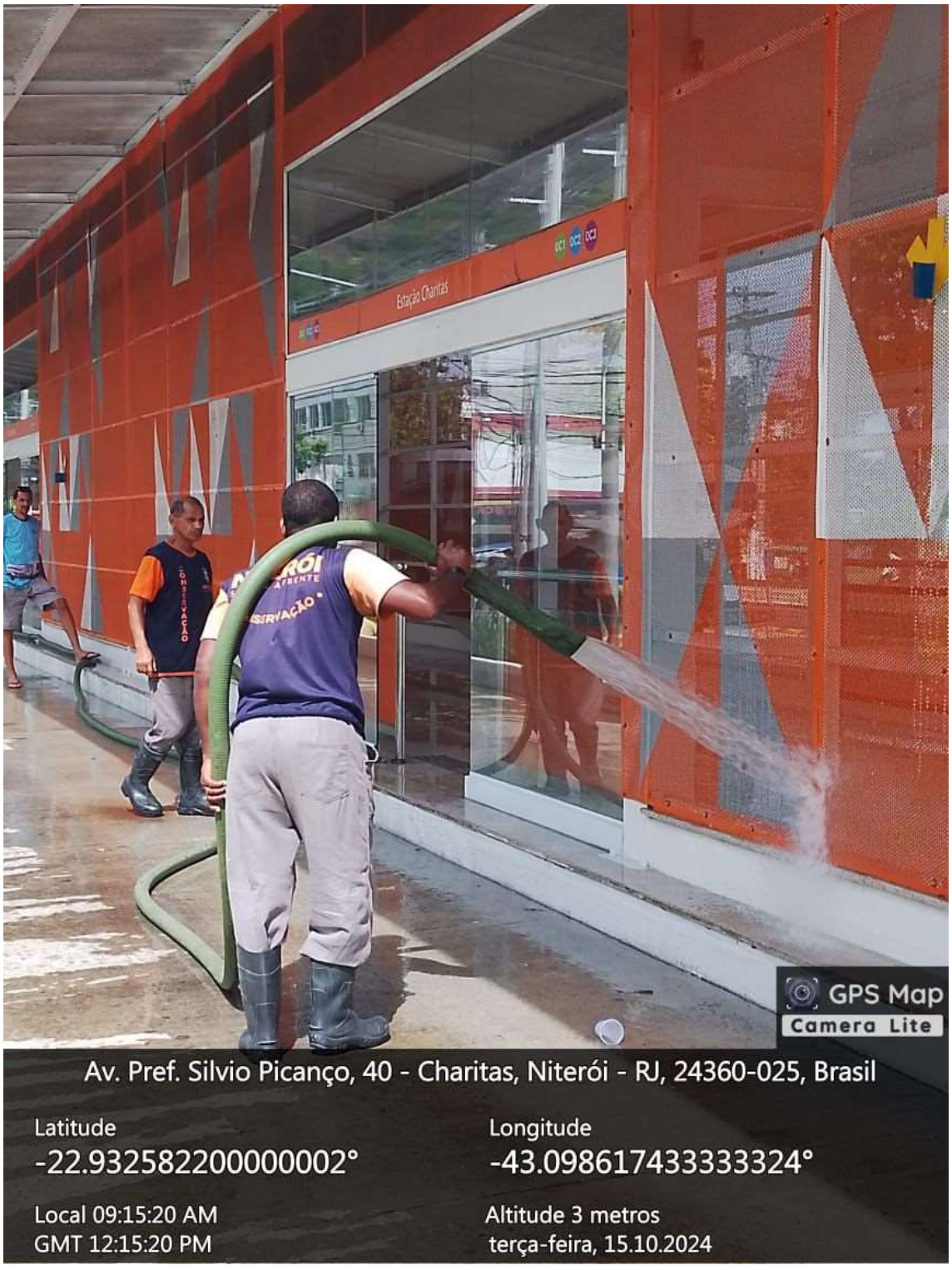


Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

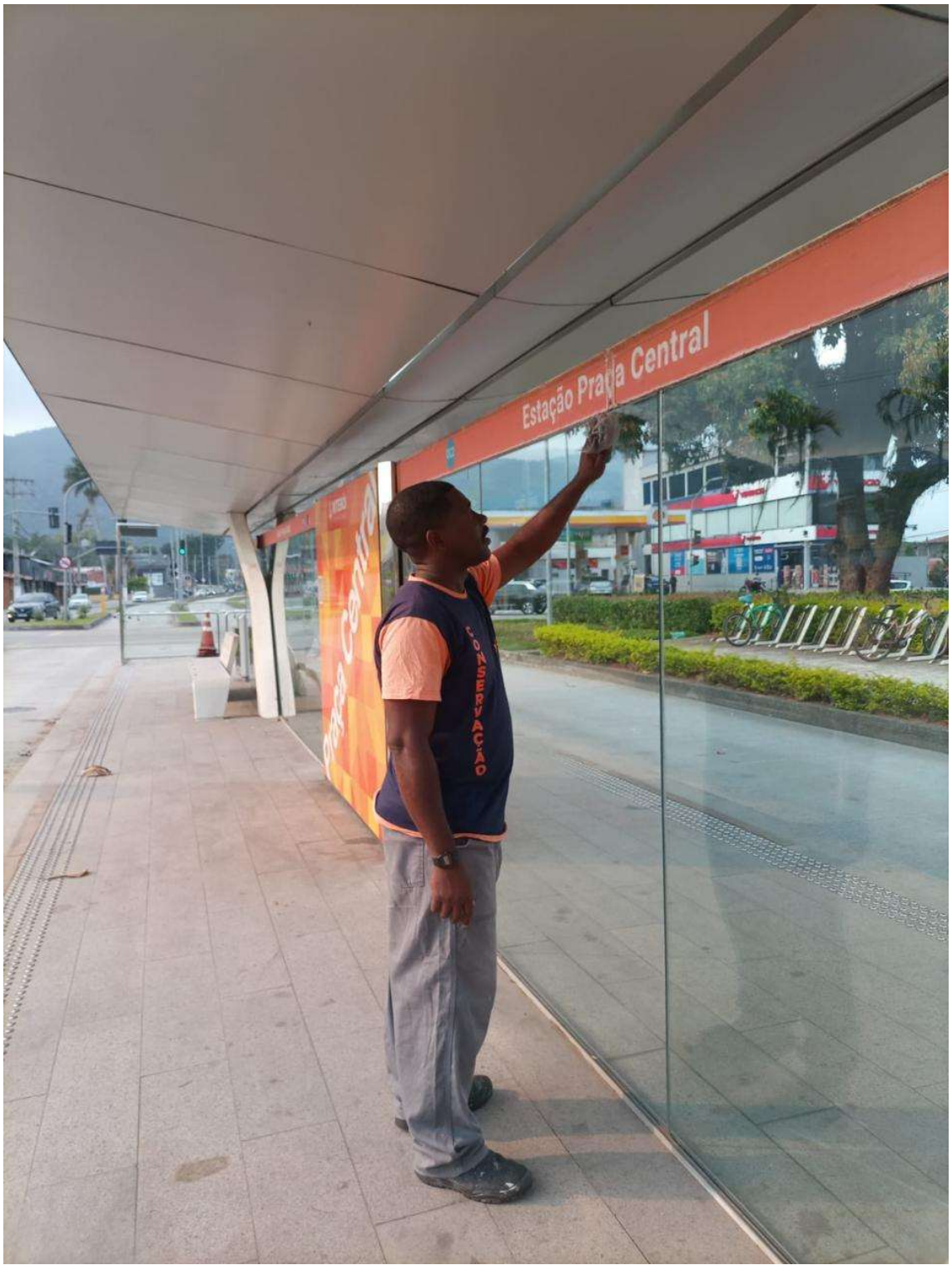


Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE
Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER



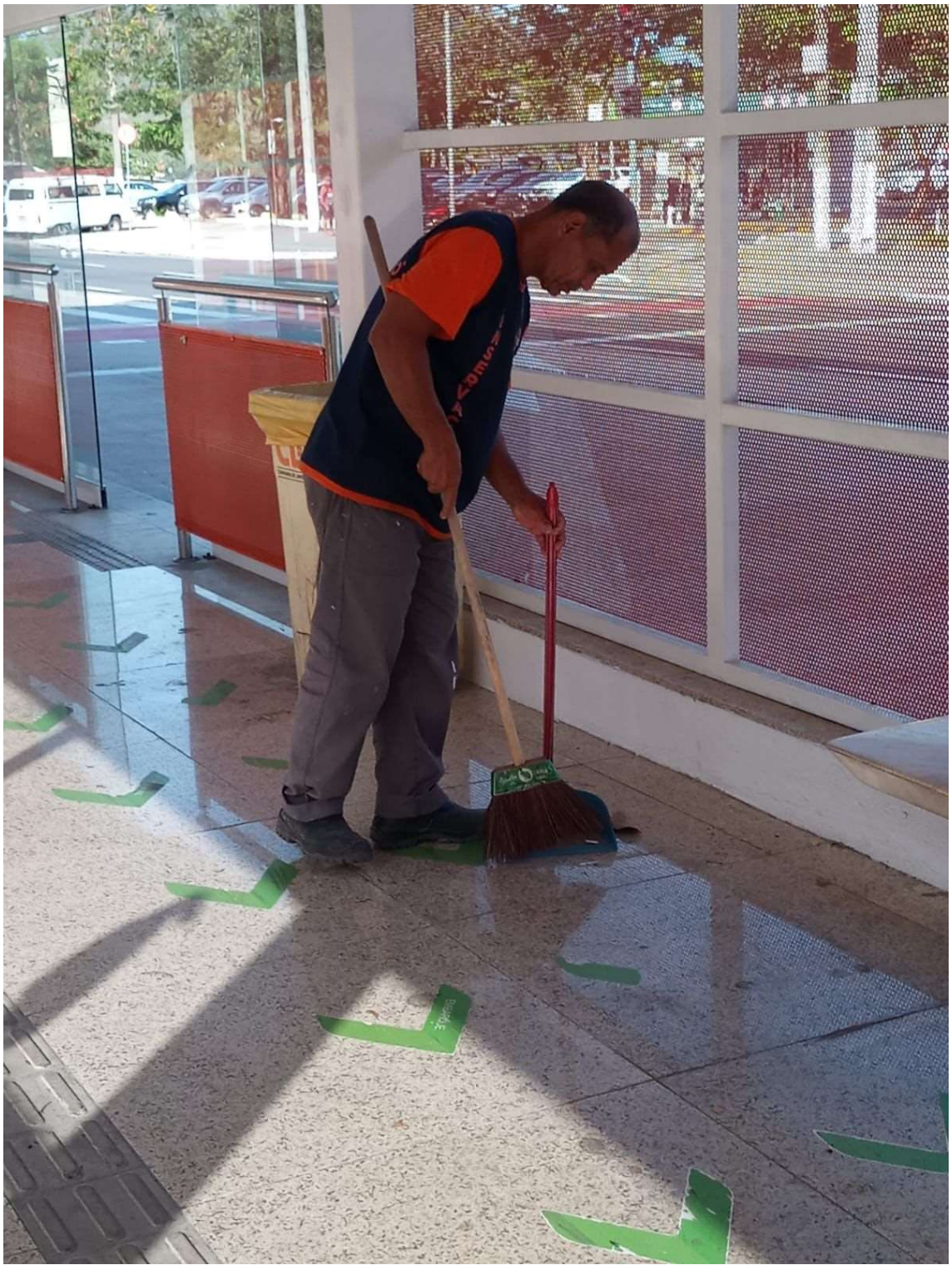
Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://leciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.



Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER



Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe.

Assinado eletronicamente por:
* DANIELLE SILVEIRA MENDES (***.372.507-**)
  em 18/10/2024 12:24:46 com assinatura avançada (AC Ciga v2)
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
  em 24/10/2024 14:07:10 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9c4b6b1d-6876-4159-a685-2ea287e556fe

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 25. Despacho nº 99002919279393/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7ffe41e4-8af0-4488-83bf-3a07506b1a9e

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919279393/2024
Assunto	Em prosseguindo
Restrições	"Interno"

Ao Gabinete,

Sugiro encaminhar a PGM, para analise e parecer.

Danielle Silveira Mendes

Subsecretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Mat. 1247416-0

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7ffe41e4-8af0-4488-83bf-3a07506b1a9e.

Assinado eletronicamente por:
* DANIELLE SILVEIRA MENDES (***.372.507-**)
em 18/10/2024 12:25:08 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7ffe41e4-8af0-4488-83bf-3a07506b1a9e



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 26. Despacho nº 99002919290355/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c3bf85b6-cd72-474d-8183-4cf6dcda4e85

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919290355/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

A PGM,

Encaminho o p.p para provodências cabíveis.

att,

Ricardo Lanzellotti
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c3bf85b6-cd72-474d-8183-4cf6dcda4e85.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 24/10/2024 11:44:52 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c3bf85b6-cd72-474d-8183-4cf6dcda4e85



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 27. Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 379/2024/125 - PGM - NÚCLEO DE APOIO ADM (12.1)

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/792c11ad-d905-4d21-9a53-1240268ec97c

Espécie/Tipo	Parecer da Procuradoria Geral do Município
Número	379/2024/125 - PGM - NÚCLEO DE APOIO ADM (12.1)
Assunto	PARECER Nº 73/SPCES/PPLC/2024
Restrições	"Interno"

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

PARECER Nº 73/SPCES/PPLC/2024

EMENTA: SECONSER. Segundo Termo Aditivo para prorrogação de prazo de vigência de contrato administrativo. Serviços de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e perças de susbstituição das Estações BHLS. Possibilidade. Previsão contratual. Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. Enunciado 08 da PGM/Niterói. Necessidade de Complementação da Pesquisa de Preços. Projeção do Reajuste. Análise da minuta. Observações e recomendações.

Ao i. Procurador-Chefe da Procuradoria de Licitações e Contratos – PPLC;

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SECONSER) pretende prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 25/2022, relativo à prestação de serviços de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de susbstituição das Estações BHLS, celebrado com a LUKE'S ENGENHARIA LTDA.

Para fins de análise jurídica do procedimento, relatamos, do que constam dos autos eletrônicos, o seguinte:

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

Os autos são inaugurados com o envio do Ofício nº 106/2024, indagando à empresa a respeito do interesse na prorrogação contratual, "nas condições e preços atualmente pactuados", à Peça 01.

À peça 02 consta a manifestação da Contratada afirmando o interesse na **renovação** do contrato, nas mesmas condições, mas ressalvando o reajuste.

À Peça 04 encontra-se a autorização do Secretário da pasta para renovação do contrato.

Às Peças 07, 08 e 09 está a pesquisa de mercado, seguida do mapa de cotação, à Peça 10.

À Peça 11 foi juntada a solicitação de compra, seguida da declaração de adequação orçamentária, à Peça 12.

À Peça 13 consta justificativa de preços em relação à pesquisa de mercado.

À Peça 16 foi encartada análise da Assessoria Jurídica da SECONSER.

À Peça 17 está a cópia do Contrato nº 25/2022.

À Peça 18 encontra-se a publicação no D.O. da portaria que nomeou os fiscais do contrato.

À Peça 19 consta o edital de pregão eletrônico nº 064/2022.

À Peça 20 foi juntada a proposta de preço da LUKE'S ENGENHARIA LTDA.

À Peça 21 está o primeiro Termo Aditivo.

À Peça 22 foi encatarda a Minuta do Segundo Termo Aditivo.

À Peça 23 encontram-se os documentos para comprovar a manutenção das condições de habilitação da contratada.

À Peça 24 consta declaração dos fiscais do contrato.

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

Por fim, à Peça 26 os autos eletrônicos foram encaminhados a esta Procuradoria Especializada para análise e parecer.

As peças 03, 05, 06, 14, 15, 25 tratam de despachos de comunicação interna.

É o Relatório.

Passo à análise jurídica.

II - ANÁLISE JURÍDICA

Trata-se de solicitação de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 25/2022, celebrado entre o Município de Niterói e a LUKE'S ENGENHARIA LTDA., que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e perças de susbstituição das Estações BHLS.

II.A) Dos Requisitos para a Prorrogação

O tema de prorrogação de contratos já foi amplamente debatido no âmbito desta Procuradoria, tendo sido editado o **Enunciado nº 08**, que sintetiza os requisitos para a renovação de contratos de prestação de serviços contínuos:

> **Enunciado n° 8**:1. Em consonância com o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, admite-se a prorrogação dos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos, desde que atendidos os seguintes requisitos:(i) contrato em vigor; (ii) previsão no edital e no contrato acerca da possibilidade de prorrogação;(iii) prazo da prorrogação igual ou inferior ao estabelecido no contrato de origem;(iv) observância do limite máximo de 60 (sessenta) meses para o prazo total do contrato; (v) autorização da autoridade competente; (vi) comprovação da manutenção das condições de habilitação do contratado;(vii) disponibilidade orçamentária, de acordo com a legislação pertinente;(viii) justificativa da vantajosidade para a Administração Pública, a ser aferida tanto pelo critério econômico (preço) quanto por outras condições relevantes (desempenho satisfatório prévio do contratado, conhecimento do objeto contratual, dentre outras).
>
> 2. Para aferir a vantajosidade, é essencial que seja realizada a pesquisa de preços, que deverá ser a mais ampla possível, nos moldes do disposto nos artigos 2º e 6º do Decreto Municipal nº 12.517/2017.

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

> 3. Verificada a proximidade do período da concessão do reajuste, e na inexistência de declaração prévia do contratado, ele deverá ser consultado a respeito da sua intenção de pleitear o benefício ou renunciar à prerrogativa, devendo manifestar-se expressamente.
>
> 4. Caso não haja renúncia expressa do contratado ao reajuste, o preço a ser considerado para fins da vantajosidade mencionada, deverá necessariamente contemplar o cálculo do reajuste ou a projeção do seu impacto (caso o índice aplicável não tenha sido ainda divulgado).
>
> 5. Por outro lado, se existente, a renúncia expressa ao reajuste deverá ser registrada no termo aditivo."
> (Enunciado referente aos seguintes precedentes: Parecer nº. 034/APBS/PGA/NLC/2018; Parecer nº 57/MVSC/PGA/NLC/2018; Parecer nº 010/GAVH/PGA/NLC/2019; Parecer nº 15/MVSC/PGA/NLC/2019; e Parecer nº 003/RALP/PGA/NLC/2019.)
>
> Publicado em 28 de Janeiro de 2020

In casu, observa-se que foram cumpridos quase todos os requisitos do Enunciado citado, sendo necessárias algumas observações.

Em relação ao primeiro requisito (i), este encontra-se preenchido, tendo em vista que o contrato tem vigência até **29/12/2024**.

Quanto ao segundo requisito (ii), observa-se que o Contrato nº 25/2022 contém, na cláusula segunda, parágrafo primeiro, a possibilidade de prorrogação do contrato, com base no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 (prorrogação de contratos de prestação de serviços contínuos).

Em relação aos requisitos (iii) e (iv), pretende-se por meio deste processo administrativo a **segunda** prorrogação de prazo do instrumento contratual pelo mesmo prazo inicial, qual seja, 12 (doze) meses, totalizando 36 (trinta e seis) meses.

Observado o limite temporal em seus dois aspectos, considerando que: (a) o período total de vigência do contrato está dentro do limite legal de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93; e (b) o prazo da prorrogação pretendida, se considerada individualmente, não ultrapassa o tempo estipulado para a vigência inicial (12 meses).

Em relação ao item (v), consta à peça 04 a autorização da autoridade competente.

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

O item (vi) dispõe sobre as condições de habilitação do contratado. Visando atender ao mencionado dispositivo, foram anexadas à peça 23 os seguintes documentos:

a) Carteira nacional de habilitação do sócio da empresa contratada;
b) Registro na Junta Comercial;
c) Atos constitutivos da empresa contratada;
d) Alvará de licença para estabelecimento, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói;
e) Comprovante de Inscrição no CNPJ;
f) Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Municipais;
g) Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro;
h) Certidão Negativa de débitos em Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro;
i) Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
j) Certificado de Regularidade do FGTS;
k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
l) Certidão de Regularidade Sindical;
m) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, emitida pelo Tribunal de Contas da União;
n) Certidão Negativa Correcional, emitida pela Controladoria-Geral da União;
o) Certidão de Nada Consta nos cadastros de Licitantes Inidôneos, no CNIA, no CEIS e no CNEP;
p) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA-RJ;
q) Certidões emitidas por Ofícios Distribuidores.

Cabe à consulente realizar a análise pormenorizada de subsunção dos documentos

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

encartados aos arts. 28, 29 e 30 da Lei 8.666/93, que tratam da manutenção das condições de habilitação, e submeter *eventual* consulta jurídica a esta Procuradoria de maneira específica. **(Ponto 01)**

Quanto ao requisito (vii), à peça 12 consta declaração do ordenador de despesa que a despesa possui adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Em avanço, no que diz respeito ao último requisito autorizativo (viii), qual seja, a vantajosidade da prorrogação, constam dos autos pesquisa de preços e declaração dos fiscais do contrato afirmando que a empresa presta os serviços de forma eficiente sem qualquer fato que desabone essa conduta, seguido de fotografias dos serviços executados.

- Observação em relação à vantajosidade econômica -

Quanto à pesquisa de preços que visa demonstrar a vantajosidade da prorrogação no aspecto econômico, nota-se que a SECONSER realizou a pesquisa às peças 07, 08 e 09, consultando o site BB Licitações, contratações de um outro órgão e o site PNCP.

Verifica-se, contudo, que não houve tentativa de envio de e-mails a outras empresas e que, tanto a pesquisa ao site BB Licitações, quanto ao PNCP foram infrutíferas.

Ademais, não há nos autos qualquer análise crítica a respeito da pesquisa realizada e dos preços obtidos.

Sobre o assunto, o Diretor de Compras e Orçamento da SECONSER afirma, na peça 13:

> "Já há entendimento que, quando se tratar de prorrogação de contrato de prestação de serviço contínuo sem aplicação de reajuste, entende-se que a Pesquisa de Mercado pode ser flexibilizada, desde que a área técnica contratante justifique a dificuldade da pesquisa e ateste que o valor de referência do Pregão que originou o Contrato 25/2022 se fundamentou em adequada pesquisa de preços, que o certame observou a devida

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

> competitividade e que o preço atual continua dentro dos parâmetros do mercado. Podemos observar que no Processo Licitatório, que originou o referido contrato houve adequada Pesquisa de Preços e os valores encontrados foram satisfatórios para conclusão do Certame, onde o mesmo foi realizado através da modalidade de Pregão Eletrônico com ampla concorrência.
>
> Concluímos que este Setor de Compras não mediu esforços para robustecer a Pesquisa em sítios eletrônicos, como PNCP, BB Licitações e também um Edital 646/2023 da Prefeitura de Porto Alegre (Peças 07, 08 e 09), que servem apenas para amostragem e não para balizamento de preços."

Não obstante este entendimento tenha sido manifestado por esta Procuradora no PARECER nº 053/SPCES/PPLC/2024[1], amparado em julgados do TCU[2] e orientação da AGU[3], fato é que o **VISTO Nº 207/MVSC/PPLC/2024**, do Procurador-Chefe desta Especializada, após ressalva justamente a esta conclusão do Parecer, no seguinte sentido:

> "Quanto ao item (III), não desconhecemos a prática adotada pela União Federal de dispensar a necessidade de pesquisa de preços quando da prorrogação/renovação de contratos cujo objeto sejam serviços de natureza continuada, o que encontra guarida na jurisprudência do TCU e no entendimento da AGU.
>
> Todavia, é imperioso admitir que a União Federal possui outro patamar de musculatura institucional que lhe permite a adoção de algumas práticas que, embora aparentemente mais eficientes, encontrariam dificuldade de serem aplicadas em entes com menor capacidade

[1] PA 9900043956/2024
[2] Acórdão nº 1.214/2013
[3] PARECER Nº 0004/2018/CPLC/PGF/AGU, PARECER Nº 00001/2019/DECOR/CGU/AGU e ORIENTAÇÃO NORMATIVA N. 60, de 29/05/2020

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

institucional.

Neste sentido, o Decreto Municipal nº 14.730/2023, art. 58, §3º, não dispensa a realização da pesquisa de preços no caso de prorrogações contratuais, ao regulamentar as contratações embasadas pela Lei nº 14.133/2021, com muito mais razão a mesma lógica deve ser aplicada aos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, cujo o entendimento sedimentado desta especializada resultou no nosso enunciado nº 08.

Assim, entendo que a pesquisa de preços não pode ser dispensada até por se tratar de entendimento reiterado desta Procuradoria, conforme se verifica no enunciado supracitado e pragmaticamente, também continua sendo exigido pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, conforme se verifica no recente Parecer PGE/PG-15/DMM nº 02/2024:

> 'Diferentemente da União, que editou normativo específico para a hipótese (a Instrução Normativa SLTI/MP nº 5/2017), o Estado do Rio de Janeiro não conta com regulamento específico para prorrogações de serviços celebradas sob a Lei nº 8.666. Aplica-se às prorrogações, no que couber (art. 40), o Decreto n° 46.642/19, que disciplina a fase preparatória das contratações regidas pela Lei nº 8.666.
>
> (…)
>
> Assim é que, **para a prorrogação, impõe-se uma nova análise do mercado a fim de verificar se o preço praticado naquela relação contratual se mantém compatível com o preço praticado no mercado**. Em outras palavras, a demonstração de vantajosidade deve evidenciar a prorrogação como melhor alternativa do que uma nova contratação.
>
> A disciplina regulamentar para estimativa do valor de contratações baseadas na Lei nº 8.666 mediante pesquisa de preços, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se no Decreto n° 46.642/19, em seu artigo 20 e seguintes, e **sua aplicação aos termos aditivos de prorrogação é obrigatória**, como se vê do art. 40.'

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

Assim, deixo de aprovar o item (III) contido nas conclusões do parecer, sendo necessária como regra a realização de pesquisa de preço a fim de se aferir a vantajosidade da prorrogação pretendida.

Portanto, é necessário que a pesquisa de preços seja ampla, observando-se o Decreto n. 12.517/2017, como afirma o item 2 do Enunciado 08 desta Procuradoria. **(Ponto 02)**

Sobre a pesquisa realizada em bancos de preços públicos, é possível observar que em alguns momentos os parâmetros utilizados foram demasiadamente restritos e específicos, o que levou à não localização de resultados satisfatórios. À fls. 01 da peça 07, e à peça 09, por exemplo, nota-se que o campo de pesquisa foi preenchido com a expressão “Estações BHLS”, o que se mostra deveras restrito. Em outras ocasiões a SECONSER pesquisou o serviço de “manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição ponto de ônibus”. Em outras hipóteses estranhamento não se localizou o serviço comum de melhoria. Mas melhoria de quê? Sem querer adentrar em área não jurídica, nos parece que a pesquisa utilizou parâmetros muito restritos.

Nesse ponto, deve-se ressaltar que a pesquisa em outras fontes não precisa demonstrar que o objeto das licitações é *idêntico*, muito menos o nome deve ser idêntico; basta que sejam semelhantes e que haja uma avaliação crítica dos preços obtidos para fins de consideração no cálculo da estimativa, o que, cumpre ressaltar, não foi realizado.

Também não localizamos pesquisa por itens presentes na tabela EMOP, por exemplo.

Assim é que o mapa de cotações da peça 10 contém apenas 02 valores – pregão de Porto Alegre – no valor de R$2.949.499,99 – e o contrato atual – R$2.508.423,47.

Desse modo, recomendamos a complementação da pesquisa de mercado,

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

buscando-se atender ao Decreto Municipal nº 12.517/17 (aplicável no bojo da Lei n. 8.666/93) e à Súmula nº 02 do TCE/RJ, com a inclusão de cotação de valores de outras empresas, e adotando-se parâmetros mais amplos ou palavras-chaves semelhantes ao objeto em comento para a pesquisa na internet, de modo a obter resultados mais próximos ou similares, a fim de se concluir peremptoriamente a vantajosidade econômica da prorrogação, bem como seja apresentada posteriormente a análise crítica dos preços obtidos. **(Ponto 03)**

Além disso, considerando que a cláusula nona, parágrafo décimo primeiro, prevê a possibilidade de reajuste pelo IPCA, e que a contratada fez esta ressalva na manifestação de peça 02, é necessário que a vantajosidade econômica da prorrogação seja aferida levando-se em consideração a projeção do reajuste **(Ponto 04)**, conforme orienta o item 4 do Enunciado n. 08 da PGM:

> **Enunciado n° 08:**
>
> 1. Em consonância com o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, admite-se a prorrogação dos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos, desde que atendidos os seguintes requisitos:(i) contrato em vigor; (ii) previsão no edital e no contrato acerca da possibilidade de prorrogação;(iii) prazo da prorrogação igual ou inferior ao estabelecido no contrato de origem;(iv) observância do limite máximo de 60 (sessenta) meses para o prazo total do contrato; (v) autorização da autoridade competente; (vi) comprovação da manutenção das condições de habilitação do contratado;(vii) disponibilidade orçamentária, de acordo com a legislação pertinente;(viii) justificativa da vantajosidade para a Administração Pública, a ser aferida tanto pelo critério econômico (preço) quanto por outras condições relevantes (desempenho satisfatório prévio do contratado, conhecimento do objeto contratual, dentre outras).
>
> 2. Para aferir a vantajosidade, é essencial que seja realizada a pesquisa de preços, que deverá ser a mais ampla possível, nos moldes do disposto nos artigos 2º e 6º do Decreto Municipal nº 12.517/2017.
>
> 3. Verificada a proximidade do período da concessão do reajuste, e na inexistência de declaração prévia do contratado, ele deverá ser consultado a respeito da sua intenção de pleitear o benefício ou renunciar à prerrogativa, devendo manifestar-se expressamente.

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

> 4**. Caso não haja renúncia expressa do contratado ao reajuste, o preço a ser considerado para fins da vantajosidade mencionada, deverá necessariamente contemplar o cálculo do reajuste ou a projeção do seu impacto (caso o índice aplicável não tenha sido ainda divulgado).**
>
> 5. Por outro lado, se existente, a renúncia expressa ao reajuste deverá ser registrada no termo aditivo."

II.B) Da minuta do Termo Aditivo

Quanto à análise da Minuta do Termo Aditivo apresentada à Peça 22, foi apresentada a Declaração de Conformidade com a minuta-padrão da PGM, também à peça 22, informando a alteração da cláusula terceira, "*para melhor adequação à cláusula nona, parágrafo décimo primeiro do contrato que trata do reajuste do preço dos insumos*."

Inclusive em relação a este ponto, recomendamos que a SECONSER esclareça se o objeto do Contrato envolve mão de obra residente ou exclusiva. Em caso negativo, recomenda-se que se aproveite o presente termo aditivo para alterar a cláusula nona do contrato, excluindo os parágrafos nono e décimo – que se referem à repactuação de custos de mão de obra –, alterando-se o início da redação do parágrafo décimo primeiro, bem como o parágrafo décimo segundo, que está desatualizado e não condiz com o novo entendimento da PGM exarado no item 9 do Enunciado 11. **(Ponto 05)**

No mais, observamos que a forma e a redação da minuta atendem à minuta-padrão de termo aditivo de prorrogação contratual da PGM.

III - CONCLUSÃO

Face o acima exposto, **OPINAMOS** pela possibilidade jurídica de celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2022, firmado com a LUKE'S ENGENHARIA LTDA., para prorrogação do prazo, **desde que** sejam observadas as recomendações acima (ou justificada a inaplicabilidade ao caso concreto), as quais podem ser assim resumidas:

> (I) seja verificada pela Secretaria a veracidade e validade dos documentos que visam comprovar a manutenção das condições de habilitação da contratada;

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo nº	Data:	RUBRICA	FLS.
9900049517/2024	24/05/2024		

(II) seja complementada a pesquisa de mercado, buscando-se atender ao Decreto Municipal nº 12.517/17, seguida da realização de análise crítica dos preços obtidos, observando-se que a flexibilização da fase de pesquisa de preços para a prorrogação de contratos de serviços contínuos não foi aprovada no Visto n. 207/MVSC/PPLC/2024;

(III) que a vantajosidade econômica da prorrogação seja aferida levando-se em consideração, ainda, a projeção do reajuste devido à contratada;

(IV) caso o contrato não envolva mão de obra residente (com dedicação exclusiva), recomendamos que se aproveite o presente termo aditivo para alterar a cláusula nona do contrato, excluindo os parágrafos nono e décimo – que se referem à repactuação de custos de mão de obra –, alterando-se o início da redação do parágrafo décimo primeiro, bem como o parágrafo décimo segundo, que está desatualizado e não condiz com o novo entendimento da PGM exarado no item 9 do Enunciado 11.

É o Parecer, que ora submeto a apreciação superior, ressaltando que este órgão jurídico não adentrou na análise dos aspectos técnicos e contábeis dos documentos acostados, nem na oportunidade e conveniência das decisões políticas.

Niterói, 31 de outubro de 2024.

SORAYA PORTELA CESARINO
Procuradora do Município de Niterói
Procuradoria de Licitações e Contratos - PPLC
Matrícula 242.020-2

Assinado digitalmente por
Localizador do documento: L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2
http://niteroi.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/L2YsdxgWanWBykHsvkHbNBj2.pdf

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 28. Visto nº 547/2024/125 - PGM - NÚCLEO DE APOIO ADM (12.1)

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/97f24a72-64a6-423b-b966-783b0107f270

Espécie/Tipo	Visto
Número	547/2024/125 - PGM - NÚCLEO DE APOIO ADM (12.1)
Assunto	VISTO/Nº 286/MVSC/PPLC/2024
Restrições	"Interno"

Processo nº	Data	Rubrica	Folha
9900049517/2024	24/05/2024		

VISTO/Nº 286/MVSC/PPLC/2024

Visto. Aprovo o Parecer nº 73/SPCES/PPLC/2024 da lavra da Procuradora do Município Soraya Portela, pelos seus próprios fundamentos.

Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SECONSER) pretende prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 25/2022, relativo à prestação de serviços de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, celebrado com a LUKE'S ENGENHARIA LTDA.

A i. procuradora opinou pela possibilidade jurídica de celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2022, firmado com a LUKE'S ENGENHARIA LTDA., para prorrogação do prazo, desde que sejam observadas as recomendações abaixo:

(I) seja verificada pela Secretaria a veracidade e validade dos documentos que visam comprovar a manutenção das condições de habilitação da contratada;

(II) seja complementada a pesquisa de mercado, buscando-se atender ao Decreto Municipal nº 12.517/17, seguida da realização de análise crítica dos preços obtidos, observando-se que a flexibilização da fase de pesquisa de preços para a prorrogação de contratos de serviços contínuos não foi aprovada no Visto n. 207/MVSC/PPLC/2024;

(III) que a vantajosidade econômica da prorrogação seja aferida levando-se em consideração, ainda, a projeção do reajuste devido à contratada;

(IV) caso o contrato não envolva mão de obra residente (com dedicação exclusiva), recomendamos que se aproveite o presente termo aditivo para alterar a cláusula nona do contrato, excluindo os parágrafos nono e décimo –

Assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS SOUZA DO CARMO.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/97f24a72-64a6-423b-b966-783b0107f270.

que se referem à repactuação de custos de mão de obra –, alterando-se o início da redação do parágrafo décimo primeiro, bem como o parágrafo décimo segundo, que está desatualizado e não condiz com o novo entendimento da PGM exarado no item 9 do Enunciado 11.

Destarte, aprovo o parecer, dispensado o visto do Procurador Geral, nos termos da Resolução PGM nº 03/2019 c/c Resolução PGM nº 32/2020, ressaltando que o parecer jurídico é peça opinativa, não vinculante, que poderá não ser observada pelo gestor desde que o faça de maneira fundamentada, assumindo o ônus de tal conduta.

À SECONSER.

Niterói, 04 de novembro de 2024.

MARCOS VINICIUS SOUZA DO CARMO
Procuradoria de Licitações e Contratos - PPLC
Procurador – Chefe
Mat. nº 1.242764-0 OAB/RJ nº 128.752

Assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS SOUZA DO CARMO.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/97f24a72-64a6-423b-b966-783b0107f270.

Assinado eletronicamente por:
* MARCOS VINICIUS SOUZA DO CARMO (***.575.187-**)
em 04/11/2024 12:29:44 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)
Não aderente à RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 182/2021.

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/97f24a72-64a6-423b-b966-783b0107f270

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 29. Despacho nº 99002919306379/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03ca7afd-7de3-4ed4-80af-5d0698f67d47

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919306379/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

AO GABINETE,

EM PROSSEGUIMENTO.

PROTOCOLO, 04/11/2024.

Assinado eletronicamente por Glaucia Ferreira Moreira.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03ca7afd-7de3-4ed4-80af-5d0698f67d47.

Assinado eletronicamente por:
* Glaucia Ferreira Moreira (***.651.247-**)
em 04/11/2024 14:26:32 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03ca7afd-7de3-4ed4-80af-5d0698f67d47



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 30. Despacho nº 99002919306882/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/12316a86-5937-47d4-80e2-db57da843f4a

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919306882/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

Ao Departamento Jurídico,

Encaminho o p.p para providências cabíveis.

At.te

Ricardo Lanzellotti
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Assinado eletronicamente por Ricardo Frederico Araújo Lanzelloti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/12316a86-5937-47d4-80e2-db57da843f4a.

Assinado eletronicamente por:
* Ricardo Frederico Araújo Lanzelloti (***.667.217-**)
  em 04/11/2024 15:52:00 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/12316a86-5937-47d4-80e2-db57da843f4a

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 31. Despacho nº 99002919309323/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/8077778f-3dd8-4f04-bd7d-5c7a05b5343a

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919309323/2024
Assunto	despacho
Restrições	"Interno"

Processo: 9900049517/2024

A Subsecretaria de Infraestrutura e Logística

Considerando o PARECER Nº 73/SPCES/PPLC/2024, as peças 27 das páginas 1 a 12, Visto peças 28, sugerimos que sejam cumpridas as recomendações constantes nos itens I a IV.

Em seguida, solicito retorno do p.p a esta Assessoria, para providencias a seu cargo.

MARA PEREIRA
Assessoria - Seconser
Mat.18.131016

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/8077778f-3dd8-4f04-bd7d-5c7a05b5343a.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 05/11/2024 14:33:24 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/8077778f-3dd8-4f04-bd7d-5c7a05b5343a



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 32. Despacho nº 99002919310241/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/3dd1da4f-d570-461b-af67-c1798f345d05

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919310241/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

Ao Setor de Pagamento,

Segue o presente processo para atendimento as solicitações da Assessoria Jurídica contidas na peça 31, em consonância com o parecer da PGM, atendo-se às atribuições de cada setor.

Em, 05/11/2024

Atenciosamente,

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/3dd1da4f-d570-461b-af67-c1798f345d05.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
em 05/11/2024 17:26:11 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/3dd1da4f-d570-461b-af67-c1798f345d05

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 33. Tabela de preços

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/07cb1669-b18b-4e00-90d7-dfa15c619e44

Espécie/Tipo	Tabela de preços
Número	
Assunto	Tabela Oficial de Preços EMOP - Agosto/2024
Restrições	"Interno"

MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS DE NITERÓI NO PERÍODO DE 12 MESES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTITADE	PREÇO UNIT.	TOTAL
		CANTEIRO DE OBRA				
1	02.011.0010-A	CERCA PROTETORA DE BORDA DE VALA OU OBRA,COM TELA PLASTICA NA COR LARANJA OU AMARELA,CONSIDERANDO 2 VEZES DE UTILIZACAO,INCLUSIVE APOIOS,FORNECIMENTO,COLOCACAO E RETIRADA	M2	3141,00	R$ 1,13	R$ 3.552,47
2	02.030.0005-A	PLACA DE SINALIZACAO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA,DEACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E PINTURA DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	168,00	R$ 129,75	R$ 21.798,50
3	02.030.0010-A	BALIZADOR VAGALUME (ALUGUEL),EQUIPADO COM PISCA ALERTA E PAINEIS DE FITA REFLETIVA PADRAO ENGENHARIA COM ALTURA DE 1,32M,DE ACORDO COM O MANUAL DA CET-RIO,INCLUSIVE MANUTENCAO,PRIMEIRA COLOCACAO E RETIRADA DA OBRA	UNXMES	168,00	R$ 77,60	R$ 13.036,29
4	02.030.0020-A	CAVALETE MINICADE (ALUGUEL),EQUIPADO COM PAINEIS REFLETIVOSDE ALTA INTENSIDADE E UM PISCA ALERTA COM CELULA FOTO-ELETRICA,ALIMENTADA POR 2 BATERIAS DE 6V (DISPENSA O USO DE GERADOR)	UNXMES	168,00	R$ 34,22	R$ 5.748,28
			TOTAL DA CATEGORIA 02:			**R$ 44.135,54**
		SERVICOS COMPLEMENTARES				
5	05.001.0087-A	REMOCAO DE PAPEL DE PAREDE,INCLUSIVE LIMPEZA DO EXCESSO DE COLA NA PAREDE	M2	4039,00	R$ 4,68	R$ 18.902,52
6	05.001.0131-A	REMOCAO DE VIDRO ACIMA DE 0,30X0,30M,COM LIMPEZA LOCAL	M2	644,00	R$ 13,95	R$ 8.983,15
7	05.001.0350-A	LIMPEZA DE VIDROS,FEITA NOS DOIS LADOS,CONTADO UM LADO	M2	887,00	R$ 16,56	R$ 14.690,49
8	05.001.0360-A	LIMPEZA DE PISOS CIMENTADOS	M2	5385,00	R$ 8,19	R$ 44.103,15
9	05.001.0393-A	LIMPEZA EM PAREDE REVESTIDA COM CHAPAS LAMINADAS,INCLUSIVE OUSO DE ESCADA ATE 2 PAVIMENTOS,EXCLUSIVE ANDAIMES	M2	1670,00	R$ 7,64	R$ 12.765,48
10	05.001.0410-A	LIMPEZA DE PAINEIS DE ALUMINIO	M2	1670,00	R$ 9,56	R$ 15.956,85
11	05.001.0415-A	LIMPEZA DE PAINEIS DE ACO ESCOVADO	M2	1670,00	R$ 10,37	R$ 17.324,58
12	05.004.0010-A	LIMPEZA DE CONCRETO APARENTE COM JATO D`AGUA,SOLVENTE E ESCOVA DE PIACAVA	M2	3769,00	R$ 11,15	R$ 42.039,42
13	05.004.0070-A	LIXAMENTO MECANICO PARA LIMPEZA OU PREPARACAO DE ESTRUTURASMETALICAS,UTILIZANDO LIXADEIRA ELETRICA,CONSIDERANDO A AREAEFETIVAMENTE LIXADA	M2	1670,00	R$ 4,47	R$ 7.468,24
14	05.027.0011-A	SOLDA DE TOPO,EM TUBOS DE ACO GALVANIZADO NO DIAMETRO DE 2",UTILIZANDO CONVERSOR ELETRICO,INCLUSIVE CORTE E/OU CHANFRO DAS EXTREMIDADES	UN	334,00	R$ 42,29	R$ 14.124,52
			TOTAL DA CATEGORIA 05:			**R$ 196.358,40**
		GALERIAS, DRENOS E CONEXOS				
15	06.016.0002-A	TAMPAO COMPLETO DE F°F°,COM 120 A 125KG,PARA POCO DE VISITAOU CAIXA DE AREIA,PADRAO CEDAE(C-3),CARGA MINIMA PARA TESTE25T,RESISTENCIA MAXIMA DE ROMPIMENTO 31,25T E FLECHA RESIDUAL MAXIMA DE 17MM,ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4 EM VOLUME.FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UN	168,00	R$ 548,86	R$ 92.208,48
			TOTAL DA CATEGORIA 06:			**R$ 92.208,48**
		BASES E PAVIMENTOS				
16	08.006.0015-A	REJUNTAMENTO DE ARTEFATO DE CONCRETO,COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3,COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS	M2	1680,00	R$ 35,07	R$ 58.924,32
17	RV 14.10.0100 (B)	RECOMPOSICAO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES COM RESISTENCIA DE 11MPA, COM 8CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE DEMOLICAO COM EQUIPAMENTO DE AR COMPRIMIDO DO PISO EXISTENTE.(DESONERADO)	M2	942,00	R$ 77,69	R$ 73.182,09
			TOTAL DA CATEGORIA 08:			**R$ 132.106,41**
		SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS				
18	09.005.0025-A	VARREDURA EM SUPERFICIES CIMENTADAS OU ASFALTADAS(104 VEZESPOR ANO)	HA	3,14	R$ 392,70	R$ 1.233,71
19	09.005.0036-A	RETIRADA DE MATERIAL PROVENIENTE DE PODA,DE VARREDURA,OU DELIMPEZAS DIVERSAS,A SER FEITA EM CAMINHAO C/NO MINIMO 4,00M3DE CAPACIDADE,COMPREENDENDO CARGA,DESCARGA E TRANSPORTE ATE30KM DE DISTANCIA	M3	7,54	R$ 51,94	R$ 391,58
			TOTAL DA CATEGORIA 09:			**R$ 1.625,29**
		REVESTIMENTOS DE PAREDES, TETOS E PISOS				
20	13.330.0020-A	ASSENTAMENTO DE PISOS DE MARMORE OU GRANITO,EXCLUSIVE ESTES,EM PLACAS,EM SUPERFICIE EM OSSO,COM NATA DE CIMENTO SOBRE ARGAMASSA DE CIMENTO,AREIA E SAIBRO,NO TRACO 1:2:2,COM ESPESSURA MEDIA DE 3,5CM E REJUNTAMENTO DE CIMENTO BRANCO E CORANTE	M2	376,00	R$ 151,29	R$ 56.886,54
21	12728/ORSE	PISO TÁTIL DIRECIONAL PINADO - ELEMENTOS EM ABS REVESTIDO DE INOX (12 PEÇAS/M)	M	252,00	R$ 133,67	R$ 33.684,84
22	12729/ORSE	PISO TÁTIL ALERTA PINADO- ELEMENTOS EM EM ABS REVESTIDO DE INOX (100 PEÇAS/M)	M	168,00	R$ 120,75	R$ 20.286,00
			TOTAL DA CATEGORIA 13:			**R$ 110.857,38**
		ESQUADRIAS DE PVC, FERRO, ALUMÍNIO OU MADEIRA, VIDRAÇAS E FERRAGENS				
23	07260/ORSE	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO INOX Ø=3", COM MONTANTES FLANGEADO EM TUBO INOX Ø=3" E COM FECHAMENTO EM TUBO Ø=2", COM ACABAMENTO POLIDO, H=0,90M	M	168,00	R$ 850,43	R$ 142.872,74
24	14.002.0225-A	CORRIMAO DE TUBO DE ACO INOXIDAVEL,DIAMETRO 4",COM GUARDA-CORPO EM VIDRO,EXCLUSIVE ESTE, FIXADO EM MONTANTES DE TUBO DEACO INOXIDAVEL ESCOVADO, DIAMETRO 2.1/2",ALTURA 1,00M, ENVOLVENDO TUBO METALON DE 1.1/4".FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	48,00	R$ 192,61	R$ 9.245,18
25	14.004.0120-A	VIDRO TEMPERADO INCOLOR,10MM DE ESPESSURA,PARA PORTAS OU PAINEIS FIXOS,EXCLUSIVE FERRAGENS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	586,00	R$ 694,71	R$ 407.098,30
26	14.004.0121-A	VIDRO TEMPERADO,INCOLOR,COM 6MM DE ESPESSURA,ENCAIXILHADO EMMADEIRA,ALUMINIO OU FERRO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	57,00	R$ 409,93	R$ 23.365,95
27	14.007.0336-A	SUPORTE SIMPLES DE CENTRO PARA VIDRO TEMPERADO DE 10MM.FORNECIMENTO	UN	672,00	R$ 27,40	R$ 18.415,48
			TOTAL DA CATEGORIA 14:			**R$ 600.997,65**
		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E MECÂNICAS				
28	15.008.0020-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,ANTICHAMA,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 2,5MM2,450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	3360,00	R$ 5,47	R$ 18.389,28
29	15.008.0025-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO,ANTICHAMA,COMPREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 4MM2,450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	3360,00	R$ 7,62	R$ 25.596,48
30	15.020.0034-A	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR,DE 18W.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	336,00	R$ 21,03	R$ 7.067,42
31	15.020.0173-A	LAMPADA LED,TUBULAR,1200MM,T8,18W,FLUXO LUMINOSO EM TORNO DE1850LM	UN	336,00	R$ 17,55	R$ 5.896,80
			TOTAL DA CATEGORIA 15:			**R$ 56.949,98**
		PINTURA				
32	17.017.0350-A	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO GALVANIZADO OU ALUMINIO,USANDO FUNDO PARA GALVANIZADO,INCLUSIVE LIXAMENTO LEVE,LIMPEZA,DESENGORDURAMENTO E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO COM ESMALTE SINTETICO BRILHANTE OU ACETINADO	M2	1392,00	R$ 34,03	R$ 47.375,32
33	17.035.0030-A	REMOCAO DE PINTURA A OLEO,ESMALTE ALQUIDICA E VERNIZES	M2	1392,00	R$ 48,91	R$ 68.077,15
34	17.040.0024-A	PINTURA DE PISO CIMENTADO LISO COM TINTA 100% ACRILICA,INCLUSIVE LIXAMENTO,LIMPEZA E TRES DEMAOS DE ACABAMENTO APLICADASA ROLO DE LA,DILUICAO EM AGUA A 20%	M2	1680,00	R$ 20,67	R$ 34.725,60
			TOTAL DA CATEGORIA 17:			**R$ 150.178,07**
		APARELHOS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS, ELÉTRICOS, MECÂNICOS E ESPORTIVOS				
35	18.027.0408-A	LUMINARIA FLUORESCENTE TUBULAR DE SOBREPOR,2X32W(INCLUSIVE LAMPADAS),COM ALETAS,CORPO EM CHAPA DE ACO TRATADA E PINTURAELETROSTATICA BRANCA,REFLETOR EM ALUMINIO DE ALTO BRILHO,COMREATOR DE ALTO FATOR DE POTENCIA,BI-VOLT.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	48,00	R$ 386,54	R$ 18.554,01
36	18.250.0049-A	REATOR ELETRONICO DE ALTO FATOR DE POTENCIA(AFP>=0,92)PARA LAMPADA FLUORESCENTE 2X18W,BIVOLT,127/220V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	48,00	R$ 90,39	R$ 4.338,67
37	18.250.0053-A	REATOR ELETRONICO DE ALTO FATOR DE POTENCIA(AFP>=0,92)PARA LAMPADA FLUORESCENTE 2X32W,BIVOLT,127/220V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	48,00	R$ 72,37	R$ 3.473,80
38	18.016.0000-F	LIXEIRA INOX QUADRADA COM ARO INOX 100L	UN	14,00	R$ 2.120,11	R$ 29.681,54
39	18.265.0001-A	RETIRADA E RECOLOCACAO DE APARELHOS DE ILUMINACAO,INCLUSIVELAMPADA	UN	48,00	R$ 44,67	R$ 2.144,06
			TOTAL DA CATEGORIA 18:			**R$ 58.192,08**
		CUSTOS RODOVIÁRIOS				
40	20.012.0020-A	RECUPERACAO DE MEIO-FIO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA	M	840,00	R$ 5,32	R$ 4.466,28
			TOTAL DA CATEGORIA 20:			**R$ 4.466,28**
		ILUMINAÇÃO				
41	21.004.0150-A	RETIRADA DE LUMINARIA,INSTALADA EM CORDOALHA,TETO OU PAREDE	UN	336,00	R$ 40,35	R$ 13.558,27
42	21.004.0158-A	RETIRADA DE REATOR PARA LAMPADA DE DESCARGA INSTALADO ATE 7,00 DE ALTURA	UN	336,00	R$ 10,09	R$ 3.389,56
43	21.004.0170-A	RETIRADA OU SUBSTITUICAO DE RELE FOTOELETRICO INDIVIDUAL,INSTALADO ATE 12,00M DE ALTURA	UN	336,00	R$ 10,09	R$ 3.389,56
			TOTAL DA CATEGORIA 21:			**R$ 20.337,39**
				SUBTOTAL 1:		**R$ 1.468.412,95**
		EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI´S				
44		COMPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	MES	12,00		R$ 29.605,80
			TOTAL EPI'S 22:			**R$ 29.605,80**
		FERRAMENTAS				
45		COMPOSIÇÃO DE FERRAMENTAS POR FAMÍLIA	MES	12,00		R$ 16.615,36
			TOTAL FERRAMENTAS 23:			**R$ 16.615,36**

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/07cb1669-b18b-4e00-90d7-dfa15c619e44.

		MATERIAIS					
46		COMPOSIÇÃO - MATERIAIS	DIVERSOS	12,00		R$	147.902,61
			TOTAL MATERIAIS 24:			**R$**	**147.902,61**
		REFEIÇÃO					
47		COMPOSIÇÃO - CAFÉ DA MANHÃ	DIVERSOS	12,00		R$	119.135,38
			TOTAL REFEIÇÃO 25:			**R$**	**119.135,38**
				SUBTOTAL 2:		**R$**	**313.259,15**
		ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
48	01.090.0000-G	ADMINSTRAÇÃO LOCAL	UN	100,00	R$ 3.024,51	R$	302.450,64
			TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO 26:			**R$**	**302.450,64**
				TOTAL GERAL COM BDI:		**R$**	**2.605.153,42**

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/07cb1669-b18b-4e00-90d7-dfa15c619e44.

Assinado eletronicamente por:
* Rafael De Melo Amaral (***.421.267-**)
  em 06/11/2024 11:36:23 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/07cb1669-b18b-4e00-90d7-dfa15c619e44



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 34. Outros Anexos

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7baeabbd-2558-4cfe-95a9-9369d7fca7b3

Espécie/Tipo	Outros Anexos
Número	
Assunto	Cálcula de reajuste - Demonstração de Vantajosidade
Restrições	"Interno"

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)			
Dados informados			
Data inicial			12/2023
Data final			09/2024
Valor nominal	R$	2.508.423,47	(REAL)
Dados calculados			
Índice de correção no período			1,03883850
Valor percentual correspondente			3,883850 %
Valor corrigido na data final	R$	2.605.846,87	(REAL)

Fazer nova pesquisa | Imprimir

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.

Em, 05/11/2024.

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7baeabbd-2558-4cfe-95a9-9369d7fca7b3.

Assinado eletronicamente por:
* Rafael De Melo Amaral (***.421.267-**)
  em 06/11/2024 11:36:23 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7baeabbd-2558-4cfe-95a9-9369d7fca7b3



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 35. Mapa de Cotação nº 48/2024/99 - SECONSER - COMPRAS - SETOR DE COMPRAS (26.1)

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/6ec5a25b-383d-47f3-b7fd-3b07a7031b10

Espécie/Tipo	Mapa de Cotação
Número	48/2024/99 - SECONSER - COMPRAS - SETOR DE COMPRAS (26.1)
Assunto	Mapa de Apuração de Preços ATUALIZADO
Restrições	"Interno"

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

PROCESSO : 9900049517/2024

				DEMONSTRAÇÃO DE VANTAJOSIDADE	
Quant.	**Unid.**	**DESCRIÇÃO**	**TABELA EMOP Agosto/2024**	**PANILHA BASE - CONTRATO 25/2022**	**VALOR DA PLANILHA BASE REAJUSTADO - IPCA PARA O PERÍODO DA DATA BASE (12/2023 a 09/2024) - 3,88%**
			TOTAL	**TOTAL**	**TOTAL**
1	Serviço para 12 meses	MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES BHLS	R$ 2.605.153,42	**R$ 2.508.423,47**	R$ 2.605.846,87
		TOTAL:	**R$ 2.605.153,42**	**R$ 2.508.423,47**	**R$ 2.605.846,87**

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/6ec5a25b-383d-47f3-b7fd-3b07a7031b10.

Assinado eletronicamente por:
* Rafael De Melo Amaral (***.421.267-**)
  em 06/11/2024 11:36:23 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/6ec5a25b-383d-47f3-b7fd-3b07a7031b10

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 36. Despacho nº 99002919311174/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fa570b15-e4ff-4316-b255-52028861b5a4

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919311174/2024
Assunto	Atendimento ao Parecer PGM - Análise crítica
Restrições	"Interno"

Processo:	Data:
9900049517/2024	24/05/2024

A SSINLOG,

Em atendimento ao parecer Nº 73/SPCES/PPLC/2024, peça 27 e ao VISTO/Nº 286/MVSC/PPLC/2024, Peça 28, destacamos o que segue:

Resposta ao item (ii e iii) do VISTO – Atendendo ao que foi pedido pela Douta Procuradoria, em seu item (ii), informamos que foi encartada junto a Peça 33, Tabela Oficial de Preços EMOP atualizada (agosto/2024), a fim de demonstrar vantajosidade na Renovação do Contato 25/2022.

Segundo o Decreto 12.517/2017, em seu artigo 14, *"O disposto neste decreto não se aplica obrigatoriamente a obras e serviços de engenharia.",* não havendo assim necessidade de novos orçamentos, ressaltando que, historicamente, as Empresas contactadas não respondem, e, quando o fazem, superestimam os valores.

Também segundo o Decreto 14.730/2023, em seu ***artigo 52 "A estimativa do preço das obras e dos serviços de engenharia será obtida a partir da elaboração dos orçamentos de referência e observará as seguintes diretrizes:***

I - Será elaborada a partir da fixação dos custos unitários e benefícios e despesas indiretas (BDI) de referência dos materiais, serviços, equipamentos e mão de obra, apurados pelos boletins da Empresa de Obras Públicas - EMOP;" ressaltando que, o Catálogo da EMOP é tido como referencial pelo Tribunal de Contas do Estado.

Em relação ao Mapa de Cotação (Peça 35), em atendimento no Parecer da PGM, foi devidamente retificado, de forma a demonstrar com mais clareza a Vantajosidade, sendo feito o comparativo do valor atual praticado, com a Tabela Oficial de Preços EMOP (agosto/2024), e também com a aplicação de reajuste proporcional, em atendimento ao item (iii) do referido VISTO, comprovando a vantajosidade econômica da prorrogação, levando em consideração, ainda, a projeção do reajuste devido à contratada, como exposto na Peça 34.

Fazendo a **Análise Crítica** da Pesquisa de Mercado realizada (Peças 07, 08 e 09), informamos que este o Setor de Compras não mediu esforços no desenvolvimento de forma mais ampla, utilizando todos os meios cabíveis à correta instrução processual. Entretanto, o Art. 2º, do Decreto Municipal 12.517/2017 foi cumprido parcialmente, considerando que o serviço executado é bem específico, e cada detalhe difere o mesmo de qualquer outro a ser encontrado por vias comuns, e sendo serviço de Engenharia, a Tabela de Preço EMOP, atende as exigências pedidas, neste caso.

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fa570b15-e4ff-4316-b255-52028861b5a4.

Foram feitas diversas tentativas junto site BB Licitações, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas e nenhuma delas conseguimos êxito, conforme demonstrado na Peça 07 e 09.

Foi encontrado o Edital eletrônico: 646/2023 Prefeitura de Porto Alegre, com objeto *"MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ESTAÇÕES DE CORREDOR CENTRAL DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS"*, não podendo este ser utilizado devido ao lapso temporal de 01 ano, e também devido à ausência de itens na planilha de serviços, sendo o objeto apenas similar, servindo apenas como exemplo comparativo.

Em tempo, em observância aos questionamentos elencados a peça 27, cabe destacar ainda:

PARECER Nº 00001/2019/DECOR/CGU/AGU I - É possível a renovação (prorrogação) dos contratos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem a obrigatória realização de pesquisa de preços, para comprovação das condições vantajosas justificadoras da prorrogação. II - Nessas hipóteses de não realização da pesquisa de preços, deve o gestor atestar que o índice de reajuste aplicável ao contrato acompanha a ordinária variação dos preços de mercado, bem como apresentar justificativa, de ordem econômica, administrativa ou outra pertinente, a ser indicada como elemento de vantagem (vantajosidade) legitimador da renovação (prorrogação) contratual.

O parecer esclarece que é possível a renovação dos contratos de serviços contínuos que não envolvem a dedicação exclusiva de mão de obra, sem a necessidade de uma nova pesquisa de preços para demonstrar a vantajosidade da prorrogação contratual. Essa flexibilização visa facilitar a continuidade dos serviços, desde que alguns critérios sejam atendidos.

Principais pontos do parecer:

1. **Renovação sem pesquisa de preços**: Para contratos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, a pesquisa de preços não é obrigatória para renovar o contrato. Isso representa uma flexibilização para a continuidade de serviços.
2. **Justificativa da vantajosidade**: Ainda que dispensada a pesquisa de preços, o gestor deve garantir que o índice de reajuste aplicado ao contrato esteja alinhado com a variação de preços do mercado. Além disso,

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fa570b15-e4ff-4316-b255-52028861b5a4.

é necessário que ele apresente uma justificativa que comprove a vantajosidade da renovação, seja com base em aspectos econômicos, administrativos ou outros relevantes.

Em suma, o gestor deve avaliar a vantajosidade da prorrogação de modo criterioso, mesmo sem a pesquisa de preços, garantindo a adequação do reajuste ao mercado e sustentando a decisão com justificativas robustas e pertinentes.

Mais recentemente, a AGU lançou a **ORIENTAÇÃO NORMATIVA N. 60, de 29/05/2020**, no seguinte sentido: I) É facultativa a realização de pesquisa de preços para fins de prorrogação do prazo de vigência de contratos administrativos de prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra nos casos em que que haja manifestação técnica motivada no sentido de que o índice de reajuste adotado no instrumento convocatório acompanha a variação dos preços do objeto contratado. II) A pesquisa de preços para fins de prorrogação do prazo de vigência dos contratos administrativos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra é obrigatória nos casos em que não for tecnicamente possível atestar que a variação dos preços do objeto contratado tende a acompanhar a variação do índice de reajuste estabelecido no edital.

Esta Orientação Normativa nº 60/2020 da AGU complementa o entendimento trazido anteriormente pelo Parecer nº 00001/2019, estabelecendo orientações mais detalhadas sobre a necessidade de pesquisa de preços para a prorrogação de contratos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra. Os principais pontos são:

1. **Facultatividade da Pesquisa de Preços:** A realização da pesquisa de preços para prorrogar o contrato é opcional nos casos em que uma manifestação técnica conclua que o índice de reajuste especificado no contrato reflete a variação do mercado. Ou seja, se houver uma confirmação técnica de que o reajuste acompanha o mercado, não é necessário fazer uma nova pesquisa de preços.

2. **Obrigatoriedade em Casos Específicos:** Quando não for possível comprovar tecnicamente que o índice de reajuste reflete a variação dos preços do mercado para o objeto contratado, a pesquisa de preços torna-se obrigatória. Isso significa que, em cenários onde há incerteza sobre a adequação do reajuste em relação ao mercado, a Administração deve conduzir a pesquisa de preços para justificar a prorrogação.

Em, 06/11/2024.

Rafael Amaral
Diretor de Compras e Orçamento
SECONSER-PMN
Mat: 1237111-0

Assinado eletronicamente por Rafael De Melo Amaral.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fa570b15-e4ff-4316-b255-52028861b5a4.

Assinado eletronicamente por:
* Rafael De Melo Amaral (***.421.267-**)
  em 06/11/2024 11:36:23 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/fa570b15-e4ff-4316-b255-52028861b5a4



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 37. Despacho nº 990029193115 30/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/0ee58b43-d768-4678-b0d5-bf2997ac0f9e

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919311530/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

À Assessoria Jurídica,

Retorno o presente processo, conforme solicitação da peça 31.

Em, 06/11/2024

Atenciosamente,

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/0ee58b43-d768-4678-b0d5-bf2997ac0f9e.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
  em 06/11/2024 12:31:16 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/0ee58b43-d768-4678-b0d5-bf2997ac0f9e



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 38. Despacho nº 99002919314169/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/adb4260c-b9dc-4f76-8fec-c09b01f23605

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919314169/2024
Assunto	Cumprir recomendação PGM- prorrogação BHLS 2024
Restrições	"Interno"

Processo	Data
9900049517/2024	24/05/2024

A Subsecretaria de Conservação e Pavimentação,

Em atendimento ao Parecer da Procuradoria Geral do Município, nº73/SPCES/PPLC/2024 as peças 27 e Visto nº 286/MVSC/PPLC/2024, as peças 28, encaminho o p.p para que sejam cumpridas as recomendações constantes no item **II.A**, do supracitado Parecer, de **fls. 05 a 06 (ponto 01) bem como item II.B** de **fls. 11 a 12 (ponto 05)**

Logo em seguida atendidas as recomendações da Especializada , ou sendo justificada a inaplicabilidade dessas, solicito, outrossim, retorno do p.p. a esta Assessoria Jurídica para atendimento ao item **II.B**, **recomendação 05,** referente a alteraração ou não da Minuta do Termo Aditivo, vez que a alteração recomendada no instrumento jurídico supracitado, dependerá das respostas nos autos dos apontamentos suscitados pela PGM.

Em: 07/11/2024

MARA PEREIRA
Assessoria - Seconser
Mat.18.131016

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/adb4260c-b9dc-4f76-8fec-c09b01f23605.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 07/11/2024 12:57:18 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/adb4260c-b9dc-4f76-8fec-c09b01f23605



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 39. Outros Anexos

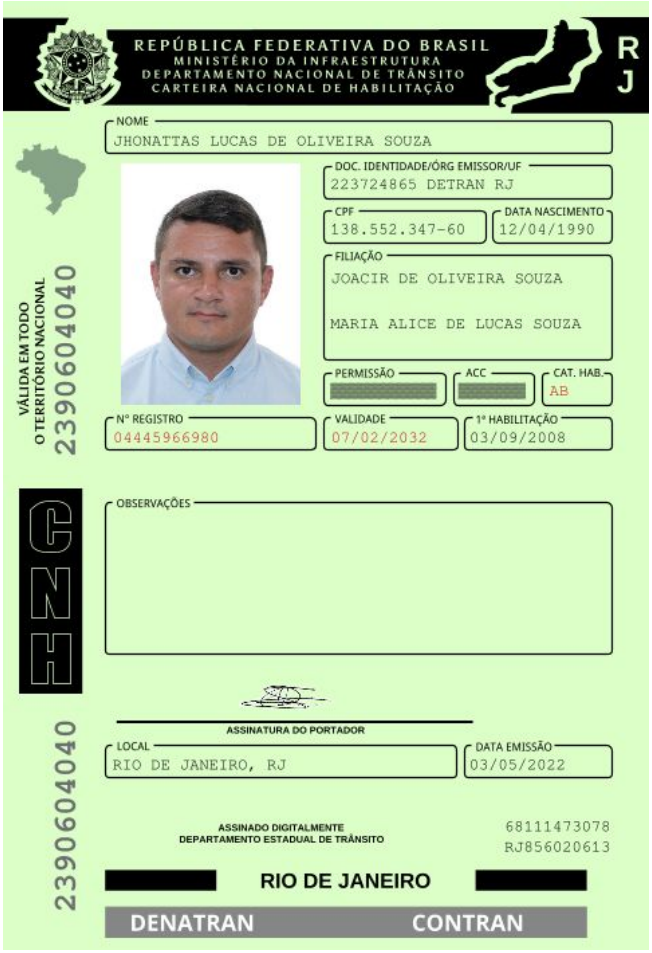
Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f

Espécie/Tipo	Outros Anexos
Número	
Assunto	
Restrições	"Interno"

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1055893-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

2023/01022862-6

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00005761843 - 26/10/2023

NIRE: 33.2.1055893-5

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

Boleto(s):

Hash: 86C6E663-C7A8-473D-A3E6-C521AC5DA783

Orgão	Calculado	Pago
Junta	439,00	439,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR DIOGO MONTEIRO FERREIRA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00005944342	30.678.636/0001-58	Rua ATOR PAULO GUSTAVO 0426	ICARAI	Niterói	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 19/12/2023 e arquivado em 19/12/2023

Gabriel Oliveira de Souza Voi
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 8

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://ecga.me or rj.gov.br/#/documento/04f6b7ef-f98a-461f-a57e-02be8007739f.

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1055893-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

2023/01022862-6 18/12/2023 11:42:11

JUCERJA

Último arquivamento:

00005761843 - 26/10/2023

NIRE: 33.2.1055893-5

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

Boleto(s): 104585723

Hash: 86C6E663-C7A8-473D-A3E6-C521AC5DA783

Orgão	Calculado	Pago
Junta	439,00	439,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato: 002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	Valter Raimundo Ferreira
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo.
Telefone de contato:	2126220517
E-mail:	valter.ferreira12@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	18/12/2023
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

18/12/2023

Data

2023/01022862-6

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://ecigal.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional n° 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, Carteira de Identidade n° 22.372.486-5, expedida pelo DETRAN/RJ e do CPF n.º 138.552.347-60, residente a domiciliado na Rua Dr. Diógenes Travessa, 139, São Francisco, Niterói, RJ, CEP 24.360-090;

MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 13.340.803-9, expedida pelo DETRAN/RJ e do CPF nº 504.055.437-00, residente e domiciliada na Rua Lourivaldino Antônio de Lima, 86, Rocha, São Gonçalo, RJ, CEP-24.420-420;

RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, casado pelo regime da separação legal de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº. 210393674 expedida pelo DIC/RJ, em 29/08/2022, CPF nº. 109.430.777-70, residente e domiciliado na Rua dos Crisântemos, quadra 32 lote 19 casa 2, Barroco (Itaipuaçu), Maricá, RJ, CEP 24.936-410,

Atuais sócios da sociedade Limitada denominada: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na Rua Ator Paulo Gustavo, nº 426 sala 1503, PRIME ICARAI BUSINESS, Icaraí, Niterói, RJ, CEP 24.230-065, inscrita no CNPJ n° **30.678.636/0001-58** e na JUCERJA sob o nº NIRE **33.2.1055893-5** por despacho de 11/06/2018, resolvem promover as seguintes alterações do contrato social, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1 – DA AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Resolvem aumentar o capital social que era de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) assim integralizados pelos sócios:

a) O sócio **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA,** integraliza neste ato R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), representados por 900.000 (novecentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma;
b) O sócio **RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA,** integraliza neste ato R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), representados por 900.000 (novecentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma;
c) A sócia **MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA,** integraliza neste ato R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), representados por 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuído o capital social:

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

NOME DO SÓCIO	%CAP. SOCIAL	QTD. DE COTAS	R$ - CAPITAL
JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA	10,00	500.000	500.000,00
RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
TOTAIS	100,00	5.000.000	5.000.000,00

2 – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Neste ato resolvem ***incluir*** as seguintes atividades:

7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

O contrato social consolidado em razão da alteração acima passa a ter redação que se segue:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula Primeira. A sociedade girará sob o nome empresarial: "**LUKE'S ENGENHARIA LTDA**".

Cláusula Segunda. A sociedade tem sede na Rua Ator Paulo Gustavo, nº 426 sala 1503, PRIME ICARAI BUSINESS, Icaraí, Niterói, RJ, CEP 24.230-065, podendo a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social.

DA DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira. O prazo de duração da sociedade é indeterminado e terá por objeto social:

71.12-0/00 - Serviços de engenharia
33.12-1/03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação
33.13-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7/02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
33.14-7/10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente.
38.32-7/00 - Recuperação de materiais plásticos
41.20-4/00 - Construção de edifícios
42.13-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9/03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.92-8/02 - Obras de montagem industrial
42.99-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

43.11-8/02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.29-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4/99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6/00 - Obras de fundações
62.09-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
71.11-1/00 - Serviços de arquitetura
77.11-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.21-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3/00 - Atividades paisagísticas
82.11-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula Quarta. A sociedade tem capital social de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), divididos em 5.000.000 (cinco milhões) de quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas pelos sócios em moeda corrente do País, da seguinte forma:

NOME DO SÓCIO	%CAP. SOCIAL	QTD. DE COTAS	R$ - CAPITAL
JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA	10,00	500.000	500.000,00
RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA	45,00	2.250.000	2.250.000,00
TOTAIS	100,00	5.000.000	5.000.000,00

Cláusula Quinta. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO e DO PRÓ-LABORE

Cláusula Sexta. A administração e gerência da sociedade serão exercidas pelos sócios **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA** e **RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA,** que **em conjunto ou separadamente**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou terceiros, isentando-se a sociedade de quaisquer ônus que possam advir pelo uso inadequado e proibitório aqui pactuado.

Parágrafo primeiro. *No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.*

Parágrafo segundo. *A sociedade, representada sempre na forma do caput desta cláusula, poderá constituir procuradores ad judicia ou ad negotia, especificando-se nos respectivos instrumentos, os poderes e o prazo de duração, nunca superior a 12 (doze) meses, salvo nos casos de mandados judiciais.*

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula Sétima. Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, *sendo os lucros ou perdas apuradas distribuídos de acordo com a receita proporcionada pelos negócios viabilizados por cada sócio, independentemente da participação no capital social.*

Cláusula Oitava. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

Cláusula Nona. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, que deverá estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo primeiro. *O herdeiro ou sucessor do sócio falecido, em 15 (quinze) dias da apresentação do balanço especial, deverá manifestar sua vontade de ser integrado ou não à sociedade, sucedendo-o nos direitos e obrigações. Caso não exerça esta faculdade no prazo estabelecido, ou não haja concordância dos sócios remanescentes, receberão todos os seu*

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

haveres apurados no balanço especial, em no mínimo 12 (doze) e no máximo 24 (vinte e quatro) prestações mensais iguais e sucessivas, todas corrigidas monetariamente pelo IGPM/FGV, vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias da data do aludido balanço.

Parágrafo Único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula Décima. Qualquer sócio retirante deverá notificar sua vontade à sociedade, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, para que seja levantado balanço especial na data do evento, o qual deverá estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e receberá todos os seus haveres apurados no balanço especial, podendo nos 30 (trinta) dias subsequentes à notificação supracitada, os demais sócios quotistas optarem pela dissolução da sociedade.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Décima Primeira. Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima Segunda. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº. 10.406/2002, ficando eleito o foro da cidade de **Niterói - RJ** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 01(uma) via, para os devidos e legais efeitos.

Niterói, RJ, 13 de dezembro de 2023

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA

Maria Alice de Lucas Souza

MARIA ALICE DE LUCAS SOUZA

RENNAN LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA LUKE'S ENGENHARIA LTDA, NIRE 33.2.1055893-5, PROTOCOLO 2023/01022862-6, ARQUIVADO EM 19/12/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005944342, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
572.250.957-49	VALTER RAIMUNDO FERREIRA

19 de dezembro de 2023.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
NIRE: 332.1055893-5 Protocolo: 2023/01022862-6 Data do protocolo: 18/12/2023
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2023 SOB O NÚMERO 00005944342 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C87BA4F57BE41A31C454870CA747D23B7D97C1C43D3DD9835C6E814DA3FA2BF3
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

ALVARÁ DE LICENÇA

PARA ESTABELECIMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI concede a licença prevista na Lei Municipal nº 2624 de 29 de dezembro de 2008, para o contribuinte abaixo identificado:

Número da Inscrição Municipal	**CNPJ da Empresa**
30678636000158	30.678.636/0001–58

Nome da Empresa
LUKE"S ENGENHARIA LTDA

Endereço da Empresa
R ATOR PAULO GUSTAVO, 0426, SALA:1503;:PRIME ICARAI BUSINES – ICARAI. CEP: 24230065. NITEROI – RJ

Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual

Classificação de risco das atividades abaixo: [1] Atividade de Risco II – Médio Risco. | [2] Atividade de Risco I – Baixo Risco.

Atividade Econômica Principal
7112000 [2] – SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Atividades Secundárias
6209100 [2] – SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
8219999 [2] – PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
8211300 [2] – SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO
8130300 [2] – ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
8121400 [2] – LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
7739099 [2] – ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
7711000 [2] – LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7111100 [2] – SERVIÇOS DE ARQUITETURA
3314702 [2] – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS
4330499 [2] – OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO
4330404 [1] – SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
4329104 [2] – MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
4329103 [2] – INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES
4322303 [2] – INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
4322302 [2] – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO
4321500 [1] – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

DEFINITIVO FACE RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 02/SMF/SMU/SMSCOU/12

Data de Emissão
22/12/2023

Observação

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cepchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://ecige.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

A CONCESSÃO DESTE ALVARÁ NÃO IMPORTA, ENTRE OUTROS, O RECONHECIMENTO DE REGULARIDADE DO ESTABELECIMENTO QUANTO A QUAISQUER NORMAS APLICÁVEIS AO SEU FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE AS DE PROTEÇÃO À SAÚDE, EMISSÃO DE RUÍDOS, CONDIÇÕES DA EDIFICAÇÃO, INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E EXERCÍCIO DE PROFISSÕES.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Alvará gerado automaticamente nos termos da Resolução Estadual - COGIRE 07/2023.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.678.636/0001-58 **MATRIZ**		**11/06/2018**

NOME EMPRESARIAL
LUKE'S ENGENHARIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LUKES ENGENHARIA LTDA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
38.32-7-00 - Recuperação de materiais plásticos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.92-8-02 - Obras de montagem industrial
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ATOR PAULO GUSTAVO	**426**	**SALA 1503 PRIME ICARAI BUSINES**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
24.230-065	**ICARAI**	**NITEROI**	**RJ**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LUKESENGENHARIA@GMAIL.COM	**(21) 3587-9781/ (21) 6626-0167**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/06/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/05/2024** às **13:54:59** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.678.636/0001-58 **MATRIZ**		**11/06/2018**

NOME EMPRESARIAL
LUKE'S ENGENHARIA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ATOR PAULO GUSTAVO	**426**	**SALA 1503 PRIME ICARAI BUSINES**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
24.230-065	**ICARAI**	**NITEROI**	**RJ**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LUKESENGENHARIA@GMAIL.COM	**(21) 3587-9781/ (21) 6626-0167**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/06/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/05/2024** às **13:54:59** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICIPIO DE NITEROI

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA

Nº 458226

CGM:1209399 - Nome: LUKES ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 30.678.636/0001-58
Endereço: ATOR PAULO GUSTAVO, 426, SALA:1503;:PRIME ICARAI BUSINES
Bairro: ICARAÍ
Cidade: NITEROI - CEP: 24230-065

Certificamos para os devidos fins de direito que, após a verificação em nossos sistemas e nos demais registros desta Municipalidade, na presente data, consta(m) débito(s), inscrito(s) ou não em dívida ativa, contra o interessado (a) acima identificado (a) em alguma(s) das seguintes situações: ainda não vencido(s), em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

A presente certidão tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos, foi emitida com base no artigo 206 do Código Tributário Nacional e serve como prova de situação fiscal perante qualquer instituição pública ou privada.

Esta certidão não exclui o direito de o Município exigir a qualquer tempo os débitos que venham a ser apurados relativos ao interessado acima identificado.

Destaca-se que este documento quando identificado apenas pela inscrição mobiliária, não exclui a possibilidade de constar(em) débito(s) contra o CPF/CNPJ do interessado(a).

Esta certidão tem VALIDADE por 30(trinta) dias a partir da data de emissão.

Niterói, 31 de Outubro de 2024

Observações: 1 - Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. 2 - Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço https://fazenda.niteroi.rj.gov.br/certidao/autenticidade.php.

Código de autenticidade: 6LHQ8iIR

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 11-2024/2405584

Código de verificação de autenticidade: 12324671ae3550fded86059a121364db

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
Raiz de CNPJ: 30.678.636	CAD-ICMS: Ativo
RAZÃO SOCIAL: LUKE"S ENGENHARIA LTDA	

CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data,
NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 06/11/2024 ÀS 09:38:02

VÁLIDA ATÉ: 04/02/2025

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

De acordo com o § 2º, do Art. 3° da Resolução SEFAZ 109/2017, esta certidão abrangerá a regularidade fiscal de todos os estabelecimentos do requerente que possuam a mesma raiz de CNPJ, inscritos ou não no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro.

Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).

A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.

O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deveráser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).

A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 23/10/2024 , em referência ao pedido **332573/2024 , NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:

RAZÃO SOCIAL:

LUKE'S ENGENHARIA LTDA

CNPJ:

30.678.636/0001-58

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

14.06480.0

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Os dados apresentados nesta certidão baseiam-se em pesquisa realizada a partir do CPF ou CNPJ fornecido no momento da apresentação do requerimento.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal

CÓDIGO CERTIDÃO: **QGWV.3120.3011.42E0**

PESQUISA CADASTRAL realizada em: **23/10/2024 às 10:11:06.6**

Esta certidão tem validade até 21/04/2025 , considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: https://pge.rj.gov.br/divida-ativa

Emitida em 23/10/2024 às 14:20:09.3

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUKE'S ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 30.678.636/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:09:00 do dia 29/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/02/2025.
Código de controle da certidão: **2748.9239.6519.A235**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.678.636/0001-58
Razão Social: LUKES ENGENHARIA LTDA
Endereço: R ATOR PAULO GUSTAVO 426 SALA 1503 / ICARAI / NITEROI / RJ / 24230-065

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/10/2024 a 22/11/2024

Certificação Número: 2024102409075038562820

Informação obtida em 31/10/2024 11:39:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUKE'S ENGENHARIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.678.636/0001-58
Certidão nº: 54202147/2024
Expedição: 07/08/2024, às 14:53:41
Validade: 03/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUKE'S ENGENHARIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.678.636/0001-58**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**

CPF/CNPJ: **30.678.636/0001-58**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:53:26 do dia 31/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: JENE311024155326

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**

CPF/CNPJ: **30.678.636/0001-58**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:55:53 do dia 31/10/2024 , com validade até o dia 30/11/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: VLMs7KKGimQGsad7sf1Y

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 31/10/2024 15:54:38

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LUKE'S ENGENHARIA LTDA**
CNPJ: **30.678.636/0001-58**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

105827/2024

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2024

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s)responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro:	2018200829
Razão Social:	LUKE'S ENGENHARIA LTDA
CNPJ:	30.678.636/0001-58
Data Registro:	12/11/2018
Endereço	RUA ATOR PAULO GUSTAVO 426 SALA 1503 ICARAI - NITEROI - RJ , CEP: 24230-065

RAMOS ATIVIDADE :

1050-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL
2010-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG ELETRICA
2030-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA / OS ENG ELETRONICA
3020-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA / OS ENG MECANICA
3120-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA PRODUCAO / OS ENG PRODUCAO
5020-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA FLORESTAL / OS ENG FLORESTAL
7010-0	ENG SEG TRABALHO

CAPITAL SOCIAL:

R$ 5.000.000,00 (MATRIZ)

OBJETO SOCIAL:

71.12-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA; 33.12-1/03 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS E ELETRO TERAPÊUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO; 33.13-9/01 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS; 33.14-7/02 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS; 33.14-7/10 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; 38.32-7/00 - RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS; 41.20-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; 42.13-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; 42.21-9/03 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; 42.92-8/02 - OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL; 42.99-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; 43.11-8/02 PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; 43.21-5/00 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; 43.22-3/02 - INSTALÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;43.22-3/03 - INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO; 43.29-1/03 INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES; 4329-1/04 MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTO S DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS

Assinado eletronicamente por DANIELE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

105827/2024

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2024

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 105827/2024)

PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; 43.30-4/01 - IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; 43.30-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DE CONSTRUÇÃO; 43.91-6/00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES; 62.09-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;71.11-1/00 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA; 77.11-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; 77.39-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR; 81.21-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; 81.29-0/00 ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; 81.30-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; 82.11-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; 82.19-9/99 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.

CLASSE:

A - EXECUCAO DE OBRA, PRESTACAO DE SERVICOS, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE TECNICA

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

ERIC CARLOS DA FONSECA BRAGA

Carteira Nº RJ-181959/D — Expedida em: 22/07/2016 pelo Crea-RJ

RNP: 2011133602 — Registro: 2004104411 expedido em 16/07/2004

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuições: RES 218/73 - ART 08(AT.01 A 18)
RES 218/73 - ART 09(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 18/09/2024 — Inclusão como RT: 18/09/2024

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG ELETRICA

Inclusão como QT: 18/09/2024 — Inclusão como RT: 18/09/2024

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA / OS ENG ELETRONICA

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA

RNP: 2016056673 — Registro: 2017102128 expedido em 24/01/2017

TÍTULO: ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO

Atribuições: RES 235/75 - ART 01

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: PARAGRAFO 1 DO ARTIGO 5 DA RESOLUCAO Nº 1073/2016, REFERENTES AS ATRIBUICOES CONSTANTES NO ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73, DO CONFEA, COM RESTRICAO A PONTES, ARTIGO 28 ALINEAS (A A K) E O ARTIGO 29 COM RESTRICAO A ALINEA (C) "APROVACAO NA CADEIRA DE "PONTES E GRANDES ESTRUTURAS METALICAS E EM CONCRETO ARMADO", PARA EXERCEREM AS FUNCOES DE ENGENHEIRO DE SECCOES TECNICAS , ENCARREGADAS DE PROJETAR E EXECUTAR OBRAS DE ARTE NAS ESTRADAS DE FERRO E DE RODAGEM" DO DECRETO 23569/33.

Inclusão como QT: 19/10/2020 — Inclusão como RT: 19/10/2020

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL

Inclusão como QT: 12/11/2018 — Inclusão como RT: 12/11/2018

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA PRODUCAO / OS ENG PRODUCAO

KARIN KELLY LORAS CABAO

RNP: 2020482991 — Registro: 2021108070 expedido em 14/10/2021

TÍTULO: ENGENHEIRA FLORESTAL

Atribuições: RES 218/73 - ART 10(AT.01 A 18)

TÍTULO: ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuições: RES 359/91 ART 4 (AT.01 A 18)

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

105827/2024

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2024

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 105827/2024)

Inclusão como QT: 24/01/2023 Inclusão como RT: 24/01/2023
Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA FLORESTAL / OS ENG FLORESTAL
Inclusão como QT: 24/01/2023 Inclusão como RT: 21/05/2024
Ramo Atividade: ENG SEG TRABALHO

LUCAS PINTO DA SILVA

RNP: 2019560160 Registro: 2020107125 expedido em 27/08/2020
TÍTULO: ENGENHEIRO MECÂNICO
Atribuições: RES 218/73 - ART 12(AT.01 A 18)
Inclusão como QT: 19/05/2022 Inclusão como RT: 19/05/2022
Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA / OS ENG MECANICA

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência publica

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 105827/2024

Emitida às: 19/09/2024 09:59 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.5069638454537169

A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Fica reservado ao Crea-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Válida em todo território nacional.

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

CIVEL 20 ANOS

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE NITERÓI/RJ

Rua Dr. Borman, 13 | 3º andar | Niterói | RJ | CEP 24.020-320

Responsável pelo expediente Ana Maria D'Amato Rodrigues dos Reis

(0)
23/10/2024

O Responsável do 1º Ofício de Registro de Distribuição de Niterói/RJ, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros e/ou assentamentos, com referência ao(s) assunto(s) abaixo

folha: 1
14:25:13
CABY44252

CERTIFICA E DÁ FÉ,

I - Ações ACIDENTÁRIAS;
II - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA, e outras Ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência em ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
III - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCA E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES E OUTRAS) DISTRIBUIDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
IV - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência de FAMÍLIA;
V - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras Ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;
VI - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência EMPRESARIAIS;
VII- ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras Ações e PRECATÓRIAS distribuídas às Varas com competência CÍVEIS;
VIII - AÇÕES e PRECATÓRIAS de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
IX - Ações CÍVEIS e PRECATÓRIAS de competência das Varas Regionais;
X - Ações distribuídas às varas de infância, da juventude e do idoso, desde:

VINTE E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUATRO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx ate VINTE E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO xxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
LUKES ENGENHARIA LTDA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ:30.678.636/0001-58 CONFORME REQUERIDO/////////////////////////
REQUERIDA EM 22/10/2024 E EMITIDA EM 23/10/2024,NITEROI,.////////////
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:PESQUISA.////////////////////////

EU, DELEGATARIO REGISTRADOR A ASSINO.

ESTA CERTIDÃO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À FINALIDADE DECLARADA ACIMA

Prezado(a) Sr(a). [requerente]

Sua certidão eletrônica ficou pronta!

Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça. https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/ConsultaAtoEletronico pelo

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Código Identificador de Certidão
CABY44252 AMH
Consulte a validade em:
https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo

924572208201001

CERP: 2024.3762695.396-1

CONFERIDO POR:ALBERTO F DE PAULA JR

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART.85 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CGJ/RJ PARTE EXTRAJUDICIAL

1º Ofício de Registro de Distribuição de Niterói/RJ

Assinado eletronicamente por DANIELE SILVEIRA MENDES, Selo Ales Eccheli
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

C E R T I D Ã O

Nº **2024.285.30696**

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **LUKE'S ENGENHARIA LTDA** , CNPJ/CPF nº **30.678.636/0001-58** , **CERTIFICO, para fins de prova em Licitação Pública** que, de acordo com o artigo noventa e oito, item trinta e três da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), baixada em complementação à Resolução número um, de vinte e um de março de mil novecentos e setenta e cinco, do mesmo Tribunal, que **na Comarca de NITERÓI**, os ofícios de justiça são em número de dezenove, competindo ao: **1º Ofício de Justiça** - tabelião de notas e oficial dos Registros de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **3º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **4º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **5º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial dos Registros de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **11º Ofício de Justiça** - tabelião de notas e oficial dos Registros de Protesto de Títulos; **12º Ofício de Justiça** - tabelião de notas, oficial do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas; **13º Ofício de Justiça** - tabelião de notas e oficial dos Registros de Protesto de Títulos; **19º. Ofício de Justiça** tabelião de notas e oficial dos registros de Protesto de Títulos. **CERTIFICO** ainda que, compete ao RCPN do 1º Distrito (1ª Zona Judiciária) o registro civil das pessoas naturais e o registro de interdições e tutelas, e, de acordo com o artigo treze, da mesma Resolução**, na Comarca de NITERÓI** ao 1º Distribuidor **incumbe, privativamente, distribuir petições, livros e processos aos juízes e cartórios;** ao 2º Distribuidor incumbe privativamente: a) distribuir aos cartórios de notas e do registro civil com funções de tabelionato, que a parte indicar, as escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, testamentos públicos ou cerrados e as procurações em causa própria; b) anotar, nos competentes ofícios de registro, os títulos e documentos, bem como as petições e os processos apresentados aos oficiais do registro civil das pessoas naturais; e ao 3º Distribuidor incumbe privativamente, distribuir, de modo alternado, aos competentes ofícios de registro, títulos destinados a protesto e anotar os títulos judiciais e contratos particulares translativos de direito real sobre imóveis, bem como as procurações em causa própria, relativas a este direito. **NITEROI 01 DISTRIBUIDOR**: RUA DR. BORMAN , 13 GRUPO 301 (ABRANGE SALAS 302 E 303) - Centro; **NITEROI 02 DISTRIBUIDOR**: RUA DA CONCEICAO, 154 SALAS 208 E 209 - Centro; **NITEROI 03 DISTRIBUIDOR**: RUA SAO PEDRO, 154 SALAS 1503/1504;

A seguir os respectivos endereços dos serviços: **NITEROI 01 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO , 188 2 PISO, LOJA 213 - Centro; **NITEROI 03 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO , 154 LOJA 107 - Centro; **NITEROI 04 OF DE JUSTICA**: Av. Ernani do Amaral Peixoto, 500 Lojas 101 e 102 - Centro; **NITEROI 05 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO, 40 LOJA - Centro; **NITEROI 12 OF DE JUSTICA**: Rua Visconde de Sepetiba, 343 - Centro; **NITEROI 13 OF DE JUSTICA**: Rua da Conceicao, 95 salas 1.408/1.410 - Centro; **NITEROI 19 OF DE JUSTICA**: RUA DA CONCEICAO, 176 LOJA B - Centro.

Observações:
a) As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
b) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço http://www.tjrj.jus.br/cgj
c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 28/10/2024 12:36:17.

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro
Valor cobrado: R$ **29,39** GRERJ Nº **0373640204140**

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f.

Assinado eletronicamente por:
* DANIELLE SILVEIRA MENDES (***.372.507-**)
  em 08/11/2024 10:37:51 com assinatura avançada (AC Ciga v2)
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
  em 11/11/2024 14:23:27 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4f6d7ef4-93ba-4617-a57e-02ee8007739f

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 40. Declaração de Fiscal do Contrato nº 7480/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b140b723-0dbb-4282-a211-b428a8bd0678

Espécie/Tipo	Declaração de Fiscal do Contrato
Número	7480/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

DECLARAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO

Como fiscal afirmo que a referida Empresa mantem o serviço de forma eficiente sem que haja até o momento qualquer fato que desabone essa conduta.

Danielle Silveira Mendes

Subsecretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Mat. 1247416-0

Leandro Alves Cecchetti

Subsecretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Mat.124.307-70

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES, LEANDRO ALVES CECCHETTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b140b723-0dbb-4282-a211-b428a8bd0678.

Assinado eletronicamente por:
* DANIELLE SILVEIRA MENDES (***.372.507-**)
  em 08/11/2024 10:47:06 com assinatura avançada (AC Ciga v2)
* LEANDRO ALVES CECCHETTI (***.982.327-**)
  em 11/11/2024 12:55:44 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b140b723-0dbb-4282-a211-b428a8bd0678



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 41. Despacho nº 99002919320086/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/cf943382-8795-4a04-9eb0-2ad4551a6121

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919320086/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

À Assessoria Jurídica,

Em resposta ao parecer da PGM (peça 27) e atendimento da solicitação na peça 38, venho informar que as recomendações da PGM pertinentes a esta Subsecretaria foram cumpridas.

II.A. *(fls. 05 a 06 – Ponto 01):* Fica comprovada e atestada a manutenção das condições de habilitação do contratada, conforme declaração de peça 40 e documentação anexada em peça 39.

II.B. *(fls. 11 a 12 - ponto 05):* No que tange ao objeto do contrato, esclareço que este não envolve mão de obra residente ou exclusiva. Deste modo, segue para análise, consoante a recomendação da PGM.

Atenciosamente,

Danielle Silveira Mendes

Subsecretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

MATR. 1247416-0

Assinado eletronicamente por DANIELLE SILVEIRA MENDES.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/cf943382-8795-4a04-9eb0-2ad4551a6121.

Assinado eletronicamente por:
* DANIELLE SILVEIRA MENDES (***.372.507-**)
em 11/11/2024 14:20:24 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/cf943382-8795-4a04-9eb0-2ad4551a6121



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 42. E-mail

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/95436a64-cede-42b0-976a-2c7e1a3ca9d8

Espécie/Tipo	E-mail
Número	
Assunto	Solicito esclarecimento quanto ao item II.B do Parecer Nº 73_SPCES_PPLC_2024 folhas 11- quanto a alteração minuta do T.A
Restrições	"Interno"

Gmail SECONSER Assessoria e Contratos <seconserassessoriaecontratos@gmail.com>

Parecer Nº 73/SPCES/PPLC/2024 folha 11- Dúvida quanto ao item II.B da minuta do Contrato

1 mensagem

SECONSER Assessoria e Contratos <seconserassessoriaecontratos@gmail.com> 12 de novembro de 2024 às 13:04

Para: pplc@pgm.niteroi.rj.gov.br

Prezada Soraya,

Boa tarde.

Gostaríamos de solicitar sua ajuda quanto à dúvida que tivemos em relação ao parecer Nº 73/SPCES/PPLC/2024 folha 11.

II. B da minuta do termo aditivo.
Segue em anexo Parecer e minuta do termo aditivo com as alterações solicitadas e efetivadas de acordo com nosso entendimento.

Desde já lhe agradecemos,

Sds

Mara

3 anexos

PARECER BHLS 2024.pdf
182K

MINUTA T A 02-2024 BHLS processo 99000 49517-2024 mudanças sugeridas pela PGM.docx
53K

CONTRATO 25-2022 (2).pdf
6673K

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/95436a64-cede-42b0-976a-2c7e1a3ca9d8.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 13/11/2024 14:48:35 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/95436a64-cede-42b0-976a-2c7e1a3ca9d8



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 43. E-mail

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c12c5d1e-6dc4-4fd1-8091-9479f4f67e3e

Espécie/Tipo	E-mail
Número	
Assunto	Resposta da Ilustre Procuradora sobre Dúvida no Parecer Nº 73_SPCES_PPLC
Restrições	"Interno"

Gmail SECONSER Assessoria e Contratos <seconserassessoriaecontratos@gmail.com>

Dúvida quando parecer

Soraya Portela <sorayaportela@pgm.niteroi.rj.gov.br> 12 de novembro de 2024 às 13:24
Para: SECONSER Assessoria e Contratos <seconserassessoriaecontratos@gmail.com>, Assessoria Nlc <assessorianlc@pgm.niteroi.rj.gov.br>

Prezada Dra. Mara;

A orientação do item II.B do Parecer 73/SPCES/PPLC/2024 foi no sentido de esclarecer se o contrato envolve ou não dedicação exclusiva de mão de obra. Se não envolve, não havia necessidade de inclusão dos parágrafos que se referem a repactuação.

Considerando a alteração destacada em vermelho na minuta em anexo, parece que o contrato não envolve mão de obra residente, o que justifica, de fato, a exclusão dos parágrafos.

Apenas ressalto que a nova redação do Enunciado 11 da PGM não mais considera que o prazo é decadencial, e o prazo entre 60 e 90 dias deve ser determinado pela Secretaria, a depender da complexidade do objeto.

Assim, recomendo a seguinte redação:

> **CLÁUSULA OITAVA Da Alteração do Contrato**
> Fica alterada a CLÁUSULA NONA do contrato administrativo 25/2022, excluindo-se os PARÁGRAFOS NONO e DÉCIMO que se referem à repactuação de custos de mão de obra residente, por não se tratar o caso do presente contrato, e alterando-se a redação do PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO e do PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO, atualizando-os de acordo com o novo entendimento da PGM contido no item 9 do Enunciado 11, em razão das recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município, no Parecer nº 73/SPECES/PPLC/2024 e conforme justificativas de peças fls., despacho autorizativo do Sr.ª Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos, as peças fls. , do Processo Administrativo 9900049517/2024, passando a constar a seguinte redação:
>
> PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O preço dos *insumos* poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001
>
> PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As partes convencionam que o prazo para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de *60 (sessenta) dias*, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, *retroagindo os efeitos financeiros à data base prevista no contrato. Caso o pedido seja formulado após o prazo fixado no contrato, os efeitos financeiros do reajuste somente se produzirão a partir da data do requerimento formulado pela contratada.*

Att
Soraya Portela

De: SECONSER Assessoria e Contratos (seconserassessoriaecontratos@gmail.com)
Data: 11.11.2024 16:13
Para: pplc@pgm.niteroi.rj.gov.br
Assunto: **Dúvida quando parecer**
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c12c5d1e-6dc4-4fd1-8091-9479f4f67e3e.

NITERÓI
Procuradoria Geral do Município

SORAYA PORTELA CESARINO
Procuradora do Município de Niterói
Procuradoria de Licitações e Contratos
Tel.: (21) 2620-0403
Site: www.pgm.niteroi.rj.gov.br

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c12c5d1e-6dc4-4fd1-8091-9479f4f67e3e.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
em 13/11/2024 14:48:35 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c12c5d1e-6dc4-4fd1-8091-9479f4f67e3e



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 44. Despacho nº 99002919323901/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/deac9c64-3eab-4f6a-aede-14f4225a6595

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919323901/2024
Assunto	Ao gabinete para ciência e manifestação
Restrições	"Interno"

Processo Eletrônico 9900049517/2024	Data 24/05/2024	Peças

Ao Gabinete.

Encaminho o p.p com a Minuta do Termo Aditivo 02/2024 ao Contrato 25/2022, acostada as peças 45 para ciência e manifestação do Secretário da Pasta, quanto ao prosseguimento das alterações contidas na Cláusula OITAVA (Da Alteração do Contrato) do T.A, conforme recomendação da PGM exposta no Parecer nº73/SPECES/PPLC/2024 e justificativas do setor técnico competente da Seconser de peças 41.

Após, havendo autorização expressa das alterações na Minuta do referido Termo, solicito retorno do p.p a esta Assessoria Jurídica para demais providências.

Em: 13/11/2024.

MARA PEREIRA
Assessoria - Seconser
Mat.18.131016

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/deac9c64-3eab-4f6a-aede-14f4225a6595.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 13/11/2024 14:48:35 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/deac9c64-3eab-4f6a-aede-14f4225a6595



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 45. Minuta de Aditivo Contratual

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/18529cd2-6ff1-4442-850b-66015bd0b522

Espécie/Tipo	Minuta de Aditivo Contratual
Número	
Assunto	Para ciência e manifestação quanto a alteração da cláusula oitava recomendada pela PGM
Restrições	"Interno"

MINUTA

TERMO ADITIVO 02/2024 AO CONTRATO N° 25/2022, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NITERÓI, TENDO COMO GESTORA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, E DO OUTRO LADO A EMPRESA LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZOCONTRATUAL SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER**, inscrita no CNPJ sob o n° 28.521.748/0001-59, com sede situada na Avenida Visconde Rio Branco n° 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-000, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada pelo Ordenador de Despesa, **Srº RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI**, matrícula **nº1245336-0, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**, e a empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.678.636/0001-58, situada na Rua Ator Paulo Gustavo, n°426/1503, Icaraí - RJ - CEP 24.230-065, daqui por diante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato por seu Diretor, Sr. **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, regularmente inscrito no CPF nº 138.552.347-60, residente e domiciliado na Rua Doutor Diógenes Travessa, nº139, São Francisco, Niterói, Rio de Janeiro, CEP 24.360-090- resolvem celebrar o **SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE** AO CONTRATO nº 25/2022, com fundamento nos arts. 57, inciso II e 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 9900049517/2024 e no edital de licitação nº064/2022 que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto - Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº25/2022, relativo contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93e na cláusula segunda, parágrafo primeiro do supracitado contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação do Prazo : Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 29 de dezembro de 2024, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do Reajuste): A **CONTRATADA** não renuncia ao reajuste previsto no parágrafo décimo primeiro, da cláusula nona do contrato, relativos ao custo dos insumos, que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A anualidade dos reajustes continuará a ser sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificados:

Natureza das Despesas: 339039
Fonte de Recurso : 150102
Programa de Trabalho:26.01.15.451.0011.6184
Nota de empenho:_____

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento: Em razão deste Termo Aditivo, o CONTRATANTE deverá pagarà CONTRATADA o valor total de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, de R$ 209.035,28 (duzentos e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), mantendo-se também as demais condições de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato: Dá-se ao termo aditivo o valor de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), totalizando o contrato o valor de R$ 7.525.270,41 (sete milhões e quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos e setenta reais e quarenta e um centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Garantia : A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 29/12/2024 a 28/12/2025, no valor correspondente à 2 % (dois por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - Da Alteração do Contrato: Fica alterada a CLÁUSULA NONA do contrato administrativo 25/2022, excluindo-se os PARÁGRAFOS NONO e DÉCIMO que se referem à repactuação de custos de mão de obra residente, por não se tratar o caso do presente contrato, e alterando-se a redação do PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO e do PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO, atualizando-os de acordo com o novo entendimento da PGM contido no item 9 do Enunciado 11, em razão das recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município, no Parecer nº 73/SPECES/PPLC/2024 e conforme justificativas de peças 41 despacho autorizativo do Sr., Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos as peças , do Processo Administrativo 9900049517/2024, passando a constar a seguinte redação:

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O preço dos insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As partes convencionam que o prazo para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, retroagindo os efeitos financeiros à data base prevista no contrato. Caso o pedido seja formulado após o prazo fixado no contrato, os efeitos financeiros do reajuste somente se produzirão a partir da data do requerimento formulado pela contratada.

CLÁUSULA NONA Da Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - Publicação e Controle: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo oficial de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

E, por estarem as partes justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas que também assinam.

Niterói, de de 2024.

RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ESERVIÇOS PÚBLICOS

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)_____

2)_____

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 46. Despacho nº 99002919324242/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c9b84a5a-38da-4c99-ad30-4d81e75ff3d4

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919324242/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

Ao Departamento Jurídico,

Autorizo as alterações na Minuta do referido Termo.

att,

Ricardo Lanzellotti
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c9b84a5a-38da-4c99-ad30-4d81e75ff3d4.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 13/11/2024 15:15:08 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c9b84a5a-38da-4c99-ad30-4d81e75ff3d4



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 47. Minuta de Aditivo Contratual

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/40858217-e25b-4846-a3b0-392a8f50c0c5

Espécie/Tipo	Minuta de Aditivo Contratual
Número	
Assunto	Minuta T.A 02/2024 ao contrato 25/2022
Restrições	"Interno"

MINUTA

TERMO ADITIVO 02/2024 AO CONTRATO N° 25/2022, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NITERÓI, TENDO COMO GESTORA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, E DO OUTRO LADO A EMPRESA LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER**, inscrita no CNPJ sob o n° 28.521.748/0001-59, com sede situada na Avenida Visconde Rio Branco n° 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-000, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada pelo Ordenador de Despesa, **Srº RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI**, matrícula **nº1245336-0, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**, e a empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.678.636/0001-58, situada na Rua Ator Paulo Gustavo, n°426/1503, Icaraí - RJ - CEP 24.230-065, daqui por diante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato por seu Diretor, Sr. **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, regularmente inscrito no CPF nº 138.552.347-60, residente e domiciliado na Rua Doutor Diógenes Travessa, nº139, São Francisco, Niterói, Rio de Janeiro, CEP 24.360-090- resolvem celebrar o **SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE** AO CONTRATO nº 25/2022, com fundamento nos arts. 57, inciso II e 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 9900049517/2024 e no edital de licitação nº064/2022 que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto - Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº25/2022, relativo contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93e na cláusula segunda, parágrafo primeiro do supracitado contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação do Prazo : Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 29 de dezembro de 2024, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do Reajuste): A **CONTRATADA** não renuncia ao reajuste previsto no parágrafo décimo primeiro, da cláusula nona do contrato, relativos ao custo dos insumos, que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A anualidade dos reajustes continuará a ser sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificados:

Natureza das Despesas: 339039
Fonte de Recurso : 150102
Programa de Trabalho:26.01.15.451.0011.6184
Nota de empenho:_____

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/40858217-e25b-4846-a3b0-392a8f50c0c5.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento: Em razão deste Termo Aditivo, o CONTRATANTE deverá pagarà CONTRATADA o valor total de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, de R$ 209.035,28 (duzentos e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), mantendo-se também as demais condições de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato: Dá-se ao termo aditivo o valor de R$ 2.508.423,47 (dois milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), totalizando o contrato o valor de R$ 7.525.270,41 (sete milhões e quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos e setenta reais e quarenta e um centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Garantia : A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 29/12/2024 a 28/12/2025, no valor correspondente à 2 % (dois por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - Da Alteração do Contrato: Fica alterada a CLÁUSULA NONA do contrato administrativo 25/2022, excluindo-se os PARÁGRAFOS NONO e DÉCIMO que se referem à repactuação de custos de mão de obra residente, por não se tratar o caso do presente contrato, e alterando-se a redação do PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO e do PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO, atualizando-os de acordo com o novo entendimento da PGM contido no item 9 do Enunciado 11, em razão das recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município, no Parecer nº 73/SPECES/PPLC/2024 e conforme justificativas de peças 41, despacho autorizativo do Sr., Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos as peças 46 do Processo Administrativo 9900049517/2024, passando a constar a seguinte redação:

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O preço dos insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As partes convencionam que o prazo para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, retroagindo os efeitos financeiros à data base prevista no contrato. Caso o pedido seja formulado após o prazo fixado no contrato, os efeitos financeiros do reajuste somente se produzirão a partir da data do requerimento formulado pela contratada.

CLÁUSULA NONA Da Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - Publicação e Controle: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo oficial de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/40858217-e25b-4846-a3b0-392a8f50c0c5.

E, por estarem as partes justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas que também assinam.

Niterói, de de 2024.

RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
ESERVIÇOS PÚBLICOS

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)_____

2)_____

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/40858217-e25b-4846-a3b0-392a8f50c0c5.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 14/11/2024 14:04:16 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/40858217-e25b-4846-a3b0-392a8f50c0c5



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 48. Declaração de Conformidade

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03d2c163-1e26-46bd-801c-dd7482adf2c5

Espécie/Tipo	Declaração de Conformidade
Número	
Assunto	Declaração de Conformidade com a minuta padrão
Restrições	"Interno"

Processo Administrativo n.º 9900049517/2024

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos do art. 3º do Decreto Municipal n.º 11.466/2013 e do art. 65, §1º, do Decreto Municipal n.º 14.730/2023, declaro, sob as penas que a lei impõe, que a minuta de peças n.º 47 está conforme a minuta-padrão do arquivo "anexo" constante do site da Procuradoria-Geral do Município, na data de hoje, tendo sido feito os seguintes ajustes:

1. ALTERAÇÕES:

n.º do item da minuta-padrão	Redação do item da minuta-padrão	n.º do item da minuta dos autos	Nova redação (minuta dos autos)	Justificativa para alteração
CLÁUSULA TERCEIRA **Do reajuste**	**A CONTRATADA não renuncia ao reajuste previsto nos parágrafos _____ e _____ da cláusula _____ do contrato, respectivamente, relativos aos custos decorrentes de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, em razão de (acordo, convenção ou dissídio coletivo detrabalho) e aos demais insumos,que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.**	**CLÁUSULA TERCEIRA (Do Reajuste):**	**A CONTRATADA não renuncia ao reajuste previsto no parágrafo décimo primeiro, da cláusula nona do contrato, relativos ao custo dos insumos,que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.**	**Texto alterado para melhor adequação a cláusula nona, parágrafo décimo primeiro do contrato que trata do reajuste do preço dos insumos.**

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#documento/03d2c163-1e26-46bd-801c-dd7482adf2c5.

1.1 ALTERAÇÕES

n.º do item suprimido do contrato 25/2022	Redação do item da minuta-padrão	n.º do item da minuta dos autos	Nova redação (minuta dos autos)	Justificativa para alteração
CLÁUSULA NONA PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO	O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001	**CLÁUSULA OITAVA - Da Alteração Do Contrato** PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO	Fica alterada a CLÁUSULA NONA do contrato admnistrativo 25/2022, (...) e alterando-se a redação do PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO passando a constar a seguinte redação: O preço dos insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001	Alterado em razão das recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município, no Parecer nº 73/SPECES/PPLC/2024 do Processo Administrativo 9900049517/2024

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03d2c163-1e26-46bd-801c-dd7482adf2c5.

1.2 ALTERAÇÕES

n.º do item suprimido do contrato 25/2022	Redação do item da minuta-padrão	n.º do item da minuta dos autos	Nova redação (minuta dos autos)	Justificativa para alteração
CLÁUSULA NONA PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO	As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.	**CLÁUSULA OITAVA DA Alteração Do Contrato** PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO	Fica alterada a CLÁUSULA NONA do contrato admnistrativo 25/2022, (...) alterando-se a redação do PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO, atualizando-os de acordo com o novo entendimento da PGM contido no item 9 do Enunciado 11 , passando a constar a seguinte redação: - As partes convencionam que o prazo para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, retroagindo os efeitos financeiros à data base prevista no contrato. Caso o pedido seja formulado após o prazo fixado no contrato, os efeitos financeiros do reajuste somente se produzirão a partir da data do requerimento formulado pela contratada.	**Alterado em razão das recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município, no Parecer nº 73/SPECES/PPLC/2024 do Processo Administrativo 9900049517/2024**

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03d2c163-1e26-46bd-801c-dd7482adf2c5.

2. SUPRESSÕES

n.º do item suprimido do contrato 25/2022	Redação do item suprimido do contrato 25/2022	Justificativa para supressão
CLÁUSULA NONA: Condições De Pagamento – PARÁGRAFO NONO E DÉCIMO	PARÁGRAFO NONO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços. PARÁGRAFO DÉCIMO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial.	Alterada a cláusula nona do contrato administrativo 25/2022, excluindo os parágrafos NONO e DÉCIMO em razão das recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município, no Parecer nº 73/SPECES/PPLC/2024 do Processo Administrativo 9900049517/2024

Niterói, 13 de novembro de 2024.
RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos
matrícula nº1245336-0

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03d2c163-1e26-46bd-801c-dd7482adf2c5.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 14/11/2024 14:04:43 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/03d2c163-1e26-46bd-801c-dd7482adf2c5



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 49. Despacho nº 99002919324971/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b9bd82c4-1344-4e11-9118-7214559059b8

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919324971/2024
Assunto	Ao Gabinete para envio a SEPLAG
Restrições	"Interno"

Processo Eletrônico 9900049517/2024	Data 24/05/2024	Peças

Ao Gabinete.

Tendo em vista as providências tomadas pelos setores competentes às peças 33 a 43, em cumprimento as recomendações da PGM contidas no Parecer nº73/SPECES/PPLC/2024, encaminho Minuta do Termo Aditivo 02/2024 ao Contrato 25/2022, acostada as peças 47.

Face ao exposto, sugiro, s.m.j., que o presente processo seja encaminhado a SEPLAG para aprovação da despesa junto a CPFGF**.**

Em: 14/11/2024.

MARA PEREIRA
Assessoria - Seconser
Mat.18.131016

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b9bd82c4-1344-4e11-9118-721455905 9b8.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 14/11/2024 13:15:25 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/b9bd82c4-1344-4e11-9118-7214559059b8



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 50. Despacho nº 99002919326332/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bc0979e9-d6a0-44be-854b-d4bfe5d47ba9

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919326332/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

A SEPLAG,

Encaminho o p.p para aprovação da despesa junto a CPFGF.

att,

Ricardo Lanzellotti
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bc0979e9-d6a0-44be-854b-d4bfe5d47ba9.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 14/11/2024 14:22:14 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bc0979e9-d6a0-44be-854b-d4bfe5d47ba9



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 51. Ficha CPFGF nº 454/2024/2596 - SEPLAG - CPFGF - COM PROG FIN GEST FISC (23.1)

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4b2d7a66-13b1-44dc-afa4-10bd64a27ae1

Espécie/Tipo	Ficha CPFGF
Número	454/2024/2596 - SEPLAG - CPFGF - COM PROG FIN GEST FISC (23.1)
Assunto	
Restrições	"Interno"

Processo Nº:	Data:	Rubrica:	Folha:
9900049517/2024	24/05/2024		

Referência: Ficha CPFGF nº 0113/CPFGF/2024

1. **Quadro resumo**

Detalhamento processual	
Ordenador de despesa: SECONSER	
Favorecido: LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME	
Instrumento: Prorrogação de prazo	
Objeto de solicitação: Trata-se de solicitação da SECONSER com vistas á prorrogação do prazo de vigência do contrato n° 25/2022, celebrado com a empresa LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME, referente á a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, pelo prazo de 12 meses, no valor de R$ 2.508.423,47.	
Valor R$ 2.508.423,47	
Data prevista para início da despesa: 30/12/2024	
Prazo de despesa: 12 meses	
Solicitação de compra: R$ **20.000,00**	
Suplementação orçamentária: -	
Fonte: 1.501.02	**ND:**

Assinado eletronicamente por MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ, JULIA FERREIRA BARRETO, LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA, HEITOR PEREIRA MOREIRA.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4b2d7a66-13b1-44dc-afa4-10bd64a27ae1.

Processo Nº:	Data:	Rubrica:	Folha:
9900049517/2024	24/05/2024		

2. Deliberação: Componentes da Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal (CPFGF)

Ficha CPFGF-0113/CPFGF/2024

(X) Aprovado	**( ) Aprovado parcialmente**	**( ) Não aprovado**
Valor total aprovado:		
Limite de empenho global:		

ISADORA DE SOUZA MODESTO PEREIRA
Secretaria Municipal de Planejamento
Orçamento e Modernização da Gestão
(Secretaria Executiva)

MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ
Niterói Prev

MARÍLIA SORRINI PERES ORTIZ
Secretaria Municipal de Fazenda

LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA
Secretaria Municipal de Administração

À SECONSER,
Para providências, face à aprovação da CPFGF, em 29/11/2024.
Recomenda-se que o Gestor da Pasta atenda integralmente as recomendações contidas na Nota Técnica em referência e na legislação aplicável.

ISADORA DE SOUZA MODESTO PEREIRA
Secretaria Municipal de Planejamento
Orçamento e Modernização da Gestão
(Secretaria Executiva da CPFGF)

Assinado eletronicamente por MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ, JULIA FERREIRA BARRETO, LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA, HEITOR PEREIRA MOREIRA.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4b2d7a66-13b1-44dc-afa4-10bd64a27ae1.

Assinado eletronicamente por:
* MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ (***.015.827-**)
  em 29/11/2024 14:20:45 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)
* JULIA FERREIRA BARRETO (***.523.497-**)
  em 29/11/2024 14:51:47 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)
* LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA (***.046.707-**)
  em 29/11/2024 17:49:00 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)
* HEITOR PEREIRA MOREIRA (***.141.071-**)
  em 03/12/2024 13:51:46 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/4b2d7a66-13b1-44dc-afa4-10bd64a27ae1

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 52. Outros Anexos

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/7ebe6c77-cf1b-4238-8461-82e7136901b6

Espécie/Tipo	Outros Anexos
Número	
Assunto	
Restrições	"Interno"

Termo de Peça Desconsiderada

Título	Outros Anexos
Por	Luzia Maria Pereira Rocha
Em	03/12/2024 11:12:40
Razão	Substituição de portaria

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 53. Outros Anexos

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/0f4688d1-e1a0-4ef1-a4a3-2309f1b889c2

Espécie/Tipo	Outros Anexos
Número	
Assunto	
Restrições	"Interno"

Art. 1º- Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R$ 4.985.176,86 (quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.
Art. 2º- O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o artigo 43, da Lei n° 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 07 de junho de 2024.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 07 DE JUNHO DE 2024.
AXEL GRAEL – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 15.459/2024
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ORGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6011	339041	250103	224.033,87	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.812.0137.6014	339041	250103	130.000,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.812.0137.8147	339041	250103	25.770,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.812.0137.8148	339041	250103	59.900,00	-
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.573.0134.5075	449051	250103	4.545.472,99	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO				250103	-	4.985.176,86
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					**4.985.176,86**	**4.985.176,86**

NOTA:
FONTE 2.501.03 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS - ROYALTIES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Portarias

Port. Nº 1069/2024- Designa o Subsecretário de Finanças **HEITOR PEREIRA MOREIRA**, matrícula nº 1.245.247-0, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Secretaria Municipal de Fazenda nas faltas ou impedimentos da titular.

Port. Nº 1070/2024- Exonera, a pedido, **VINÍCIUS GUIÔTO SANTOS BAPTISTA**, no cargo de Assistente A, CC4, da Secretaria Municipal de Fazenda.

Port. Nº 1071/2024- Exonera, a pedido, **VITOR COSTA RIBEIRO**, do cargo de Coordenador, CC-1, da Secretaria Municipal de Fazenda.

Port. Nº 1072/2024- Exonera, a pedido, **LEONARDO FERREIRA FARIAS**, do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Fazenda.

Port. Nº 1073/2024- Nomeia, **CARLOS EDUARDO RIBEIRO SANTOS**, para exercer o cargo de Assistente A, CC4, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga decorrente da exoneração de Vinícius Guiôto Santos Baptista.

Port. Nº 1074/2024- Nomeia, **REGINALDO BARREIROS DE ALMEIDA FILHO**, no cargo de Coordenador, CC-1, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga decorrente da exoneração de Vitor Costa Ribeiro.

Port. Nº 1075/2024- Nomeia, **ALEXANDRE SALIM SAUD DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga decorrente da em vaga decorrente da exoneração de Leonardo Ferreira Farias.

Corrigenda
Na Portaria nº1053/2024, publicada em 06/06/2024, onde se lê: Dalila Conceição Coelho de Abreu, leia-se: Dallila da Conceição Coelho de Abreu.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude - CPPJ

PORTARIA SEMUG/CPPJ N° 004/2024- A Coordenadora de Juventude, LUISA VIANNA ASSUMPÇÃO, responsável pela gestão dos contratos e aditivos da Coordenadoria de Políticas Públicas para Juventude, delegada competência através do Decreto nº 14720/2023, em conformidade com o Processo Administrativoº 9900013406/2024, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor,
RESOLVE:
Art.1º Designar o servidor Odilon Codeço Fortunato Filho, matrícula nº 12468470 para gestor do Termo de Colaboração N°02/2024/SEMUG/CPPJ, para gestão do Aprova Jovem presencial, conforme processo nº 9900013406/2024.
Art.2° Designar os servidores Cintia Santos Nascimento, matrícula n° 12471340, Jéssica Pereira Barbosa, Matrícula n° 12454880 e Luciana Laureano Costa, matrícula 11234246-7, como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração N°02/2024/SEMUG/CPPJ, para gestão o Aprova Jovem presencial, conforme processo nº 9900013406/2024.
Art.3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 477/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1626/2021 – Processo nº 020/005124/2021.

PORTARIA Nº 478/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1750/2021 – Processo nº 020/006100/2021.

PORTARIA Nº 479/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1754/2021 – Processo nº 020/006104/2021.

PORTARIA Nº 480/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1760/2021 – Processo nº 020/006111/2021.

PORTARIA Nº 481/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1876/2021 – Processo nº 020/006361/2021.

PORTARIA Nº 482/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1879/2021 – Processo nº 020/006364/2021.

PORTARIA Nº 483/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1880/2021 – Processo nº 020/006365/2021.

PORTARIA Nº 484/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1889/2021 – Processo nº 020/006340/2021.

PORTARIA Nº 485/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1932/2021 – Processo nº 020/006575/2021.

PORTARIA Nº 486/2024- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1931/2021 – Processo nº 020/006574/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATO DA COORDENAÇÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO
EDITAL

A Coordenação de Cadastro Mobiliário, no uso de suas atribuições regulamentares, nos termos da NOTIFICAÇÂO Nº 11975 de 28/5/24 e embasada nos fatos explicitados nos processos administrativos 030000386/2024, determina e torna pública pelo presente edital a suspensão da inscrição de número 1314814, do estabelecimento de razão social ASSOCIACAO DE CULTURA FRANCO BRASILEIRA DE NITEROI. Em razão de irregularidade apurada no processo acima referido, concernente à inobservância de preceitos legais e regulamentares.

ATOS DO COORDENADOR DO IPTU – CIPTU – EDITAL
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DE TAXA DE COLETA IMOBILIÁRIA DE LIXO

O Coordenador de IPTU, responsável pela fiscalização do **Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)** e da **Taxa de Coleta Imobiliária de Lixo (TCIL)**, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei Municipal 3.368/2018, torna público o presente edital de notificação de lançamentos novos, revistos ou complementares desses tributos, pelo fato de o contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado ou não ter comparecido à Secretaria Municipal de Fazenda.

				ria		
125.005.002.001	Processo de Averbação de Promoção Funcional	Restrito	Promoção Averbada	nenhum	Guarda Permanente	CRFB/88. Lei Municipal nº 3.359/2018 e Decreto Municipal nº 13.830/2020. Contém dados pessoais. Lei Municipal nº 531/1985.
125.005.002.002	Processo de Avaliação de Estágio Probatório	Restrito	Término do Estágio Probatório	nenhum	Guarda Permanente	CRFB/88. Lei Municipal nº 3.359/2018 e Decreto Municipal nº 13.830/2020. Contém dados pessoais. Lei Municipal nº 531/1985.

DECRETO Nº 15.324/2024
Institui o Comitê Intersetorial de Ações Integradas da Comunidade do Viradouro, e dá outras diretrizes e providências.
O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66 da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º- Fica instituído o Comitê Intersetorial de Ações Integradas da Comunidade do Viradouro, voltado para articulação de ações do poder público municipal no território, integrado por representantes dos órgãos do poder executivo.
Parágrafo Único-Constituirá objetivo principal do Comitê Intersetorial de Ações Integradas da Comunidade do Viradouro criar estratégias para garantir a ação *"in loco"* de agentes públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer e infraestrutura.
Art. 2º- O Comitê Intersetorial de Ações Integradas da Comunidade do Viradouro será formado por representantes dos órgãos abaixo listados:
I. Secretaria Executiva (SEXEC), a quem caberá a função de Coordenação do Comitê;
II. Secretaria Municipal de Governo (SEMUG)
III. Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES);
IV. Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
V. Secretaria Municipal de Educação (SME);
VI. Secretaria Municipal de Ciência & Tecnologia e Inovação (SMCTI)
VII. Secretaria Municipal de Participação Social (SEMPAS);
VIII. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL);
IX. Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude (CPPJ);
X. Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV);
XI. Secretaria das Culturas (SMC);
XII. Secretaria Municipal da Mulher (SMM);
XIII. Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP);
XIV. Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SECONSER);
XV. Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento (EMUSA).
§ 1º Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Chefe do Executivo Municipal.
Art. 3º- Caberá a cada órgão ou entidade acima listado indicar, no prazo de até 5 (dias) dias, um representante titular e um suplente, que serão nomeados por ato próprio.
§ 1º A participação na Comissão será considerada uma prestação de serviço público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.
§ 2º Em caso de necessidade de substituição, o órgão ou entidade deverá indicar o(s) substituto(s) no prazo de até 10 (dez) dias.
Art. 4º- Compete ao Comitê Intersetorial de Ações Integradas da Comunidade do Viradouro:
I - Realizar reuniões para o estabelecimento de cronograma de trabalho e atingimento dos resultados, as quais deverão ser realizadas, ao menos, a cada 45 (quarenta e cinco) dias, sem prejuízo de convocação em período inferior;
II - Planejar, executar e monitorar o desenvolvimento das ações intersetoriais de cada órgão envolvido;
III - Solicitar dados aos órgãos competentes para elaboração de diagnóstico e resolução das questões que se apresentem;
IV – Divulgar amplamente e proativamente as ações intersetoriais realizadas pelo poder executivo na Comunidade do Viradouro;
V - Propor a realização de reuniões com a comunidade local e outras formas de colaboração popular para realização de outras ações;
Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 20 DE MARÇO DE 2024.
AXEL GRAEL – PREFEITO

Portarias
Port. Nº 582/2024- Exonera, **VANESSA PINHEIRO SIQUEIRA** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

Port. Nº 583/2024- Nomeia **RODRIGO BENEVIDES BITTENCOUT COSTA MAIA** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, em vaga decorrente da exoneração de Vanessa Pinheiro Siqueira, acrescido das gratificações previstas na CI nº 387/2022.

Port. Nº 584/2024- Exonera, **RODRIGO BENEVIDES BITTENCOURT DA COSTA MAIA** do cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, por ter sido nomeado para cargo incompatível.

Port. Nº 585/2024- Nomeia **RODRIGO ARAÚJO LOPES MARTINS** para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, em vaga decorrente da exoneração de Rodrigo Benevides Bittencourt da Costa Maia, acrescido das gratificações previstas na CI nº 387/2022.

Port. Nº 586/2024- Exonera, **FRANCISCO DIAS DE SOUSA** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Administração Regional do Sapê, Badu e Matapaca.

Port. Nº 587/2024- Torna insubsistente a Portaria nº 95/2024, publicada em 11/01/2024.

Port. Nº 588/2024- Nomeia **VINÍCIUS GUIÔTO SANTOS BAPTISTA**, para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga decorrente da exoneração de Eduarda Maria Garzon Sut, acrescido das gratificações previstas na CI nº 387/2022.

Port. Nº 589/2024- Designa, a subsecretária **Julia Ferreira Barreto**, matrícula nº 1245.961-0, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão nas faltas e impedimentos da titular.

Port. Nº 590/2024- Faz cessar os efeitos da Portaria nº 55/2023, publicada em 19 de janeiro de 2023.

Port. Nº 591/2024- Torna insubsistente a Portaria nº 556/2024, publicada em 16/03/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMENENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - COPAD
PORTARIA Nº222/2024- Prorroga, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 9900055893/2023, instaurado através da **Portaria nº 2025/2023.**

Despachos do Secretário

9900041339/2023- Progressão Funcional- **Deferido**
9900016274/2024- Abono Permanência- **Indeferido**
9900010361, 9900010349/2024- Adicional- **Deferido**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 031/SMF/2024- O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando a previsão do art. 9º do Decreto Municipal nº 14.730/23, **RESOLVE:**
Instituir a Equipe de Planejamento da contratação da ANBIMA para fornecer Certificação CPA10 para servidores envolvidos com a gestão do FER. Processo n° 9900064649/2023.
Raffaela Mazzoli da Rocha Fiuza - Matrícula nº 1.243.246-0
Vítor Costa Ribeiro - Matrícula nº 1.242.337-0
Anna Júlia Vizzoni Marques dos Santos - Matrícula n° 1.247.026-0

PORTARIA Nº 032/SMF/2024

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 54. Despacho nº 99002919357105/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/1465fa12-e433-47b5-aefc-d195fc4ec751

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919357105/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

AO GABINETE

EM PROSSEGUIMENTO

PROTOCOLO EM 03/12/2024

Assinado eletronicamente por Luis Roberto Carvalho Silva.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/1465fa12-e433-47b5-aefc-d195fc4ec751.

Assinado eletronicamente por:
* Luis Roberto Carvalho Silva (***.535.837-**)
  em 03/12/2024 15:55:38 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/1465fa12-e433-47b5-aefc-d195fc4ec751

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 55. Despacho nº 990029193571 57/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/75750857-6af2-46fa-8490-d140554486b7

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919357157/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

A SSINLOG,

Segue o p.p para ciência e providências ao seu cargo.

At.te

Tatiana de Moraes.

Assinado eletronicamente por Tatiana De Moraes.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/75750857-6af2-46fa-8490-d14055448 6b7.

Assinado eletronicamente por:
* Tatiana De Moraes (***.541.007-**)
em 03/12/2024 16:05:42 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/75750857-6af2-46fa-8490-d140554486b7

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 56. Despacho nº 99002919357844/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9733cb4e-2771-4549-9a2c-45e7d4a3008f

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919357844/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

Ao Setor de Orçamento,

Segue o presente processo, para ciência da deliberação da CPFGF (peça 51) e providências ao seu cargo.

Após, retornar à SSINLOG.

Em, 04/12/2024

Atenciosamente,

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9733cb4e-2771-4549-9a2c-45e7d4a3008f.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
  em 04/12/2024 10:30:43 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/9733cb4e-2771-4549-9a2c-45e7d4a3008f



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 57. Solicitação de Compra nº 1238113/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/82038468-7cc3-4cfc-b8b1-d23405cb56d1

Espécie/Tipo	Solicitação de Compra
Número	1238113/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

MUNICIPIO DE NITEROI
RUA VISCONDE DE SEPETIBA
NITEROI
21 26200403
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
28.521.748/0001-59

SOLICITAÇÃO DE COMPRA N° 131900

ORGÃO : SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS
UNIDADE : SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS
USUÁRIO : ESTEFANIA CRISTINA ROBERTSON DE OLIVEIRA
131900

QUANDO NECESSÁRIO FRETE, O MESMO CORRERÁ POR CONTA DO FORNECEDOR
TODO FRETE DEVERÁ SER PAGO PELA EMPRESA REMETENTE - O MATERIAL DEVERÁ SER DE PRIMEIRA QUALIDADE

Dados da Solicitação

Departamento : 864 - SECONSER - CONTINT - CONTROLE INTERNO **Tipo : PREGÃO**
Data : 10/10/2024 Val. Aprox.: R$ 20.000,00 **P.A. : 9900049517/2024**

Resumo : 9900049517/2024
ID:N/A
NT: Ficha CPFGF-0113CPFGF2024
CONTRATO: 25/2022
PREGÃO
PERÍODO DE REFERÊNCIA: PARCIAL DEZEMBRO/2024

Termo Aditivo ao contrato de empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.

FORNECEDORES SUGERIDOS

CGM	NOME/RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	TELEFONE
1209399	LUKE"S ENGENHARIA LTDA CNPJ/CPF: 30678636000158	ATOR PAULO GUSTAVO, 426	NITEROI	

ITEM	QUANT	REF	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	SERVIÇO	**Dotação: 19034/2024 - 26.01.15.451.0011.6184.3339039000000.150102** **Unidade Orçamentária: SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS** **Proj/Ativ: 6184 - Manutenção e conservação dos terminais de ônibus do sistema BHLS (Bus of High Level of Service)** **Elemento: OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA** **Recurso: 1.501.02 - Outros Recursos não Vinculados** **3.3.9.0.39.84.00.00 - SERVICOS ESPECIALIZADOS** **Plano Orçamentario: 18280 - 006.006.00070 - Contratos e Serviços Continuados - Manutenção e Conservação - Bus with High Level Service (BHLS)** **C.O: 0000 - Não se Aplica** **3297 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO** **RESERVA: TOTAL - R$** RESUMO: Empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.	**20.000,000000**	**20.000,00**
			T O T A L		**20.000,00**

NITEROI, 02 DE DEZEMBRO DE 2024.

AUTORIZO
SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERV

AUTORIZO
DIV. DE ABASTECIMENTO

VISTO

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/82038468-7cc3-4cfc-b8b1-d23405cb56d1.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 04/12/2024 16:02:23 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/82038468-7cc3-4cfc-b8b1-d23405cb56d1



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 58. Outros Anexos

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/8ca92f3c-97f4-4de3-87a1-2b5e0c0aeb95

Espécie/Tipo	Outros Anexos
Número	
Assunto	Pedido de Liberação da SC
Restrições	"Interno"

Outlook

RE: [Solicitação de Compras] – 4457 - SECONSER – 03/12/2024

De Apoio Execução Orçamento <apoio.execucao@seplag.niteroi.rj.gov.br>
Data Ter, 03/12/2024 16:14
Para SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS <orcamento.seconser@niteroi.rj.gov.br>; Ivo Campos de Lima <ivol@seplag.niteroi.rj.gov.br>; Matheus dos Santos de Andrade <matheusa@seplag.niteroi.rj.gov.br>

Prezados,

Informo que estamos aguardando a autorização do processo de excepcionalidade para que possamos prosseguir com o pedido.

Atenciosamente,

PREFEITURA DE NITERÓI | Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão - SEPLAG

Coord. de Execução Orçamentária
Subsecretaria de Orçamento

Rua São Pedro, 181 - Centro, Niterói
www.seplag.niteroi.rj.gov.br

Atenção: *Informamos que apenas serão admitidas aos e-mails da Diretoria de Execução as solicitações encaminhadas por meio do e-mail institucional de orçamento setorial disponibilizado pela SEPLAG (caso sua unidade não tenha recebido o mesmo, segue-se o trâmite anterior).*

De: Apoio Execução Orçamento <apoio.execucao@seplag.niteroi.rj.gov.br>
Enviado: terça-feira, 3 de dezembro de 2024 16:11
Para: SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS <orcamento.seconser@niteroi.rj.gov.br>; Ivo Campos de Lima <ivol@seplag.niteroi.rj.gov.br>; Matheus dos Santos de Andrade <matheusa@seplag.niteroi.rj.gov.br>
Assunto: [Solicitação de Compras] – 4457 - SECONSER – 03/12/2024

Prezados,

Atesto o recebimento do pedido de liberação de Solicitação de Compras através do protocolo nº 4457 e informo que o mesmo será encaminhado para análise.

Atenciosamente,

PREFEITURA DE NITERÓI | Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão - SEPLAG

Coord. de Execução Orçamentária
Subsecretaria de Orçamento

Rua São Pedro, 181 - Centro, Niterói
www.seplag.niteroi.rj.gov.br

Atenção: *Informamos que apenas serão admitidas aos e-mails da Diretoria de Execução as solicitações encaminhadas por meio do e-mail institucional de orçamento setorial disponibilizado pela SEPLAG (caso sua unidade não tenha recebido o mesmo, segue-se o trâmite anterior).*

De: SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS <orcamento.seconser@niteroi.rj.gov.br>
Enviado: terça-feira, 3 de dezembro de 2024 16:05
Para: Ivo Campos de Lima <ivol@seplag.niteroi.rj.gov.br>; Matheus dos Santos de Andrade <matheusa@seplag.niteroi.rj.gov.br>; Apoio Execução Orçamento <apoio.execucao@seplag.niteroi.rj.gov.br>
Assunto: Liberação SC - Renovação BHLS

Prezados,

Segue o formulário com o pedido de liberação da solicitação de compras, tendo em vista que a aprovação da despesa foi no dia 29/11/2024.

Informo que o processo para a excepcionalidade da despesa já foi incluído no formulário e enviado para a SEPLAG.

Assinado eletronicamente por Estefania Cristina Robertson De Oliveira.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/8ca92f3c-97f4-4de3-87a2-2b5e0c0aeb95.

APROVAÇÃO - FICHA 0113/CPFGF/2024

CS

CPFGF SEPLAG

Para: SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Cc: Thiago Marino Leão Cardoso; Isabela de Oliveira Souza Clemente; Laís Dobbss; Iana Maria Oliveira da Costa

Prezados, boa tarde!

Informamos que a despesa a seguir foi integralmente aprovada pela CPFGF:

Processo: 9900049517/2024

NT: 0113/CPFGF/2024
Objeto: Trata-se de solicitação da SECONSER com vistas á prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 25/2022, celebrado com a empresa LUKE'S ENGENH
manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS
de Niterói, pelo prazo de 12 meses, no valor de R$ 2.508.423,47

Valor aprovado: R$ 2.508.423,47

Aproveitamos a oportunidade para informar que tão logo o trâmite de coleta das assinaturas dos membros da Comissão seja concluído, retornaremos o processo adr

Atenciosamente,

PREFEITURA DE NITERÓI | Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão - SEPLAG

Núcleo Executivo da CPFGF
Subsecretaria Executiva

Rua São Pedro, 181 - Centro, Niterói
www.seplag.niteroi.rj.gov.br

I

Atenciosamente,

Setor de orçamento.

NITERÓI SEMPRE À FRENTE | Conservação e Serviços Públicos SECONSER

Rua Visconde do Rio Branco, nº 11 - Ponta da Areia - Niterói - RJ - CEP: 24.020.000

(21) 2719-5113 - ramal 267.

Assinado eletronicamente por Estefania Cristina Robertson De Oliveira.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/8ca92f3c-97f4-4de3-87a1-2b5e0c0aeb95.

Assinado eletronicamente por:
* Estefania Cristina Robertson De Oliveira (***.709.797-**)
  em 19/12/2024 07:25:00 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/8ca92f3c-97f4-4de3-87a1-2b5e0c0aeb95



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 59. Autorização de Empenho nº 131689/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/2fff040a-9e6d-4368-b297-15e02c04a622

Espécie/Tipo	Autorização de Empenho
Número	131689/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

MUNICIPIO DE NITEROI
RUA VISCONDE DE SEPETIBA,987
NITEROI
21 26200403
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
28.521.748/0001-59

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO N° 132798
PROCESSO DE COMPRA N° 120407

Dados da Compra

Licitação : /
Modalidade da Licitação : - PREGÃO ELETRONICO
Tipo de Compra : PREGÃO
Prazo de Entrega :
Observações :
Cond.de Pagto :
Outras Condições :
Proc. Administrativo : 9900049517/2024

Dados da Dotação

Dotação : 26.01.15.451.0011.6184.3339039000000.150102
Órgão : 26 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS
Unidade : 2601 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS
Proj/Ativ : 6184 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS TERMINAIS
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Prog. : 11 - MOBILIDADE URBANA
Elemento : OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Recurso : 1.501.02 - Outros Recursos não Vinculados **Reduz** : 19034-9
Destino :
Característica Peculiar : 000 - NÃO SE APLICA

Dados do Credor

Nome : LUKE"S ENGENHARIA LTDA
Endereço : ATOR PAULO GUSTAVO, 426
Município : NITEROI-RJ
Contato :
Numcgm : 1209399
Numero : 426
Bairro : ICARAÍ
Telefone :
CNPJ : 30.678.636/0001-58
Complemento : SALA:1503;:PRIME ICARA
CEP : 24230065
FAX :

SEQ.	ITEM	QUANT.	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	3297	1,00	**3.3.9.0.39.84.00.00 - SERVICOS ESPECIALIZADOS** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SOLICITAÇÃO: 131900 Empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.	20.000,00	20.000,00

RESUMO: 9900049517/2024 ID:N/A NT: Ficha CPFGF-0113CPFGF2024 CONTRATO: 25/2022 PREGÃO PERÍODO DE REFERÊNCIA: PARCIAL DEZEMBRO/2024 Termo Aditivo ao contrato de empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.

T O T A L		**20.000,00**

NITEROI, 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

AUTORIZO_____

AUTORIZO

VISTO

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/2fff040a-9e6d-4368-b297-15e02c04a622.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 26/12/2024 15:26:23 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/2fff040a-9e6d-4368-b297-15e02c04a622



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 60. Nota de Empenho nº 22317/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf09f37c-3e4d-43b7-8b53-828af224e364

Espécie/Tipo	Nota de Empenho
Número	22317/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

MUNICIPIO DE NITEROI
RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987
NITEROI
21 26200403
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
28.521.748/0001-59

NOTA DE EMPENHO N°: 003753
DATA DE EMISSÃO : 23/12/2024
TIPO : GLOBAL

Órgão : 26 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLIC
Unidade : 01 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS
Função : 15 - URBANISMO
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa : 0011 - MOBILIDADE URBANA
Proj/Ativ : 6184 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS TERMINAIS DE ÔNIBUS DO SISTEMA BHLS (BUS OF HIGH LEVEL OF SERVICE)
Rubrica : 3.3.3.9.0.39.00.00.00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Recurso : 1.501.02 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

Reduzido : 19034 **C.O:** 0000 - NÃO SE APLICA
Licitação : **Modalidade:** PREGAO PRESENCIAL
Característica Peculiar: : 000 - NÃO SE APLICA
Emissor : ESTEFANIA CRISTINA ROBERTSON DE OLIVEIRA

Dados do Credor:
Nº Credor : 1209399 **CNPJ** : 30.678.636/0001-58
Nome : LUKE"S ENGENHARIA LTDA
Endereço : ATOR PAULO GUSTAVO, 426
Município : NITEROI-RJ CEP : 24230065
Telefone : **Fax** :
Banco/Ag/Conta : 237 / 3019 / 8470-0

PROCESSO DE COMPRA N° 120407 SEQ. DO EMPENHO N° 138813
AUTORIZAÇÃO N° 132798 PROC. ADMIN (P.A.) : 9900049517/2024

Valor Orçado	2.603.349,07	Saldo Anterior	114.925,60
Valor Empenhado	20.000,00	Saldo Atual	94.925,60

QUANT	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1,00	**3.3.3.9.0.39.84.00.00 - SERVICOS ESPECIALIZADOS** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (Empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói.) - (Unidade: SERVIÇO) SOLICITAÇÃO: 131900	20.000,00	20.000,00
	RESUMO : 9900049517/2024. ID:N/A. NT: Ficha CPFGF-0113CPFGF2024. CONTRATO: 25/2022. PREGÃO. PERÍODO DE REFERÊNCIA: PARCIAL DEZEMBRO/2024. Termo Aditivo ao contrato de empresa do ramo da engenharia para manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói..		
	DESTINO :	T O T A L	20.000,00

SUPERINTENDENCIA DE FINANÇAS	AUTORIZO
EMPENHADO E CONFERIDO	DATA _____/_____/_____
VISTO	ORDENADOR

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf09f37c-3e4d-43b7-8b53-828af224e364.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 26/12/2024 15:26:22 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/bf09f37c-3e4d-43b7-8b53-828af224e364



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 61. Despacho nº 99002919393543/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/aa6c9ece-2035-45bd-992a-2e9bade66325

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919393543/2024
Assunto	
Restrições	"Interno"

A SubInfra,

Segue nota de empenho para a referida despesa.

Estefania Figueiredo

Setor de Orçamento

Assinado eletronicamente por Estefania Cristina Robertson De Oliveira.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/aa6c9ece-2035-45bd-992a-2e9bade66325.

Assinado eletronicamente por:
* Estefania Cristina Robertson De Oliveira (***.709.797-**)
  em 23/12/2024 11:48:46 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/aa6c9ece-2035-45bd-992a-2e9bade66325



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 62. Despacho nº 99002919393571/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c79b08ce-16ba-48d5-a651-c11a0e5c15f3

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919393571/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

À Assessoria Jurídica,

Segue o presente processo para providências ao seu cargo.

Em, 23/12/2024

Atenciosamente,

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c79b08ce-16ba-48d5-a651-c11a0e5c15f3.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
em 23/12/2024 11:54:11 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/c79b08ce-16ba-48d5-a651-c11a0e5c15f3

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 63. Despacho nº 99002919400206/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d673ce14-506c-43ce-b8ee-cb941417a1e8

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919400206/2024
Assunto	Publicação do Termo Aditivo 03/2024 ao Contrato 25/2022
Restrições	"Interno"

Processo	Data	Peças
9900049517/2024	24/05/2024	

A Subsecretaria de Infraestrutura e Logística/Controle Interno,

Encaminho p.p para que seja providenciado a publicação do **Termo Aditivo 03/2024 ao contrato 25/2022** que entre si celebram de um lado o Município de Niterói, tendo como gestora a **Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER**, e do outro a empresa **Luke's Engenharia Ltda Me.**

Após encaminhar para o setor responsável pelo lançamento no SIGFIS.

Em: 30/12/2024

MARA PEREIRA
Assessoria - Seconser
Mat.18.131016

Assinado eletronicamente por Lacilda Mara Pereira dos Santos.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d673ce14-506c-43ce-b8ee-cb941417a1e8.

Assinado eletronicamente por:
* Lacilda Mara Pereira dos Santos (***.700.157-**)
  em 13/01/2025 11:41:21 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d673ce14-506c-43ce-b8ee-cb941417a1e8



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 64. Termo Aditivo

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d9a240d7-c355-4744-aa5e-1d9b1067b9b6

Espécie/Tipo	Termo Aditivo
Número	
Assunto	Termo Aditivo 03/2024 para publicação
Restrições	"Interno"

TERMO ADITIVO 03/2024 AO CONTRATO Nº 25/2022, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NITERÓI, TENDO COMO GESTORA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, E DO OUTRO LADO A EMPRESA LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, com sede situada na Avenida Visconde Rio Branco nº 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-000, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada pelo Ordenador de Despesa, **Srº RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI**, matrícula **nº1245336-0, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**, e a empresa **LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.678.636/0001-58, situada na Rua Ator Paulo Gustavo, nº426/1503, Icaraí - RJ - CEP 24.230-065, daqui por diante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato por seu Diretor, Sr. **JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 2017102128, expedida pelo CREA/RJ, regularmente inscrito no CPF nº 138.552.347-60, residente e domiciliado na Rua Doutor Diógenes Travessa, nº139, São Francisco, Niterói, Rio de Janeiro, CEP 24.360-090- resolvem celebrar o **SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO SEM RENÚNCIA DE REAJUSTE** AO CONTRATO nº 25/2022, com fundamento nos arts. 57, inciso II e 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 9900049517/2024 e no edital de licitação nº064/2022 que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto - Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº25/2022, relativo contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93e na cláusula segunda, parágrafo primeiro do supracitado contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação do Prazo : Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 29 de dezembro de 2024, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Reajuste : A **CONTRATADA** não renuncia ao reajuste previsto no parágrafo décimo primeiro, da cláusula nona do contrato, relativos ao custo dos insumos, que serão aferidos tão logo sejam divulgados os índices correspondentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A anualidade dos reajustes continuará a ser sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificados:

Natureza das Despesas: 339039
Fonte de Recurso : 150102
Programa de Trabalho:26.01.15.451.0011.6184

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d9a240d7-c355-4744-aa5e-1d9b1067b9b6.

Com cobertura inicial através da **Nota de empenho nº**:03753, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), correspondente ao período parcial de dezembro 2024. As notas de empenho relativas aos futuros pagamentos serão emitidas oportunamente.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento: Em razão deste Termo Aditivo, o CONTRATANTE deverá pagarà CONTRATADA o valor total de R$ 3.135.529,33 (três milhões e cento e trinta e cinco mil e quinhentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, de R$ 261.294,11 (duzentos e sessenta e um mil e duzentos e noventa e quatro reais e onze centavos), mantendo-se também as demais condições de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato: Dá-se ao termo aditivo o valor de R$ 3.135.529,33 (três milhões e cento e trinta e cinco mil e quinhentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos, totalizando o contrato o valor de R$ 8.152.376,27 (oito milhões e cento e cinquenta e dois mil e trezentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Garantia : A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do Termo Aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 29/12/2024 a 28/12/2025, no valor correspondente à 2 % (dois por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no §1° do artigo 56 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - Da Alteração do Contrato: Fica alterada a CLÁUSULA NONA do contrato administrativo 25/2022, excluindo-se os PARÁGRAFOS NONO e DÉCIMO que se referem à repactuação de custos de mão de obra residente, por não se tratar o caso do presente contrato, e alterando-se a redação do PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO e do PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO, atualizando-os de acordo com o novo entendimento da PGM contido no item 9 do Enunciado 11, em razão das recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município, no Parecer nº 73/SPECES/PPLC/2024 e conforme justificativas de peças 41, despacho autorizativo do Sr., Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos as peças 46 do Processo Administrativo 9900049517/2024, passando a constar a seguinte redação:

CLÁUSULA NONA do contrato 25/2022(Da alteração)

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O preço dos insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.° 8.666/93 e os arts. 2° e 3° da Lei n.° 10.192, de 14.02.2001

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As partes convencionam que o prazo para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, retroagindo os efeitos financeiros à data base prevista no contrato. Caso o pedido seja formulado após o prazo fixado no contrato, os efeitos financeiros do reajuste somente se produzirão a partir da data do requerimento formulado pela contratada.

CLÁUSULA NONA Da Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d9a240d7-c355-4744-aa5e-1d9b1067b9b6.

CLÁUSULA DÉCIMA - Publicação e Controle: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo oficial de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

E, por estarem as partes justas e contratadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas que também assinam.

Niterói, 27 de dezembro de 2024.

RICARDO FREDERICO ARAÚJO LANZELLOTTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA
LUKE'S ENGENHARIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)_____

2)_____

Assinado eletronicamente por RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d9a240d7-c355-4744-aa5e-1d9b1067b9b6.

Assinado eletronicamente por:
* RICARDO FREDERICO ARAUJO LANZELLOTTI (***.667.217-**)
em 30/12/2024 14:10:08 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/d9a240d7-c355-4744-aa5e-1d9b1067b9b6



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 65. Despacho nº 99002919400510/2024

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a2aec1fc-afc9-4331-b09a-8e387ca6b0af

Espécie/Tipo	Despacho
Número	99002919400510/2024
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

Ao Controle Interno,

Segue o presente processo para providências ao seu cargo.

Em, 30/12/2024

Atenciosamente,

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a2aec1fc-afc9-4331-b09a-8e387ca6b0af.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
em 30/12/2024 10:59:47 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/a2aec1fc-afc9-4331-b09a-8e387ca6b0af

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 66. Publicação em Diário Oficial nº 371/2025

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/e6defc15-322c-42fc-95ee-1db87f3ff7cc

Espécie/Tipo	Publicação em Diário Oficial
Número	371/2025
Assunto	Termo Aditivo ao Contrato 25/2022
Restrições	"Interno"

CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO, e Nota de Empenho n.º 003809; **FUNDAMENTO**: artigo 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, atualizados pelo Decreto Federal 11.871/2023, e Decreto Municipal nº 14.730/2023, bem como na justificativa constante na peça nº 2 do processo administrativo 9900075538/2024. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** n.º 9900075538/2024 - **CONTRATO ADMINISTRATIVO** Nº 03/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE CLIMA

Portaria SECLIMA Nº 011/2024- O **Secretário Municipal do Clima**, em conformidade com o Processo Administrativo nº 9900053275/2023, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor, **RESOLVE**:
Art.1º - Substituir o membro da Comissão Thiago dos Santos Leal, matrícula 1241679-3 por Ana Cláudia de Lima Araújo, matrícula 11237840-4 para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 2º, VI e XI da Lei 13.019/2014, referente a parceria constante no Chamamento Público SECLIMA nº 01/2024 – Promover a implementação do programa social de neutralização de carbono comunitário em 01 comunidade de baixa renda da cidade de Niterói:
Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2024
RELATIVO AO PROJETO DE USO, REVITALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DO TERMINAL PESQUEIRO PÚBLICO DE NITERÓI.

Considerando o período de transição no Poder Executivo Municipal, bem como as dificuldades de fazer os levantamentos e apresentação de propostas no período de fim de ano, fica prorrogada a vigência do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE nº 001/2024 relativo ao Projeto de Uso, Revitalização, Modernização, Operação, Manutenção e Gestão do Terminal Pesqueiro Público de Niterói.
O prazo para apresentação do REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DOS ESTUDOS é de 90 (noventa) dias contados da publicação, devendo todos os demais prazos previstos no Edital ser contados considerando a nova data da apresentação do REQUEIRIMENTO.
Todas as demais cláusulas do Edital que não conflitem com o ora estipulado permanecem inalteradas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
DESPACHOS DO SECRETÁRIO
EXTRATO N° 044/2024

Contrato n° 08/2024 – SECONSER. PARTES: Município de Niterói, tendo como gestora a SECONSER – Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói e a empresa CS E CS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, OBJETO: Contratação de serviços comuns de locação de Equipamentos de Reprografia e de Grande Formato, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório. VERBA: Fonte: 1.501.02, Programa de Trabalho: 26.0115.122.0145.6337, Elemento de Despesa: 33.90.40; PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R$ 28.999,92 (vinte e oito mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). FUNDAMENTO: Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Instrumento Convocatório, Processo Administrativo 9900095309/2024, bem como cláusulas contratuais. DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024. NOTA DE EMPENHO: 003119/2024. DATA DO EMPENHO: 07/11/2024. FISCAIS: Leandro Alves Cecchetti – Matrícula: 1243077-0, Helio Maturana Neto – Matrícula: 1246411-0 e Rafael de Melo Amaral– Matrícula: 1237111-0.

EXTRATO N° 051/2024

Termo Aditivo nº 03/2024 ao Contrato n° 25/2022– SECONSER. **PARTES**: Município de Niterói, tendo como gestora a SECONSER – Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Niterói e a empresa LUKE'S ENGENHARIA LTDA. **OBJETO**: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 25/2022, relativo à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das Estações BHLS, integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Niterói, com fundamento nos arts. 57, inciso II e **55,** inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e na cláusula segunda, par. I, do contrato sem renúncia de reajuste contratual. Proc. Administrativo nº.: 9900049517/2024, conforme as especificações constantes do Termo de Referência do Objeto, a partir de 29 de dezembro de 2024, por mais 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis) meses. VERBA: Fonte: 1.501.02, Programa de Trabalho n.º 260115.451.0011.6184 Elemento de Despesa nº 33.90.39. **VALOR TOTAL DO TERMO ADITIVO**: R$ 3.135.529,33 (Três milhões, cento e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos). DATA DA ASSINATURA: 27/12/2024. NOTA DE EMPENHO: 003753/2024. DATA DE EMPENHO: 23/12/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CORRIGENDAS

Na publicação referente a Autorização de Dispensa de Licitação, publicada no Diário Oficial do Município em 24/12/2024, onde se lê: "...em favor da Empresa NOVA MOVE COMUNICAÇÕES..., leia-se: "...em favor da Empresa NOVA MOVE COMUNICAÇÃO...".

Na publicação referente ao Extrato Nº 009/2024, publicado no Diário Oficial do Município em 24/12/2024, onde se lê: "**PARTES**: Município de Niterói através da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Nova Move Comunicações na Web Ltda., leia-se: "**PARTES**: Município de Niterói através da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Nova Move Comunicação na Web Ltda.".

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE – SUGETE

PORTARIA SUGETE/FMS N °. 377/2024- O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 15.340/2024, publicado em 04/04/2024. **RESOLVE:**
CONCEDER, de acordo com o artigo 130, da Lei nº 531 de 18 de janeiro de 1985 ao Auxiliar de Laboratório JORGE ANTÔNIO DE JESUS CUNHA, Nível Fundamental, do Quadro Permanente, matrícula nº 435.087-2, 09 (nove) meses de LICENÇA ESPECIAL, referente aos 2º, 3º e 4º quinquênios, do período de 18/03/2002 a 12/03/2022, para serem usufruídos a partir de 05/03/2025 e a terminar em 29/11/2025. Referente ao processo: 9900034957/2024.

PORTARIA SUGETE/FMS N °. 380/2024- O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 15.340/2024, publicado em 04/04/2024.**RESOLVE:**
CONCEDER, de acordo com o artigo 130, da Lei nº 531 de 18 de janeiro de 1985 a Técnica em Higiene Dental SILVIA BESSA, Nível Médio, do Quadro Permanente, matrícula nº 433.423-1, 03 (três) meses de LICENÇA ESPECIAL, referente ao 6º quinquênio, do período de 30/05/1994 a 31/05/2024, para serem usufruídos a partir de 06/03/2025 e a terminar em 03/06/2025. Referente ao processo: 9900053443/2024.

EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO SUAD N.º: 224/2024

INSTRUMENTO: Contrato n.°019/2024; **PARTES**: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Greiner Bio-One Brasil Produtos Médicos Hospitalares Ltda; **PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO:** Anamaria Carvalho Schneider e Rodrigo Araújo Fornaziero; **OBJETO**: Aquisição de tubos sem anticoagulante com gel separador e tubo com anticoagulante EDTA, para coleta de sangue a vácuo utilizados em rotinas de laboratório. **VALOR:** R$ 28.938,42 (vinte e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos); **VERBA**: Gestão/Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI; Fonte de Recursos: 1.600.50; Programa de Trabalho: 25.43.10.302.0133.6156; Elemento de Despesa: 33.90.30; Nota de Empenho: 1094/2024; **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**: O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.**FUNDAMENTO**: Lei nº 14.133, de 2021, bem como o processo administrativo n. 9900108753/2024. **ASSINATURA**: 18 de dezembro de 2024

EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO SUAD N.º: 225/2024

INSTRUMENTO: Contrato n.°020/2024; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Diag Sul Comercial Ltda; **PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO:** Anamaria Carvalho Schneider e Ricardo Espindula; **OBJETO:** Aquisição de tubos sem anticoagulante com gel separador e tubo com anticoagulante EDTA, para coleta de sangue a vácuo utilizados em rotinas de laboratório**. VALOR:** R$ 25.917,86 (vinte e cinco mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos)**; VERBA:** Gestão/Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI; Fonte de Recursos: 1.600.50; Programa de Trabalho: 25.43.10.302.0133.6156; Elemento de Despesa: 33.90.30; Nota de Empenho: 1093/2024; **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e

Assinado eletronicamente por Karina Simionato Gonçalves Siqueira.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/e6defc15-322c-42fc-95ee-1db87f3ff7cc.

Assinado eletronicamente por:
* Karina Simionato Gonçalves Siqueira (***.781.356-**)
em 15/01/2025 15:33:13 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/e6defc15-322c-42fc-95ee-1db87f3ff7cc



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 67. Despacho nº 223270/2025

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60bd5650-2d2a-4df8-8aa9-2e248c73d060

Espécie/Tipo	Despacho
Número	223270/2025
Assunto	Instrução Processual
Restrições	"Interno"

À SSINLOG,

Considerando a efetiva publicação do ato no Diário Oficial do Município, segue o presente processo para providências cabíveis. Sugiro, s.m.j., encaminhamento ao CPD para disponibilização dos autos no sítio eletrônico da SECONSER e devido lançamento no SigFis.

Em, 15/01/2025.

Atenciosamente,

Karina Simionato Gonçalves Siqueira
Controle Interno
Matr.: 1247131-0

Assinado eletronicamente por Karina Simionato Gonçalves Siqueira.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60bd5650-2d2a-4df8-8aa9-2e248c73d060.

Assinado eletronicamente por:
* Karina Simionato Gonçalves Siqueira (***.781.356-**)
em 15/01/2025 15:33:28 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/60bd5650-2d2a-4df8-8aa9-2e248c73d060



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 68. Despacho nº 223697/2025

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/f61fa869-52d1-4654-9e29-d9208bda52b1

Espécie/Tipo	Despacho
Número	223697/2025
Assunto	Innstrução Processual
Restrições	"Interno"

Ao CPD,

Considerando a publicação do ato no Diário Oficial e a finalização dos trâmites processuais ordinários, segue o presente processo para ser lançado no SigFis e disponibilizado no endereço eletrônico da SECONSER, em atendimento à Lei de Transparência.

Após, retornar à SSINLOG.

Em, 15/01/2025

Atenciosamente,

Leandro Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura e Logística
Matr.: 124.307-70

Assinado eletronicamente por Leandro Alves Cecchetti.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/f61fa869-52d1-4654-9e29-d9208bda52b1.

Assinado eletronicamente por:
* Leandro Alves Cecchetti (***.982.327-**)
  em 15/01/2025 17:07:55 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/f61fa869-52d1-4654-9e29-d9208bda52b1



Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 69. Recibo de Entrega de Documentos

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/44ae4ad7-e7a4-422d-b6b7-4263dffdc732

Espécie/Tipo	Recibo de Entrega de Documentos
Número	
Assunto	Enviado ao SIGFIS
Restrições	"Interno"

Recibo de Entrega do Ato Jurídico ao TCE-RJ

Orgão: PREFEITURA NITEROI

Ato Retificado desde 12/02/2025 13:58. A operação de inserção de dados do Ato Jurídico foi registrada sob o Protocolo n.º 415887-1/2025. Operação realizada pelo usuário: 024.769.877-60

Ato:	Contrato
Número do Ato:	SECONSER25/2022
Processo Administrativo:	040001111/2022
Identificador:	402022
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção, conservação, reparos, recuperação, melhorias, pinturas, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de substituição das estações BHLS.

Documentos contidos neste Envio

Nome	Tipo de Documento	Ato
9900049517-CO-TA.pdf	Documento do Ato(PDF)	Aditivo
9900049517-DO.pdf	Documento do Ato(PDF)	Aditivo
9900049517-NE.pdf	Documento do Ato(PDF)	Aditivo

12/02/2025 13:57

Assinado eletronicamente por Marcus Paiva de Castilho Carneiro.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/44ae4ad7-e7a4-422d-b6b7-4263dffdc732.

Assinado eletronicamente por:
* Marcus Paiva de Castilho Carneiro (***.769.877-**)
  em 12/02/2025 14:00:31 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/44ae4ad7-e7a4-422d-b6b7-4263dffdc732

Processo (de Renovação de Contrato) nº 9900049517/2024

Peça 70. Despacho nº 1234567890153481/2025

Confira os dados deste documento utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/1605a38a-34f6-46ba-bcca-cc671f0efd1a

Espécie/Tipo	Despacho
Número	1234567890153481/2025
Assunto	
Restrições	"Interno"

À SSINLOG,

o p.p. foi enviado ao SIGFIS e disponibilizado no site da SECONSER

Marcus Paiva
CPD-SECONSER

Assinado eletronicamente por Marcus Paiva de Castilho Carneiro.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/1605a38a-34f6-46ba-bcca-cc671f0efd1a.

Assinado eletronicamente por:
* Marcus Paiva de Castilho Carneiro (***.769.877-**)
  em 12/02/2025 14:00:27 com assinatura simples

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://eciga.niteroi.rj.gov.br/#/documento/1605a38a-34f6-46ba-bcca-cc671f0efd1a